



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Manuel Felipe Ansaldo Roloff

“O cercamento do bordemar: A expansão da indústria do salmão sobre a territorialidade dos pescadores no Arquipélago de Chiloé, Chile”

Florianópolis

2025

Manuel Felipe Ansaldo Roloff

“O cercamento do bordemar: A expansão da indústria do salmão sobre a territorialidade dos pescadores no Arquipélago de Chiloé, Chile”

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientadora: Dra. Edviges Marta Ioris

Florianópolis

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ansaldo Roloff, Manuel Felipe

O cercamento do bordemar : A expansão da indústria do salmão sobre a territorialidade dos pescadores no Arquipélago de Chiloé, Chile / Manuel Felipe Ansaldo Roloff ; orientadora, Edviges Marta Ioris, 2025.

204 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. pesca artesanal. 3. cercamentos. 4. indústria do salmão. 5. maretório. I. Ioris, Edviges Marta . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

FOLHA DE CERTIFICAÇÃO

Manuel Felipe Ansaldo Roloff

“O cercamento do bordemar: A expansão da indústria do salmão sobre a territorialidade dos pescadores no Arquipélago de Chiloé, Chile”

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 26 de agosto de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Edviges Marta Ioris

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – UFSC

Prof. Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – UFSC

Profa. Eunice Sueli Nodari

Programa de Pós-graduação em História – UFSC

Prof. Eduardo Iván Mondaca Mansilla

Universidad de Los Lagos – Chile

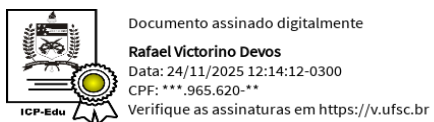
Prof. Alexander Esteban Panez Pinto

Universidad del Bío Bío – Chile

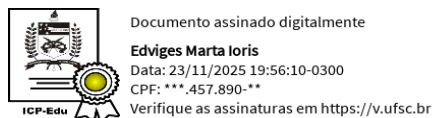
Prof. Gabriel Coutinho Barbosa

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social atribuído pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Profa. Edviges Marta Ioris, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2025

Para minha companheira, Lina
para minha filha, Berta
e ao povo Chilote, guardiões do
seu Arquipélago.

AGRADECIMENTOS

É muito gratificante poder ter um espaço para agradecer àqueles que tornaram esta tese possível.

Gostaria de começar agradecendo a todos os chilotas e chilotes que conheci desde que comecei meu trabalho de campo em 2020, pois sem sua generosa colaboração não teria tido nenhuma possibilidade de realizar este trabalho. Com eles aprendi e continuo aprendendo sobre o orgulho de pertencer a um território e de lutar de forma alegre e amorosa.

Meus sinceros e sentidos agradecimentos à Dra. Edviges Ioris, orientadora desta tese. Na ocasião destas palavras, procurei o primeiro e-mail que escrevi para ela, em 12 de julho de 2018. Um e-mail em português cheio de erros gramaticais e ortográficos (não que eu ainda não os tenha, mas é um pouco constrangedor lê-lo hoje em dia) no qual expressei minha disposição de ser orientado por ela no doutorado. Edviges não demorou muito para responder, com um e-mail longo e atencioso, expressando seu interesse e disposição para orientar meu processo de postulação. De fato (e essa é uma característica que valorizo muito na Edviges), já no primeiro e-mail ela corrigiu algumas partes! Eu havia falado de "hibridização", ao que ela respondeu "tenha muito cuidado com o termo". Acho que é isso que define a Edviges como professora, sua dedicação e trabalho incansável. Sem dúvida alguma, esta tese é o resultado de nosso trabalho colaborativo.

Em Chonchi, meus agradecimentos a Doña Elena e Don Alejandro, com quem compartilhamos os primeiros "mates", muito obrigado por me receberem em sua casa, pelas conversas que tivemos, pelas refeições que compartilhamos. Em Ancud, sou muito grato a Claudia e Javier, pois eles me receberam em sua casa durante o ano de 2022 e sempre foram generosos quando se tratava de conhecer outros lugares, além de confiarem em mim e me fornecerem sua rede de contatos para que eu pudesse conhecer outras pessoas. Também sou grato a Álvaro e Macarena, chilotes apaixonados que defendem seu arquipélago por meio do conhecimento e da cultura.

Sempre serei grato aos meus interlocutores, que muitas vezes me confiaram histórias dolorosas, que não são fáceis de contar. Foi por meio de

suas narrativas que consegui acessar o sentimento de profunda injustiça ao ver seu arquipélago poluído e cada vez mais fechado, ao mesmo tempo em que se orgulham de se chamar Chilotes. Espero que esta tese contribua em qualquer projeto coletivo que vocês levem adiante.

Agradeço a Eduardo Mondaca e Vladia Torres por me inspirarem com sua visão crítica dos processos de “desenvolvimento” no Arquipélago de Chiloé, bem como sua constante abertura ao diálogo e à troca de ideias, que continua até hoje.

Aos meus colegas de doutorado, obrigado por manterem um espírito coletivo, mesmo durante a pandemia. Devido à diversidade de suas origens, aprendi com cada um de vocês sobre este “país continental”. Desejo-lhes o melhor e espero vê-los no futuro, como colegas, em outras instâncias e espaços.

À pequena comunidade chilena da UFSC, Valentina e Carlo, obrigado por estarem sempre presentes, discutindo ideias, mas principalmente nos dando ânimo, para concluir nossos processos acadêmicos e para encarar a vida de modo geral.

Eu não poderia estar aqui sem o carinho da minha família. Ao escrever estas linhas, lembro-me delas mais do que nunca. Obrigado, Inge, Valeska e Alexia. Temos um doutor na família!

Agradeço à minha parceira de vida, Lina. Quando não estávamos passando por um bom momento, nos perguntamos: E se fôssemos morar no Brasil? Agradeço a nós por termos tido a coragem de realizar mais um processo migratório. Mas, veja você, deu certo! E, claro, para encerrar, agradeço ao nosso “piratita”, Luppi, que veio para nos dar alegria e paz. Obrigado a vocês.

Por fim, sou grato da instituição CAPES pela bolsa CAPES-DS, que foi fundamental para poder me dedicar de forma satisfatória aos estudos do doutorado.

RESUMO

Este trabalho busca compreender a relação entre as transformações dos espaços territoriais e a formação de identidades por parte das comunidades de pescadores/agricultores localizadas no Sul Chile. A tese que busco defender é que para compreender o surgimento de identidades beligerantes, é necessário colocar no centro da análise as transformações e as lutas pelo território. A fim de identificar essas transformações ao longo do tempo, elabora-se a noção de “cerco das expulsões”, que surge ao colocar em discussão as narrativas dos interlocutores (que alegam que “o mar já não é livre”) juntamente com conceitos que surgem das ciências sociais, como “situação histórica”, “cercamentos” e “expulsões”. Ao longo da tese, demonstra-se como o Estado, principalmente nos últimos 40 anos, tem sido um agente decisivo na implementação de uma nova economia política que expulsa a população local, ao mesmo tempo em que garante as condições para que grupos exógenos acumulem capital. Grupos locais que são constantemente identificados como “ilegais”, “conflituosos” e até mesmo “piratas” são a expressão mais nítida da necessidade de impor à força essas novas dinâmicas mercantis. Em contrapartida, recentemente diversos grupos de “expulsados” levantam novas lutas pelo território, desta vez apropriando-se de uma identidade historicamente pejorativa, a de “Chilotes”.

Palavras-chave: pesca artesanal, cercamentos, indústria do salmão, mar território.

ABSTRACT

This work seeks to understand the relationship between the transformations of territorial spaces and the shaping of identities by fishermen/farmers communities in the south of Chile, known as “chilotes”. The thesis is that in order to understand the emergence of belligerent identities, it is necessary to place transformations and struggles for territory at the center of the analysis. In order to identify these transformations over time, the notion of “encirclement of expulsions” is elaborated, which arises by discussing the narratives of the interlocutors (who claim that “the sea is no longer free”) together with concepts that emerge from the social sciences, such as “historical situation”, ‘enclosures’ and “expulsions”. Throughout the thesis it is demonstrated how the State, mainly during the last 40 years, has been a decisive agent in the implementation of a new Political Economy that expels the local population, while guaranteeing the conditions for certain groups to accumulate capital. Groups that are constantly identified as “illegal”, ‘conflictive’ and even “pirates” are the clearest expression of the need to impose these new mercantile dynamics through force. On the other hand, recently, various groups of “expelled” people have been waging new struggles for territory, this time taking over a historically pejorative identity, that of “Chilotes”.

Key-words: artisanal-fishing, enclosures, salmon farming, maritorium.

RESUMEN

Este trabajo busca comprender la relación entre las transformaciones de los espacios territoriales y la formación de identidades por parte de las comunidades de pescadores/agricultores ubicados en el sur de Chile. La tesis que defiende es que, para comprender el surgimiento de identidades beligerantes, es necesario situar en el centro del análisis las transformaciones y las luchas por el territorio. Con el fin de identificar estas transformaciones a lo largo del tiempo, se elabora la noción de «cerco de las expulsiones», que surge al poner en discusión las narrativas de los interlocutores (que afirman que “el mar ya no es libre”) junto con conceptos que surgen de las ciencias sociales, como “situación histórica”, “cercamientos” y “expulsiones”. A lo largo de la tesis, se demuestra cómo el Estado, especialmente en los últimos 40 años, ha sido un agente decisivo en la implementación de una nueva economía política que expulsa a la población local, al tiempo que garantiza las condiciones para que grupos exógenos acumulen capital. Los grupos locales que son constantemente identificados como “ilegales”, “conflictivos” e incluso “piratas” son la expresión más clara de la necesidad de imponer por la fuerza estas nuevas dinámicas mercantiles. Por el contrario, recientemente varios grupos de “expulsados” han iniciado nuevas luchas por el territorio, esta vez apropiándose de una identidad históricamente peyorativa, la de “chilotes”.

Palabras clave: pesca artesanal, cercamientos, industria del salmón, maritorio.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMERB — Áreas de Manejo y Explotación de Recursos Bentónicos

BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM — Banco Mundial

CEPAL — Comissão Econômica para América Latina

CESCH — Centro de Estudios Sociales de Chiloé

CODELCO — Corporación del Cobre

CONDEPA — Confederación Nacional por la Defensa de la Pesca Artesanal

CONADI — Corporación Nacional de Desarrollo Indígena

CONAPACH — Confederación Nacional de Pescadores Artesanales de Chile

CORFO — Corporación de Fomento Productivo

DL — Decreto Ley

DS — Decreto Supremo

ECMPO — Espacios Costeros Marinos para Pueblos Originarios

FAN — Floración de Algas nocivas

FCH — Fundación Chile

FLACSO-EQUADOR — Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales sede Ecuador

FMI — Fondo Monetário Internacional

IFOP — Instituto de Fomento Productivo

INDAP — Instituto de Desarrollo Agropecuario

ISA — Infectious Salmon Anemia

LGPA — Ley General de Pesca y Acuicultura

ODEPLAN — Oficina de Planificación

ONU — Organização das Nações Unidas

OPA — Organização de Pescadores Artesanais

RPA — Registro Pesquero Artesanal

SAG — Servicio Agrícola Ganadero

SERNAPESCA — Servicio Nacional de Pesca

SUBPESCA — Subsecretaría de Pesca y Acuicultura

UAF — Unidades Agrícolas Familiares

UDI — Unión Demócrata Independiente

UFBA — Universidade Federal da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa e localização do Arquipélago de Chiloé.	70
Figura 2 - Territorialidade chilota: “ <i>La época del fogón</i> ”	97
Figura 3 - Zona intermareal durante a baixa maré.	101
Figura 4 - Mariscos na zona intermarear.....	102
Figura 5 - Fogón chilote.....	103
Figura 6 – Ilustração de um fogão desenhado por uma criança.....	105
Figura 7 - <i>Corral de pesca</i> desenhado por jovem chilota nos anos 1980.....	107
Figura 8 - <i>Tejuela</i> de Canelo (<i>Drimys winteri</i>)	108
Figura 9 - Ilustração de uma Escola por pessoa da comunidade de Catrumán	109
Figura 10 - Vista por Satélite da maior concessão aquícola em Queilen, Arquipélago de Chiloé.	139
Figura 11 - Concessão aquícola abandonada em Linao, município de Ancud.	140
Figura 12 - “Loco” (Concholepas Concholepas).....	147
Figura 13 - Terremoto e maremoto em Ancud, 1960.	155
Figura 14 - Espécies Autorizadas para Miguel pelo SERNAPESCA.....	160
Figura 15 - Entrada ao Puerto Pesquero Artesanal de Ancud (“El Muelle”) ...	162
Figura 16 - San Pedro, patrono dos pescadores.....	162
Figura 17 - Preparativos do mergulho	164
Figura 18 - Miguel entrando no mar da Baía de Ancud.....	165
Figura 19 - Carlos segurando um quiñe.	165
Figura 20 - Jaivas (esquerda) e luga roja (direita).....	166
Figura 21 - Fiscalização de funcionária do IFOP.....	167

Figura 22 - Mapa do município de Ancud, Concessões aquícolas e AMERB outorgadas	171
Figura 23 - Acampamento em Puñihuil, 1987	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de concessões de aquicultura entregues pelo Estado a particulares na Região dos Lagos (1979-2010).....	137
Quadro 2 - Concentração de concessões e hectares de mar por empresa privada.....	138
Quadro 3 – Concessões aquícolas em Ancud	140
Quadro 4 -Número de pescadores na Região dos Lagos, segundo categoria	161
Quadro 5 - AMERB decretadas em Ancud.....	176

SUMÁRIO

Capítulo I	19
El mar debería ser libre para los pescadores, como era antiguamente	19
INTRODUÇÃO.....	19
1.1 AS ÁREAS DE MANEJO Y EXPLOTACIÓN DE RECURSOS BENTÓNICOS E OS SEUS CONFLITOS	23
1.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA ENTRE OS CHILOTES.....	27
1.3 AO ENCONTRO DO TEMA DA PESQUISA: “GENTE DE MAR” SEM O MAR	29
1.4 LOCALIZAÇÃO E INTERLOCUTORES DA PESQUISA	33
1.5 DISCUSSÕES QUE ORIENTAM A TESE.....	34
1.5.1 As AMERB na literatura acadêmica.....	34
1.5.2 Cercamentos e imposição de direitos privados sobre espaços comuns	38
1.5.3 Os cercamentos e a promoção das expulsões	39
1.5.4 Os cercamentos no Arquipélago de Chiloé: Uma chave analítica	41
1.5.5 Resistência de comunidades huilliches aos cercamentos	42
1.5.6 Expulsões no capitalismo contemporâneo.	44
1.5.7 O conceito de Situação Histórica	49
1.5.8 O cerco das expulsões	51
1.6 Situação etnográfica na Patagônia chilena	53
1.6.1 A pesquisa realizada.....	53
1.6.2 O despertar da pesquisa: <i>O mayo chilote</i>	54
1.6.3 Trabalho de Campo em Chiloé e reformulação do problema de pesquisa.....	57
1.6.4 Contatando os pescadores artesanais de Ancud	62
1.6.5 Trabalho de campo entre os pescadores artesanais de Ancud	63
1.7 Estrutura da Tese	68
Capítulo II.	70
Situações históricas, identidades e padrões de uso comum dos espaços marinhos em Chiloé	70
2.1 O Arquipélago de Chiloé.....	70
2.2 Breve Histórico sobre as populações do Arquipélago de Chiloé	73
2.2.1 Introdução.....	73
2.2.2 A conformação colonial.....	74
2.2.3 Chiloé sob controle da monarquia espanhola e do Virreinato de Lima	75
2.2.4 As encomiendas.....	77
2.2.5 As missões jesuítas.....	80
2.3 O CHILE INDEPENDENTE: RESISTÊNCIA E INCORPORAÇÃO DOS CHILOTES NO PROJETO DE ESTADO-NAÇÃO	85
2.3.1 “Traidores” em sua própria terra.....	85
2.4 A INCORPORAÇÃO DE CHILOÉ NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA NACIONAL: UM POVO E UM TERRITÓRIO A SER EXPLORADO	87
2.4.1 Expropriação de terras e o negócio madeireiro	87
2.5 MIGRAÇÃO DOS CHILOTES, GENOCÍDIO INDÍGENA E A DISPUTAS NA FRONTEIRA AUSTRAL.....	90
2.6 CHILOTES, GENTE DE MAR: REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS EM CHILOÉ	94
2.7 PAISAGENS, ESPAÇOS E RECURSOS EM COMUM.....	97
2.7.1 “El Fogón” como símbolo das relações comunitárias entre os chilotos	102

2.8 IDENTIFICAÇÃO DOS INTERLOCUTORES PROTAGONISTAS DA TESE.....	110
Capítulo III	112
A implementação da Indústria Pesqueira no Chile	112
3.1 INTRODUÇÃO.....	112
3.2 AS DISPUTAS PELO DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XX.....	113
3.2.1 Reforma Agrária e as disputas pelo Desenvolvimento no Chile.	116
3.2.1.1 Os distintos projetos de Reformas Agrárias no Chile	116
3.2.2 A fase socialista da Unidad Popular: Uma alternativa ao Desenvolvimento	118
3.3 A MODERNIZAÇÃO NEOLIBERAL E A PROPRIEDADE INDIVIDUAL DA TERRA	120
3.4 A IMPLEMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA NO CHILE EM CONTEXTO	122
AUTORITÁRIO	122
3.4.1 Mudanças institucionais para implementar a Indústria Pesqueira	123
3.4.2 A Política Oceânica e o ordenamento da Economia pesqueira neoliberal	125
3.4.3 As transformações institucionais para fomentar a indústria pesqueira	126
3.4.4 A indústria do salmão como símbolo de modernização da indústria	127
3.4.5 O regime militar entre os chilotes	129
3.5 TERRITÓRIOS COM GRANDE POTENCIAL PRODUTIVO: A INCORPORAÇÃO	132
DE CHILOÉ NA ECONOMIA NACIONAL	132
3.6 AS PROMESSAS DE SUPERAÇÃO DA “POBREZA”: A CHEGADA DA INDÚSTRIA	134
DO SALMÃO EM CHILOÉ.....	134
3.6.1 A discursividade da superação da pobreza	134
3.7 Os efeitos das Concessões aquícolas: Expulsando pessoas e espécies marinhas.	140
3.8 A LIBERALIZAÇÃO DA EXTRAÇÃO DOS RECURSOS MARÍTIMOS: “LA FIEBRE	145
DEL LOCO”	145
3.8.1 As “febres” como modalidade de implementação de uma nova	149
economia política	149
Capítulo 4.	153
Expulsões, identidades sociais e resistências.	153
4.1 INTRODUÇÃO.....	153
4.2 O TERREMOTO QUE ANUNCIAVA AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES	154
4.3 A LEY GENERAL DE PESCA Y ACUICULTURA (LGPA) E O NOVO REGIME DE	158
ORDENAMENTO DA PESCA ARTESANAL.....	158
4.3.1 A LGPA e a “categorização” dos pescadores	158
4.3.2 Gente de mar “categorizada”: O trabalho como <i>buzo mariscador</i> em	163
Ancud.	163
4.4 A “TRAGÉDIA DOS COMUNS” OU AS TRAGÉDIAS PARA OS COMUNS:	168
A IMPLEMENTAÇÃO DAS AMERB.....	168
4.4.1 As AMERB como modalidade de expulsão	170
4.4.2 Implementação das AMERBs em Ancud	172
4.5 ESTADO E “ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL”	178
4.5.1 “Os donos do mar”	178
4.5.2 “ <i>Los piratas del loco</i> ”	179
4.6 RESISTÊNCIAS E LUTAS FRENTE AO CERCO DAS EXPULSÕES	185
4.6.1 Os pescadores indocumentados e os “<i>sindicatos de lucha</i>”	185

4.6.2 O <i>mayo chilote</i> e a emergência de identidades de resistência em Chiloé	188
4.7 CERCAMENTOS, EXPULSÕES E RESISTÊNCIAS	194
REFERÊNCIAS	198

Capítulo I

El mar debería ser libre para los pescadores, como era antiguamente

INTRODUÇÃO

Esta tese aborda as mudanças que comunidades de pescadores no Chile, em sua maioria identificados como “chilotes”, vêm enfrentando decorrentes da formação e expansão da indústria pesqueira e da implementação de novos regimes de direitos sobre os espaços e recursos marinhos, assim como os conflitos sociais e ambientais que se seguiram desde então. Os pescadores que se identificam como “chilotes” são os habitantes do Arquipélago de Chiloé, localizado no sul do Chile, na região conhecida comumente como Patagônia, caracterizada por um clima de longos e chuvosos invernos e um breve período de verão. Dedicando-se historicamente às atividades pesqueiras e agrícolas, como veremos com mais detalhe no Capítulo 2, os chilotes se reconhecem, em sua maioria, como um povo mestiço, descendentes de indígenas e espanhóis, diferenciando-se de outros povos que também habitam o Arquipélago, como os indígenas Mapuche-huilliche. A identidade Chilota resulta do longo processo de colonização, decorrentes de séculos de ocupação e miscigenação entre distintos povos indígenas -principalmente “Chonos” e “Huilliches” - e com aqueles advindos de diversas regiões da Espanha. Até a década de 1970, embora existiam grupos como indígenas, os modos de vida, assim como os costumes, eram similares entre os grupos que habitavam o Arquipélago. Como será explicado posteriormente, atualmente existem “Pueblos Originarios” como são chamados no Chile, Mapuche-Williche, que têm reivindicado direitos sobre o mar através da “Ley Lafkenche” e dos “Espacios Costeros Marítimos para Pueblos Originários” (ECMPO). Tais processos tem sido estudados recentemente desde diversas perspectivas (SAAVEDRA, 2016); (SEPÚLVEDA, 2017); (CID; ARAOS, 2021); (CORTINEZ, 2023) e foi o motivo pelo qual decidi estudar a emergência da identidade “chilota”, menos estudada que os processos levantados pelos povos originários costeiros.

A partir de 1980, o Arquipélago de Chiloé tornou-se foco de um projeto de expansão da indústria pesqueira, a qual têm desenvolvido várias modalidades de exploração dos recursos marinhos. A de maior impacto tem sido a criação e produção do salmão (*Salmo Salar*, *orconhynchus kisutch* e *orconhynchus mykiss*), que

converteu o Chile no segundo maior produtor do mundo, logo atrás da Noruega. A indústria do salmão tem provocado um descenso dramático da biomassa de espécies marítimas no Sul do Chile, devido tanto à concessão de grande parte das áreas costeiras para agentes privados quanto da captura por parte da Pesca Industrial de espécies que são convertidas em “farinha de peixe”, alimento essencial para a criação de salmão. (SOTO; PAREDES, 2018). Em anos recentes, têm crescido notoriamente a criação de mexilhão, cuja dinâmica de exploração tem produzindo novas configurações territoriais (TORRES, 2021). Em terceiro lugar, nos últimos quarenta anos têm ocorrido impactos críticos sobre os peixes, mariscos e algas que crescem dentro das áreas que são consideradas para o desenvolvimento da pesca artesanal¹, os quais já estão fortemente debilitados por causa da indústria do salmão. Tendo como principal objetivo o fornecimento dos mercados asiáticos, norteamericanos e europeus, esses processos de expansão da indústria pesqueira têm sido impulsionados pelas políticas neoliberais que começaram a ser implementadas no governo ditatorial de Augusto Pinochet, na década dos anos 1970, e que foram aprofundadas nos anos seguintes, mesmo depois do retorno ao regime democrático, a partir de 1990.

A expansão sobre o Arquipélago das diversas modalidades de privatização dos espaços e recursos marinhos, têm desestruturado de modo dramático os modos tradicionais de vida e de sustento dessas comunidades de pescadores, que ainda ostentavam práticas de acesso e de uso comum dos recursos naturais. Primeiramente, por conta das concessões aquícolas por parte do Estado foram impactados os modos de vida e as formas de acesso aos recursos das comunidades, os quais eram tradicionalmente utilizados pelos pescadores locais em regimes costumeiros de uso comum. Nas áreas concedidas pelo Estado às distintas empresas de salmão foram sendo instaladas, desde a década dos anos 1970, piscinas e jaulas para a criação do salmão, cujo acesso foi proibido aos chilotes, pois tornou-se uma área de domínio privado, e não mais de uso coletivo como era antes. As piscinas e jaulas foram construídas em diversas localidades, principalmente nas áreas mais resguardadas geograficamente do mar interior (leste da ilha grande de Chiloé), em municípios como Ancud, Quemchi, Dalcahue e Queilén. No município de Ancud, por

¹ Segundo a Lei chilena, a pesca artesanal tem reservada as primeiras cinco milhas marinhas para realizar seu labor, dentro das quais não podem operar embarcações industriais.

exemplo, onde se encontra o maior número de famílias de pescadores artesanais do Arquipélago, o acesso ao mar interior foi cercado, pois, em sua maior parte foi concessionado às empresas pesqueiras para instalação das piscinas de cultivo de salmão. Junto à estas concessões, como veremos ao longo desta tese, foi sendo elaborado e sancionado um conjunto de leis e regulamentos sobre os usos das áreas de mar que, ao mesmo tempo em que conferiam legitimidade jurídica sobre essas concessões, puniam e criminalizavam práticas tradicionais dos pescadores em benefício da obtenção privada dos recursos marinhos.

Essas concessões das áreas costeiras à iniciativa privada cercou os espaços marinhos que sempre foram abertos e livres a todos, e impediu o acesso dos pescadores às áreas que historicamente e tradicionalmente ocupavam e exploravam. O mar, que até então não apresentava limites por onde se pudesse adentrar, começou a ser cercado e fechado, impedindo o seu livre acesso, assim como o desenvolvimento e reprodução das relações históricas daquelas comunidades com aqueles espaços. Limitado, privatizado, o exercício de livre acesso ao mar que até então desfrutavam os chilotes passou a ser sujeito a processos de criminalização e penalização, inviabilizando a reprodução das suas territorialidades históricas. Como lamentava um pescador de Ancud, sofrendo com o cercamento do mar²:

El mar debería ser libre, pero debería ser para los pescadores, como era antiguamente, los verdaderos pescadores. No para la gente que vio que los pescadores empezaron a ganar plata, por ejemplo, los agricultores, como te contaba allá en Piñihuil, dejaron el campo y se tiraron al mar. ¿Por qué?, Por la plata, si ellos tenían sus campos, deberían haber seguido con el campo”.

Se os problemas e os conflitos causados pela indústria do salmão na Ilha de Chiloé começaram com as políticas ditatoriais de Pinochet, eles, todavia, acentuaram-se depois do retorno à democracia no ano 1990, quando passou por um processo de grande expansão da indústria do salmão, incentivado pelo Estado, que outorgou ainda mais concessões aquícolas às novas empresas. A sua ampliação nas últimas três décadas tornou o Chile o segundo maior país produtor e exportador de salmão, estando somente atrás da Noruega (MONDACA-MANSILLA, 2019, p. 241) Entretanto,

² Ao longo da tese respeitei a língua espanhola quando se trata de falas dos meus interlocutores, pois não quis prejudicar o seu sentido original. No caso das citas bibliográficas realizei a tradução, pois considero que isto facilita a leitura em português ao se tratar de uma linguagem acadêmica, em que a interpretação se torna menos difícil.

tal expansão foi possível através da formação de um mercado de trabalho que tornou precárias as condições de vida das comunidades locais, pois, assentava-se num tipo de proletarização da mão de obra dos homens e mulheres das comunidades chilotas, que não estavam acostumados a vender sua força de trabalho em horários e salários prefixados e repetidos cotidianamente, nem de dispor de quantidades de dinheiro constantes para adquirir os bens básicos. A indústria do salmão impulsionou essa nova modalidade de mão de obra e de trabalho assalariado, produto tanto da contratação direta quanto da terceirização através de empresas externas, o que têm produzido trabalhos precários e instáveis. Uma mulher da cidade de Quellón, atualmente o principal local de processamento de salmão em Chiloé, expressou o trato que recebiam como trabalhadoras da seguinte maneira:

*Para nosotros, **a la empresa salmonera le importa más el salmón que la vida de una persona**. Esa es la visión que nosotros tenemos. A la empresa le importa más sus pescados que la vida de las personas, porque no les interesa cómo están trabajando las personas, uno tiene que andar el día a día sacando la voz por tu gente, si no ellos la vulneran a cada rato.*

Além destes maus tratos, talvez um dos maiores efeitos da proletarização das pessoas foi, como me foi dito em diversas oportunidades, que elas foram se “afastando do campo e do mar”, ou seja, deixaram de viver segundo seus modos de vida tradicionais, perdendo ao mesmo tempo o controle sobre seu território. Segundo Robledo e Peña, “*Antes de veía mucho más la solidad del chilote (...) basicamente porque la gente que estaba en el campo há tenido que migrar a la ciudad*” (ROBLEDO VALLEJOS; PEÑA BARRIGA, 2020, p. 11). Entretanto, não se trata de um afastamento das pessoas, e sim de um processo muito mais complexo, que podemos chamar momentaneamente de “expulsões”.

Embora os efeitos da indústria do salmão sejam fundamentais para compreender e enquadrar heurísticamente as grandes transformações nas territorialidades dos chilotas, devido a sua magnitude e impacto até os dias atuais, a expansão da indústria pesqueira em Chiloé promoveu também outras modalidades de ocupação e acesso ao mar que afetam diretamente os modos de vida dos pescadores,

como é o caso das “Áreas de Manejo y Explotación de Recursos Bentónicos³”, doravante AMERB, que passo a explicar a continuação.

1.1 AS ÁREAS DE MANEJO Y EXPLOTACIÓN DE RECURSOS BENTÓNICOS E OS SEUS CONFLITOS

Além de um conjunto de incentivos econômicos por parte do Estado, as mudanças que foram ocorrendo no Arquipélago de Chiloé em relação aos acessos ao mar tiveram por base também a criação de marcos jurídicos que foram regulamentando os acessos e práticas privadas sobre os espaços e recursos pesqueiros, assunto que será desenvolvido em mais detalhe no Capítulo 3. Por ora, importa ressaltar o principal marco regulador, que foi estabelecido através da “Ley General de Pesca y Acuicultura” (LGPA), publicada em 1989 pelo regime ditatorial⁴, porém sancionada em 1991, já no período democrático. A “Ley General de Pesca y Acuicultura” estabeleceu os parâmetros para que as atividades pesqueiras começassem a ser regulamentadas e fiscalizadas mediante da formulação e aprovação de um novo código jurídico, que afetou de modo crítico os ordenamentos espaciais e as regulamentações sobre o acesso e uso dos espaços marinhos. Neste processo foram definidas as concessões aquícolas (usadas principalmente para cultivo de salmão), definidas pela Lei como: *“o ato administrativo pelo qual o Ministério da Defesa Nacional concede a uma pessoa os direitos de uso e fruição, por um período renovável de 25 anos, sobre determinados bens nacionais, para que essa pessoa possa exercer actividades de acuicultura nesses bens”⁵*.

Entre os novos ordenamentos territoriais que a Lei introduziu, encontram-se as AMERB, através das quais são outorgados direitos de exploração exclusivos para organizações de pescadores legalmente constituídas, como os sindicatos de

³ Os Recursos bentônicos são aqueles que ocupam os fundos aquáticos.

⁴ JOSE T. MERINO CASTRO, *Almirante, Comandante en Jefe de la Armada, Miembro de la Junta de Gobierno.*- FERNANDO MATTHEI AUBEL, *General del Aire, Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea, Miembro de la Junta de Gobierno.*- RODOLFO STANGE OELCKERS, *General Director, General Director de Carabineros, Miembro de la Junta de Gobierno.*- SANTIAGO SINCLAIR OYANEDER, *Teniente General de Ejército, Miembro de la Junta de Gobierno.* Por cuanto he tenido a bien aprobar la precedente ley la sanciono y la firmo en señal de promulgación. Llévase a efecto como ley de la República. Regístrese en la Contraloría General de la República, publíquese en el Diario Oficial e insértese en la recopilación Oficial de dicha Contraloría. Santiago, 22 de diciembre de 1989.- AUGUSTO PINOCHET UGARTE, *Capitán General, Presidente de la República.* - Pedro Larrondo Jara, *Contraalmirante, Ministro de Economía, Fomento y Reconstrucción.* Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=30265>

⁵ https://www.subpesca.cl/portal/615/articles-88020_documento.pdf

pescadores (SAAVEDRA, 2016), os quais são uma modalidade de organização dos trabalhadores que não faziam parte dos modos de organização tradicional dos chilotes. As AMERB decorrem, portanto, dos processos de privatização, normatização e disciplinarização dos espaços marinhos para atender aos interesses das diversas modalidades da indústria pesqueira. Como unidades administrativas, as AMERB constituem espaços costeiros delimitados que visam regular os direitos de uso e a extração de recursos marinhos entre os pescadores artesanais. A definição técnica oficial de uma AMERB é:

"[R]egime de acesso que atribui direitos exclusivos de exploração a organizações de pescadores artesanais, por meio de um plano de manejo e exploração baseado na conservação dos recursos bentônicos presentes em setores geográficos previamente delimitados. Através do regime AMERB, são concedidos direitos exclusivos de uso ou exploração sobre recursos bentônicos (invertebrados bentônicos e algas), presentes em setores geográficos previamente delimitados. Este regime pode ser desenvolvido exclusivamente por organizações de pescadores artesanais legalmente constituídas, após aprovação de um plano de gestão baseado na sustentabilidade dos recursos do setor. De acordo com a Lei Geral de Pesca e Aquicultura (LGPA), este regime de acesso pode ser estabelecido na Área de Reserva de Pesca Artesanal (ARPA) e em águas terrestres (rios e lagos) do território nacional⁶.

Atualmente, para os pescadores artesanais do Arquipélago de Chiloé desenvolverem suas atividades relacionadas aos espaços do mar e recursos bentônicos eles devem, primeiramente, entrar com um processo solicitando a concessão de uma AMERB, a qual deve seguir os preceitos definidos pelo *Plan de Manejo*, que estabelece as quantidades e os modos de extração permitidos para as distintas espécies. Essa solicitação pode ser feita somente por sindicatos ou agrupações de pescadores legalmente constituídas, através de processos burocráticos que se tornam complexos para os pescadores, junto com os documentos que comprovem a existência legal da “Organização de Pescadores Artesanais” (OPA). Entre os requisitos, também deve ser realizada uma assembleia como forma de comprovar que os sócios da organização estão de acordo com a solicitação. Por sua vez, o Plano de Manejo deve ser elaborado e apresentado pelos sindicatos de pescadores e aprovado pelo “Servicio Nacional de Pesca” (SERNAPESCA), cujas atividades devem pressupor um uso sustentável dos recursos. Todavia, a elaboração de um plano de manejo precisa de uma quantidade importante de tempo investido

⁶ Disponível em: www.subpesca.cl. Acesso em: junho 2022.

para organizar aos pescadores em sindicatos ou cooperativas, assim como para reunir os múltiplos documentos exigidos, além do controle e seguimento do processo por parte de biólogos e cientistas sociais que atuam, tal como a lei o exige, como especialistas e consultores dos sindicatos. Junto com a criação das AMERB, a LGPA estabelece que as pessoas vinculadas às atividades do mar devem pertencer a uma ou mais das categorias da lei: “*pescador artesanal*”, “*recolector de orilla*”, “*buzo*” e “*armador artesanal*”, e devem estar registradas no “Registro Pesquero Artesanal (RPA)” para poder realizar as atividades de forma legal e não serem considerados criminosos pelos órgãos fiscalizadores.

Embora as AMERB sejam uma forma dos pescadores artesanais manter certo controle sobre os espaços marítimos, através delas tem se promovido uma “hierarquização” ou “estratificação” entre os pescadores artesanais. As AMERB compreendem espaços diversos, nos quais variam as espécies que podem ser extraídas, o que tem provocado grandes diferenças econômicas entre os distintos grupos de pescadores. Os pescadores que não conseguem fazer parte de uma AMERB (a maioria da população em Chiloé) e que continuam pescando segundo o costume nos bancos naturais de peixes e mariscos, são muitas vezes punidos e multados pela justiça, assim como existem relações conflitivas com os pescadores que conseguiram o direito a uma AMERB, e buscam impedi-los de explorar os recursos como tradicionalmente o faziam.

Esta nova relação que se estabeleceu entre eles promoveu um processo de diferenciação entre os pescadores, especialmente, decorrente desta segmentação que as AMERB impuseram sobre as atividades relacionadas ao mar, que historicamente eram coletivas e integradas em um mesmo modo de vida como à pesca, a mariscagem e à coleta de algas (BUGUEÑO-FUENTES, 2018). As atividades mais lucrativas só podem ser realizadas por sócios de uma AMERB; não sendo sócio, só podem desenvolver as menos lucrativas, como a coleta de algas e mariscos, causando um forte impacto nos ingressos familiares. Ainda que possam parecer que atendam demandas dos pescadores artesanais para o acesso ao mar, as AMERB quebraram a racionalidade que sustentava o seu acesso com base na compreensão como de uso comum.

Neste sentido, as AMERB têm produzido severas mudanças e conflitos entre os próprios pescadores, pois parcelas de mar com grandes bancos naturais são entregues a grupos privados de pescadores, que não permitem que outras pessoas das comunidades locais possam ter acesso. Na maioria das vezes os bancos naturais de espécies bentônicas, como o marisco “loco” (*Concholepas concholepas*) de grande valor comercial, são áreas onde os chilotes como um todo integrado têm usado historicamente, concebidas como de uso comum, e não eram propriedade privada de uma pessoa ou de um grupo específico de pessoas. Outros conflitos ainda ocorrem entre os sócios de distintas AMERB, na medida em que os bancos naturais das diversas espécies se deslocam, enquanto as parcelas de mar são fixas, o que provoca inconsistências sobre quem realmente possui os direitos de exploração dos bancos naturais.

Desse modo, a implementação das AMERB gerou conflitos entre os que passaram a ser considerados “proprietários” ou “donos” dos recursos do mar e os “não proprietários”, uma apropriação inconcebível nos padrões de territorialidade anteriores, que não reconhecia nenhum proprietário privado dos recursos do mar. Essas novas situações têm chegado a gerar, inclusive, episódios de violência e morte, assim como o empobrecimento e falta de acesso a alimentos de qualidade de muitas famílias que não conseguem mais acessar a maioria dos recursos marinhos, seja por sua escassez, seja pelo seu alto valor comercial. Em decorrência, a alimentação baseada em mariscos e peixes tem sido substituída geralmente por alimentos industrializados e mega processados, causando importantes problemas de saúde entre a população. O lamento de um dos pescadores expressa o dilema que passam a sofrer com a implantação das AMERB:

“Simplemente la gente estaba acostumbrada a ir a sacar antes en donde era libre. Estaba acostumbrada a que sea libre, y **que sea ahora de unos pocos, la gente no lo toma bien**. Al contrario, queda la “cagada”, ha habido muertos, terrible”.

A introdução das AMERBs teve ainda consequências para as famílias de pescadores no que se refere a legalidade de acesso aos recursos do mar. A partir da criação da LGPA todas as atividades praticadas pelos pescadores locais passaram a ser regulamentadas e fiscalizadas e cada pessoa que quer praticar a pesca artesanal deve estar cadastrada. Assim, os que não estão cadastrados começam a ser

considerados de ilegais, e suas práticas e atividades para o acesso aos recursos, criminalizadas. Para impor o controle destas atividades implementou-se um forte sistema de fiscalização, que começou a ser desenvolvido pela Marinha, disponibilizando embarcações para monitorar as áreas concessionadas. Miguel, um senhor de Ancud de mais de 60 anos que compartilhou muitos dos seus saberes e histórias, explicava-me o problema que tem significado para eles a existência das AMERB:

Las áreas de manejo te agarran todo este círculo, todo esto agarra [hace gestos con las manos en forma de círculo], son 30 socios. Y 30 socios son 30 pescadores, y antes esa parte la sacaban todos los pescadores de Chiloé que había, y ahora lo están sacando 30 personas acá, y acá en Chepu 30 personas más. **Se adueñaron del mar, se hicieron dueños.** Entonces lo que pasa que tú antes ibas a pescar acá, es lo mismo que hacía mi viejo cuando el mar era libre. Y ahora tú no puedes ir po, porque tú tienes que seguir marcando el paso acá, porque si tú te vas metiendo en esta área, acá está tomada la otra área, ¿y acá esa hondura y qué vas a sacar acá? no puedes trabajar ahí, no hay nada. **Ellos pescaron donde están todos los lugares donde hay productos.** Y no te dejan meterte, si te metes te van a pescar tu bote y te lo quita la Armada. Porque ellos sacan una foto, está la matrícula y te lo quitan, ¿y tú qué vas a hacer? Ahí usan la fuerza mayor.

Como descrito, as diversas modalidades de privatização do mar (concessões aquícolas e AMERB), assim como os marcos jurídicos de organização da pesca artesanal, tem promovido processos de expulsão das populações locais aos espaços e recursos que eram de uso comum.

1.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA ENTRE OS CHILOTES

As tensões acumuladas pela intensificação das modalidades da indústria pesqueira privatista que sucessivamente foi limitando, quando não impedindo o acesso ao mar e a continuidade das atividades costumeiras dos chilotos, têm levado, todavia, à vários movimentos de resistências das comunidades chilotas de pescadores. Elas têm se mobilizado para impedir o avanço da indústria do salmão no Arquipélago, promovendo o que o historiador chilote⁷ Eduardo Mondaca chama de um “*vómito y desahogo históricos*” (MONDACA-MANSILLA, 2019, p. 297). Múltiplos grupos de pescadores artesanais, trabalhadores da indústria do salmão, comunidades indígenas huilliches, mas também chilotos não ligados diretamente com as atividades

⁷ A denominação para as pessoas nascidas em Chiloé é: “chilote” para homens e “chilota” para mulheres.

marinhas, têm se levantado nos últimos anos em luta, resistindo aos avanços da indústria pesqueira, à poluição das águas que produz, em defesa de seus espaços territoriais e pela manutenção dos modos tradicionais de acesso ao mar. A exemplo, pode-se citar o movimento que começou logo depois do grande desastre ambiental do ano 2016, quando teve início um processo político local conhecido como *mayo chilote*, através do qual movimentos sociais de várias origens começaram a se mobilizar em oposição à permanência e desenvolvimento da indústria do salmão no Chiloé, assim como às distintas modalidades de privatização do mar. Importante destacar também que nesse processo de mobilização contra a indústria do salmão, e seus efeitos deletérios, as pessoas começaram a afirmar um pertencimento de origem ao território compreendido pelo Arquipélago de Chiloé, valorizando e politizando a sua identificação como “chilotes”, identidade que até então era fortemente depreciativa e carregada de estigmas, como será descrito no Capítulo 2. Reivindicando-se como comunidades originárias “chilotas”, elas têm se mobilizado e se empoderado para se contrapor ao “invasor”, ao exógeno, que adentrou em seus territórios para os despojar de seus territórios e modos de vida.

Neste sentido, esta tese analisa as transformações nos modos de vida dos chilotes na Ilha Grande de Chiloé, buscando entender as disputas territoriais que passam a ocorrer com a introdução da indústria de salmão na ilha de Chiloé, a partir da década de 1970, que privatizou extensas áreas de mar do Arquipélago, com a instalação e expansão da indústria do salmão, e de outras formas de mercantilização dos espaços e recursos marinhos no Arquipélago de Chiloé, como as AMERBs. De modo mais preciso, as análises focam sobre as consequências e as disputas decorrentes da implementação das AMERB entre comunidades da região norte do Arquipélago de Chiloé, especificamente do município de Ancud, onde tais conflitos têm uma intensidade e regularidade maiores em comparação aos demais municípios da região. Com foco sobre essa problemática, a tese objetiva compreender as diversas consequências decorrentes da implementação das AMERB entre as distintas comunidades de pescadores em Ancud, especialmente no que se refere às transformações nas suas territorialidades e nos modos de obtenção de recursos que tradicionalmente desenvolviam, assim como de seus modos e estratégias de resistência. Neste sentido, busco focar especialmente sobre os efeitos para aquelas comunidades de pescadores que não têm direitos privados sobre os recursos

marinhos por não estarem associados à uma AMERB e, portanto, terem seus direitos de acesso a recursos do mar gravemente restringidos. Também faz parte desta tese a abordagem das narrativas e ações do Estado, das empresas e das instituições científicas que justificam as AMERB como modelo de sucesso espalhado em todo o território nacional, sem considerar as particularidades e os seus efeitos deletérios para e cada povo e o ambiente em que se situam.

1.3 AO ENCONTRO DO TEMA DA PESQUISA: “GENTE DE MAR” SEM O MAR

Revisando os principais trabalhos sobre o assunto me deparei com os estudos e pesquisas realizadas sobre a criação e implementação das AMERBs, os quais, todavia, têm focado, de modo generalizado, somente sobre os pescadores que são sócios das AMERBs, e nenhum olhar sobre os pescadores não sócios. Estes estudos ignoraram os demais pescadores que não se associaram e se vincularam aos projetos de AMERBs, desconsiderando assim a grande maioria dos pescadores da região. Estes estudos apenas fazem referência a estes pescadores para apresentá-los como antagônicos aos pescadores sócios das AMERBs, sem questionar as condições que assim os colocaram. Embora o foco de cada estudo seja diferente, as principais conclusões destes trabalhos estão relacionadas com as divergências e desencontros entre a implementação e os objetivos das AMERB e os usos costumeiros por parte das comunidades locais do seu território (BUGUEÑO-FUENTES, 2018); (SAAVEDRA, 2016); (SKEWES; ÁLVAREZ; NAVARRO, 2012); (THER-RÍOS et al., 2020); (THER RÍOS; VALDERRAMA BRAVO, 2012).

Através de trabalhos de campo em várias cidades e povoados do Arquipélago de Chiloé (e outras regiões adjacentes), os diversos autores descrevem como a orientação economicista muitas das vezes se contrapõe as lógicas tradicionais de organização e produção dos chilotes, orientadas a um benefício coletivo da comunidade e ao respeito pela natureza, ao invés do lucro pessoal. No entanto, ainda que tenham ajudado a compreender os efeitos da implementação das AMERBs para as famílias e pescadores diretamente envolvidas nelas, nestes estudos não foram consideradas as pessoas excluídas destes processos, tampouco as consequências sobre o cercamento de áreas do mar que esses grupos passam a sofrer por conta da implantação de uma AMERB. Em decorrência, esses estudos ignoram as consequências para as comunidades locais que a entrega de direitos privados a uma

pequena parcela da população provoca, assim como são mencionados apenas os conflitos internos entre os usuários das AMERB, evidenciando a falta de uma compreensão mais abrangente dos seus impactos. Focando nos sócios, os trabalhos antropológicos sobre as AMERB não contemplam os seus efeitos sobre as comunidades como um todo, ignorando a mais da metade dos pescadores da região. A compreensão sobre esse processo de exclusão desta parte significativa dos pescadores do Chiloé que busco explorar nesta tese.

Neste sentido, é relevante que se possa levar em consideração os discursos entre os pescadores destituídos de direitos sobre o mar para mostrar um modo de exclusão invisibilizado que é produto das políticas de privatização dos direitos de uso dos espaços e recursos marinhos. Em sua pesquisa de mestrado recentemente publicada, Cortínez (2023) menciona uma situação análoga na cidade de Quellón, no extremo sul do Arquipélago:

“A demarcação desta Área de Manejo tem provocado intensos conflitos entre os coletores de luga⁸ pertencentes ao sindicato, que defendem seu direito exclusivo de extrair nesse espaço, e aqueles que não fazem parte da organização e cuja coleta naquela área estaria infringindo a lei” (...) Em consonância com o clima de tensão que aquelas placas sugerem, desde que se iniciou a demarcação da área de manejo as relações entre as pessoas que tradicionalmente frequentavam a Barra de Chaiguao para a exploração da luga ficaram muito tensas. Várias das pessoas entrevistadas me relataram situações de perseguição, violência e ameaças por parte de membros do Sindicato contra as pessoas que desafiavam o direito de exclusividade do uso da área, criando um ambiente de temor permanente” (2023, p. 110).

Assim, focalizando nos pescadores e suas famílias que foram excluídos dos processos de implantação das AMERB e que passam a ter suas atividades em relação ao mar proibidas e criminalizadas, conduzi minha pesquisa junto às comunidades que se encontram no município de Ancud, no norte do Arquipélago, onde se encontra a maior número de pescadores artesanais da região, assim como um grande número de AMERBs implementadas. Segundo as fontes oficiais, em Ancud existem trinta e cinco AMERBs decretadas, das quais vinte e duas têm como principal recurso de exploração o *loco*, um molusco de grande valor comercial que só pode ser extraído

⁸ A luga (*Sarcothalia crispata*) é um tipo de alga altamente comercializada pelas populações litorâneas do sul do Chile. Em décadas recentes, sua extração tem se intensificado, principalmente por parte dos grupos mais precarizados que encontram nela uma possibilidade de monetarização. Em Chiloé, é comum ver plantas de processamento de algas que comprem das pessoas locais e vendem para fornecer às diversas indústrias de alimentos e farmacêuticas.

única e exclusivamente por sócios de AMERB. A maioria destas AMERB tem tido renovadas suas licenças até 2030, através das quais são entregues os direitos privados de exploração por mais de 25 anos com possibilidade de prorrogação. A superfície total em regime de AMERB em Ancud totaliza 3914,79 hectares marítimas, que são também as mais produtivas da região.

Desde 1997 existem grupos de pescadores que tem direitos privados sobre parcelas do mar e bancos naturais de recursos bentônicos, e grupos de pescadores que não tem acesso algum, que não apenas estão impedidos de praticar as atividades de mar que tradicionalmente desenvolviam nessas áreas, como estas foram criminalizadas. Como irei descrever no capítulo 4, o processo de cercamento e privatização dos espaços e recursos marinhos tem causado uma forte *estratificação social* (NADASDY, 2003) entre os que detém direitos privados sobre os usos do mar e os que não os têm mais, assim como fonte de intensos conflitos entre eles.

A importância de analisar os conflitos decorrentes da implementação das AMERBs junto aos pescadores em Ancud decorre, em primeiro lugar, por abrigar o maior número de pescadores artesanais em comparação a outros municípios do Arquipélago, os quais passam a ser fortemente impactados. De acordo com dados da *Subsecretaría de Pesca* (SUBPESCA), em Ancud existem 7.372 pessoas entre pescadores artesanais, *armadores*, mergulhadores e coletores, das quais 4.330 se encontram cadastradas no RPA. Em Ancud, a diferença de outras regiões do Arquipélago como Quellón, a pesca artesanal ainda é vital para a subsistência de muitas famílias, o que pode ser verificado na dieta diária das pessoas, de grande consumo de peixes e mariscos, assim como no dinamismo que a atividade pesqueira produz na cidade como um todo. No Chile, o número de AMERBs no município de Ancud (35) é superado somente pelo município de Huailahué (47), um pequeno povoado localizado na região leste do mar interior do Arquipélago. Além disso, em Ancud existem certas particularidades como, por exemplo, a existência de importantes bancos naturais de *loco*, que significam grandes benefícios econômicos para um reduzido grupo de pessoas, gerando conflitos entre os pescadores que reivindicam os usos históricos dos espaços atualmente privatizados.

Apesar da presença significativa de comunidades de pescadores que dependem do acesso ao mar para seu sustento e reprodução de seus modos de vida, a implementação das AMERB em Ancud tem significado a perda sucessiva de acesso ao mar para um número significativo de famílias que dependem das atividades marinhas para viver. Por um lado, as áreas mais ricas em recursos passam a ser de uso exclusivo de uns pequenos grupos, ou seja, privatizadas, reduzindo cada vez mais os espaços em que a pesca artesanal pode ser realizada. A pescaria que costumava ser abundante e diversa, passa a ser cada vez mais restrita e reduzida, assim como os grandes deslocamentos dos pescadores pelo mar, tradicionais em seus modos de uso, atualmente são fortemente regulamentados e fiscalizados pela Marinha, tornando-se pescadores “sedentários”. Por outro lado, os requisitos exigidos pelo Estado de regularização e burocratização das atividades pesqueiras são cada vez mais ostensivos, o que têm tornado pouco atrativo para os mais jovens se dedicarem às atividades do mar, preferindo ocupar as vagas que a indústria do salmão lhes oferece.

Perante o aumento da escassez de recursos em decorrência das modalidades das indústrias pesqueiras, o Estado tem reduzido significativamente os *permisos* de pesca, sendo cada vez mais difícil o cadastramento por parte dos pescadores, colocando suas atividades costumeiras em situação de ilegalidade. Atualmente, os mais velhos ainda têm acesso para pescar em áreas que não estão sob domínio das AMERBs (porque se cadastraram como pescadores artesanais décadas atrás), de onde extraem recursos como mariscos, crustáceos e peixes, que são pouco valorizados pelo mercado. Eles alegam, todavia, que os espaços mais valorizados já estão todos privatizados, e que o Estado tem oferecido para eles constituírem AMERBs em espaços em que não existe vida marinha que garanta seu sustento, solução que eles consideram não ter sentido nenhum. Por essa razão, persistem em pescar e mergulhar nas poucas áreas em que ainda é possível observar diversas espécies, para logo vender seus produtos nas feiras locais ou para intermediários que os levam para outras regiões do país.

Entretanto, as pessoas mais jovens das famílias não conseguem se cadastrar no RPA, sendo forçados a duas situações: a) pescar sem os *permisos* ou b) trabalhar como terceirizados para a indústria pesqueira. Desse modo, atualmente entre os

pescadores artesanais quase não se encontram jovens. É muito mais comum vê-los se deslocando diariamente para trabalhar em alguma fábrica de peixes em troca de um salário mínimo. A privatização de espaços marinhos e as regulamentações que proíbem o acesso ao mar e criminalizam práticas tradicionais têm tornado possível uma crescente disponibilização de mão de obra para as diversas indústrias que operam na região, como a indústria do salmão e mais recentemente, a indústria do mexilhão. A disponibilidade dessa mão de obra jovem depende da expulsão que sofrem dos seus territórios tradicionais.

1.4 LOCALIZAÇÃO E INTERLOCUTORES DA PESQUISA

O município de Ancud, onde a pesquisa foi majoritariamente conduzida, tem uma população de 41.661 habitantes. Trata-se de um município de grande proximidade com o continente, assim como também é um ponto de convergência entre o Chile continental e as demais comunidades do Arquipélago. A cidade de Ancud, sede do município, está localizada na região norte da Ilha Grande de Chiloé, especificamente na Bahia de Ancud, e têm uma população aproximada de 26.000 habitantes.

Meus interlocutores de pesquisa se encontram entres estes pescadores artesanais, os quais historicamente se dedicaram ao que eles denominam de “atividades do mar”, como são a pesca em mar adentro, coleta de mariscos e algas, pesca de mergulho, mas que por diversos motivos não se envolveram na criação de uma AMERB. Eles ainda conseguem exercer suas atividades do mar nos espaços que o Estado disponibiliza para os pescadores artesanais cadastrados no SERNAPESCA, principalmente na Bahia de Ancud. As quantidades de extração chamadas “*coutas*” também são reguladas pelo Estado e cada pescador pode extrair certas quantidades de espécies por temporada. Cada desembarque de pesca é fiscalizado por um funcionário do governo que aguarda os pescadores no píer principal da cidade, onde as capturas são pesadas e registradas para não ultrapassar as *coutas* designadas individualmente. Desde que eu acompanho aos meus interlocutores, as espécies mais extraídas por eles são as *jaivas* (*Metacarcinus edwardsii*), caranguejos (*Chaceon chilensis*) e a alga *luga roja* (*Gigartina skottsbergii*).

Algumas pessoas se dedicam a estas atividades de forma permanente, outras de forma intermitente. Comercializam seus produtos em feiras adjacentes aos pequenos portos em que desembarcam, principalmente, as espécies de mais valor de mercado, ao mesmo tempo que consomem uma parte importante da pesca, como os mariscos, crustáceos e peixes menos valorizados pelo mercado em cada uma de suas refeições. Se consideram “gente de mar” e reivindicam formas de ocupação do Arquipélago que têm sido fortemente atingidas pela indústria pesqueira, principalmente pela perda de direitos sobre espaços que antes eram tidos como de uso comum e pelos constantes e reiterativos episódios de poluição das águas, provocando eventos de morte massiva de diversas espécies vitais para a sua subsistência. De um modo geral, eles mantêm uma relação com a indústria do salmão complexa, com a qual eles têm trabalhado em períodos curtos, principalmente como trabalhadores terceirizados em atividades como a reparação de jaulas, e nunca ficam como operários por períodos prolongados, a diferença dos habitantes de Quellón, cidade no extremo sul do Arquipélago, onde se encontra a maior presença de empresas de processamento de salmão e operários assalariados, principalmente mulheres.

1.5 DISCUSSÕES QUE ORIENTAM A TESE

1.5.1 As AMERB na literatura acadêmica

As AMERB fazem parte das análises acadêmicas no contexto chileno desde que começaram a ser implementadas, no início dos anos 2000. Os trabalhos de maior relevância e divulgação se encontram nas disciplinas relacionadas a Biologia e a Ecologia. A concentração dos trabalhos nestas áreas deve-se ao objetivo principal da sua implementação de desenvolver uma “exploração sustentável” dos recursos marinhos, principalmente o *loco*, mediante um manejo conduzido em parceria entre o governo e as organizações de pescadores artesanais, os quais deveriam estar embasados em estudos científicos do campo da biologia. A ideia principal que permeia esses estudos e pesquisas decorre da apreensão da noção sobre a “tragédia dos comuns” de Garrett Hardin (HARDIN, 1968), um cientista estado-unidense que argumentou que os espaços comuns deviam ser privatizados ou gerenciados pelo Estado, pois os interesses dos diversos agentes por maximizar os ganhos individuais

levariam em algum momento ao colapso dos bens comuns. Como será discutido no Capítulo 3, desde os inícios da indústria pesqueira sob regime militar, cientistas vinculados à biologia foram fundamentais para orientar a exploração dos recursos mais valorizados pelo mercado mundial, assim como para modelar os regimes de acesso aos espaços e recursos marinhos.

Segundo estes trabalhos, a combinação de uma série de fatores teria garantido ao longo dos últimos anos uma extração sustentável dos recursos devido a implementação destas áreas de manejo (CASTILLA; GELCICH, 2008); (GELCICH; GODOY; CASTILLA, 2009)). Entre os principais fatores argumentados para este alcance, o mais importante seria precisamente a entrega por parte do Estado de direitos exclusivos de extração de recursos bentônicos para organizações legalmente cadastradas, que extraem os recursos somente nas áreas onde elas residem, chamadas de *caletas*⁹. Para estes estudos, estar-se-ia assim evitando a competitividade por recursos e, desta maneira, impedindo o deslocamento dos diversos grupos de pescadores ao longo das distintas áreas marinhas do país, que causariam uma sobre-exploração dos recursos (CASTILLA; GELCICH, 2008) ou seja, a dita “tragédia dos comuns”.

Outro fator de sucesso que estes estudos atribuem estaria na aplicação dos planos de manejo, os quais garantiriam um uso sustentável dos recursos, pois os bancos naturais são monitorados para estabelecer *cuotas* de extração em relação aos estoques disponíveis, evitando, assim, previamente a sua sobre-exploração. Esses estudos argumentam que quando comparadas com as áreas de livre acesso, as AMERB apresentam maior biodiversidade e abundância de recursos, o demonstraria que se trata de um regime de manejo de “sucesso biológico-pesqueiro” (GELCICH; GODOY; CASTILLA, 2009, p. 425). Todavia, o ponto crítico destas pesquisas é a sua notável preocupação com a reprodução dos recursos marinhos e, em decorrência, dos interesses econômicos associados a eles. Nestas, o sucesso das AMERB estaria demonstrado, em última instância, pela sua capacidade de garantir a reprodução dos recursos bentônicos e a desenvolver uma política econômica para que o pescador

⁹ As *caletas* “são faixas de terra acima da marca da maré alta que são concedidas como concessão pelo Estado e proporcionam direitos aos usuários, tais como o direito de ter acesso ao mar, o direito de desembarcar um barco, o direito de desembarcar a captura e de erguer certas construções” (CASTILLA; GELCICH, 2008, p. 442)

passasse a ser um empreendedor econômico na grande cadeia de produção industrial pesqueira. Para reforçar tais argumentos, citam como exemplo de sucesso o caso de uma associação de pescadores que em 2004 ter faturado \$US 2.000.000 pela venda de 1.197.227 *locos* ((CASTILLA; GELCICH, 2008, p. 446-447)

No entanto, de um olhar mais crítico, o antropólogo chileno Gonzalo Saavedra menciona que, ao analisar a pesca artesanal em Chiloé, “*Estas visões dicotômicas reduzem as economias da pesca artesanal à sua versão mais funcional e etnocêntrica: um negócio que precisa de ser otimizado.*” (2013, p. 418-419). Enquanto preocupados com a reprodução e sustentabilidade da economia dos recursos marinhos, estes estudos desconsideram as problemáticas sociais associadas à implementação dos regimes de direitos e acesso ao mar, especialmente, das comunidades que tradicionalmente habitavam e faziam uso daqueles espaços marinhos. Estas ausências também foram consideradas nos estudos de antropólogos que têm questionado de outros ângulos esta suposta efetividade e sucesso das políticas de manejo de pesca artesanal no Chile ((BUGUEÑO-FUENTES, 2018); (SAAVEDRA, 2016); (SKEWES; ÁLVAREZ; NAVARRO, 2012); (THER-RÍOS et al., 2020); (THER RÍOS; VALDERRAMA BRAVO, 2012); (CORTINEZ, 2023)). Estes estudos têm abordado os impactos das AMERB a partir do ponto de vista das comunidades locais, questionando a preponderância e suficiência dos indicadores econômicos e de recuperação de certas espécies da vida marítima como um indício de uma política bem sucedida.

Todavia, de modo geral, a preocupação principal destes trabalhos tem recaído sobre os impactos em Chiloé dos novos regimes de apropriação e ordenamento territorial dessas comunidades locais, historicamente caracterizadas por práticas e usos costumeiros de habitar tanto as áreas terrestres quanto às áreas marinhas de uso comum. Neste sentido, estes trabalhos iluminam diversas dimensões sobre as novas situações vividas pelos pescadores locais decorrentes da implementação das AMERB, como a divergência entre o uso das AMERB e os modos de vida tradicionais das comunidades ((THER RÍOS; VALDERRAMA BRAVO, 2012)), os distintos usos das AMERB a partir de práticas culturais locais (SAAVEDRA, 2016), e a “sedentarização” dos pescadores, que agora passam a ser um “pescador-cultivador” do mar (BUGUEÑO-FUENTES, 2018).

No entanto, estas abordagens se situam de um ponto de vista dos usuários ou “sócios” das AMERB, ou seja, das organizações de pescadores legalmente constituídas que têm os direitos exclusivos para explorar os bancos naturais, e não dos outros grupos que habitam o território e que se vêem afetados pela sua implementação. Em cada uma destas etnografias se faz uma breve referência a conflitos provocados por roubos de grupos que não pertencem às AMERB, sem uma maior elaboração sobre quem são estes grupos e quais as suas motivações. Desse modo, embora estes trabalhos avancem na compreensão das consequências da implementação das AMERB e os seus problemas como política pública de manejo e gestão de recursos marinhos, acredito que o foco deve ser colocado no fenômeno da privatização do mar que a sua implementação provoca. Segundo pude observar em Chiloé, as AMERB fazem parte de um processo maior de reconfiguração do ordenamento jurídico e territorial, o que implica em traçar um olhar para as consequências além dos limites internos das AMERB como um regime de manejo.

Diversos grupos de pessoas que identificam sua existência como pescadores tradicionais do Arquipélago de Chiloé têm sido ignorados no âmbito das pesquisas acadêmicas, pois não fazem parte das políticas de manejo de recursos bentônicos do Estado, produzindo-se assim uma dupla exclusão. De um lado, provocada pelo Estado e suas políticas de privatização e, por outro, pela própria Academia que não tem traçado um olhar sobre os grupos que não fazem parte das políticas públicas direcionadas às AMERB, embora sejam habitantes históricos do Arquipélago de Chiloé. Essa dupla exclusão tem afetado uma parcela importante da população, não somente em termos dos direitos de acesso ao mar, senão, também, das possibilidades de exercer atividades tradicionais sem serem fortemente fiscalizados pelo Estado, ou sofrerem punição quando infringem alguma lei. Essas são consequências do modelo economicista do Estado que visa estabelecer um modelo de pesca no qual sua atividade passa a ser concebida como a partir do mercado e os pescadores como empreendedores de negócios, empresários, destituindo-os também de suas identidades como pescadores tradicionais.

Considerando tais exclusões, busco demonstrar nesta tese que, não obstante os objetivos e justificativas sobre a sustentabilidade dos recursos e a viabilidade econômica dos empreendimentos dos pescadores, os novos regimes de acesso aos

direitos de uso do mar que passam a ser implementados em Chiloé através das AMERBs também operam como “modalidades de expulsão”, para assegurar à apenas pequenos grupos de pessoas, com direitos legítimos, o domínio e o controle sobre os recursos privativamente, ao mesmo tempo em que tais expulsões produzem a reserva de mão de obra necessária para suprir as demandas da indústria pesqueira.

1.5.2 Cercamentos e imposição de direitos privados sobre espaços comuns

Até a década de 1970, o uso dos espaços naturais e dos recursos para as comunidades que habitam o Arquipélago de Chiloé eram pautados pelo costume e pela tradição, que compreendiam que os espaços do mar, como da terra e das matas, eram de uso comum de seus habitantes, que não podiam ser apropriados individualmente por nenhuma pessoa de modo privado. As famílias dispunham de áreas próprias para a manutenção de suas casas e hortas, enquanto as matas eram também compreendidas de uso comum, onde compartilhavam o usufruto das árvores, seus frutos, assim como das plantas e ervas para uso medicinal e fabricação de vestimentas tradicionais, atualmente comercializadas como artesanato. Nos espaços comuns eram realizadas as *mingas*, ou mutirões, em que o produto do trabalho coletivo era destinado para o benefício de cada família, seguido de longas e animadas danças e comemorações. Embora, desde o século XVIII, existem áreas da floresta que são exploradas por empresários de fora, principalmente para exportação de madeira, as famílias conseguiram se sustentar através do seu trabalho e da disposição comum dos recursos naturais. As áreas litorâneas eram aproveitadas de acordo aos ciclos lunares e as marés, coletando nas “zonas intermareais” abundantes quantidades de mariscos, crustáceos e algas. Quando o clima o permitia, realizavam navegações de vários dias adentrando-se nas milhares de baías e enseadas que compõem o Arquipélago, onde coletavam muitas espécies de peixes e frutos, os que eram *curanteados*, ou seja, defumados, para a sua maior conservação durante os meses de inverno.

Esse modo de conceber e acessar os recursos começa a mudar a partir de 1973 sob o regime militar ditatorial, comandado por Augusto Pinochet, em que uma série de mudanças legislativas e executivas começam a ser postas em marcha, com a criação de instituições públicas e privadas que começam a impulsionar uma

economia primário-exportadora, orientada principalmente aos mercados mundiais. Em Chiloé, tais mudanças começam a ser experimentadas através da instalação de jaulas para criação de salmão nas áreas costeiras concessionadas pelo Estado para empresas nacionais e internacionais. Essas concessões começaram a impedir o acesso ao mar aos moradores locais, que gradativamente foram se tornando mão de obra destas empresas, em empregos caracterizados pela sua precariedade e baixos salários. A degradação dos recursos naturais locais também foi acelerada, tanto pela poluição produzida pelos métodos poluentes e tóxicos de criação de salmão, como pela exploração indiscriminada dos recursos marinhos nas áreas de uso comum, produzido, principalmente, pelo intenso regime de exploração de recursos por pessoas vindas de outras regiões do país, atraídas pelas possibilidades de fontes de renda. A instalação da indústria do salmão e a extração intensiva de recursos marinhos foram dois modalidades da expansão da fronteira econômica que mudaram significativamente e num período breve de tempo a territorialidade dos chilotes.

1.5.3 Os cercamentos e a promoção das expulsões

A usurpação e transformação da propriedade comunal em áreas de uso e acesso privados têm sido o principal modo de desestruturação radical dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais para beneficiar o capital. Marx (2011), em seu conhecido *Capital*, já fazia uma descrição desse processo se referindo ao que ocorria Inglaterra do século XVIII, no qual destaca que através das usurpações dos direitos costumeiros a terra foi sendo transformada em “artigo comercial”, enquanto ampliava-se a exploração agrícola do solo, acelerando o aumento da oferta de mão de obra. Segundo Marx, essas mudanças eram viabilizadas e legitimadas através da formulação de diversas leis que entraram rapidamente em vigor: “*a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo (...) A forma parlamentar do roubo é a das “Bills for Inclosures of Commons” (leis para o cercamento da terra comunal)*” (MARX, 2011, p. 971-974). Décadas antes, o próprio Marx já tinha analisado na Renânia (Alemanha) a forma como a elaboração de um código de leis visava “*eliminar os restos da propriedade comum*”, freando a subtração de lenha em lugares de uso comum, “*em aumento da crescente miséria dos camponeses*” (MARX, 1983, p. 204).

Em direção semelhante, os trabalhos inovadores do historiador inglês E.P. Thompson também buscaram compreender os conflitos na Europa do século XVIII decorrentes da modelação de uma nova economia política, caracterizada pela transformação das áreas comuns -que asseguravam o sustento das economias locais e dos camponeses- em propriedade privada. Em seu livro “*Senhores e Caçadores. A origem da lei negra*” (1987), Thompson analisa de forma detalhada as motivações e o contexto em que foi votada e sancionada a chamada *Black Act*, em 1723, que instituiu a pena de morte na Inglaterra por delitos que até então eram considerados infrações leves, como a caça de cervos ou o catamento de lenha em terras da monarquia, nas quais a sua entrada passa a ser proibida, não obstante fossem historicamente consideradas de uso comum, pois, até então, eram espaços onde esses grupos camponeses habitavam. A través de uma longa e detalhada análise documental, o autor demonstra que a rápida elaboração e votação, assim como a aplicação de forma rigorosa desta Lei tinha a ver, de fato, com um forte conflito entre os camponeses que reivindicavam direitos consuetudinários sobre as terras comunais e novos proprietários com uma alta capacidade financeira, vinculados às economias coloniais e da guerra, que começam a cercar os espaços (*enclosures*) então de livre acesso e de uso comum para torná-los, entre outras coisas, “parques de uso privado” (THOMPSON, 1987, p. 125-129)¹⁰.

Ao terem tornadas suas atividades costumeiras de uso das florestas para seu sustento em crimes capitais, a economia camponesa e os grupos que a compunham passam a sofrer fortes processos de perda territorial e de direitos costumeiros diante grupos que buscavam implementar um novo modelo econômico, baseado nos direitos de propriedade privada e na expulsão dos camponeses das terras e dos seus recursos comuns. Como Thompson observa, “É improvável que esse ajardinamento tão extenso tivesse sido executado sem expulsar lavradores e afastar agricultores dos direitos costumeiros de pasto” (THOMPSON, 1987, p. 125). Em várias outras passagens, o autor mostra distintas faces do mesmo fenômeno, o da usurpação das

¹⁰ Algumas passagens em que Thompson se refere ao processo de *enclosures*: “Parqueamentos privados que usurpavam suas terras cultivadas, sua lenha para combustível e seus pastos” p. 77 “O que estava em questão não era o uso da terra, mas *quem* usava a terra disponível: ou seja, o poder e o direito de propriedade” p. 123. “Parques privados afetavam as terras e os recursos comunais p. 129 Pessoas começam a tomar os direitos de terras e lagos de uso comum” p. 129

terras e dos recursos comuns através de rápidas e eficientes mudanças legislativas, que puniam severamente atividades até então consideradas costumeiras.

No entanto, Thompson (THOMPSON, 1971) ressalta que os cercamentos na Inglaterra encontraram desde o início uma forte resistência empreendida pelas comunidades camponesas, as quais conseguiram organizar-se politicamente em base a *“uma consistente visão tradicional das normas e obrigações sociais, das adequadas funções de várias partes dentro da comunidade”* (THOMPSON, 1971, p. 78-79). Assim, as revoltas e os motins, argumenta o autor, foram sempre uma forma de resistência popular perante a usurpação das terras coletivas e, mais profundamente, da desestruturação dos modos de vida tradicionais desses povos.

1.5.4 Os cercamentos no Arquipélago de Chiloé: Uma chave analítica

A noção de cercamento, ou *enclosures*, oferece uma sólida ferramenta para abordar a radicalidade das mudanças causadas decorrentes da imposição de espaços cercados para o uso privado no mar no Arquipélago de Chiloé. Esta noção nos instrumentaliza para entender as distintas modalidades que são adotadas para viabilizar o “cercamento do mar”, cujo processo se configura através da ação de um Estado autoritário e repressivo, quem impulsiona uma série de incentivos fiscais e financeiros, além de mecanismos legais, assim como uma estrutura administrativa do Estado que torne legítima a apropriação privada dos recursos, ao mesmo tempo que vigia e pune atividades consuetudinárias que não atuem dentro dos marcos legais instituídos. E.P. Thompson ressalta que a lei se encontra sempre *“imbricada na própria base das relações de produção”* (1971, p. 352), o que permite lançar luz sobre as transformações promovidas nos primeiros anos da ditadura militar comandada por Augusto Pinochet no Chile e no Arquipélago de Chiloé, assim como mais adiante com a implementação da LGPA, na retomada do regime democrático.

Neste sentido, a noção de cercamento permite entender a privatização do mar em Chiloé como um processo sustentado em mudanças também na esfera do Estado, tanto em novas formulações jurídicas específicas quanto na implementação de uma forte estrutura administrativa e repressiva, visando impor um modelo de desenvolvimento que redefiniu os direitos de propriedade dos espaços e recursos

marinhos. Desta perspectiva, é possível entender o horror dos primeiros anos do governo ditatorial de Pinochet (com mortes e desaparecimentos), com forte sistema repressivo, seguido por grandes mudanças no âmbito do legislativo, do judiciário e do executivo, com a criação de novas instituições públicas, como a implementação de uma nova economia política que irá expulsar aos chilotes dos seus direitos costumeiros.

Assim, tanto na Inglaterra do início do século XVIII, quanto no Arquipélago de Chiloé no último quartel do século XX, três séculos depois, encontramos uma continuidade nos processos de transformação dos direitos comunais camponeses historicamente constituídos para beneficiar o capital e o mercado, privando-os do seu acesso aos recursos, fonte de sustento de seus lares, para favorecer a iniciativa privada. Em ambas as situações, processos amparados em elaborados arcabouços jurídico-legais, os cercamentos possibilitavam a conformação de um modelo de acumulação económica que, ainda, devia ser concebido como “legítimo” e legal para poder prosperar. A propriedade privada dos bens e recursos, até então comunais, toma centralidade na nova legislação que se impõe, deslegitimando as definições prévias de direito de propriedade das comunidades locais, de modo semelhante ao que aconteceu com os camponeses na Inglaterra do século XVIII. Se na Inglaterra esse processo foi sustentado pela implementação da pena capital, no Chile foi pelo regime de exceção imposto pela ditadura militar comandada pelo General Augusto Pinochet. Em ambas situações a privatização dos recursos comuns se apoiou no aniquilamento de um Estado de direito, para impor forte esquema de repressão contra aqueles que estavam sendo expulsos de seus lares e de seus modos de vidas, e que ousassem contestar.

1.5.5 Resistência de comunidades huilliches aos cercamentos

De acordo com Thompson (1971), a lei não é somente um instrumento de poder da classe dominante que pode ser usada e manipulada livremente, mas encontra-se imbricada dentro das relações de poder entre os distintos grupos sociais, portanto precisa ter legitimidade e atuar dentro do campo das regras que foi estabelecido. Neste sentido, as comunidades locais em Chiloé também empreendem processos de resistência e reivindicação dos seus territórios, levando adiante a

reivindicação de criação de áreas de acesso e normativas legais que assegurassem sua exclusividade de exploração. Além dos movimentos de resistência durante o *mayo chilote*, empreendidas por comunidades de pescadores tradicionais e habitantes do arquipélago de Chiloé, diversas comunidades huilliches também vêm reivindicando a recuperação do uso histórico de espaços costeiros, definidos por uma territorialidade huilliche que engloba uma relação particular com o território.

Atualmente, também impondo resistência, as comunidades indígenas Huilliche conquistaram direito ao acesso e controle de certos espaços marinhos, através da Lei 20.249, conhecida como “Lei Lafkenche¹¹”, resultado dos processos de mobilização e resistência indígena. Esta Lei, promulgada em 2008, passou a reconhecer direitos territoriais indígenas, concedendo os chamados “*Espacios Costeros Marinos de Pueblos Originarios*” (ECMPO). Desta forma, segundo a “Corporación Nacional de Desarrollo Indígena” (CONADI), as comunidades indígenas inscritas nos registros da corporação podem solicitar estes espaços para a sua “administração”, desde que demonstrem o “uso consuetudinário” através de relatórios antropológicos, que costumam focar em questões económicas, como a extração histórica de certos tipos de recursos, ou na ocupação de certos espaços com fins produtivos. Entre outras coisas, os processos iniciados de solicitação de um ECMPO têm sido utilizados de forma estratégica para evitar que novas concessões aquícolas sejam entregues para as indústrias pesqueiras, pois de acordo com a Lei Lafkenche, uma área marinha em processo de solicitação por uma comunidade indígena não pode ser concessionada para agentes privados.

De acordo com o que pude observar em Chiloé, um dos efeitos da política indígena em relação aos ECMPO foi a separação entre as práticas e os acessos comuns entre os indígenas e os não indígenas (chilotes), que não existia ou pelo menos era bem mais difusa quando o mar era considerado comum a todos por pelos habitantes do Arquipélago. Desse modo, atualmente existem por um lado pescadores chilotes e, do outro lado, indígenas huilliches, lutando pelo acesso ao mar de forma diferenciada, sob distintos marcos jurídicos. Lembrando que, entre os pescadores não

¹¹ Em língua mapudungun, *lafken* significa “mar, lago ou espelho d' água” e *che* significa “povo” ou “gente”.

indígenas, eles também se encontram divididos entre os que se associaram as AMERBs e os que não se associaram.

1.5.6 Expulsões no capitalismo contemporâneo.

Até poucas décadas atrás se dizia que o mar seria a última fronteira da expansão do capitalismo. Entretanto, essa fronteira não só foi alcançada, como está se expandindo aceleradamente, seja através do turismo, do setor imobiliário ou, como no caso que aqui se analisa, da indústria pesqueira e aquícola, que pressiona incessantemente os territórios das populações costeiras do mundo inteiro. No caso específico do Arquipélago de Chiloé, a privatização dos espaços e recursos marinhos tem produzido um processo de expulsão de grande parte da população local que perdeu o acesso que tradicionalmente tinha ao mar. Esses processos de privatização têm gerado fortes conflitos que não cessam, por conta das disputas pelas redefinições dos distintos direitos de propriedade que existem, e das expulsões que têm promovido de seus modos de vida. Tais expulsões se apresentam de diversas maneiras, como as restrições de acesso às áreas em que os chilotes historicamente desenvolviam atividades extrativas, as quais foram consideradas ilegais e sujeitas a penalidade pelos órgãos de fiscalização estatais e da Marinha, como também a complexa e muitas vezes difícil tarefa de lidar com a burocracia para serem reconhecidos oficialmente como pescadores com direitos de exploração dos recursos marítimos, o qual torna o exercício da pesca artesanal ainda mais difícil para muitas pessoas. No mesmo sentido, a criação das AMERB tem entregue direitos de propriedade privada sobre parcelas do mar a pequenos grupos de pescadores, fazendo emergir novos grupos sociais entre os pescadores artesanais, distinguindo e separando-os entre eles, entre os que têm direitos sobre os espaços das AMERB e os que não têm.

Esse processo tem forjado a configuração de uma nova territorialidade baseada na entrega de direitos privados sobre o uso das áreas marítimas, que rompem com as antigas redes de sociabilidade e de trabalhos comunitários, estabelecendo uma *hierarquização social* e económica entre os pescadores, excluindo e expulsando grande parte da população dos espaços e recursos do mar. Segundo pude observar em Chiloé, estas modalidades de expulsão que impedem o acesso ao mar acabam sendo funcionais não apenas para assegurar o acesso

exclusivo para os novos “*donos do mar*”, mas também às suas demandas por um forte contingente de mão de obra. De uma ou outra forma, todos os meus interlocutores têm trabalhado para a indústria pesqueira, seja de forma esporádica ou constante, ao mesmo tempo em que seus direitos costumeiros têm diminuído drasticamente. Para quem ainda tem o direito de acessar ao mar como pescador, as possibilidades não são muito melhores, já que seu trabalho é retribuído por um pagamento dos seus produtos muito abaixo do seu valor comercial, sendo os intermediários os que obtêm maior proveito vendendo os produtos para os mercados nacionais e internacionais.

Certamente, são distintas as modalidades do que podemos identificar como de “expulsões”. Esta noção já foi utilizada por Thompson para abordar os processos de expropriação sofridos pelos camponeses ingleses no século XVII, resultantes dos cercamentos de espaços de uso comum nas florestas, que acabaram com direitos históricos sobre eles e seus recursos naturais. As elites aristocráticas e coloniais precisaram cercar os espaços florestais, para que dentro dos limites dos cercos, os camponeses fossem expulsos. A expulsão dos camponeses de dentro das áreas florestais cercadas, não apenas assegurou que estas áreas saíssem do controle do poder monárquico e passassem ao domínio privado, como disponibilizou significativa mão de obra às indústrias que prosperavam e dela necessitavam. De modo não muito distinto ao que está acontecendo no Arquipélago de Chiloé nos tempos atuais, onde também podemos observar como o mar foi sendo cercado para, dentro do cerco, os seus habitantes históricos fossem proibidos de acessar, possibilitando a emergência de uma mão de obra necessária para a consolidação dos diversos negócios privados.

Na mesma direção, Ioris (2014) observou na Amazônia a maneira como os cercamentos dos espaços florestais promovidos pelo Estado brasileiro na década de 1970 serviram para promover a expulsão dos habitantes históricos dos seus territórios, ao analisar a criação da Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós), no estado do Pará, na década de 1970. A criação da Flona Tapajós significou o cercamento de um espaço habitado por comunidades que ostentavam modos de vida baseados no uso comum dos recursos, através do qual o governo brasileiro buscou impor às comunidades não apenas o seu deslocamento forçado, a sua expulsão, mas também fortes restrições ao acesso aos recursos florestais, para implementar uma nova

economia florestal que visava a privatização dos recursos florestais e a disponibilização de mão de obra.

Em diálogo à estas proposições, a socióloga holandesa Saskia Sassen (2014) tem abordado teoricamente a noção de “expulsão” no seu livro *“Expulsion. Brutality and Complexity in the Global Economy”*, considerando as mais recentes transformações no capitalismo global, que têm promovido grandes massas de deslocamentos populacionais de seus territórios para satisfazer interesses corporativos. Sassen chama a atenção sobre a emergência de “novas lógicas de expulsão” que demandam novas perspectivas analíticas, na medida em que diferem de outras formas mais tradicionais de expulsão. Para a autora, diferente a épocas anteriores, as expulsões produzidas nos tempos atuais podem ser tanto de “pessoas” quanto de “lugares”, que são efetivadas em prol de “hiper benefícios”, ou seja um novo patamar de acumulação privada de capital, afetando as finanças e governança dos governos nacionais e locais. Para a autora, na atual era do capitalismo financeiro, as expulsões seriam o resultado da combinação de uma série de instrumentos que envolvem diferentes mecanismos, como políticas públicas, instituições, sistemas complexos de conhecimento (como os instrumentos financeiros atuais), plataformas digitais, tratados multilaterais, planos de desenvolvimento nacionais, entre outros. Trata-se de instrumentos que se acoplam em complexas estruturas em uma escala planetária, o que tornaria difícil a sua assimilação e compreensão.

Para Sassen, é extremamente marcante o fato de que sistemas complexos e sofisticados que são “admirados” pelo ocidente, convivam com formas simples e brutais de expulsão. Essa situação seria o resultado de dois processos que convivem atualmente. Primeiramente, o desenvolvimento de dois tipos de áreas geográficas para “operações econômicas chave”. De um lado, áreas de produção econômica de custos baixos e regulações flexíveis, localizadas principalmente na América Latina, Ásia e África. De outro lado, “cidades globais” onde operações complexas financeiras são desenvolvidas. À diferença das políticas de bem-estar do século XX, o resultado desta nova fase do capitalismo seria a expulsão de grandes massas de pessoas dos processos econômicos centrais e a necessidade crescente de novos territórios onde os recursos naturais possam ser intensiva e aceleradamente explorados. Assim, nessa nova fase do capitalismo o desbalanceamento entre os mecanismos de

acumulação e a disponibilidade dos recursos naturais estaria pondo em risco a própria biosfera, a própria continuidade do planeta, com aceleradas devastações ambientais e sociais em grandes territórios afastados dos centros globais de poder, que promovem, por exemplo, a morte de grandes extensões de terra e água, assim como altos índices de pobreza e miséria.

Para analisar essas novas formas de expulsão, Sassen postula que a observação de exemplos concretos pode ser uma via analítica para detectar certas “*subterranean trends*” ou “*tendências subterrâneas*” (2014, p. 8), razão que atribui aos cientistas sociais por não estarem conseguindo explicar através do uso de categorias tradicionais como “desigualdade” ou “pobreza”. Fenómenos como o encolhimento das economias nacionais, o aquecimento global ou os novos instrumentos financeiros estariam produzindo distintos modos de expulsão que não seriam visíveis se analisados sob os marcos teóricos tradicionais. Por esse motivo, o esforço analítico proposto pela autora seria o de encontrar os elementos em comum entre essas expulsões e indagar quais *tendências subterrâneas* estariam modelando as economias e as sociedades na atualidade. O exemplo mais concreto seria o do setor financeiro, caracterizado como uma multiplicidade de processos que estariam produzindo diferentes tipos de expulsões. Segundo a autora,

Podemos pensar nas finanças como a mais bem sucedida e eficaz - pelo menos a curto prazo - destas tendências conceitualmente subterrâneas que estão a remodelar o nosso mundo de tantas formas diferentes. No caso das finanças, as manifestações visíveis assumem a forma de múltiplos micro-mundos e micro-tendências, alguns especializados, outros não: empréstimos de cartões de crédito, o déficit deste ou daquele governo, a dívida de uma determinada empresa, etc. Toda esta desagregação se deve, em parte, às diversas disposições institucionais através das quais essas dívidas e ativos são gerados e se tornam reconhecíveis por terceiros. Mas a desagregação também torna invisível o vórtice mais profundo e, em muitos aspectos, oculta o que está a acontecer: uma destruição em grande escala de economias saudáveis, de dívida pública saudável e de famílias saudáveis. Em cada caso, esta destruição assume a forma de um fluxo de capital e recursos para empresas financeiras e o empobrecimento de outros sectores económicos. (2014, p. 120)

Parece-me que os esforços de Sassen em identificar as denominadas “*tendências subterrâneas*” acabam caindo em algumas incongruências, que comprometem a sua abordagem. Se, por um lado, a noção de expulsão trabalhada por Sassen nos ajuda a problematizar as massivas expulsões atuais como parte do avanço das novas dinâmicas do capital, por outro, a sua abordagem com base em

“tendências subterrâneas” não nos permite identificar as ideologias, os valores, os interesses concretos, as agências e os atores específicos que promovem e tornam possíveis essas expulsões. As expulsões envolvem expertises de engenharia social, um centro executor e políticas legislativas e judiciárias que as legitimem, sejam elas promovidas por projetos de desenvolvimento econômico ou por medidas de arrochos fiscais. Portanto, em todas as expulsões sempre nos é possível identificar a quem vão beneficiar, quem são seus atores na linha de frente, que estratégias são empreendidas para sua efetivação, como quais as narrativas que são construídas sobre elas. Nenhum projeto de desenvolvimento econômico que produz expulsões é posto em marcha para beneficiar/prejudicar a todos os atores por igual. Alguém ou algum setor estará se beneficiando com ele. Além disso, como já mencionado, são mudanças que ocorrem sob sistemas políticos autoritários, sob regimes de exceção, com fortes sistemas repressivos. Porém, a autora, ao não problematizar o Estado como esse campo de forças em constante disputas a promover as expulsões, acaba diluindo-o entre as supostas *tendências subterrâneas*.

Neste sentido, considero que a noção de *tendências subterrâneas* dificulta as possibilidades de indagação sobre os agentes e os interesses concretos que movem e estão em disputa em territórios específicos onde as expulsões acontecem, assim como sobre as estratégias e narrativas do Estado para impor uma nova ordem que promove expulsões, quanto das estratégias de resistências de quem é expulso. Ademais, considero que o argumento de que o atual sistema global, complexo e de difícil apreensão conceitual seria movido por tendências subterrâneas pode acabar sendo uma explicação tautológica sobre o porquê acontecem as expulsões, e não uma ferramenta analítica para explorar os modos como estas expulsões se constituem, os alcances na conformação de uma nova economia política, ou das estratégias de resistências empreendidas. Ainda, a noção de tendência subterrânea me parece caudatária da *mão invisível* de Adam Smith, na medida em que parece ser uma metáfora que menos do que elucidar, esconde os processos e os modos através dos quais as expulsões acontecem. Assim, diferentemente de Sassen, entendo que as expulsões são processos que devem ser analisados e explicados não somente como um resultado ou *output* de dinâmicas de um sistema globalizado movido por tendências subterrâneas, mas resultante de um conjunto de interesses concretos e relações de poder que se constituem e operam em contextos históricos e geográficos

específicos. Desse modo, buscarei compreender como se constituem as expulsões que estão ocorrendo no Arquipélago de Chiloé, promovidas pela introdução da indústria pesqueira, que destruiu e reconfigurou direitos e territorialidades históricas até então baseadas no uso comum dos recursos. Entendo que as expulsões não são apenas um resultado mal-pensado e inconveniente da implementação de projetos de desenvolvimento econômico, mas objetivo e estratégia de complexas relações de poder visando promover acelerados processos de acumulação de capital para grupos de interesses específicos, geralmente localizados fora, distantes dos interesses locais.

1.5.7 O conceito de Situação Histórica

Foi através da leitura do texto “*O Nosso Governo: Os Ticuna e o Regime Tutelar*” (1988) do antropólogo brasileiro João Pacheco de Oliveira que melhor encontrei uma maneira de abordar etnograficamente os processos de cercamentos e expulsões com que me deparei em Chiloé. Na sua análise, Pacheco de Oliveira visa entender os processos de mudanças entre distintos *padrões de dominação* tomando a questão territorial como chave sociológica analítica. A partir da imposição de uma base territorial fixa e privativa entre grupos que produzem territorialidades fluidas e coletivas, o autor busca compreender todas as demais mudanças dentro de um campo social específico. Concretamente, seu foco de análise recai sobre os Ticuna da região do Alto Solimões, durante o domínio dos seringalistas na região e os efeitos decorrentes da instalação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), nas décadas de 1940-1970, e a definição de uma base territorial fixa através da criação de uma Reserva Indígena. Essa nova situação produziu “*novas modalidades de relacionamento entre os diferentes atores sociais*” (1988, p. 60), ou seja, entre os seringalistas, os agentes estatais, os fazendeiros e os indígenas. Tendo como referência as noções de “situação social” de Max Gluckman e de “situação colonial” de Georges Balandier, Pacheco de Oliveira propõe a noção de “situação histórica” para analisar as relações de poder e interdependência entre distintos grupos que compõe um campo social específico, em uma determinada situação histórica, e os seus processos de mudanças desencadeados a partir de então. Neste sentido, Pacheco de Oliveira define a noção de “situação histórica” como a:

“capacidade temporária de uma agência de contato de produzir, por meio da imposição de seus interesses, valores e padrões organizacionais, um certo

esquema de distribuição de poder e autoridade entre os diferentes atores sociais ali existentes, com base em um conjunto de interdependências e no estabelecimento de determinados canais de resolução de conflitos” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988, p. 59)

A análise de Pacheco de Oliveira se desdobra sobre vários eixos temáticos, como as mudanças das instituições político-administrativas governamentais, os efeitos da concentração fundiária por parte dos seringalistas, o sistema de endividamento imposto aos Ticuna e seus efeitos na manutenção do monopólio comercial, assim como o controle social sobre os indígenas e suas formas de resistência, através dos quais é delimitada a conformação de uma nova situação histórica, desencadeada pelo desenvolvimento da indústria da borracha no Alto Solimões. Desse modo, com o foco sobre a definição de uma base territorial fixa, sua estratégia analítica permite compreender e distinguir uma situação histórica em relação à seguinte e, assim, apreender as mudanças que ocorrem de uma para outra. Além disso, Pacheco de Oliveira considera fundamental a análise do entendimento e interpretação dos eventos por parte dos indígenas (p. 61), e de suas formas e alcances de resistência, indispensável na análise de uma situação histórica particular.

Considero que o conceito de situação histórica oferece uma ferramenta analítica adequada para entender as mudanças que ocorreram entre os chilotos, ao ser transformado seu território como espaço ordenado para a mercantilização dos recursos marinhos e as diversas modalidades de expulsão que passaram a sofrer com a sua implementação. O estabelecimento de uma base territorial fixa, como no caso da criação das AMERBs, das concessões aquícolas e dos ECMPO, que não existiam até pouco tempo atrás, pode ser entendida como uma nova situação histórica, em que as territorialidades dos distintos grupos em Chiloé sofrem fortes mudanças decorrentes da privatização dos espaços que anteriormente eram livres.

A partir da historiografia disponível, assim como das compreensões dos próprios pescadores chilotos, a noção de situação histórica apresentada por Pacheco de Oliveira me permite compreender os processos de mudanças provocados a partir dos anos 1980 com a chegada da indústria pesqueira no Arquipélago de Chiloé, configurando uma nova situação histórica que promoveu expulsões e a destruição de territorialidades historicamente constituídas. Sua perspectiva de análise permite identificar em um campo de forças os seus sujeitos, agências, marcos jurídicos

mobilizados e modos de ocupação e apropriação dos espaços e recursos marinhos, em que foram se impondo novos esquemas de distribuição de poder, valores e privilégios, ao mesmo tempo em que uma parcela da população local era espoliada de direitos históricos sobre os espaços e recursos que usavam de modo comum. Essa abordagem permite ainda identificar como os interesses da indústria pesqueira passam a ser centrais na nova economia política, e os efeitos decorrentes da entrega por parte do Estado de concessões para grupos de fora do território, e dos incentivos que o aparato de Estado destinou a sua implantação no Chiloé. Nessa nova situação histórica, as instituições do Estado como SERNAPESCA e a Marinha, passam a ocupar um lugar central nas dinâmicas de regulamentação e controle dos espaços marinhos locais, as quais fiscalizam e punem atividades que eram consideradas tradicionais.

De forma mais específica e detalhada, o conceito de situação histórica me permite compreender os efeitos da implementação das AMERB para os chilotes como modalidade de manejo dos recursos pesqueiros que passa a ser de uso privado, e as novas categorias que são elaboradas para os pescadores entre as populações locais, como as dos pescadores proprietários (uma minoria) e os pescadores sem direitos privados (a maioria), ao mesmo tempo em que se tornam ilegais atividades até então consideradas tradicionais. Nestas dinâmicas de poder e conflito identifica-se também a contraposição ao novo sistema imposto posta em marcha pelas comunidades de pescadores locais, fazendo emergir processos de resistência e resiliências.

1.5.8 O cerco das expulsões

Para compreender as mudanças que ocorreram com a nova realidade que se impôs aos chilotes a partir da década de 1980, quando uma nova economia política emergiu com a chegada das grandes indústrias da pesca, que privatizou os espaços do mar e expulsou os habitantes históricos, proponho abordá-las através da noção de “cerco das expulsões”, que elaborei a partir do diálogo três outras noções que vêm sendo trabalhadas ao longo do capítulo: os cercamentos ou *enclosures* dos espaços de uso comum; as expulsões e; as situações históricas nas quais ocorreram. Através da noção de “cerco das expulsões” pretendo chamar a atenção de que, para implementar uma economia política baseada na imposição de um regime de

ordenamento territorial baseado no aniquilamento da propriedade comunal em favor da propriedade privada, foi indispensável cercar os territórios de uso comum no Arquipélago de Chiloé, estabelecendo bases fixas e fechadas de usos privativos, assim como produzir diferentes modalidades de expulsão, as quais ocorrem em determinada situação histórica promovida pela articulação de um conjunto de interesses e forças econômicas e políticas de caráter antidemocrático e autoritário.

A noção de “cerco das expulsões” considera que as mudanças e as expulsões nos territórios não ocorrem motivadas por “tendências subterrâneas”, mas para atender determinados interesses econômicos que são concretos e visíveis, conformando-se em um determinado período histórico, constituindo uma nova e distinta situação histórica no sentido apontado por Pacheco de Oliveira (1988). Ainda, o “cerco das expulsões” permite apreender as mudanças que se processaram e seus efeitos sobre as populações e comunidades locais, partindo das suas próprias compreensões e relatos. Desse modo, possibilita acompanhar concretamente os efeitos desse duplo movimento de cercamento e expulsão, que acontecem nos territórios das comunidades locais, identificando concretamente suas proposições, seus atores, interesses, suas estratégias de atuação, assim como os conflitos decorrentes deste campo de disputas, e as resistências dos que foram afetados.

Para o cerco das expulsões se efetivar são necessárias grandes mudanças nas diversas esferas do poder do Estado, envolvendo tanto o âmbito do executivo, do legislativo, quanto do judiciário, como apontado por Thompson (1987). Surgem novas agências do Estado e parcerias público-privadas, estabelecidas por marcos jurídicos que passam a ocorrer mediante governos de forte componente autoritário. No cerco das expulsões a radicalidade das mudanças deve ser legitimada entre a população, por isso começam a circular discursos sobre novas compreensões morais e ideológicas da vida das pessoas: as populações locais são chamadas de “pobres”, “subdesenvolvidas”, “ignorantes”, enquanto a nova economia política traz “progresso” e “desenvolvimento”. Também fazem parte do cerco das expulsões as agências financiadas com parcerias “público-privadas”, como as universidades que, através de pesquisas acadêmicas, ocupam-se em demonstrar cientificamente o “atraso” dos povos tradicionais e a ampla gama de oportunidades de desenvolvimento decorrentes das novas dinâmicas mercantis.

Se, por um lado, os expulsados são foco e estratégia para o acúmulo do capital, por outro, da perspectiva do expulsados, há também sempre forte resistência, através da qual buscam dirimir os prejuízos e impactos que sofrem com a nova situação histórica que se instaura. Ainda com todo o aparato do Estado, de forte conteúdo ditatorial, os expulsados elaboram processos e estratégias de resistência que visam disputar o controle pelo território, emergindo novas identidades contrárias ao “invasor”, “exógeno” ou como no caso dos chilotes, “*a los de afuera*”. Conceitos como o de “situação histórica” e também o conceito de “economia moral” abrem o espaço para entender como estas resistências são elaboradas a partir da visão e das ações destes atores/sujeitos, sustentadas em reelaborações do passado, assim como na emergência de novas identidades beligerantes.

1.6 Situação etnográfica na Patagônia chilena

1.6.1 A pesquisa realizada

A pesquisa realizada para o levantamento de informações foi sendo construída a partir de um conjunto de relações interpessoais que foram possibilitando a sua condução. Neste sentido, entendo o desenvolvimento de uma pesquisa como a conformação de uma “situação etnográfica”, no sentido apresentado por Pacheco de Oliveira (OLIVEIRA, 2015), em que os levantamentos de campo são compreendidos não apenas como trabalho técnico de coletas de informação, mas que dependem do estabelecimento de um conjunto de relações que permitirá a sua condução ou não. Comigo não foi diferente.

Entre a elaboração de um primeiro esboço da pesquisa até o foco específico da tese, existe uma longa caminhada que está atrelada a relações que fui estabelecendo ao longo desse percurso como meus interlocutores e pesquisadores que já desenvolvem pesquisas sobre o tema. Assim, a seguir descrevo de que maneira a problemática e os meios de pesquisa foram se construindo a partir de múltiplas interações, escolhas e relações que perpassam por muito qualquer tipo de controle individual da pesquisa. Esta tese se constrói a partir prioritariamente das experiências das pessoas pescadoras que não estão associadas as AMERBs, dos “expulsados do mar”, através dos quais as relações com os outros grupos sociais são descritas.

Devido a que os assuntos que esta tese toca são, em certos momentos, conflitivos, optei por criar pseudónimos entre meus interlocutores. Eticamente, ao optar por descrever conflitos entre distintos grupos locais, o cuidado em fornecer a informação deve ser o maior de todos, pois o interesse aqui é descrever de que forma o Estado implementa políticas territoriais que estimulam conflitos locais. Acredito que a qualidade da análise não se vê interferida por essa decisão.

1.6.2 O despertar da pesquisa: *O mayo chilote*.

No ano de 2106 encontrava-me participando de um projeto chamado “*Observatorio de las Luchas Urbanas en América Latina*”, na *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* FLACSO-ECUADOR, em que distintos pesquisadores latino-americanos mantivemos uma plataforma mapeando as principais lutas e conflitos sociais na América Latina. Como chileno, fiquei encarregado de fazer o mapeamento para os conflitos sociais que ocorriam no Chile. Entres estes, identifiquei, no mês de maio daquele ano, um evento que causou em mim um profundo interesse. Milhares de pescadores artesanais alegavam que diversas espécies de peixes e mariscos estavam morrendo porque haviam sido jogados no mar milhares de toneladas de salmões mortos, perto da região norte da Ilha Grande de Chiloé, localizada no Arquipélago de Chiloé. Os representantes da indústria do salmão defendiam-se com o argumento de que as instituições do Estado tinham autorizado o derramamento de salmão morto no mar, sendo um procedimento comum quando grandes quantidades de salmão morriam devido à fenômenos naturais de “floração de algas nocivas” (FAN). Corriqueiramente, o fenômeno é chamado de “*marea roja*” (maré vermelha), já que as águas ficam de cor vermelha por causa da excessiva floração da alga *Alexandrium catenella*, altamente toxica para as espécies marinhas. Os industriais também alegavam que a quantidade de salmão morto derramado não causaria grandes impactos devido à imensidão do Oceano Pacífico e que era um exagero culpá-los pela *marea roja*, já que segundo pesquisas científicas a *marea roja* é um fenômeno natural alheio aos impactos da atividade humana.

Os pescadores do Arquipélago de Chiloé, por sua vez, alegavam que dessa vez o principal motivo da *marea roja* tinha sido o derramamento no mar das mais de 9.000 toneladas de salmões intoxicados, demandando para o Estado a realização de

pesquisas para saber os principais motivos da crise ambiental, exigindo uma indenização pelo prejuízo causado, já que não era possível realizar atividades de pesca devido ao perigo para a saúde humana que significava consumir peixes e mariscos contaminados.

No decorrer do meu acompanhamento do conflito, o que inicialmente parecia ser uma controvérsia causada por um evento de poluição do mar foi adquirindo novas dimensões, já que o conflito escalou além dos pescadores artesanais e outras comunidades de Chiloé foram se envolvendo. Diversas comunidades resolveram por meio de assembleias populares refletir coletivamente sobre o que estava acontecendo. Em Ancud, que representa a porta de entrada norte para ingressar na Ilha Grande, os líderes dos pescadores artesanais resolveram fechar o ingresso ao Arquipélago como modo de protesto, paralisando por mais de três semanas o escoamento dos salmões, evitando assim sua comercialização, o que obrigou a diversos funcionários do Estado viajar desde Santiago (capital do Chile) à Chiloé e negociar uma saída ao conflito. Cada dia que passava significava grandes perdas para a indústria do salmão, o que provocou uma certa urgência por parte do Estado em dar uma solução.

Após intensas negociações entre o governo e os principais líderes dos pescadores, foram acordadas bonificações monetárias para os pescadores atingidos, assim como a criação de um comitê de pesquisa científica para estudar as causas da *mareja roja* e determinar se houve responsabilidade do setor industrial e das instituições do Estado. Segundo os relatórios de pesquisa posteriores, em que participaram organizações do Estado e unidades acadêmicas de diversas universidades, a *mareja roja* já teria causado mortes massivas em peixes e mariscos no passado, impossibilitando as atividades pesqueiras, como aconteceu em maio de 2016. Desta forma, os científicos indicaram de forma conclusiva que não existia uma correlação cientificamente comprovável entre o derramamento dos salmões contaminados e a poluição do mar que causou o desastre ambiental, desvinculando a indústria de qualquer responsabilidade (BUSCHMANN et al., 2016). Evidentemente, tais conclusões científicas não foram suficientes para acalmar as demandas de parte da população em Chiloé, que até o dia de hoje afirma que ambos eventos estão intimamente correlacionados.

A abrangência territorial, a emergência das assembleias populares, a coesão demonstrada ao longo do conflito, o orgulho de ser “chilote” e a defesa do “maritório”, termo atribuído, como veremos melhor adiante, ao território em que vivem, mostraram-se como elementos substâncias de um conflito que parecia ser muito mais profundo do que um episódio de poluição do mar, passando a reafirmar uma ocupação histórica do território.

Como fui sabendo ao longo da pesquisa, ser “chilote” teve historicamente uma carga negativa e pejorativa, tanto por parte dos chilenos das grandes cidades, quanto dos fazendeiros da Patagônia Sul, que acolhiam trabalhadores vindos de Chiloé nas fazendas de ovelhas e nos frigoríficos desde princípios do século XX. Inclusive, os chilotes têm memórias de matanças de antepassados obreiros ocorridos naquela época, recebendo um trato *racializado* em relação do que obreiros de outras regiões (HARAMBOUR, 2009). Entretanto, após o evento de maio de 2016, a identificação em ser chilote passou a ser motivo de orgulho e de reivindicação de um histórico de ocupação territorial que estava sofrendo grandes ameaças em decorrência de diversas modalidades de expansão comercial e exploração de recursos marinhos. Enquanto observava tudo isto, grande foi a minha surpresa quando percebi que o *mayo chilote* apenas tinha tido repercussão na mídia nacional, embora tenha significado grandes perdas econômicas para a indústria do salmão e tenha mobilizado uma parcela importante de pessoas no sul do país.

Interessado no assunto, comecei a pesquisar mais sobre a indústria do salmão e a relação com os pescadores em Chiloé. Me deparei com que a partir do ano 2007 diversos trabalhos acadêmicos começaram a focar nos diversos impactos da indústria do salmão sobre as populações locais, já que naquele ano uma virose viral chamada *anemia infecciosa del salmón* (ISA) afetou a milhões de salmões, paralisando as indústrias e provocando a demissão de aproximadamente 10.000 trabalhadores das plantas de processamento, gerando uma crise econômica que demandou a atenção dos acadêmicos e dos políticos da época. Porém, me chamou a atenção que as pesquisas acadêmicas junto com os pescadores artesanais em Chiloé poucas vezes eram relacionadas com conflitos socioambientais. Também reparei que os acontecimentos recentes relacionados ao *mayo chilote* não tinham sido foco das pesquisas acadêmicas, talvez por se tratar de um acontecimento relativamente

recente ou por ser compreendido como um fenômeno menor dentro de um panorama mais amplo de “conflitos socioambientais” que estavam ocorrendo no país.

A diferença que eu percebi com outros conflitos socioambientais no país era a reivindicação territorial dos habitantes do Arquipélago de Chiloé, assim como uma manifestação contra os projetos de desenvolvimento implementados na região desde 1980, que tem na indústria do salmão um caso paradigmático de “sucesso”, já que em pouco tempo se configurou como a segunda indústria com maior poder de exportação do país e a segunda maior indústria de salmão do mundo. Esta conjugação de fatores me motivou a pensar em um projeto de doutorado em antropologia, para pesquisar com maior profundidade as demandas da população em Chiloé.

Portanto, minha intenção inicial foi estudar a relação de dois campos de estudo que no Chile parecem transitar por caminhos paralelos um do outro: o campo de estudos da pesca artesanal e suas práticas tradicionais e o campo dos estudos sobre os conflitos decorrentes do processo de modernização em Chiloé. Disciplinarmente, o primeiro campo de estudos está mais ligado à Antropologia e o segundo à Sociologia e a Geografia. Assim, com a motivação de abordar estes dois campos de conhecimento que se constituíram em Chiloé, ingressei em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UFSC, contando desde um início com o apoio da professora Edviges Marta Ioris, que aceitou amavelmente me orientar, ainda sem nos conhecer pessoalmente. Desta forma, o primeiro resultado do trabalho conjunto foi a elaboração de um projeto de tese que tinha como objetivo: *“Compreender as transformações na territorialidade bordemar¹² das comunidades de pescadores no Arquipélago do Chiloé, Chile, as quais foram causadas pela crescente privatização e cercamento dos espaços costeiros para favorecer a introdução e expansão da indústria do salmão”*.

1.6.3 Trabalho de Campo em Chiloé e reformulação do problema de pesquisa

Entre janeiro e fevereiro de 2020 estive pela primeira vez em trabalho de campo em Chiloé, com o intuito de conhecer a região e obter dados de campo para

¹² O *bordemar* é o nome que recebem em Chiloé as áreas litorâneas habitadas pelas comunidades decorrentes do processo de miscigenação entre indígenas e espanhóis. (BRAVO, 2004)

reformular e aprimorar os objetivos da tese. A minha chegada em campo foi na localidade de *Nalhuitad*, um “sector” como o chamam, que fica entre Castro (cidade capital de Chiloé) e Chonchi. As razões para começar o trabalho de campo em Nalhuitad foram várias. Primeiramente, o povoado se localiza entre Castro e Chonchi, duas das maiores cidades da Ilha Grande de Chiloé. Usando um sistema de “mini bus”, por 1.000 pesos chilenos (6 reais) eu conseguia estar em 20 minutos em uma cidade ou em outra. Isto me permitiu ao longo da minha estadia em Nalhuitad fazer trabalho de arquivo na biblioteca municipal de Castro. Ali se tem acesso a muitas obras sobre a história de Chiloé.

Em Castro entrei em contato com o “*Centro de Estudios de Chiloé*” (CESCH), com quem mantenho um vínculo até hoje em dia através da antropóloga Vladia Torres e do historiador chilote Eduardo Mondaca. Embora Vladia não seja chilota, migrou para lá faz muitos anos e tem desenvolvido importantes pesquisas sobre os impactos da indústria do salmão e recentemente sobre a indústria *mitilícola* (mariscos) em Chiloé, dissertação produto de um mestrado que realizou na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Eduardo, por sua vez, é um orgulhoso chilote e filho do professor de escola rural Eduardo Mondaca Torres, um reconhecido professor que lecionou por mais de 40 anos em diversos setores do Arquipélago¹³. Eduardo, como muitos chilotos de sua idade, deixou Chiloé para seguir seus estudos universitários, mas, como acontece com os que sofrem do “*chilotazo*” (saudade), voltou para o Chiloé. Eduardo desenvolveu sua pesquisa de doutorado na Universidade de Córdoba sobre a “soberania política territorial” no Arquipélago de Chiloé. Através de Eduardo soube que no ano de 2018 o CESCH publicou uma coletânea intitulada *Archipiélago de Chiloé: nuevas lecturas de un territorio en movimiento* (CESCH, 2018) em diversos artigos que foram decisivos para delinear minha própria pesquisa, como “*El precio familiar del salmón*” de Adolfo Mariñanco; “*Acumulación salmonera en Chiloé*” de Vladia Torres e Álvaro Montaña, um destacado geógrafo da localidade de Curaco de Vélez; “*Chonos, Payos y Williche del Sur de Chiloé*” de David Núñez e “*Archipiélago de Chiloé: Memoria y Descolonización entre acantilados extractivos*” de Eduardo Mondaca. Considero este livro de grande valor porque se trata de um profundo esforço

¹³ <https://chonchipatrimonial.cl/web/entrevista-al-profesor-eduardo-mondaca-torres/>

analítico realizado por jovens pesquisadores chilotes para explicar as vertiginosas mudanças dos últimos tempos.

Na cidade de Chonchi fui recebido várias vezes pelo diretor do “*Museo de las tradiciones chonchinas*”, Fernando Álvarez, graças ao qual conheci mais profundamente o patrimônio material e imaterial dos chilotes. O museu de Chonchi é uma antiga casa patrimonial feita de cipreste, um tipo de madeira altamente valorizada pela sua resistência. No século XIX era comum a extração de cipreste nas ilhas interiores de Chiloé, o que era utilizado tanto nas casas locais quanto para o comércio exterior. Atualmente, o museu tem uma visão institucional de ir além da proteção do patrimônio material, atrelando-se sobretudo com a juventude *chonchina* em diversas atividades culturais e de memória local. Uma das maiores preocupações de Fernando era que os jovens chilotes tinham acesso a uma pobre educação formal, tendo como única alternativa trabalhar como mão de obra de baixa remuneração na indústria do salmão. Por isso, segundo ele, a história e a memória são fundamentais para criar novos horizontes na juventude e se valorizar como povo.

Em *Nalhuítad* passei o verão junto com a família de Dona Elena e Don Alejandro, seus quatro filhos e uma neta. No começo eles não entendiam muito bem o que eu estava fazendo ali. A minha primeira intenção de comprar-lhes lenha para aquecer a casa não deu certo, talvez sentiam desconfiança de um estranho que vinha morar no vilarejo, em que todas as pessoas são familiares e se conhecem. Após vários dias, bebemos *mate* juntos, uma bebida bastante consumida em Chiloé. O mate, como o chimarrão, tem um poder de congregação das pessoas, por meio do qual criar confiança resulta mais fácil. Depois disso, o mate não podia faltar nos nossos encontros. Através das histórias de *Doña Elena* e *Don Alejandro* comecei a entender mais a vida em Chiloé e entendi também as diferenças nas vidas dos homens e das mulheres chilotas.

Doña Elena não bebe álcool, porém, seu pai era alcoólatra e seu marido também. Com quatro filhos e cansada da violência doméstica, tomou a decisão de se separar do marido. Ao contrário do esperado (ou talvez o esperado mesmo), *Doña Elena* diz que a sua família e a comunidade lhe deram as costas, porque “*una mujer de bien no se separa de su marido*”. Mesmo com tais dificuldades, ela herdou um

terrenito e continuou a sua vida. Tempo depois casou com *Don Alejandro*, que também não bebe. Atualmente Don Alejandro é operário de uma fábrica, mas antigamente tinha navegado “*todos los rincones del archipiélago de Chiloé y más allá*”, conhece todos os cantos navegáveis da região e trabalhou muito tempo para a indústria do salmão como capitão de embarcação. Tais histórias me ajudaram a entender que as imposições de uma nova Economia Política são também uma forma de espoliação dos saberes das populações tradicionais. Não é simples navegar nos mares e canais patagônicos, e sem os conhecimentos dos chilotes (e de *Don Alejandro*) talvez a expansão da fronteira comercial teria sido muito mais difícil, senão impossível.

Entre idas e vindas, passei alguns dias na cidade de Quellón, local onde estão a maior parte de trabalhadores e trabalhadoras da indústria do salmão. A viagem de Chonchi a Quellón é de mais ou menos uma hora e meia de ônibus. Foi interessante notar que no caminho em cada parada subiam trabalhadoras, sobretudo mulheres. Como era cedo, ficou claro que elas estavam indo trabalhar. Na hora de chegar na cidade o ônibus estava lotado de pessoas, descendo aos poucos nos distintos pontos das empresas processadoras de salmão. Em Quellón consegui falar com dois líderes dos sindicatos *salmoneiros*. Fiquei sabendo do difícil trabalho nas plantas processadoras e das dificuldades dos sindicatos para lutar pelos interesses trabalhistas. Uma das maiores razões parecia ser que a sociedade local funcionava com complexas redes de interesses entre diversos atores, reunidos ao redor dos interesses das empresas salmoneiras, as quais dominam o panorama local. Segundo eles, grande parte dos empresários, políticos locais, trabalhadores e população local atuam de forma de manter a reprodução da indústria do salmão e seus interesses, o que dificulta levar adiante processos de melhoria das condições trabalhistas.

Após algum tempo percorrendo a Ilha Grande, uma pergunta não deixava de ressoar na minha cabeça. ***Onde estão e quem são os pescadores que tiveram a capacidade de paralisar a indústria do salmão por várias semanas?*** Sendo o maior local de pesca artesanal no Chile, não me parecia que Chiloé tivesse tantos pescadores assim, pelo menos não como eu tinha imaginado inicialmente. Quando as pessoas falavam dos “pescadores”, era como se falassem de um “outro” que não eles mesmos; um outro distante. Parecia como se os pescadores artesanais fossem um grupo separado das comunidades, com interesses particulares. Muitas pessoas me

falavam que “*antes eram pescadores*”, mas que agora não tinham tempo de pescar ou trabalhar na roça, porque tinham que trabalhar para ganhar dinheiro como operários e “*sacar a sus hijos adelante*”.

Não só entre os chilotes eu não encontrava informações sobre os “pescadores” e seus modos de vida e organização, tampouco nas produções acadêmicas. Mesmo no livro do CESCH não tinha sequer um artigo sobre os pescadores chilotes, os seus modos de vida, os conflitos pelos quais atravessam, ou qualquer abordagem sobre eles. Nesse ponto me perguntava: Por que os maiores atingidos pela poluição da indústria do salmão não faziam parte das pesquisas dos próprios chilotes? Por que, se segundo os dados oficiais existem tantos pescadores em Chiloé, eles apareciam como se fossem um grupo afastado dos demais? Talvez, de uma forma um tanto ingênua, esperava chegar em um Arquipélago em que as atividades pesqueiras fossem evidentes na paisagem, como em vários locais da cidade onde atualmente eu moro, Florianópolis. Certamente, um imaginário idealizado de comunidades de pescadores dominava meus pensamentos, atravessado por fantasias e representações idílicas. Tempo depois iria entender que os pescadores existem, embora muitas coisas tenham mudado nas últimas décadas, incluindo as paisagens, agora ao serviço de novos cenários produtivos (ÁLVAREZ et al., 2019, p. 118).

Com estas perguntas voltei a falar com Eduardo Mondaca. Embora não tenha obtido respostas claras sobre as ausências dos pescadores nas pesquisas, pude começar a entender que se tratava de relações complexas, sedimentadas ao longo do tempo entre os chilotes, e que a aparente falta de comunicação entre os pescadores e o resto da comunidade poderia ter razões de peso que certamente não compreendia no momento. Comecei a perceber que os pescadores artesanais não são uma unidade homogênea, mas que existiam muitas formas de ser pescador. Alguns continuavam pescando baseados em uma “economia de subsistência”, enquanto outros participavam de outras formas na economia local e nacional. Entendi também que as paisagens tinham mudado ao longo dos últimos anos, em que ruas de asfalto, prédios, comércios e a infraestrutura turística foram se sobrepondo às atividades dos pescadores, cada vez mais circunscritas a espaços delimitados, de caráter urbana, que dominam cada vez mais os espaços insulares.

1.6.4 Contatando os pescadores artesanais de Ancud

Alguns dias depois de chegar à campo consegui obter o contato de um líder de um sindicato de pescadores em Ancud, local onde fiquei sabendo que tinham sido derramados os salmões mortos. Antes de contatá-los, sabia que tinham participado das manifestações do *mayo chilote*, e que atravessam sérias dificuldades para desenvolver as atividades de pesca. Em Ancud, a pesca artesanal atravessa dificuldades específicas, diferentes de outras comunidades, com episódios particularmente violentos. Algum tempo atrás, um jovem pescador chamado *Coti* (caso de informação pública) foi morto por seguranças armados que protegiam umas AMERB de bancos naturais de *loco*, um molusco cujo nome científico é *Concholepas concholepas*, de alto valor culinário. Causou-me um grande impacto saber que tinha sido usado armamento de guerra e que, do alto de uma colina, um segurança da AMERB atirou contra ele enquanto extraia *locos* na madrugada. O caso teve alguma ressonância na mídia nacional, quando periodistas vindos da capital Santiago fizeram uma reportagem intitulada “*La guerra del loco en el canal de Chacao*”¹⁴. Interessado no assunto, comecei a pesquisar nos arquivos da justiça e fiquei sabendo que o autor do crime foi sentenciado a doze anos de prisão pela morte do jovem pescador. Tal evento me mostrou que em Ancud as coisas eram bem diferentes, e que os conflitos que atravessavam os pescadores iam além da indústria do salmão. Interesses econômicos, defesa da propriedade privada, seguranças armados, faziam parte de um lucrativo negócio que punha os diversos grupos em conflito.

Restando poucos dias para voltar ao Brasil, fiz uma visita em Ancud para falar com os pescadores artesanais. Era a primeira vez que tinha a oportunidade de falar com pessoas que se reconheciam como pescadores e que participavam de suas organizações. Na ocasião, tive um encontro com Diego, um líder dos pescadores artesanais com quem pude obter informações sobre os conflitos entre os pescadores artesanais e a indústria do salmão. Diego é de *Pudeto*, um antigo bairro de pescadores em Ancud na beira do mar. Quando lhe perguntei sobre qual era o conflito principal entre os pescadores e a indústria do salmão, ele me explicou que “diretamente” não

¹⁴ A reportagem pode ser assistida de forma gratuita no site: <https://www.24horas.cl/noticiarios/reportajes24/reportajes-24-la-guerra-del-loco-en-el-canal-de-chacao-2243652>

existia um conflito propriamente tal, mas que a poluição das águas era sim uma consequência dessa indústria, provocando uma constante diminuição das espécies marinhas. Segundo ele, antes as águas em Chiloé eram cristalinas e existia muita “abundância”, e que tudo tinha mudado com a instalação das jaulas de salmões. Diego me contou que em março de 2016 ele e outras pessoas estavam extraindo algas perto da zona em que os salmões mortos foram derramados, e que por causa disso eles já tinham conhecimento da situação, meses antes de que o conflito se manifestasse. Lamentava-se que apesar do grande esforço, “*não se conseguiu nada depois do mayo chilote*”, exceto alguns trabalhos temporais e bonificações em dinheiro como forma de chegar a um acordo entre o Estado e as comunidades. Mas, o que para ele (e, logo depois, para a maioria dos meus interlocutores) se configurava o principal tema de conflito era a implementação das *Áreas de Manejo y Explotación de Recursos Bentónicos (AMERB)*. Essa informação me causou um grande desconcerto, mas também interesse, por perceber que, para os pescadores, o maior problema do processo de privatização dos espaços do mar eram as AMERBs, e diretamente menos a indústria do salmão, embora lhe atribuíam ser responsável pelos grandes desastres socioambientais que ocorriam no Arquipélago. Para os pescadores não havia essa conexão entre a indústria de salmão e a criação das AMERBs.

Esse encontro com Diego e as informações que me proporcionou foram decisivos na minha pesquisa para continuar o trabalho de campo em Ancud e repensar a elaboração do projeto de pesquisa. Através da sua fala ficou evidente para mim que devia considerar com maior atenção as disputas espaciais dos pescadores artesanais em relação a criação e implantação das AMERB. Lamentavelmente, o segundo período de campo teve que ser abruptamente adiado por causa da pandemia da Covid-19. Seria só no verão de 2022 que eu voltaria para o Chiloé, desta vez, permanecendo na cidade de Ancud, e conduzindo os levantamentos de informações entre os pescadores deste município.

1.6.5 Trabalho de campo entre os pescadores artesanais de Ancud

Em março de 2020 tive que deixar o Arquipélago de Chiloé por conta do fechamento das fronteiras provocado pela COVID-19, chegando ao Brasil onde a pandemia tornou-se uma realidade. Nada sabíamos sobre o que iria a vir. Com o

passar das semanas, eu e os colegas de doutorado fomos entendendo que o trabalho de campo nas pesquisas antropológicas teria que ser totalmente repensado. Algumas pessoas optaram por reformular as suas teses, dando prioridade a pesquisas de tipo teóricas, com foco na revisão bibliográfica ou de *gabinete*. As chamadas “etnografias digitais” também cresceram no período, estimulando novas (e não tão novas) reflexões sobre as possibilidades de desenvolver uma etnografia através dos meios digitais. Em consequência, acredito que as pesquisas acadêmicas publicadas no seguinte lustro terão como principal característica diversas respostas diante do problema para realizar trabalho de campo de forma “tradicional”. No meu caso, como já tinha feito uma visita de campo em Chiloé, optei por manter o plano original, esperançoso de que em algum momento poderia voltar para o Arquipélago. Os dados coletados em 2020 orientaram melhor meu foco de investigação, direcionando a pesquisa mais precisamente sobre os conflitos decorrentes da implementação das AMERB.

Não seria até o verão de 2022 que eu poderia voltar para o Arquipélago de Chiloé. As restrições sanitárias continuavam sendo fortes no Chile, com um sistema de *fases* que iam de acordo com a quantidade de contágios em cada município. Quanto mais contagiados existiam, mais restrições para transitar pelo espaço público decretavam as autoridades. Resolvi, então, me comunicar com as pessoas que tinha conhecido em 2020 para saber se era possível realizar um segundo trabalho de campo ou não, pensando sempre na saúde das pessoas e da minha própria. Embora não fosse o cenário ideal, devido a que restrições ainda estavam em curso, tomando as precauções devidas já era possível voltar para o Chiloé. Devido às intensas chuvas e frio que existem em Chiloé entre março e novembro, resolvi voltar a fazer campo nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, em que o clima é mais agradável e permite com maior facilidade os deslocamentos necessários para desenvolver a pesquisa.

Meses antes da minha segunda viagem para Chiloé, comecei a contactar pessoas para continuar o trabalho de campo, desta vez em Ancud. Com Diego a comunicação não foi possível, devido às dificuldades que representa a comunicação a longa distância e o pouco uso que ele faz do telefone celular. Devido à privatização dos espaços marinhos, ele deve ir cada vez mais longe para conseguir alimentos, passando a maioria do tempo sem comunicação telefônica. Consegui por outras

peessoas entrar em contato com Silvia, uma mulher navegadora que tinha dado a volta ao mundo velejando, de quem logo depois saberia que coincidentemente era companheira de Diego e estavam esperando um bebe juntos.

De forma totalmente inesperada, a minha história em Ancud começou com uma morte, ou melhor dito, com um nascimento. *Cahuel*, que em língua *huilliche* significa golfinho, é o nome do filho de Silvia e Diego. Embora *Cahuel* não tenha conseguido ficar neste mundo de forma física, nunca será esquecido. Dias antes da minha chegada em Ancud, *Cahuel* foi velado em uma embarcação chamada “*Felipe Ignacio*”, navegando pelas mesmas águas que os seus ancestrais têm navegado desde sempre. Segundo me relataram, *Cahuel* uniu-se, precipitadamente, aos *Cahuel-che* (homem-golfinho) que habitam os mares de Chiloé. Com a família em estado de luto, a pesquisa junto com eles tornou-se um pouco fora de lugar. O núcleo familiar se contraiu em si mesmo e as palavras sobravam. Como perguntar sobre os conflitos decorrentes do cercamento do mar para pessoas que acabavam de velar seu filho recém-nascido? Com certeza, a oportunidade de tratar esses assuntos chegaria em algum momento. Por enquanto, a pesquisa devia continuar, e uma forma de fazê-lo era a mais simples de todas: sair a andar pela cidade, conhecer as ruas, os seus bairros, falar com as pessoas.

Ancud se localiza em uma baía e tem dois bairros de pescadores, *Pudeto* e *Fátima*, ambos distantes em alguns poucos quilômetros, conectados por ruas entre colinas que sobem e descem constantemente. O centro da cidade está localizado em uma colina sobre Fátima, local em que a baía é mais ampla. Pudeto, por sua vez, localiza-se no estuário *coipomo*, local de águas mais calmas, onde as pessoas atualmente cultivam e extraem algas. Ambos bairros tem seus próprios *muelles* (píeres). O principal píer da cidade fica no centro, perto de Fátima, na avenida *Lord Cochrane*¹⁵, chamado pela população local de *El Muelle*. Boa parte dos pescadores e das embarcações saem a trabalhar cedo desde *El Muelle* e voltam no horário de almoço, como se se tratasse de um trabalho de escritório. A infraestrutura em Pudeto é mais precária do que *El Muelle* e funciona também como local para reparar embarcações. Diferente aos pescadores de Fátima, os pescadores de Pudeto são

¹⁵ marinho inglês que serviu a Armada chilena na época da independência, é comum ver seu nome nas ruas das cidades chilenas.

mais identificados com os conflitos em torno ao *loco* e carregam um certo *estigma* entre a população local.

Ao longo do verão de 2022 percorri inúmeras vezes as ruas de Ancud. É comum ver pescadores de avançada idade deambulando perto dos píeres, procurando algum ouvido para contar as suas histórias. É só encostar para eles que vão começar a falar. Nessas falas era mais fácil as pessoas contarem suas histórias, talvez porque não conheciam quem tinham na sua frente. Antes de aprofundar nas vidas dos meus interlocutores, estes encontros “casuais” me permitiram entender mais sobre as histórias dos pescadores em Ancud. Todos lembram de um passado que parece distante, quando sendo jovens mergulhavam sem nenhum tipo de equipamento nas gélidas águas do Oceano Pacífico. Faziam grandes viagens de barco de vários dias com seus pais e seus avós, que contados por eles parecem verdadeiras odisséias. Lembram de épocas de fartura, seguidas de períodos de decadência e conflitos familiares. Caminhos de terra que viraram estradas, bois substituídos por caminhões e caminhonetes. Um mar “livre” e próximo que aos poucos começou a ficar mais restrito e distante.

Cheguei a conhecer pessoas muito valiosas para minha pesquisa, que me ensinaram muito sobre as histórias dos pescadores em Ancud. Em Fátima mora Miguel, e a sua família, com quem navegamos pela Bahia de Ancud e quem me ensinou como é ser pescador chilote e como era antigamente quando seu pai era vivo. As falas dele são fundamentais nesta tese. Também pude conhecer a Macarena, uma chilota orgulhosa que percorre o Arquipélago em busca de melhorar o patrimônio material dos chilotes. Ela é filha de um dos pescadores mais emblemáticos em Ancud, *Don Hugo Almonacid*, chamado também como “rei do *loco*”. As histórias mais espetaculares sobre a *fiebre del loco*, um breve período entre 1982 e 1985 em que o molusco *loco* atingiu valores históricos, principalmente pela demanda de empresários japoneses. As falas tanto de Miguel quanto de Hugo, dois pescadores de mais de 60 anos, foram fundamentais para levar a sério as AMERB como problema de pesquisa, já que os dois me manifestaram que não estavam de acordo com a sua implementação.

Se com o Diego fiquei sabendo que em torno das AMERB existiam conflitos resultantes das disputas pelos recursos comuns, com os relatos de Miguel e Hugo entendi que o problema tinha a ver com um confronto entre distintas concepções sobre os significados que as pessoas têm do mar e como os humanos devem se relacionar com ele. Don Hugo me comentava que onde ele mora, na “*Caleta*¹⁶ *de los Chonos*”, existe uma AMERB que “*apenas tem dois barquinhos e quase nunca tem ninguém*”, mas que se quiser pescar no mar “*logo chegaria o pessoal do sindicato para me tirar da*”. Por outro lado, Miguel acha que as AMERB são injustas, pois “*poucos sócios pegam toda uma área em que antes todos os pescadores de Chiloé pescavam*”.

O meu projeto inicial previa fazer pesquisa em dois locais diferentes, Ancud e Lamecura. Escolhi Ancud por ser o local em que existe a maior quantidade de pescadores artesanais no Arquipélago de Chiloé e porque foram os pescadores de Ancud os mais atingidos pelo derramamento do salmão morto em 2016. Porém, não existem concessões aquícolas de salmão na região em que os pescadores de Ancud costumam realizar suas atividades. Por essa razão tinha escolhido Lamecura, já que se trata de um pequeno povoado localizado no mar interior em que coexistem AMERB e concessões para o salmão. Como minha intenção inicial era observar os impactos da indústria do salmão, achei pertinente observar mais de perto os efeitos das concessões de salmão em uma comunidade de pescadores. Entretanto, esses planos mudaram drasticamente quando cheguei em campo e comecei a falar com os pescadores em Ancud. O principal motivo foi que, ao contrário do que tinha planejado, a principal preocupação local eram as AMERB situadas no outro extremo do Arquipélago, não no mar interior onde estão localizadas as concessões aquícolas, se não no Oceano Pacífico, em zonas que não tinham sido habitadas historicamente pelos chilotas. Locais como Puñihuil, Polocué, Caleta de Los Chonos, começaram a ser habitados por pescadores vindos do norte do país a partir da década de 1980, atraídos pela extração do *loco*. Por esse motivo, dispensei a realização de estudar as dinâmicas que ocorrem em Lamecura e realizei visitas em Caleta Los Chonos e

¹⁶ As caletas “são faixas de terra acima da marca da maré alta que são concedidas como concessão pelo Estado e proporcionam direitos aos usuários, tais como o direito de ter acesso ao mar, o direito de desembarcar um barco, o direito de desembarcar a captura e de erguer certas construções” (CASTILLA; GELCICH, 2008, p. 442)

Puñihuil, onde pude conversar com as famílias de pescadores sobre a história da pesca artesanal e as mudanças decorrentes da implementação das AMERB.

A maior parte do tempo passei na cidade de Ancud, pois a maioria dos pescadores artesanais moram ali. São poucos os que atualmente se deslocam por mar a outras áreas como Puñihuil ou Caleta Los Chonos, devido justamente a privatização dos espaços costeiros com maiores recursos naturais, o que torna um gasto desnecessário de energia e recursos uma viagem de mais de uma hora para pescar mariscos e crustáceos que podem ser capturados na Baía de Ancud. Em Ancud foi possível manter conversações e entrevistas gravadas com acadêmicos, educadores populares, funcionários do Estado, trabalhadores da indústria do salmão, e outras pessoas com as quais pude indagar nos objetivos da tese. Todavia, na hospedagem que passei entre janeiro e fevereiro de 2022 pernoitavam muitos trabalhadores que estavam de passo em Ancud, em direção às indústrias do salmão localizadas mais para o sul do país. Com eles também consegui informações importantes, de tipo mais informal, as quais registrei no meu diário de campo. Com a dona da hospedagem, Claudia, e seu marido, Javier, viajei em repetidas ocasiões para o mar interior, na zona onde existem a maior quantidade de concessões aquícolas da região. Embora já não fosse meu objetivo principal, pude levantar informações sobre os impactos das empresas de salmão em Linao, um povoado perto de Lamecura, onde Claudia nasceu.

Como fui descrevendo ao longo das últimas páginas, a tese foi tomando uma forma particular decorrente de múltiplas relações interpessoais e escolhas particulares que fui adotando no transcorrer da pesquisa. Meu interesse pessoal pelos impactos da indústria do salmão entre os chilotes foi mudando na medida em que as pessoas mostravam interesse em outros assuntos, como a implementação das AMERBs. Entretanto, trata-se de um mesmo processo de fortes mudanças no território ao longo das últimas décadas.

1.7 Estrutura da Tese

A tese tem por objetivo geral compreender as modalidades de expulsão que tem sofrido os habitantes do Arquipélago de Chiloé, assim como as resistências e

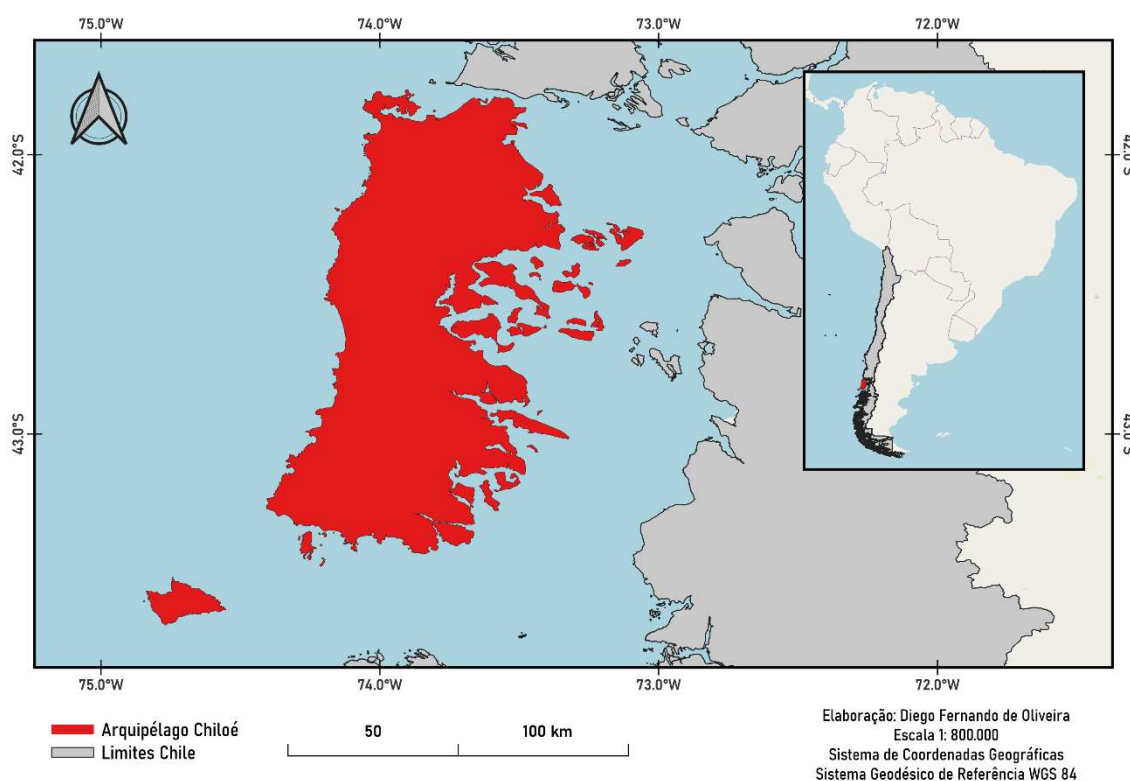
lutas que tem empreendido. Para responder a tal objetivo, a tese está estruturada em quatro capítulos. No Capítulo 1 elaborei teoricamente a noção de “cerco das expulsões”, assim como foi descrito o percurso da pesquisa como uma trajetória de escolhas e relações sociais que me levou a focar nos pescadores artesanais da região de Ancud para descrever tais processos. No Capítulo 2, são descritas as distintas situações históricas em que os chilotes enfrentaram diversas modalidades de expulsão, assim como a conformação de uma territorialidade específica entre os séculos XVI a XX. No terceiro Capítulo são descritas as diversas formas em que tal modelo de desenvolvimento foi implementado no Chile e no Arquipélago de Chiloé, no contexto da ditadura militar de Augusto Pinochet, através de uma série de mudanças administrativas, legislativas e de discursos que legitimam a propriedade privada sobre a propriedade coletiva. O Capítulo 4 é dedicado a analisar os efeitos entre os pescadores chilotes da implementação de um regime de propriedade privada sobre os espaços e recursos marinhos, finalizando com uma aproximação da emergência de um movimento social em que a identificação como “chilote” toma um novo vigor, adscrito ao pertencimento a um território específico, o Arquipélago de Chiloé.

Capítulo II.

Situações históricas, identidades e padrões de uso comum dos espaços marinhos em Chiloé

2.1 O Arquipélago de Chiloé

Figura 1 - Mapa e localização do Arquipélago de Chiloé.



Fonte: Diego F. de Oliveira.

O Arquipélago de Chiloé situa-se entre os paralelos 41° e 43° de latitude sul, na zona sul do Chile, sendo conformado pela Ilha Grande de Chiloé e outras quarenta ilhas menores. Com extensão de 180 quilômetros em direção norte-sul, e 62 quilômetros em direção Leste-Oeste, a Ilha Grande de Chiloé é a quinta maior ilha na América do Sul, depois da Terra do fogo (Chile), Marajó (Brasil), Bananal (Brasil) e Tupinambarana (Brasil). Trata-se da região onde a cordilheira da costa “mergulha nas águas do Oceano Pacífico” e deixa expostas na superfície milhares de ilhas que vão até o Cabo de Hornos, situado cerca de 1.400 quilômetros ao sul do Arquipélago de Chiloé. Em relação ao clima, classifica-se como clima oceânico, com temperaturas médias anuais de 11 graus centígrados e entre 2.000 e 4.000 milímetros de chuva, o

que permite a conservação de uma floresta constituída por grandes e resistentes árvores como carvalho, cipreste, lariço, *rauli* (*nothofagus alpina*), *coigue* (*nothofagus dombeyi*), entre outras. O Oceano Pacífico que contorna o Arquipélago é particularmente rico em biodiversidade, devido entre outros fatores, à interação entre a corrente de Humboldt e a corrente do Cabo de Hornos, produzindo grandes corpos de nutrientes e matéria orgânica que facilitam o crescimento de espécies bentônicas, como o loco (*Concholepas concholepas*), almeja (*Venus antiqua*), huepo (*Ensis macha*) entre outros¹⁷.

Estas características ecológicas fazem com que entre os chilotos a distribuição das tarefas ao longo do ano seja definida de forma muito similar à retratada por Marcel Mauss ao se referir ao conceito de “variações sazonais”, quando analisou os modos de vida dos esquimós (MAUSS, 2003, p. 423). Por conta da intensidade do inverno, os meses entre setembro e março (durante a primavera e o verão) são essenciais para as famílias, época em que cultivam e colhem batatas, alimento principal na dieta dos chilotos. As atividades no mar também são mais constantes nos meses entre primavera e verão, quando as chuvas e os ventos são menos frequentes e os riscos de enfrentar tempestades são menores dentro das embarcações. Recentemente, tem-se desenvolvido no Arquipélago um turismo sazonal (entre dezembro e março), que têm permitido às pessoas obter recursos financeiros mediante a venda de diversos tipos de produtos, como alimentos típicos da região, artesanato, através da realização de eventos musicais, etc. Entre os meses de janeiro e fevereiro ocorrem entre as distintas comunidades as chamadas “*fiestas costumbristas*”, em que são oferecidos para os turistas e o povo local comidas, bebidas e espetáculos folclóricos. Tais atividades permitem a acumulação, seja de alimentos e/ou dinheiro, que são essenciais para as famílias encararem o longo inverno na região. No entanto, junto com o turismo existe uma forte pressão imobiliária sobre as terras e já começam a evidenciar-se os problemas decorrentes do loteamento da terra em pequenas unidades, como a falta de água para consumo humano no verão.

¹⁷ <https://simbio.mma.gob.cl/EcosistemasMarinos/Details/46> Consultado em 27-08-2024.

No Arquipélago de Chiloé existem 10 municípios¹⁸, totalizando aproximadamente 168.000 habitantes. O município de Ancud, local em que a tese focaliza, tem uma população de 41.661 habitantes, 33,18% corresponde a população que se localiza em áreas rurais e 66,82% em áreas urbanas. A composição do município refere a uma cidade maior (Ancud) e dezenas de pequenos povoados espalhados pelo território, com extensas áreas litorâneas em que são realizadas todo tipo de atividades por diversas comunidades de chilotes e indígenas huilliches. Trata-se de um dos municípios do Chile com mais pescadores artesanais em relação a população total, isto devido a que a região tem sido historicamente habitada por diversos povos de pescadores, e também porque em anos recentes a extração do molusco *loco* e outras espécies atraiu centos de pescadores de outras regiões do país que acabaram ficando no Arquipélago, aumentando consideravelmente a população local. Por exemplo, se calcula que 1/3 das amêijoas na América Latina eram extraídas em Ancud na década de 1980 (REYES; BARAHONA, 1995).

A cidade de Ancud, que leva o mesmo nome do município, está localizada na região norte da Ilha Grande de Chiloé, especificamente na Bahia de Ancud, e têm uma população aproximada de 26.000 habitantes, dos quais aproximadamente 2.000 são pescadores artesanais¹⁹. A cidade foi fundada como “San Carlos de Ancud” pelo governador de Chiloé Carlos Baranger, em 1769, quando o Arquipélago ainda estava sob o controle colonial do Virreinato do Perú, com o objetivo de fortalecer a zona norte do Arquipélago de Chiloé contra “*cualquier plan enemigo que pretendiese amenazar el dominio español y sus fuentes de riqueza en el reino de Chile y en el virreinato peruano*” (Angulo, 1997)²⁰. Atualmente, os vestígios das zonas fortificadas fazem parte do circuito turístico promovido pelo município.

¹⁸ Os municípios são: Ancud, Castro, Chonchi, Curaco de Vélez, Dalcahue, Puqueldón, Queilén, Quellón, Quemchi, Quinchao.

¹⁹ Segundo os dados oficiais da SUBPESCA, os inscritos no Registro Pesquero Artesanal (RPA) são aproximadamente 2.000 pessoas, porém, nem todas as pessoas que se dedicam constantemente a atividades em relação ao mar estão registradas. Segundo meus interlocutores, aproximadamente a metade dessas pessoas não tem registro.

²⁰ Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=813996>. Consultado em 08 de julho de 2025.

2.2 Breve Histórico sobre as populações do Arquipélago de Chiloé

2.2.1 Introdução

Para compreender os atuais processos de cercamento e expulsão que as comunidades de pescadores vêm sofrendo em Chiloé é preciso primeiramente delinear as diversas situações históricas que vêm enfrentando os chilotes desde a época colonial, assim como os modos específicos de ocupação do território em cada uma delas e as relações entre os distintos grupos sociais. Procedendo dessa forma, é possível compreender melhor a situação em que os chilotes se encontravam antes da privatização dos espaços e recursos marinhos que têm afetado suas territorialidades e modos de vida.

Para tal objetivo, faço uso da historiografia existente que tem estudado as formações socioculturais a partir das primeiras campanhas dos conquistadores espanhóis em meados do século XVI, assim como das histórias orais coletadas entre os chilotes, apresentando o modo como foram se conformando as representações identitárias destas comunidades. Embora os habitantes históricos do Arquipélago de Chiloé se identifiquem de um modo geral de chilotes, há uma diversidade de grupos sociais que também habitam o Arquipélago, cuja origem e formação demandam uma revisão do seu processo histórico. Não se trata, como salienta Pacheco de Oliveira (1988), de uma reconstituição no sentido que a historiografia estabelece, mas de um exercício para compreender as distintas situações históricas vivenciadas que precederam a atual, a das expulsões. Enquanto as situações históricas anteriores, ainda que promovessem vários tipos de expulsão, também abrigaram a conformação de territorialidades chilotas e asseguraram a permanência e o acesso aos recursos que necessitavam para seus sustentos. A compreensão destes processos anteriores nos permite compreender o alcance das transformações e expulsões promovidas na atual situação histórica, que se inicia com a chegada da ditadura militar e da indústria pesqueira, na década de 1980. Revisando a historiografia sobre a região do Arquipélago de Chiloé, é possível identificar três situações históricas diferentes: A colônia, A formação da República do Chile e a das expulsões.

2.2.2 A conformação colonial

Diversos estudos afirmam que antes da chegada dos espanhóis o Arquipélago de Chiloé era habitado principalmente nas áreas mais protegidas do mar interior, como enseadas e baías, por povos que se dedicaram predominantemente à agricultura, mariscagem e coleta de algas e pesca, conhecidos como *Huilliche* ou *gente do sul*²¹ na língua mapuche, e povos canoieiros e pescadores que frequentavam o Arquipélago e habitavam as regiões mais austrais (atualmente chamado de Patagônia), conhecidos como *Chonos*. Pesquisas antropológicas recentes apontam que antes da colonização espanhola existiam relações interétnicas entre distintos povos, caracterizadas por diversos tipos de trocas materiais e, presumivelmente, rituais, concluindo que a população indígena no Arquipélago de Chiloé antes da conquista espanhola seria produto de um possível processo de miscigenação entre distintos povos (NUÑEZ, 2018, p. 45).

A despeito da dificuldade de estabelecer com precisão a diversidade de povos que existiam previamente ao avanço dos colonizadores espanhóis, parece que esses grupos se depararam no momento da conquista com pelo menos dois sistemas de formação sociocultural e ocupação territorial em Chiloé: O primeiro caracterizado predominantemente por grupos que praticavam a agricultura, a criação de animais, a mariscagem e pesca na beira mar (*huilliches*); e o segundo como um sistema caracterizado pela constante navegação, povos que passavam grandes espaços de tempo dentro das embarcações como modo de reprodução da vida, e a caça marinha e coleta de grande variedade de mariscos como modo de sustento²² (*Chonos*) (SKEWES; ÁLVAREZ; NAVARRO, 2012, p. 112). Em relação à sua territorialidade, para o caso destes povos o território e seus recursos não eram de propriedade privada, embora possam ser apropriados individualmente:

²¹ Os Mapuche são o maior povo indígena do país até os dias atuais. Segundo o Censo de 2017, se autodeclararam mapuche 1.745.147 pessoas, um 79,8% do total entre os indígenas. No início do século XVI os Mapuche habitavam as regiões entre a zona central e a zona sul do país. O Arquipélago de Chiloé, localizado mais ao sul do território mapuche, era habitado por *huilliches* ou “gente do sul” e diversos povos canoieiros, identificados como *Chonos*.

²² O mergulho é uma prática distintiva dos chilotas até os dias atuais. As crônicas existentes falam que as mulheres *chonas* eram as que melhor mergulhavam, portando um cesto na cintura, descendo até 10 metros para coletar mariscos. As crianças começavam a mergulhar com 4 anos de idade (CÁRDENAS; MONTIEL; HALL, 1991, p. 67–68)

“Não existia um território de residência propriamente dito, embora identificassem um horizonte como seu. Neste sentido, não tinham qualquer direito de propriedade sobre a terra ou o ambiente. Havia também uma propriedade coletiva da família, constituída pela canoa e pelo equipamento dos toldos. Os outros objetos que cada um fazia para si próprio pertenciam-lhes e eram mesmo enterrados com eles.” (CÁRDENAS; MONTIEL; HALL, 1991, p. 78).

Assim, os modos de vida tradicionais dos chilotos, baseados na apropriação dos espaços terrestres e marinhos, integrando agricultura, coleta no litoral (*recolección de orilla*) e pesca em embarcação, seriam resultado da dinâmica dos relacionamentos que esses povos mantiveram ao longo de séculos no período anterior à conquista espanhola. (SAAVEDRA, 2016).

2.2.3 Chiloé sob controle da monarquia espanhola e do Virreinato de Lima

Uma das primeiras crônicas que falam sobre os povos que habitavam o extremo sul do Chile são as das expedições de Juan Ladrillero (1557-1559), a quem foi encomendada a missão de ampliar e “*estender o governo do Chile até ao Estreito de Magalhães*”. (CHILE, 1880, p. 453). Desde um princípio, os povos são retratados nas crônicas de forma oposta aos europeus, como selvagens, seres não civilizados nem evangelizados que “*traen sus vergüenzas de fuera*”²³, “fortes”, “armados por ossos de baleias”, hábeis na navegação e capazes de mergulhar nus em águas gélidas, característica que impressionou desde um início aos espanhóis. Segundo a historiadora Ximena Urbina Carrasco, esses povos são catalogados pela historiografia local como “canoeiros austrais”, entre os quais os povos que habitavam entre o Arquipélago de Chiloé e o Cabo de Hornos. (URBINA CARRASCO, 2011, p. 614).

Durante o período colonial, o domínio do Estreito de Magalhães foi uma fonte de grandes disputas entre as monarquias europeias, pois este era uma das vias marinhas mais importantes entre os portos europeus e as colônias, principalmente, as localizadas nas costas do Oceano Pacífico²⁴. A longa distância entre as regiões austrais e as cidades principais do Reino de Chile, assim como as inclemências do clima e a escassez de minérios (principalmente ouro²⁵), teriam sido fatores

²³ Em relação a estar nus.

²⁴ O Estreito de Magalhães teve uma grande importância na economia interoceânica até inícios do século XX, em que foi criado o Canal de Panamá.

²⁵ “*El Dorado*” foi um mito criado pelos europeus que guiou os projetos coloniais desde o início das campanhas: “*Embora a gênese do El Dorado tenha ocorrido no Caribe, em 1501, na América do Sul a*

importantes para a escassa presença dos espanhóis em Chiloé até o século XVIII, em que o confim do império adquire um renovado interesse geopolítico (CARRASCO, 2016). Porém, os conquistadores enfrentaram as forças dos povos organizados. Segundo a historiografia local, um importante episódio de resistência indígena foi decisivo para dificultar o projeto expansivo dos espanhóis, já que em 1598 foram expulsos do território pelos indígenas, sofrendo importante derrota militar, o que teria dificultado por vários séculos o projeto colonial na região. Segundo o antropólogo José Bengoa (BENGOA, 1996):

“Em 1598, o curso da Guerra de Arauco mudou. Pelantaro liderou as tropas mapuches na batalha de Curalaba contra o governador Oñez de Loyola, que morreu no campo de batalha. Ali ficou demonstrada a superioridade militar dos mapuches. Pelantaro destruiu todas as povoações a sul do Bio-Bio; Valdivia foi queimada, Angol e Imperial foram despovoadas e Villarrica foi queimada e esquecida durante duzentos e oitenta e três anos. Quando o exército chileno encontrou as minas de Villarrica, a selva já tinha coberto todos os vestígios de vida humana. Os povoados fundados no interior do território não voltaram a ser construídos até a ocupação da Araucanía no século XIX. (1996, p. 31)

Devido às vitórias mapuche sobre os espanhóis, o projeto de colonização do território chileno por via terrestre se veria parcialmente truncado. Essa derrota militar significou a fragmentação territorial da expansão colonial e o isolamento dos poucos povoados espanhóis localizados ao sul do território mapuche, como o caso da cidade de Castro, fundada em 1567, e atual capital do Arquipélago de Chiloé, no setor de *Quiquilwe*. Assim, ao longo dos séculos XVI e XVII, a presença efetiva da monarquia espanhola traduzia-se em alguns poucos funcionários, entre eles o Governador de Chiloé, e entre um a dois barcos por ano que chegavam de Lima para levar provisões e funcionários que se encarregavam de cobrar os impostos reais. Longe da capital do Reino do Chile (Santiago) e conectados, principalmente, por via marinha com os portos europeus, Chiloé não teve uma presença sólida das elites espanholas e *criollas* se não até a formação da República de Chile, em princípios do século XIX. Por esse motivo, foi se formando (e continua até os dias atuais) uma noção de ser o Arquipélago

busca começou na década de 1530, nos Andes, quando um grupo liderado pelo tenente-general espanhol Gonzalo Jiménez de Quesada partiu da atual cidade de Santa Marta e chegou à terra dos Omegas, seguindo a imagem idealizada do zipa que se unta diariamente com um pó de ouro como única vestimenta e que realiza o seu ritual de ascensão no meio de uma lagoa sagrada numa jangada cheia de ofertas de ouro.” (GUIZA, 2020, p. 16)

de Chiloé um “território isolado” por parte das elites, e também um sentimento generalizado de “território abandonado” por grande parte da população chilota.

Mesmo fragmentadas e sem os recursos de outras latitudes, desde o início as empresas de conquista espanhola no Arquipélago de Chiloé caracterizaram-se pelos esforços para disponibilizar mão de obra através da violência e escravização da população local. Como expressão das primeiras modalidades de expulsão no território, a grande maioria dos indígenas escravizados eram enviados para as cidades do Reino do Chile ou eram obrigados a trabalhar para os “*vecinos*” de Castro, enquanto uma parte dos indígenas foram capturados e enviados para Lima, capital do Virreinato do Peru, por serem considerados *indios alzados*²⁶. Segundo as crônicas da época, os indígenas que conseguiram fugir do assédio espanhol teriam se refugiado entre as milhares de ilhas que compõem a Patagônia, nas regiões ainda inexploradas pelos europeus, sendo expulsados do Arquipélago de Chiloé.

Com o objetivo de entender as trajetórias históricas da organização sociocultural em Chiloé, passo a descrever duas modalidades de organização do projeto colonial, como são as encomendas e as missões religiosas. Tais modalidades inauguram os traços da organização sócio territorial quanto a formação dos aspectos culturais e identitários dos povos em Chiloé.

2.2.4 As encomiendas

A ocupação da região pelos espanhóis foi se efetivando com o desdobramento de duas instituições coloniais, as *encomiendas* e as *missiones*, as quais eram representadas por distintos grupos civis e eclesiásticos, provocando as primeiras modalidades de expulsões entre a população local. Os projetos de conquista, que no início foram estimulados pela Coroa espanhola, tinham por objetivo a exploração de minério, em que uma parte do ganho deveria ser tributado para o rei. Com o passar do tempo, e devido a necessidade de iniciar o processo de assentamento dos colonos no território, são aplicadas (com bastantes modificações

²⁶ Os espanhóis chamavam de *indios alzados* aos indígenas que se organizavam contra as encomendas e as missões.

em comparação ao modelo europeu²⁷) as *encomiendas*, um modo contratual em que os indígenas “livres” trabalhavam para os colonos sem perder o domínio das suas terras (GONGORA, 1951). No cenário colonial e longe do contexto feudal em que nasceram, as *encomiendas* foram um sistema de exploração de mão de obra dos indígenas em que os *encomenderos* dispunham entre 5 a 30 (outras fontes mencionam até 300) indígenas para trabalho tributário (agrícola, pesqueiro, madeireiro) e serviços pessoais (GUTIÉRREZ, 2007), os quais residiam numa unidade territorial chamada de *merced de tierra*. Os indígenas “encomendados” eram homens de entre 18 e 50 anos (embora as mulheres e crianças também eram exploradas), que tinham que trabalhar para os encomenderos durante nove meses por ano para pagar a *tasa de esquilache*, avaliada em “9 pesos y 2 reales”. Os únicos que não tinham que trabalhar como escravos nas encomendas eram os *caciques* devido a sua relevância no modelo de conquista, considerados chefes e interlocutores entre os povos indígenas e os espanhóis, os quais eram dispensados das tarefas mais duras do trabalho forçado (MONDACA-MANSILLA, 2019, p. 147-148). Os encomenderos, junto com as suas famílias, eram considerados os primeiros conquistadores, outorgando-lhes um *status* superior ao resto da população. Embora os indígenas eram considerados “vassalos livres da coroa”, na prática, os encomenderos mantinham um controle quase absoluto das vidas dos indígenas que faziam parte da *encomienda*, muitas vezes forçando-os a trabalhar até morrer.

As *encomiendas* constituíam um sistema de exploração de mão de obra indígena, envolta de extrema crueldade. A sua introdução na região promoveu as primeiras expulsões da população nativa, como demonstram os dados sobre sua diminuição, de aproximadamente 10.000 indivíduos em 1570 passou para 3.000 apenas três décadas depois, em 1600 (CÁRDENAS; MONTIEL; HALL, 1991, p. 21). Como modo de organização colonial a *encomienda* teve vários desdobramentos, entre os quais o controle territorial por parte da Coroa espanhola; a exploração de mão de obra indígena para serviço doméstico, sexual e a provisão de recursos naturais; e a consolidação do catolicismo como sistema cultural hegemônico no território insular.

²⁷ No modelo europeu, as encomiendas tinham por objetivo o pagamento de um tributo ao rei, em troca dos direitos de exploração e uso de uma porção de terra. Já nas colônias, os indígenas eram obrigados a tributar para o encomendero e para o rei, assim como cumprir com extensas jornadas de trabalho “durante longos períodos do ano” (GONGORA, 1951, p. 105).

No geral, os assentamentos das *encomiendas* coincidiam com os assentamentos indígenas antes da conquista, funcionando como uma repartição dos vilarejos indígenas entre os encomenderos espanhóis (URBINA BURGOS, 1983, p. 127). Por exemplo, os espanhóis se referiam aos “indígenas de Nercón” ou “os indígenas de Quinchao” (URBINA BURGOS, 1989, p. 598), ambos assentamentos de indígenas huilliches que são atualmente povoados chilotos. Entretanto, para dispor de uma maior quantidade de mão de obra, os encomenderos levaram adiante fortes processos de concentração forçada dos indígenas canoeiros, provocando o deslocamento e realocação geográficos de indígenas que, ao ter que servir de maneira forçada para os espanhóis, viram reduzidas as suas possibilidades de usar e transitar pelo território como era o seu costume. Através das *encomiendas*, uma série de mudanças começam a tomar forma em Chiloé, principalmente a noção de habitação de uma “unidade de vizinhos” que fixava em um povoado específico as territorialidades muito mais dinâmicas dos indígenas. Surgem as autoridades espanholas e os vizinhos como modelo de cidadania, e os indígenas como mão de obra escravizada, sendo expulsados dos direitos de cidadania que gozavam os espanhóis. Embora em teoria tenham sido considerados pela lei colonial como indígenas livres, ao serem encomendados passaram a sofrer um processo de escravização factual. Assim, o território entre o que chamamos atualmente Cabo de Hornos e Arquipélago de Chiloé, passou de uma diversidade étnica y constantes trocas entre distintos povos a pequenas unidades residências fixas que foram se constituindo sob o modelo colonial espanhol.

Cabe sublinhar que a disposição de compreender os indígenas como “humanos” ou “não humanos” foi matéria de um intenso debate entre intelectuais e eclesiásticos da época, sem o qual não é possível entender o projeto colonial que pesou sobre os indígenas nas colônias. No contexto do Império espanhol em formação, é conhecido o debate no século XVI da “Junta de Valladolid”, em que Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de las Casas mostraram posturas divergentes sobre a legitimidade da conquista sobre os “índios”. Sem dúvida, trata-se de uma singularidade histórica, já que *“nenhuma outra potência europeia do seu tempo, conquistadora ou colonizadora na América, Ásia ou África, se questionou a licitude da dominação”* (BENGOA, 2004, p. 90) No debate, Ginés defendia a dominação espanhola sobre os indígenas, argumentando que os indígenas, dada sua condição

de selvagens, precisavam dos espanhóis e do cristianismo para viver de forma harmônica e civilizada. Pelo contrário, de las Casas defendeu a racionalidade dos indígenas, negando assim que fossem imorais a respeito das civilizações ocidentais, o que tinha consequências também sobre que preceitos deviam operar instituições como as encomiendas e as missões. Uma das consequências desse debate foi que, pelo menos desde um ponto de vista formal, a escravidão não tenha sido um modelo legítimo de conquista. Nas encomiendas, um dos fatores decisivos da sua aplicação era justamente a responsabilidade de evangelização dos indígenas.

O poder colonial que se efetivou através das *encomiendas* perdurou por mais de três séculos, o qual se assentava não somente na posse da terra, mas na posse e exploração de mão de obra indígena. Essa forma de exploração da mão de obra indígena foi proibida somente no ano 1791, apenas 25 anos antes da independência do Chile. Enquanto perdurou foi responsável pelas primeiras expulsões que as populações nativas passaram a sofrer, assim como a criação dos primeiros povoados, as quais foram sucessivamente se reproduzindo, até os dias atuais.

2.2.5 As missões jesuítas

Uma outra modalidade do projeto colonial europeu foram as missões, as quais tinham por objetivo a imposição dos valores cristãos entre os indígenas e sua submissão à fé católica, por meio do trabalho evangelizador dos missionários. Com o *Juicio de Valladolid* (1550-1551) como contexto jurídico para regular os abusos dos encomenderos e colonizadores, as missões visavam expandir o poder da igreja católica e dominar aos indígenas por meio da imposição da religião, da língua e dos ritos cristãos (GUTIÉRREZ, 2007).

No Chiloé, as missões estavam representadas principalmente pela Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos como jesuítas, dando forma “às *instituições nacionais, económicas e políticas do arquipélago*” no período colonial (CÁRDENAS; MONTIEL; HALL, 1991, p. 22-23). A diferença das encomiendas, o objetivo civilizatório das missões levou aos jesuítas a evangelizar através das próprias línguas indígenas, deixando uma profunda marca entre os chilotes até os dias atuais,

como o demonstra a comemoração do “Jesús Nazareno de Caguach”²⁸, a maior comemoração religiosa atual em Chiloé, que reúne milhares de pessoas em janeiro e agosto de cada ano na localidade de Caguach, uma pequena ilha localizada a várias horas de navegação desde a Ilha Grande.

As primeiras missões jesuítas chegaram em Castro em 1595, mas foi em 1608 que a *Compañía de Jesús* começou a fixar uma presença maior no Arquipélago. Durante o período colonial, o território foi dividido em três unidades administrativas denominadas *residências*: Castro, Achao e Chonchi. As sedes das missões religiosas consistiram em um centro habitacional e pequenos vilarejos espalhados, os quais eram mantidos por espanhóis contratados (entre eles um *patrón* que cuidava da igreja y os fiscais que cuidavam das atividades religiosas em ausências dos *padres*) e população indígena, chegando a ter setenta e sete (77) capelas majoritariamente em áreas mais afastadas, onde as encomendas não tinham presença (GUTIÉRREZ, 2007, p. 53).

Uma das características das missões foi a utilização dos indígenas como remadores para percorrer os canais do Arquipélago, apropriando-se além da força braçal, do seu conhecimento das águas e dos ventos austrais (URBINA, 1983: 129). As missões foram as responsáveis pela introdução do catolicismo entre os indígenas, e o fizeram em confluência com os modos de ocupação do seu território. Em decorrência, ao longo do século XVII e XVIII a maioria dos espanhóis tinha abandonado seus assentamentos e começado a habitar os locais em que se localizavam as comunidades indígenas, preferentemente áreas resguardadas do mar interior, dando início ao modo de ocupação territorial chamado de *bordemar*.

As missões no Chiloé foram chamadas de “*misiones circulares*” pelos cristãos. Nelas, os jesuítas planejavam entre os meses de setembro a maio um barrido concêntrico do Arquipélago, com o intuito de chegar uma vez por ano em cada uma

²⁸ “*Embora as formas rituais externas tenham sido completamente absorvidas pela ação missionária, existem fortes sobrevivências dos conteúdos da antiga religião Mapuche-Huilliche nas práticas atuais do catolicismo (...). Onde o nosso ponto de vista é melhor ilustrado é na festa do Jesus Nazareno de Caguach. Neste lugar, desde há dois séculos, cinco ilhas do sector reúnem-se para venerar a imagem do Nazareno, mas principalmente para pedir ou cumprir “mandas” em relação às suas colheitas e à sua saúde. Não encontramos processantes que façam o sacrifício de vir a esta ilha em pleno inverno só para purgar os seus pecados.*” (CÁRDENAS; MONTIEL; HALL, 1991, p. 233)

das comunidades indígenas para realizar a catequese, batismos, casamentos e outros sacramentos (GUTIÉRREZ, 2007, p. 52). Ademais, as missões tiveram o objetivo de evangelizar e controlar os povos indígenas das regiões adjacentes em locais estratégicos do Arquipélago, para que os corsários e outros inimigos não tivessem chance de encontrar apoio neles para atacar aos espanhóis. (CÁRDENAS; MONTIEL; HALL, 1991, p. 95).

Embora a tentativa de evangelização dos chonos e dos diversos grupos canoeros nas áreas mais afastadas tenha sido um objetivo das missões jesuítas, diversas complicações não o permitiram. Os maiores sucessos evangelizadores das missões foram com os huilliches encomendados, na ilha grande e nas ilhas mais próximas (CARRASCO, 2016). Em que pese a que o trato colonial sobre os indígenas foi caracterizado pela violência e sua desumanização, tais contradições ficaram latentes dentro das missões, cujo objetivo albergava uma série de motivações políticas, econômicas e morais dentro das políticas evangelizadoras. Se por um lado os indígenas eram considerados humanos pelas ordens religiosas, por outro respondiam aos interesses coloniais de dominação e controle populacional da monarquia espanhola, mudando drasticamente os padrões de organização social de tais populações.

De modo geral as missões, como as encomendas, funcionaram como uma empresa colonizadora, entrando em crise no final do século XVIII, em que foram expulsas da América Latina por entrarem em conflito direto com as autoridades monárquicas e os encomenderos.

A sua ação era economicamente sustentada por quatro fazendas e uma estância que possuíam em Chiloé, exploradas através de mão de obra indígena fornecida como “depósito e proteção”, o que na prática equivalia a uma encomienda simulada. A ação evangelizadora é entendida como uma cruzada por parte dos jesuítas. Tal como o encomendero aplicava brutalmente o seu castigo perante o incumprimento do seu trabalho, também o padre se chegava a expressar cruelmente quando os seus catequizados não respondiam adequadamente às suas exigências. Esta situação expressou-se de forma mais clara na segunda metade do século XVIII, quando, após a expulsão dos jesuítas, os franciscanos vieram dar continuidade à evangelização. Nessa fase, a relação entre a Igreja e os índios enfraqueceu, ao contrário do período anterior, quando se aprofundaram os conflitos com as autoridades e encomenderos, a ponto de os jesuítas serem expulsos dos territórios da Coroa. (CÁRDENAS; MONTIEL; HALL, 1991, p. 23)

Cabe sublinhar que tanto os *encomenderos* quanto os missionários mantinham uma relação conflituosa, já que os *encomenderos* viam nos indígenas evangelizados uma possibilidade de mão de obra para os seus interesses pessoais, os quais eram defendidos pelos evangelizadores católicos (GUTIÉRREZ, 2007, p. 57). Tratava-se, ao final de contas, de um tenso conflito pela disputa sobre o controle das populações indígenas, seja para interesses pessoais (*encomenderos*), seja para os interesses da igreja (missões). Em ambos os casos, a Coroa espanhola era beneficiada, através de impostos e da evangelização de indígenas que, de não ser dominados por eles, poderiam ser potenciais inimigos.

Não obstante, ambas instituições coloniais promoveram uma série de modalidades de expulsões que afetaram profundamente os povos que habitavam o Arquipélago. Às mortes de milhares de indígenas, soma-se a outras formas de expulsão fomentadas pelas missões religiosas, como a impossibilidade de reproduzir os modos de ocupação do território devido a imposição da aglomeração da população local em unidades territoriais específicas, em que os indígenas eram explorados e forçados a incorporar os costumes cristãos. Se as encomiendas fomentaram a exploração de mão de obra e provocaram uma diminuição dramática da população local, as missões jesuítas contribuíram a apagar aspectos culturais como os ritos e os usos das línguas locais. Todavia, ambas instituições coloniais promoveram modos de ocupação territorial ou uma territorialidade *bordemar*, que continuou existindo de forma mais ou menos nítida até a década de 1980, em que as dinâmicas mercantis do cercamento dos espaços marítimos e costeiros desestruturou esses modos de ocupação.

Apesar da importância para a Coroa espanhola em consolidar o projeto colonizador, as missões jesuítas acabaram sendo expulsas em 1767, passando a ser substituídas pelas missões franciscanas entre os anos 1770 e 1824, as quais em breve período de tempo assentaram as bases do “Colégio de Jesús”, o qual teria uma grande importância no decorrer do século XIX formando missionários chilotes para continuar o labor evangelizador no Arquipélago e na Patagônia (URBINA BURGOS, 1983). No entanto, as missões franciscanas não teriam o impacto que tiveram os jesuítas, já que se iniciava uma nova fase marcada pela independência das elites chilenas sobre a monarquia espanhola, a formação de um Estado laico desde

Santiago, assim como também uma forte expansão do negócio madeireiro em Chiloé, com novos atores comerciais e novas formas de organização de mão de obra.

Transcorridos três séculos do projeto colonial, a população em Chiloé exibia outras características em comparação ao século XVI. O longo tempo de ocupação por parte dos grupos espanhóis, assim como o “isolamento” dos poderes centrais coloniais (Lima e Santiago), forjaram um processo de miscigenação em que uma parte dos habitantes do Arquipélago passou a se identificar cada vez mais como habitantes do Chiloé, ou seja, como chilotes. Os modos específicos de ocupar os espaços costeiros e marinhos, a permanência de uma língua específica produto da miscigenação de um castelhano antigo e a língua huilliche, assim como produções culturais próprias do Arquipélago (mitos, lendas, música), são características que distinguem até os dias atuais aos chilotes, como um povo camponês-pescador específico do sul do Chile. Segundo o historiador Urbina Burgos, o funcionário da colônia de nome Lázaro Ribera, referia-se à sociedade chilota do século XVIII como especialmente difusa etnicamente em comparação a outras regiões:

“A fronteira entre espanhóis e índios não existe com a clareza que se vê noutras regiões indígenas, devido ao uso comum da língua indígena, à pobreza generalizada no vestuário e à união residencial. Muito menos nítida é a diferença entre espanhóis e mestiços”. (URBINA BURGOS, 1983, p. 43-44)

Em decorrência, os chilotes passaram a ser considerados pelo Estado em formação como um povo diferenciado, isolado, porém, menos desenvolvido em comparação às cidades do norte do país, com características mais “atrasadas”. Estas características serão usadas adiante como justificativa para a introdução da indústria pesqueira do salmão, que supostamente promoveria uma superação daquela situação, trazendo o desenvolvimento na região. Todavia, como tenho assinalado, o desenvolvimento que chegou levou as expulsões que irão ser analisadas com mais detalhe nos próximos capítulos.

2.3 O CHILE INDEPENDENTE: RESISTÊNCIA E INCORPORAÇÃO DOS CHILOTES NO PROJETO DE ESTADO-NAÇÃO

2.3.1 “Traidores” em sua própria terra

Os movimentos independentistas começaram a se suceder um atrás de outro nas colônias espanholas na primeira década do século XIX, situação que afetaria também aos territórios controlados pelo *Virreinato del Perú*, liderados por personagens históricas como Simón Bolívar (venezuelano) e José de San Martín (argentino). No caso chileno, diversas forças políticas, principalmente de Santiago, lideradas por Bernardo O’iggins, mobilizaram um processo político de independência da coroa espanhola entre os anos de 1810 e 1826. Tratou-se de um período marcado pela instabilidade política e a emergência de movimentos separatistas, os quais buscavam disputar o projeto de hegemonia política das elites chilenas, livrando-se um dos grandes processos de resistência no Arquipélago de Chiloé, o território mais austral entre os habitados da monarquia espanhola.

A historiografia oficial tem elaborado diversos relatos para narrar a resistência oferecida pelos chilotos, os quais são descritos como um grupo social homogêneo, sem as distinções entre os espanhóis, camponeses miscigenados e indígenas huilliche apresentadas anteriormente. Dentre a historiografia nacional hegemônica, os chilotos aparecem desde um início como fiéis à Coroa espanhola, e, por tanto, como inimigos do Estado-nação em formação:

“Soldados de Chiloé, infelizes vítimas da ambição dos tiranos: ...não vos admireis de que vos tenham arrastado, e arrancado de vossos lares com engano e perfídia para trazer a guerra a este país (...) Esperai, ou ao menos perguntar-lhes: que recompensa darão a vossos pais, filhos ou mulheres que enterraram em lágrimas e miséria com a perda de seus jovens valentes e vigorosos? Que responderão às lágrimas e às execrações dessas vítimas inocentes a quem vos persuadiram de que vinham ocupar e ser senhores pacíficos do mais belo país da América? Se os ímpios assim tivessem acreditado, duvidais que não teriam trazido enxames dos seus compatriotas ou dos seus escravos para o Peru?” (MEDINA, 1897 em MONDACA-MANSILLA, 2019, p. 181).

Recentemente diversos autores, principalmente chilotos, têm contestado essa imagem de “traidores” por parte da historiografia oficial, descrevendo as complexidades socioculturais e alianças que existiam na época, e de como a resistência contra as elites chilenas responde a uma estratégia em que o que estava

em jogo era a manutenção da autonomia e controle sobre o próprio território. Nesse sentido, tais autores argumentam que os distintos grupos que habitavam o Arquipélago tinham estabelecido alianças para enfrentar aos chilenos e defender o território, processo em que começaria a se reforçar uma identificação própria como habitantes de Chiloé, assim como uma diferenciação identitária frente aos chilenos. Referente a essas alianças, até hoje em dia os indígenas huilliches reivindicam os “títulos de realengo” adquiridos antes da invasão das elites chilenas, em que espanhóis -representados pelo militar espanhol Antonio de Quintanilla- e as comunidades indígenas pactuaram lutar juntos em defesa do território, em troca de entregar direitos de propriedade de terras para os indígenas:

Estas comunidades já tinham experiência na celebração de acordos importantes com a Coroa e os governadores locais. Com Quintanilla não foi a exceção. A defesa da ilha foi condicionada, e mais tarde assegurada, pela entrega de grandes extensões de terra no sector central e sul da Ilha Grande de Chiloé - a maior ilha do arquipélago - às comunidades indígenas Williche ou Veliches, reconhecendo formalmente os seus domínios. (MONDACA-MANSILLA, 2019, p. 196)

Após mais de 15 anos de beligerância e apesar das suas alianças, os habitantes de Chiloé foram derrotados, passando a ser o Arquipélago de Chiloé território do nascente estado chileno, através do Tratado de Tantauco, assinado em 1826 entre as partes.

A historiografia informa que no fim da época colonial e inícios da República, expressivas modalidades de expulsão dos chilotes por parte dos grupos militares chilenos causaram uma considerável diminuição da população nativa. Os vários e sucessivos anos da guerra no fim do período colonial foram devastadores para a população nativa, dizimando grande parte dela. Calcula-se que entre 1810 e 1826 (período de guerras) a maioria das 40 ilhas que compõem o Arquipélago resultaram quase despovoadas por causa da guerra, morrendo no processo quase a maioria dos habitantes de Chiloé (URBINA CARRASCO, 2013).

Considerando-os como inimigos da nascente República do Chile, as autoridades chilenas (militares em sua maioria) criaram entre os chilotes que sobreviveram à guerra uma instituição chamada “Guardia Cívica”, a qual tinha como objetivo disponibilizar mão de obra no território conquistado. Assim, logo depois de um intenso processo repressivo, que resultou em mortes massivas da população local,

as autoridades chilenas obrigaram aos chilotos a trabalhos pesados para a construção das primeiras obras públicas, como caminhos e pontes, através da densa mata que ainda existia. Entre as obras se encontra a monumental construção em 1840 através do bosque patagônico do caminho de mais de 100 quilômetros que une Ancud e Castro, estratégico para a conectividade terrestre na Ilha Grande. A conexão entre Ancud e Castro impactou na conectividade entre as distintas comunidades, as quais se comunicavam praticamente através de rotas marítimas.

Os chilotos (camponeses e indígenas) não passavam de ser “preguiçosos por natureza” e “bárbaros sem virtude” de acordo com as autoridades nacionais, justificando a sua exploração. Ao longo do século XIX foram submetidos a trabalhos forçados e expulsos dos seus territórios para serem enviados às guerras contra a Bolívia e o Perú, em que o Chile participou pelo domínio da fronteira norte e seus recursos minerais, conhecida como *Guerra del Pacífico*. (MONDACA-MANSILLA, 2019, p. 2010-2014). Até pouco tempo atrás, o papel dos chilotos nas campanhas patriotas tinha sido invisibilizado, assunto que está mudando devido aos trabalhos da historiografia local.

2.4 A INCORPORAÇÃO DE CHILOÉ NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA NACIONAL: UM POVO E UM TERRITÓRIO A SER EXPLORADO

2.4.1 Expropriação de terras e o negócio madeireiro

A sociedade colonial que predominou mais ou menos durante duzentos e cinquenta anos foi se transformando paulatinamente em vista dos novos interesses das elites chilenas republicanas, não sem provocar novas modalidades de expulsão entre os chilotos. Como mencionado acima, grande parte da população em Chiloé, principalmente homens, sucumbiram à guerra, deixando uma maioria de população de mulheres cuidando de uma devastada economia local²⁹. A condição de pauperização dos chilotos logo após a guerra os tornou um alvo atrativo como mão de obra barata por parte dos empresários e também para as classes políticas, interessadas em fortalecer as fronteiras nacionais na Patagônia austral, fomentando

²⁹ Até onde pude consultar a historiografia em Chiloé, existe um grande desconhecimento (pelo menos escrito) de quais foram as formas em que as mulheres chilotas reproduziram os modos de vida no Arquipélago durante os séculos XIX e parte do século XX.

o crescimento de cidades como Punta Arenas, fundada em 1848 e de grande relevância geopolítica e econômica até os dias atuais. Uma grande parte da mão de obra que construiu as cidades austrais, assim como a formação de grandes fazendas de ovelhas, eram formadas por chilotes que se viram obrigados a migrar depois da guerra em busca de sustento. Ainda, novas instituições republicanas foram inauguradas, assim como representantes do poder central se estabeleceram em Chiloé. De uma *Gobernación* dentro do *Virreinato del Perú*, Chiloé passou a ser, em 1826, a *Provincia de Chiloé*, com José Santiago Aldunate como primeiro Intendente da região.

Na segunda metade do século XIX, o Estado chileno, através da instituição “*Departamento de Tierras y Colonización*” iniciou um processo de “difusão da *empresarialidade* europeia”, para doar títulos de terras a imigrantes oriundos da Europa. Embora os chilotes fossem donos da terra segundo o direito costumeiro e os Títulos de Realengo, eles não costumavam ter títulos de propriedade validados pelo Estado chileno³⁰ (como por exemplo registros em cartórios). A falta ou inexistência de registros oficiais facilitou o processo de entrega de terras por parte do Estado para os imigrantes europeus, que contavam ainda com o respaldo das Forças Armadas em caso de qualquer tipo de conflito. Segundo as autoridades da época, o descontentamento dos chilotes iria desaparecer quando comesçassem a perceber os ganhos do “progresso”, produto da colonização externa e o desenvolvimento dos empreendimentos madeireiros (HARAMBOUR, 2009, p. 379).

Essa forma de desapropriação das terras dos chilotes foi uma modalidade de expulsão bastante utilizada ao longo do século XIX e XX em toda a região sul do Chile, como demonstram as análises do antropólogo José Bengoa. O autor descreve detalhadamente o processo de usurpação de terras por meio de complexos procedimentos legais que se afirmam na criação de uma diversidade de documentos *timbrados* (carimbados), os quais dão sustento jurídico à usurpação:

“É certo que estes papéis foram legalizados nos gabinetes dos Conservadores de *Bienes Raíces* e *Notarías*, foram vendidos e, com o tempo, tornaram-se “legais” nos termos da legislação em vigor, mas a sua origem

³⁰ Algumas comunidades Huilliches ainda conservam “Títulos de Realengo” que foram entregues pela Coroa espanhola em princípios do século XIX. No entanto, a maioria dos chilotes habitavam terras e áreas litorâneas sem possuir um documento oficial que acreditasse juridicamente os direitos de propriedade.

não é legal nem legítima. É de grande interesse solicitar os títulos de qualquer propriedade no sul do Chile. São folhas de papel cheias de assinaturas, de transferências de propriedade entre membros da mesma família, de alterações nas dimensões do terreno. Os papéis «se afirmam» nestas transações; quanto mais transferências uma propriedade tiver, quanto mais carimbos do Registo Predial, quanto mais assinaturas de notários, maior será a aparência de legalidade. São papéis que se afirmam em papéis. Os advogados das empresas florestais que analisam estes documentos desde os anos setenta e oitenta - ou seja, nos últimos anos - acreditam que estão a lidar com “títulos sólidos”, legais, “sem mácula”. Aprovam-nos. As empresas dizem que os títulos foram estudados pelos melhores escritórios de advogados. Enquanto houver força jurídica - e poder de polícia - para “defender” esses títulos, eles serão imaculados. Quando a sociedade, como acontece cada vez mais atualmente, decidir rever o que foi feito, a legalidade será sem dúvida relativizada e a administração da justiça será obrigada a ver o que está por detrás de todos os selos. (BENGOA, 2002, p. 69-70)

Dessa maneira, novos atores surgiam diante das possibilidades de novos negócios, os chamados “empresários da colonização” de origem suíça, alemã, italiana e holandêsa, explorando os recursos naturais disponíveis, especialmente a madeira fornecida pelos bosques de cipreste, utilizado para construir uma grande parte das edificações em Chiloé ao longo do século XIX. Entre os chilotes, ainda hoje as pessoas lembram de Ciriaco Álvarez, “*El rey del Ciprés*”³¹, que na época organizou diversas empresas de exploração madeireira em várias regiões da Patagônia.

A partir de 1850, comerciantes localizados na cidade de Ancud (ponto estratégico comercial com o resto do continente) organizaram as empresas de extração de cipreste, que iria ser usada na construção das principais cidades do país, as quais se encontravam em forte processo de crescimento. A organização da empresa extrativa utilizava como mão de obra aos chilotes de diversas localidades, enquanto donos de embarcações (que faziam de intermediários) estavam a cargo de recrutá-los por médio de um sistema de “dívida forçada”, em que eram adiantados como forma de pago alimentos como trigo, sal e licor em troca de trabalhar no período de outubro a março (seis meses), momento do ano no qual o clima é menos frio e chuvoso, facilitando assim as expedições para cortar árvores (MORALES, 2014, p. 42) Quando o período de extração de madeira acabava, os comerciantes da cidade de Ancud embarcavam os produtos para os diversos destinos, tanto para o Chile quanto para cidades estrangeiras, culminando o negócio anual e esperando até a seguinte temporada, para dar início novamente ao sistema de endividamento e

³¹ “A don Ciriaco Alvarez le decían el “Rey del Ciprés” porque trabajaba en pura madera de ciprés y era el hombre más rico del pueblo” (COMUNIDAD DE CHONCHI, 1986, p. 8)

exploração de mão de obra local. Embora o pagamento das empresas madeireiras era prioritariamente em víveres e não em dinheiro, a condição de *endividados* como a circulação de mercadorias começava a adquirir níveis cada vez mais importantes entre os chilotes, o que os obrigou a procurar ingressos econômicos com mais frequência do que eram acostumados.

Em fins do século XIX a empresa madeireira tinha declinado drasticamente, provocando um forte empobrecimento em uma sociedade em que cada vez era mais necessário o dinheiro, o que obrigou aos chilotes a migrar em busca de oportunidades de trabalho. Com a crise do negócio madeireiro, os chilotes ficaram expostos pela primeira vez a um modo de expulsão econômico ao qual não estavam habituados. As dinâmicas econômicas em que haviam entrado os chilotes demandava o ganho em dinheiro vivo por parte da população local, para fornecer às famílias de produtos que eram comercializados com os povoados fora do Arquipélago, como a farinha de trigo, assim como diversos tipos de materiais para construção das casas. Sem as possibilidades econômicas que oferecia o comércio madeireiro, os chilotes (principalmente homens) se viram na obrigação de deixar suas terras por meses ou inclusive anos, à procura de outros empreendimentos em que poderiam se empregar.

2.5 MIGRAÇÃO DOS CHILOTES, GENOCÍDIO INDÍGENA E A DISPUTAS NA FRONTEIRA AUSTRAL

No início do século XX existiam fortes disputas entre os governos do Chile e da Argentina pelo controle geopolítico da fronteira austral de ambos países, provocando a aceleração do processo de povoamento da Patagônia, por meio da concessão de extensas áreas terrestres para privados que quisessem investir no negócio agropecuário. Até então, os poucos grupos de chilenos que habitavam a região eram militares que cuidavam do cárcere de Punta Arenas, como forma de manter uma presença militar na zona fronteira. A partir de 1884, a estratégia mais comum para garantir a soberania sobre aqueles vastos territórios foi a de encomendar para colonos europeus a tarefa de povoar essas regiões, por meio da proliferação de grandes estâncias e fazendas que costumavam ter extensões de dezenas de milhares de hectares. Como as terras naquela região são maiormente planas, os colonos desenvolveram uma economia baseada na criação de ovelhas, aproveitando tanto a

lã quanto a sua carne, a qual era armazenada em grandes frigoríficos e logo exportada.

Como historicamente ocorreu no Chile, a implementação do projeto de colonização fazendeiro precisou da expulsão e genocídio de vários povos indígenas que habitavam a região. Contrário às narrativas oficiais da época, a Patagônia não era um “deserto” desabitado que devia ser povoado. Muito pelo contrário, nas vastidões da Patagônia coexistiam uma diversidade importante de povos indígenas, cada um com diferentes clãs. Em inícios do século XX, o sacerdote e antropólogo alemão Martín Gusinde conviveu vários anos entre as três etnias que ele conseguiu identificar como habitantes naquela região: Os Selk'nam, os Yámana e os Kawésqar. Cada uma delas ocupava um espaço mais ou menos discernível em comparação às outras, e tinham costumes que também as permitiam diferenciar, assim com modos de relacionamento específicos com o meio natural. Os Selk'nam habitavam a ilha grande da *Tierra del Fuego*, os Yámana a região mais austral do continente americano, o *Cabo de Hornos*, e os Kawésqar a área ocidental da Patagônia austral, o *Cabo de Peñas*. (GUSINDE, 2020, p. 65) Como observador direto da implementação das fazendas de ovelhas, Gusinde escreveu várias crônicas sobre os processos de genocídio contra os indígenas, assim como detalhou as modalidades que adotou o genocídio. Entre eles, a propagação de doenças e o pago em dinheiro para quem apresentasse uma prova de ter assassinado um indígena, foram dois mecanismos comuns para fazer com que a população local quase desapareça em poucas décadas, sem contar o estupro das mulheres e outras práticas abomináveis. Como exemplo da expulsão dos indígenas, Gusinde menciona que no caso dos Selk'nam sua população teria sido reduzida de aproximadamente 4.000 em 1880 para somente 279 pessoas em 1919 (GUSINDE, 2020, p. 75).

Em que pese ao horror e crueldade do projeto colonizador, devemos enxergar tais práticas como o ato mais visível de uma trama muito mais complexa que decorre das tentativas da imposição de um modelo econômico exógeno às comunidades locais. O que estava em disputa era o território para implementar uma economia primária-exportadora baseada na criação e venda de ovelhas e seus produtos derivados, como a lã. Portanto, como aponta Gusinde, o objetivo principal da eliminação da população indígena era a sua expulsão do espaço para dar viabilidade

às fazendas, já que tanto os Kawésqar, como os Yámana e os Selk'nam não entregaram facilmente seu território nas mãos dos brancos. Forçados no começo a trabalhar nas estâncias, foram várias as vezes em que esses grupos invadiram os cercos onde eram criadas as ovelhas, devido à fome que sentiam, produto da dificuldade que tinham para caçar. O tamanho dos cercos das fazendas fez com que os guanacos e outros animais que eram caçados desaparecessem, e assim também as possibilidades de se alimentar segundo seus costumes. Evidentemente, estas tentativas de obtenção de alimentos pela sobrevivência foram rapidamente interpretadas pelos fazendeiros como uma justificativa para organizar “*metódicas cacerías*” de indígenas que “roubavam” as suas ovelhas, empregando inclusive a bandidos e buscadores de ouro em tais práticas (GUSINDE, 2020, p. 72-75).

O genocídio destes povos não foi um fato isolado. Em vez disso tratou-se de uma das diversas ramificações que adotou o projeto de colonização da região sul do Chile. Logo de ter expulsado aos indígenas das suas próprias terras, os colonos deviam atrair mão de obra em grandes quantidades para dar viabilidade às fazendas e frigoríficos, e foi através da migração sazonal e o trabalho dos chilotes (entre outros grupos vindos da Argentina) que tais fazendas e cidades austrais se consolidaram. Assim, dois processos de expulsão de população local se relacionaram e permitiram o desenvolvimento da região mais austral a través da expulsão e migração de grandes quantidades de pessoas de distintas etnias e procedências.

Os chilotes, cada vez mais pressionados pelas políticas de colonização do Estado em relação ao negócio madeireiro, começaram a migrar em centenas de pessoas (principalmente homens) para trabalhar nas fazendas de ovelhas e nos frigoríficos. O método de captação de mão de obra foi o do “enganche”, em que um intermediário gerenciava o vínculo entre os obreiros e os trabalhos nas fazendas. O intermediário encarregado do “enganche” era também quem garantia o traslado dos obreiros, assim como entregava os médios para sua acomodação nas fazendas. Devido a suas habilidades, os chilotes eram contratados maioritariamente para a tosquia das ovelhas e eram chamados de “*peones golondrina*” por causa da sazonalidade em que se empregavam (MONDACA-MANSILLA, 2019, p. 231) Cabe sublinhar que muitas pessoas não conseguiram retornar para o Chiloé, perecendo nas duras tarefas do trabalho na fazenda, se não mortos em uma das várias matanças

que houve contra os trabalhadores naquela época, sem sequer receber um “enterro cristão”. A migração dos chilotes para trabalhar na tosquia de ovelhas, assim como em outras atividades, se deu com força até a década de 1970, para logo declinar produto da chegada da Indústria pesqueira.

Apesar das extremas condições de trabalho nas fazendas, muitos conseguiram retornar. Os chilotes que conseguiam voltar destinavam o dinheiro ganho na compra de materiais para construir as suas casas, comprar jugos de bois para trabalhar a terra, assim como para melhorar as condições das suas roças ou pagar antigas dívidas contraídas. Em outras palavras, os chilotes nunca renunciaram a manter o controle do seu território segundo os modos de vida tradicionais, embora migravam por causa de fortes pressões exógenas, associadas às dinâmicas econômicas dos negócios de exploração e exportação de matérias primas:

Deve-se observar que, embora a migração laboral para a Patagônia tenha representado a incorporação precoce dos Chilote a um sistema capitalista assalariado, esse processo não provocou fortes rupturas com o sistema econômico tradicional. Conforme mencionado, o trabalho na Patagônia era temporário e esporádico, com o homem da família ou os adolescentes viajando para outras terras por 2 a 5 meses, gerando renda monetária e depois retornando ao núcleo familiar. (TORRES, 2017, p. 106)

Em decorrência, antes da grande transformação da década de 1970, uma territorialidade baseada no uso comum dos espaços marinhos podia se encontrar entre as populações que habitavam o Arquipélago de Chiloé, embora a partir do século XIX acentuaram-se diversas transformações socioeconômicas, produto da expansão de negócios vinculados aos recursos naturais que oferecia a região. Por fim, o declínio do comércio madeireiro e das fazendas de criação de ovelhas da Patagônia Austral, possibilitou que os chilotes assegurassem suas territorialidades, mantendo-se em um modo específico de ocupação das florestas e do mar, o qual será descrito mais adiante. No entanto, antes de abordar a conformação de uma territorialidade chilote, é preciso entender as distintas formas com que os habitantes do Arquipélago de Chiloé se identificam atualmente, as quais emergem, sobretudo, como produto dos conflitos decorrentes da expansão da indústria pesqueira.

2.6 CHILOTES, GENTE DE MAR: REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS EM CHILOÉ

Embora os habitantes do Arquipélago se considerem de modo geral como “chilotes”, existem uma diversidade de formas de identificação que circulam na atualidade decorrentes do projeto de modernização neoliberal dos últimos quarenta anos. Trata-se de identidades que emergem produto das disputas e tensões devido ao cercamento do mar e das diversas formas de expulsão das populações locais, como modo de contestar os avanços da mercantilização dos espaços e recursos marinhos impulsionados pelas políticas do Estado.

Como mencionado anteriormente, os interlocutores desta pesquisa costumam se apresentar como “chilotes”, ou seja, como habitantes históricos do Arquipélago de Chiloé. Como toda identidade é histórica, a identificação como chilote foi tomando distintas formas ao longo do tempo. Na época das grandes migrações à Patagônia austral, eram os próprios fazendeiros que chamavam desdenhosamente de chilotes aos trabalhadores do Arquipélago, referindo-se a eles como trabalhadores da mais baixa categoria quando comparados aos trabalhadores de outras origens. Por exemplo, os trabalhadores vindos da Argentina, alguns deles de origem europeia, eram melhor considerados pelos fazendeiros, e deixavam as tarefas mais pesadas aos chilotes, considerados inferiores³². Porém, em épocas recentes, ser chilote adquiriu um novo significado, desta vez de orgulho de pertencer ao Arquipélago de Chiloé, exibindo com orgulho tradições e costumes distintos aos outros grupos sociais do país. Quando aconteceu o *mayo chilote* em 2016, ser chilote passou a ser sinônimo de orgulho, tornando-se uma identidade mobilizada em prol da defesa do território diante os impactos da indústria pesqueira, impulsionando diversos modos de *politicidade* entre grupos diversos. Nas falas com meus interlocutores, quando se posicionavam como chilotes, era sempre em oposição do exógeno, principalmente, contra organizações, empresas e pessoas vindas de outros locais, chamadas de “*gente de afuera*” ou “*gente del norte*”.

Entretanto, quando se trata de tomar uma posição sobre os conflitos decorrentes das diversas modalidades que adotam o cercamento do mar, outras

³² A palavra “chilote” ou “chilotito” ainda é usada entre a população argentina para se referir de modo ofensivo aos chilenos.

formas de identificação aparecem. De modo geral, um grande grupo de pessoas que se dedicam diariamente às atividades de pesca se reconhecem como “pescadores artesanais”, reivindicando o direito sobre o uso do mar e a legítima apropriação dos recursos marinhos. Ser pescador artesanal envolve uma série de características e, principalmente, responde ao enquadramento dentro das políticas estatais de ordenamento da pesca artesanal que têm sido implementadas a partir da década de 1980. Atualmente, para ser considerado “pescador artesanal” é necessário ter um cadastro no SERNAPESCA, assim como ser parte de alguma das categorias da lei: “*pescador artesanal*”, “*recolector de orilla*”, “*buzo*” e “*armador artesanal*”. No entanto, quando tive a oportunidade de conversar com os pescadores artesanais sobre a história das suas famílias, os usos costumeiros dos espaços marinhos, as técnicas de pesca, os conflitos atuais e assim por diante, ninguém se reconhecia como “pescador artesanal”, categoria que parece alheia a sua história. Quando as falas eram direcionadas às suas territorialidades e a um passado e costumes em comum, as pessoas se reconheciam, além de chilotes, como “*gente de mar*”. Certa vez, numa fria madrugada em Ancud, conversando sobre os distintos interesses que existem atualmente no território, o Diego me disse: “***Entre nosotros sabemos quiénes son gente de mar, nos reconocemos***”, buscando com essa fala sublinhar uma fronteira com todas aquelas pessoas que não são *gente de mar*, que, todavia, se beneficiam e lucram apropriando-se dos recursos locais. Falando sobre seu avô e seu pai, ele disse o seguinte:

él siempre había sido de mar, toda su vida. Y después mi papá siguió lo mismo, todos los hermanos siguieron siendo pescadores, salvo uno o dos que no querían esa vida y se iban para otro lado. Pero la mayoría era pescador, su abuelito fue pescador, y antes sí que era sufrida la **gente de mar**, porque era todo a remo, todo artesanal.

Outras formas de identificação com que me atentei são relativas ao pertencimento a uma comunidade ou “*localidad*”. Assim, é comum entre os chilotes ouvir que eles e suas famílias “são de Ancud”, “são de Chonchi”, “são de Linao” e assim por diante. Na década de 1980, quando começavam a ser visíveis as mudanças produto da expansão da indústria pesqueira em Chiloé, o então bispo da Diocese de Ancud, Monsenhor Juan Luis Ysern de Arce (ainda vivo) empreendeu um longo projeto sobre a memória das comunidades em Chiloé chamado de “*Cuadernos de Historia*”. Neles, foram registrados relatos das crianças e dos adultos através dos

quais as comunidades recriaram sua história como localidade específica. O objetivo dos "Cuadernos de Historia" foi "*recoger los recuerdos de la comunidad, sus costumbres y tradiciones*", assim como narrar as formas em que foram construídas as principais obras de infraestrutura (escola, igreja, casas, etc.) através do esforço coletivo e das *mingas*.

Embora alguns pescadores se identifiquem como descendentes de povos indígenas que habitavam o Arquipélago, os protagonistas desse trabalho não se consideram indígenas e sim "chilotes" e "gente de mar", e quando enfrentados às políticas do Estado pelos direitos sobre os espaços e recursos marinhos, como "pescadores artesanais". No Chile, à diferença do Brasil, não existe juridicamente a categoria "Povos Tradicionais" e, por tanto, os pescadores chilotes são considerados pelo Estado chileno como pescadores artesanais, sem distinção.

Ainda, existem chilotes que se identificam como huilliche ou mapuche-huilliche devido ao seu vínculo com os espaços marinhos, diferenciando-se dos mapuche que habitam regiões mediterrâneas. Recentemente, diversas comunidades huilliche estão demandando direitos sobre espaços e recursos marinhos. Após longos processos de mobilização, diversas comunidades indígenas conseguiram direitos sobre espaços marinhos através da Lei 20.249, mais conhecida como Lei *Lafkenche* (CID; ARAOS, 2021), promulgada em 2008. De modo geral, a Lei *Lafkenche* estabelece a figura jurídica dos ECMPO, visando "preservar o uso consuetudinário de ditos espaços"³³, os quais devem ser solicitados por meio da CONADI e SUBPESCA. Assim, o reconhecimento como comunidades indígenas de pescadores tem sido uma estratégia utilizada por essas comunidades para ter acesso a um ECMPO e assim garantir um espaço marinho para desenvolver suas territorialidades ancestrais.

Até a década de 1980, essas distinções entre grupos de pescadores e comunidades huilliche eram mais difusas entre os chilotes, embora comunidades reconhecidas como indígenas existam em Chiloé desde antes da entrega de títulos de realengo, no início do século XIX. Historicamente, os chilotes têm compartilhado modos de ocupação territorial baseados em uma compreensão comum dos espaços marinhos e costeiros, em que a expansão da indústria pesqueira provocou a

³³ <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=269291> Consultado em 5 de janeiro de 2024

reconstrução de diversas identidades como estratégias para disputar os direitos sobre os espaços marinhos. As florestas eram de uso comum e não tinham “dono” privado, pelo menos até fins do século XIX em que a empresa madeireira depredou importantes áreas florestais para fornecer o crescimento e expansão das principais metrópoles chilenas e da América do Sul, como Lima. Mesmo assim, até meados do século XX os modos de vida caracterizados pelo uso dos espaços e recursos, do trabalho em comunidade e dos ritos comunitários que caracterizamos como *territorialidade chilota* não sofreram grandes transformações, como as que passaram a ocorrer frente a radicalidade dos modos de expulsão incentivados pelo projeto de modernização sobre o Arquipélago de Chiloé e seus habitantes.

Figura 2 - Territorialidade chilota: “*La época del fogón*”



Fonte: Bairro La Arena, Ancud, 1961.

2.7 PAISAGENS, ESPAÇOS E RECURSOS EM COMUM

Entre os habitantes mais antigos do Arquipélago de Chiloé é comum ouvir falar da “*época del fogón*” como expressão de um modo de vida comunitário que

existia no passado, caracterizado por formas de ocupação dos espaços e usos dos recursos de modo comum, com arranjos territoriais entre as famílias que permitiram no período pós-colonial a reprodução material e cultural das diversas comunidades. Trata-se, segundo vários antropólogos, de um padrão de “vinculação entre o mar e a terra” (SKEWES; ÁLVAREZ; NAVARRO, 2012, p. 110), que não separava as atividades pesqueiras das agrícolas se não que as compreendia juntas, sustentada em um uso particular do território e diversificação de fontes de recursos que permitiu por séculos aos chilotes habitar os espaços do Arquipélago e assegurar seus sustentos e qualidade de vida:

Uma compreensão pertinente dos padrões costumeiros do uso do litoral chilote exige que se entendam as atividades marinhas como uma extensão e reflexo das atividades terrestres e vice-versa. A relação é de natureza especular, ou seja, as atividades produtivas refletem-se mutuamente, estabelecendo soluções de continuidade entre si. (SKEWES; ÁLVAREZ; NAVARRO, 2012, p. 114)

Na *época del fogón*, as áreas do mar onde os chilotes realizavam as atividades marinhas eram compreendidas como espaços abertos e de uso comum, os quais eram regulamentados por regras estabelecidas consensualmente entre as famílias e as comunidades. Estas áreas de mar não eram pensadas separadas das áreas de terra mais internas, onde cultivam suas roças e outros platações. Assim garantiam o uso e apropriação dos recursos marinhos por todo o coletivo da comunidade, como das áreas de terra onde desenvolviam diversas atividades agrícolas. Vinculando ambos dos espaços, encontram-se os *senderos de bajamar*, que são as trilhas que permitiram o trânsito das pessoas e das famílias que buscavam seu sustento entre os recursos naturais disponíveis:

As estratégias produtivas destas comunidades têm duas componentes: a primeira é a diversificação da base económica com uma divisão social e sazonal do trabalho. A segunda diz respeito às práticas associativas que regulam o acesso aos recursos do mar. Um outro aspeto que merece atenção, baseado na observação empírica, é o dos fluxos populacionais. A existência social na ilha assenta numa ligação constante com territórios próximos e distantes, aos quais, através de rotas marinhas e terrestres, se acede para emprego, comércio e troca, e dos quais também se depende. Estes circuitos são também percorridos por espécies não humanas com as quais se estabelecem relações de natureza diversa. (SKEWES; ÁLVAREZ; NAVARRO, 2012, p. 114)

As atividades pesqueiras eram desenvolvidas através de técnicas tradicionais, em estreita vinculação com as características ecológicas da região. Entre as

comunidades de pescadores chilotes, o mar era considerado em sua agência dentro das relações sociais, e o seu uso subordinado a regras que eram estabelecidas consensualmente pelas comunidades. Qualquer ação insustentável ou desrespeitosa contra o mar ou às regras estavam sujeitas a penalidades, embora fossem os próprios maiores que ensinavam aos filhos e filhas a cuidar dos recursos de forma de nunca os esgotar. Esse modo de compreensão e de ocupação territorial dos espaços costeiros que se encontra entre as comunidades de pescadores do Arquipélago de Chiloé pode ser melhor aprendido nos termos de uma territorialidade, conforme elaborado por Paul Little, ou seja, como aquele esforço de um grupo por controlar e usar um espaço e convertê-lo em seu território (LITTLE, 2001, p. 253)

Até meados da década de 1960, as populações do Arquipélago sustentavam a reprodução dos seus modos de vida com base no uso comum dos recursos disponíveis. Tratava-se de núcleos familiares com fortes redes de parentesco, em que o acesso à terra e ao mar era garantido pelo costume e pelo trabalho que se fazia nela. A propriedade da terra se dividia entre um espaço de habitação das famílias, privados, e terras de cultivo e as florestas como espaços de uso comum, sem a quantidade de cercos de arame farpado que existem hoje em dia para dividir uma moradia da outra, dificultando o trânsito e a proximidade das pessoas. O mar, sem limites privativos, também era compreendido como de uso comum, sem que ninguém pudesse se apropriar individualmente. O acesso aos seus recursos se dava pelo fato de habitar o Arquipélago, embora não fosse impedido o seu usufruto por parte de pessoas vindas de fora, já que não existia a noção de propriedade privada ou parcelamento do mar, como atualmente se apresenta.

No contexto daquela territorialidade em que os espaços marinhos e terrestres faziam parte de uma coletividade, a extensão dos espaços usados, navegados, e habitados não apresentava limites, eram *livres*, como muitas vezes me disseram os próprios chilotes, e o acesso aos recursos marinhos era regulamentado pelo costume e pela *necessidade* de cada família, no sentido de usar o que era *necessário* para viver. É comum ouvir falar desses anos como uma época em que os deslocamentos das pessoas tanto no mar quanto nas áreas terrestres eram sem barreiras que dificultassem o acesso aos recursos. Todavia, as técnicas de pesca eram muito menos invasivas em comparação às de hoje. Segundo Miguel, um dos meus principais

interlocutores e reconhecido como um grande pescador, antigamente os deslocamentos pelo território eram a remo, extraindo as quantidades necessárias para o sustento das famílias, usando artes de pesca como a rede:

“Antiguamente se trabajaba en la red no más, en la pesca. Se dedicaban así a pescar, se trasladaban a Corona, Ahuy, a distintas partes iban a la pesca. Y era a remo y cuando lo acompañaba el viento, a vela. Izaban vela y se iban a su lugar de origen. De ahí pescaban, estaban uno o dos días, y se venían. Cuando ya tenían carga”

No verão, quando o clima é mais ameno, se realizavam as grandes travessias, em que grupos de pescadores navegavam vários dias em direção sul, contornando o lado leste do Oceano Pacífico em busca de peixes, mariscos, frutas, plantas, e tudo o que pudesse ser útil. De regresso logo de vários dias de viagem, os alimentos eram defumados e conservados para garantir a alimentação das famílias durante os longos invernos. A pequena embarcação chamava-se de “panga” e tinha apenas quatro (4) metros de comprimento, suportando quatro tripulantes. D’acordo com Miguel, para a grande maioria das pessoas não existia o motor. Remar ou velejar dentro das pangas eram as únicas opções para empreender as grandes travessias, assim como defumar os alimentos era a técnica usada para sua conservação:

“tú ibas para abajo³⁴ y no había donde guardar pescado fresco. Ponle en el día pescaban 40, 50 kilos, ellos lo ahumaban, pero tenían la técnica, con un nylon hacían una casita y ahumaban robalo, con *quila*, es una mata especial que se tuerce y ahí ellos ahumaban pescado, porque de allá el viaje era largo, y al traerlo fresco iban a estar todos malos”

A territorialidade chilota também se caracteriza pela ocupação dos espaços e recursos no que se denomina de “*zona intermareal*”, ou seja, grandes espaços costeiros que mudam devido às diferenças das marés, aproximadamente duas vezes por mês dependendo dos ciclos lunares (SKEWES; ÁLVAREZ; NAVARRO, 2012), entre a *luna nueva* e a *luna llena*. As paisagens mudam de um espaço coberto de água para um grande espaço em que é possível para as pessoas transitarem e recolherem diversas espécies de mariscos, moluscos e algas que jazem enterrados na areia húmida. Essa diferença de marés é chamada entre os chilotes e huiliches como *pilcanes*. Nos *pilcanes*, não só é possível extrair diversos tipos de espécies, como também a possibilidade de transitar de um lugar a outro, seja caminhando ou

³⁴ “*para abajo*” se refere em direção sul.

em embarcações (dependendo da fase lunar), o que permite o intercâmbio e comunicação entre as famílias de diferentes comunidades.

Figura 3 - Zona intermareal durante a baixa maré.



Fonte: Autor.

O próprio Miguel lembra das falas do seu pai como momentos de grande abundância quando “*bajaba la marea*”:

Mi viejo me conversaba que ellos de repente cuando bajaba la marea iban a mariscar. Sacaban hasta *locos*³⁵, porque en ese tiempo nadie lo agarraba al *loco*, nadie le hacía caso. Y había mucho acá en Chiloé. Sacaban *locos* y *lapas*³⁶, y *choros*³⁷ de repente, porque choritos igual había en la costa, y esa era su comida. Ah y el caracol negro³⁸, ese yo me acuerdo porque pasábamos a buscar caracoles negros así, y lo hacíamos comida con *piure*³⁹

³⁵ Concholepas Concholepas.

³⁶ Fissurella spp.

³⁷ Mytilus chilensis.

³⁸ Tegula Atra.

³⁹ Pyura chilensis.

Figura 4 - Mariscos na zona intermarear.



Fonte: Autor.

2.7.1 “*El Fogón*” como símbolo das relações comunitárias entre os chilotes

El Fogón é uma fogueira em que historicamente as famílias chilotas se reuniam em torno dela para cozinhar, conversar, contar histórias, tomar mate e passar tempo juntas. Trata-se de um buraco de aproximadamente um metro de profundidade destinado para manter o fogo acesso para manter os corpos aquecidos e cozinhar diversos tipos de alimentos, principalmente batatas, distintos tipos de pães (*milcao*⁴⁰ e *chapalele*⁴¹), carne, peixes e mariscos. Os chilotes mais antigos nasceram numa época em que a vida em comum era realizada em torno a *El Fogón* e por esse motivo quando se referem ao passado falam da *Época del Fogón*.

Costumeiramente, *El Fogón* tem sido usado para o preparo e manutenção dos alimentos através da sua defumação, processo que os chilotes chamam de *curanto*, pois antes da chegada da energia elétrica entre os anos 1980 e 1990, a forma mais comum de conservar os alimentos era por meio da sua defumação. *El Fogón* costuma estar dentro de uma construção de madeira, com telhado, para brindar proteção dos ventos e da chuva. Algumas vezes *El Fogón* está dentro das casas e outras, do lado

⁴⁰ Massa feita de batata cozida e batata crua e ralhada.

⁴¹ Massa feita de batata cozida e farinha de trigo.

de fora. Isto tem mudado ao longo das últimas décadas, principalmente nas moradias mais recentes que são construídas de acordo aos padrões atuais de construção, em que o fogão a gás substituiu a *El Fogón*. No entanto, *El Fogón* (chamado atualmente de *quincho* quando está do lado de fora da residência) ainda é usado entre as famílias que habitam as localidades afastadas dos centros urbanos.

Figura 5 - Fogón chilote



Fonte: (ANTONIO et al., 2009, p. 161).

Em Chiloé, *El fogón* se configura como um símbolo de um modo de vida baseado na ocupação do território e no planejamento, acumulação e conservação de alimentos (da terra e do mar) para enfrentar os invernos patagônicos, sustentado no trabalho da comunidade como um todo. Em lugares caracterizados por longos invernos, com baixas temperaturas e fortes chuvas de março até dezembro, o verão é uma estação do ano fundamental dentro do calendário das comunidades para planejar a alimentação nos períodos de maior escassez, bem como a solidariedade e organização entre as famílias. Por esse motivo, acostuma-se defumar os alimentos no verão. Como explicou-me Juan ou *Paché*, um professor e educador popular chilote de Ancud, a *ritualidade* ainda é mantida, mesmo que tenha sofrido alterações ao longo do tempo:

“por eso los curantos se hacían en el verano, para aprovechar el sol, los secaban al sol, después los ponían en sus *collines* que **eran sus casas-fogón** ahumados y ahí los secaban, un humo suave y controlado. Los

deshidrataban y los protegían de los insectos como las moscas y tenían la misma proteína que les duraban de 3 a 6 meses, por eso el curanto era un **trabajo comunitario**, no era una gula ni tampoco había carne. En Chiloé era muy escasa la carne, era ritual. Sólo tenía milcaos, mariscos diversos y pescados. Los pescados también se *curanteaban* y secaban, con la misma finalidad, no había refrigeración, y **esa ritualidad la mantenemos**”

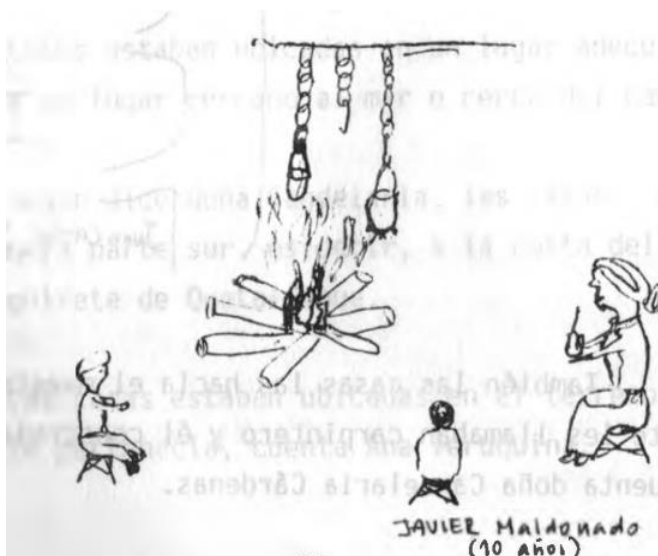
O *curanto* como atividade familiar envolve o trabalho comunitário que caracteriza os modos de vida dos chilotes. Os distintos recursos providos pelo mar como peixes, mariscos e algas, assim como as batatas cultivadas na roça, eram *curanteados*, ou seja, secados embaixo do sol e logo defumados para serem consumidos ao longo do ano. Na *Época del Fogón* o dinheiro em espécie era escasso, e quando se obtinha era usado para a compra de material de construção, bois para auxiliar nas tarefas de plantação de batata, bem como para farinha de trigo, sal, velas, parafina (combustível), que eram obtidos em cidade próximas, como Puerto Montt, ou nas férias que aconteciam à beira mar em que se encontravam pessoas das diversas localidades para trocar diversos itens. Tais locais de encontro, embora reduzidos, ainda existem. São principalmente as mulheres as que se reúnem para intercambiar batatas, alhos, favas, ervilhas, *almejas*, ouriços, mexilhões, *luche* (*Porphyra columbina*) e inclusive artesanatos em lã de ovelha e fibras vegetais (SAAVEDRA, 2015, p. 533).

2.7.2 *Época del Fogón* a través dos *Cuadernos de la Historia*.

Os desenhos a seguir são obras de pessoas das comunidades em Chiloé que na década de 1980 participaram da produção dos “*Cuadernos de la Historia*”, publicados por incentivo do bispo de Ancud Juan Luis Ysern. Como mencionado antes, neles, recuperava-se a memória das famílias chilotas para criar um sentido de comunidade -em torno da igreja- perante as ameaças dos primeiros projetos extrativistas impulsionados pela ditadura militar junto com multinacionais japonesas, especificamente o “Projeto Astilla” que buscava desmatar grandes quantidades de bosque nativo em 1970 (GARCÍA, 2021, p. 68). Considero que os *Cuadernos* são um importante registro escrito e gráfico do que os chilotes chamam de *Época del Fogón*, já que contem ilustrações e narrativas dos próprios moradores de várias cidades e povoados antes da expansão da indústria pesqueira. Ainda, a través dos *Cuadernos* são descritas as formas de trabalho comunitário e os distintos rituais que são próprios dos chilotes. Na ilustração a seguir, observa-se uma família reunida num *Fogón* e

distintos tipos de alimentos pendurados para sua defumação, enquanto as pessoas (uma mulher e duas crianças) bebem mate. Os chilotes passavam uma boa parte do seu tempo reunidos em torno da fogueira, fortalecendo os laços familiares e comunitários.

Figura 6 – Ilustração de um fogão desenhado por uma criança



Fonte: COMUNIDAD DE CATRUMÁN, 1989, p. 30.

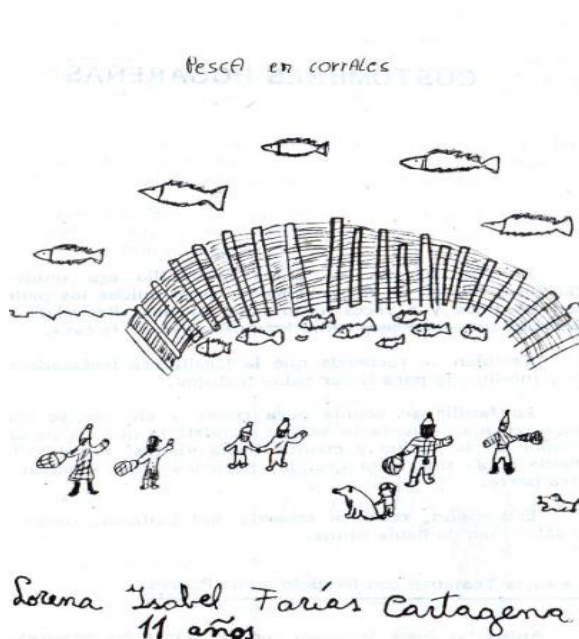
A territorialidade chilota se define nas atividades que são realizadas principalmente nas zonas intermareais, orientadas principalmente pelas mudanças das marés devido aos ciclos lunares. Nos *Cuadernos* é descrito como a coleta de mariscos era fundamental para a reprodução dos modos de vida dos chilotes, a qual era regida por regras que permitiam o uso de certos tipos de instrumentos e técnicas para remover a areia pedregosa em busca dos mariscos na zona intermarear, sem causar-lhes dano. Assim, para mariscar era permitido o uso do *palde* (um tipo de espátula de madeira) e não do *gualato* (enxada de ferro usada na roça), para não destruir os mariscos de menor tamanho e com isso garantir a sua reprodução. Quem usava *gualato* para mariscar era considerado uma pessoa que não respeitava as técnicas tradicionais bem como uma ofensa à natureza.

O mergulho “*a pulmón*” (apneia) também era praticado perto da costa, para extrair caranguejos e distintos tipos de mariscos, em espaços que eram de uso comum. A apneia, a diferença do mergulho praticado atualmente com equipamentos

de respiração, permitia a extração de pequenas quantidades de espécies, mas que eram suficientes para garantir a alimentação das famílias. Não eram extraídas grandes quantidades pois não era o interesse das pessoas lucrar através da sua comercialização, pelo contrário, importava que as espécies conseguissem se reproduzir para que nunca faltasse alimento. Mais comum era o “*cambalache*”, um sistema em que as famílias mais próximas trocavam alimentos segundo as suas necessidades, o que permitia que as famílias contassem com uma diversidade de recursos para se alimentar, tecer roupas, reparar artes de pesca, entre outras atividades.

Dentro das técnicas de pesca dos chilotos estão os *corrales de pesca* (cercos de pesca), que são uma tecnologia utilizada já pelos povos indígenas desde antes da conquista espanhola. Trata-se de uma estrutura com forma de cerco que podia ser de pedra ou madeira de *luma* (*amomyrtus luma*) cobertos por uma malha de *arrayán* (*luma apiculata*), em que eram aproveitadas as mudanças das marés para a captura dos peixes, principalmente robalo. Quando a maré começava a subir, desde uma embarcação eram manipuladas umas comportas para deixar entrar os peixes que iam ficando pressos no *corral*, sendo capturados pelas famílias. Ainda é possível encontrar antigos *corrales de pesca* no Arquipélago de Chiloé, enquanto outros estão sendo revitalizados em algumas comunidades. O antropólogo Ricardo Álvarez sublinha que devem entender-se além da sua função material para obter recursos, antes “*sua localização, propriedade e uso refletiam as diferenças sociais estabelecidas entre as famílias*” bem como as normas estabelecidas entre elas, protegendo a sustentabilidade dos recursos (ALVAREZ; BAHAMONDE, 2003, p. 1) Segundo as informações disponíveis, os *corrales de pesca* eram de propriedade da família que cuidava deles. No entanto, os “donos” dos *corrales*, embora ficassem com a melhor parte da pesca, compartilhavam os peixes capturados entre as demais famílias da comunidade, estabelecendo ao mesmo tempo as hierarquias e a reciprocidade entre elas (Álvarez e Bahamondes, 2003, p. 7) Os “não donos” deviam pedir ou *suplicar* – como se dizia antigamente – por peixes. Todavia, a construção dos *corrales* era realizada através do sistema de *mutirão*. Por fim, Ricardo Álvarez descreve ao *curioso*, uma pessoa da comunidade que outorgava poderes especiais ao *corral* para que este pudesse capturar peixes, evitando os ataques do porco-cobra chamado de *cuchivilu*. (ALVAREZ; BAHAMONDE, 2003, p. 8)

Figura 7 - *Corral de pesca* desenhado por jovem chilota nos anos 1980.



Fonte: (COMUNIDAD DE CHONCHI, 1986, p. 33)

Outro componente importante da territorialidade chilota e que envolvia todas as demais atividades eram as *mingas* (mutirões). Em Chiloé, as *mingas* constituem até os dias atuais uma instituição social que organiza a vida dos chilotos, embora antigamente teve uma preponderância ainda maior. Nelas, o trabalho comunitário era realizado pelo conjunto dos membros da comunidade em atividades que eram de interesse da coletividade como um todo, e que não podiam ser realizadas somente pelos membros dos núcleos domésticos. As *mingas* tinham um caráter rotativo, em que cada família tinha a sua vez de ajudar e de ser ajudada em atividades que requeriam mão de obra além do que o núcleo doméstico era capaz de realizar, como por exemplo a construção de uma casa, a elaboração das *tejuelas* de canelo (*Drimys winteri*) que ajudam a proteger as casas dos ventos e das chuvas, as aberturas e limpeza de trilhas e caminhos de uso comum, o cultivo de batatas, a construção e manutenção de embarcações (realizada pelos *carpinteros de ribera*), o corte de árvores para garantir a lenha durante o ano, entre outras. O trabalho colaborativo tornava menos penosas às atividades que eram necessárias para o sustento familiar, ao mesmo tempo que fortalecia as comunidades.

Figura 8 - *Tejuela* de Canelo (*Drimys winteri*)



Fonte: imagem do autor, 2020.

As mingas eram uma reserva de autonomia das comunidades, pois através delas conseguiam construir obras públicas, como a construção de espaços de recreação coletivos, cemitérios, igrejas, escolas para as crianças, moinhos de água, estaleiros, em muitos povoados do Arquipélago onde o governo ainda não tinha interesse em realizar investimento público:

“La primera escuela que se formó fue por la comunidad. Lo hicieron con el esfuerzo de los padres, quiénes aportaron con madera y ayuda. El terreno de la escuela fue comprado por el señor Aniceto Cárdenas, cuenta doña Candelaria Cárdenas” (COMUNIDAD DE CATRUMÁN, 1989, p. 11)

Figura 9 - Ilustração de uma Escola por pessoa da comunidade de Catrumán



Fonte: COMUNIDAD DE CATRUMÁN, 1989, p. 11

A *minga* mais complexa que pude observar durante o trabalho de campo foi a “*tiradura de casa*”⁴², ou seja, o deslocamento de casas de um local para outro, que são transportadas pelo mar. Trata-se de uma atividade que se realiza quando os chilotes decidem ir morar em outra região do Arquipélago, levando consigo a sua casa. Em primeiro lugar, se prepara o terreno, formando-se uma espécie de rampa que vai da porta da casa até a beira do mar. Logo, então, são colocadas madeiras com formas arredondadas embaixo da casa para que rode ladeira abaixo, com ajuda de um jugo de bois, até chegar ao ponto em que a embarcação a levará para seu novo destino. Durante o trajeto pelo mar, a casa que está sendo deslocada está acompanhada de outras embarcações, e não é raro que um sacerdote da igreja vá junto para abençoar a *minga*. Quando os trabalhos da *minga* terminam, depois de vários dias, a sua finalização é celebrada com *curantos*. Num buraco profundo, são colocadas grandes pedras aquecidas previamente para manter o calor que permitirá a cocção. Encima, são colocados alimentos de diversa índole como batatas, linguiças, *chapaleles* os quais são cobertos por grandes folhas de *nalca* ou *pangue* (*Gunnera tinctoria*), formando uma espécie de forno. Quando já está pronta, a comida é acompanhada por músicas características do Arquipélago de Chiloé, com arpas, acordeões e violões e as pessoas dançam o *vals chilote*⁴³. Ainda se acostuma dizer entre os chilotes mais

⁴² https://www.youtube.com/watch?v=QC_G6_T5YOY&t=2343s&ab_channel=AlSurdelMundo

⁴³ https://www.youtube.com/watch?v=RVnV5qX0zaA&ab_channel=Am%C3%A9ricaBailadancecompany

antigos que o trabalho em *mingas* era bom porque “*las cosas se hacían más rápido*” e porque “*los vecinos se ayudaban unos a otros*”, diferente de hoje em dia em que “*cada persona trabaja para sí misma*”. As *mingas*, ainda que menos frequentes atualmente, atualizavam as lealdades e os laços entre os chilotes.

Em suma, os fragmentos da historiografia e da história oral apresentados neste item nos permitem compreender os modos de vidas e as territorialidades das comunidades chilotas que vivenciavam quando chegaram as indústrias pesqueiras na década de 1980, e que foram pouco a pouco desestruturadas para promover os cercamentos do mar e as expulsões de seus habitantes. Essa nova realidade que se impõe sobre os chilotes configura uma nova situação histórica para as comunidades do Arquipélago, marcada pela expulsão da sua territorialidade historicamente constituída. O uso dos recursos em comum, o acesso livre às áreas intermareais, as navegações pela costa do Oceano Pacífico que duravam dias, as *mingas* e seu papel aglutinador das famílias, passam a ser regulamentadas, mercantilizadas e muitas das vezes proibidas, em prol de uma nova territorialidade baseada na exploração privada dos espaços e recursos marinhos. Por sua vez, as expulsões das pessoas da sua territorialidade são necessárias dentro de um projeto de modernização que visa disponibilizar mão de obra local para as diversas indústrias pesqueiras que começam a emergir a partir de 1980. As comunidades chilotas de pescadores passam a sofrer diversas dificuldades para desenvolver suas práticas e seus costumes, como um forte processo de *hierarquização social* entre os que detêm direitos privados e os que não.

2.8 IDENTIFICAÇÃO DOS INTERLOCUTORES PROTAGONISTAS DA TESE

O Arquipélago de Chiloé apresente uma grande variedade de grupos sociais, que até algumas décadas compartilhavam uma territorialidade específica observada em grande parte da região norte da Patagônia, onde se localiza o Arquipélago de Chiloé. Especificamente, esta tese focaliza nas comunidades de pescadores de Ancud, as quais apresentam características específicas distintas quando comparados a outras comunidades, decorrentes dos diversos impactos produzidos pela expansão da indústria pesqueira.

Ao contrário de comunidades que se localizam em áreas rurais, as comunidades de pescadores em Ancud têm passado por um forte processo de

modernização e urbanização, o qual tem significado uma fragmentação das características comunitárias observadas até a década de 1960, devido a uma perda mais pronunciada sobre os espaços terrestres e marinhos sobre os quais tinham direitos costumeiros. Atualmente, os pescadores de Pudeto e Fátima, bairros localizados dentro da cidade de Ancud, têm visto sua territorialidade fortemente afetada, tanto pela expansão da indústria pesqueira quanto da urbana.

Para acessar ao mar, a diferença das comunidades em áreas rurais onde ainda existem possibilidades de uso dos espaços costeiros, os *senderos de bajamar* que permitiam o trânsito livre entre os espaços terrestres e marinhos foram subsumidos pela infraestrutura requerida para o desenvolvimento da indústria pesqueira. Em relação aos espaços marinhos, o Estado entrega diversos tipos de direitos aos pescadores, desde direitos totais sobre espaços e recursos até a impossibilidade de exercer atividades extrativas para certos grupos. Antes da expansão da indústria pesqueira, os pescadores das distintas localidades em Ancud acessavam os recursos do mar de forma equitativa, realidade que têm mudado devido às concessões aquícolas e pela designação das AMERB. A criação destas AMERBs tem provocado fortes processos de hierarquização entre os próprios pescadores, alijando a maioria deles dos benefícios do comércio de peixes e mariscos. Portanto, os interlocutores pescadores da cidade de Ancud, que não têm acesso às AMERB, são chamados de “piratas” pelo poder público por não contarem com os permisos suficientes para realizar atividades extrativas.

No capítulo a seguir, pretendo demonstrar como o Estado montou um aparato administrativo e de marcos legais para favorecer o desenvolvimento da indústria pesqueira, sob regime autoritário. Serão descritas as medidas e mudanças administrativas foram criadas, linhas de crédito que foram abertas, os incentivos financeiros por parte do Estado, a construção de grande infraestrutura viárias, como portos, estradas, além dos vários centros de pesquisa que foram impulsionados.

Capítulo III

A implementação da Indústria Pesqueira no Chile

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo descrevo o processo impulsionado pelo Estado chileno de transformação dos espaços costeiros e dos regimes de manejo dos recursos marinhos para a promoção da indústria pesqueira em Chiloé. Trata-se de um complexo processo de imposição de uma nova economia política, implementada em contexto político autoritário, que visou reconfigurar o controle sobre os territórios através da criação de novas instituições públicas e privadas, assim como grandes mudanças legislativas, promovendo interesses privados sobre espaços e recursos tidos como comuns pela população local. A modo de contextualização do período histórico, descrevo os diversos projetos desenvolvimentistas que se enfrentavam na época, sem os quais é difícil compreender a radicalidade do projeto modernizador impulsionado pela ditadura militar no Chile, em uma época de confronto entre dois modelos de sociedade radicalmente diferentes (Capitalista e Socialista). Na continuação, são descritas as principais mudanças administrativas e jurídicas a partir da década de 1970, como um momento histórico chave no processo da expansão da indústria pesqueira impulsionada pelo governo militar, em que a incorporação dos territórios do Arquipélago de Chiloé na nova Economia Política Nacional passam a ser fundamentais.

A expansão das fronteiras econômicas e das indústrias pesqueiras no período passaram a ocorrer decorrentes da implementação do regime militar comandado por Augusto Pinochet e do fim do processo revolucionário da Unidade Popular (U.P.). As políticas socialistas da U.P. (1970-1973), como por exemplo as “*Comunidades de produção popular*” que visavam fortalecer o planejamento central do Estado por meio do cooperativismo e do controle dos recursos por parte das populações camponesas, foram substituídas por políticas de incentivo aos empreendimentos privados, além de múltiplas modalidades de incentivos econômicos para o investimento de capitais nacionais e internacionais. Em decorrência, duas modalidades de indústria pesqueira se desenvolveram de maneira simultânea. Em primeiro lugar, a “indústria aquícola” ou indústria do salmão, cuja principal modalidade de privatização do território são as

concessões aquícolas. Em segundo lugar, a extração intensiva dos recursos marinhos nas áreas em que os chilotes desenvolvem seus modos de vida, caracterizadas pela expansão das AMERB. Em meados dos anos 1980 a nova situação era dramática, pois os chilotes já não controlavam mais seu território e o viam “parcelar-se” ou “lotear-se” cada vez mais em pequenas unidades de produção privada. Já na década de 1990, o retorno à democracia trouxe a consolidação do modelo privatista de acumulação, através de novas leis e do fortalecimento de instituições que passaram a legitimar as expulsões dos chilotes de sua territorialidade, consolidando-se ainda mais um processo de *hierarquização social* entre os proprietários do mar e o resto da população.

3.2 AS DISPUTAS PELO DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XX

Após a Segunda Guerra Mundial o mundo se dividiu em dois grandes modelos civilizatórios em pugna: capitalismo versus socialismo, no sentido de uma “divisão da sociedade”, como explicada por Taussig (2010) quando analisa a cultura política da Colômbia no século XIX, em base à promoção de uma “*visão de mundo absolutista dentro da qual toda controvérsia era conduzida com base em expressões semelhantes aos termos religiosos ou moralizantes*” (TAUSSIG, 2010, p. 98). No ocidente, os países chamados de “Primeiro mundo”, com Estados Unidos como principal potência, buscaram estabelecer as bases para a organização de um modelo econômico baseado no domínio sobre os chamados países do “Terceiro Mundo”, que são grande parte dos países da África, Ásia e da América Latina e Central. Como explica o antropólogo colombiano Arturo Escobar (2014), a consolidação do conceito de Desenvolvimento pode ser verificada na Política Externa dos Estados Unidos a partir de 1946, também conhecida como “Doutrina Truman” pelo presidente da época Harry Truman, em que se justificava a intervenção nos países “subdesenvolvidos”⁴⁴ para combater o comunismo. A justificativa da Doutrina Truman foi a de ter como intuito melhorar as condições de miséria material dessas nações, as quais poderiam ser

⁴⁴ O objetivo era bastante ambicioso: criar as condições necessárias para reproduzir em todo o mundo os traços característicos das sociedades avançadas da época: elevados níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, rápido crescimento da produção material e do nível de vida e adoção generalizada da educação e dos valores culturais modernos. Na opinião de Truman, o capital, a ciência e a tecnologia eram as principais componentes que tornariam possível uma revolução tão massiva. Só assim o sonho americano de paz e abundância poderia ser estendido a todos os povos do mundo. (ESCOBAR, 2007, p. 20)

superadas aplicando políticas e investimentos que promoveriam um importante desenvolvimento científico e tecnológico, fornecido principalmente por organizações e instituições dos Estados Unidos e das potências da Europa, como Alemanha, Inglaterra e França. Entretanto, as políticas desenvolvimentistas foram acompanhadas pela expansão das bases militares dos Estados Unidos em grande parte da América Latina e Europa Ocidental, posicionando-a como a maior potência armamentista do mundo.

Dentro da nova hegemonia ocidental surgem novas instituições e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas diversas agências, o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Económica Para América Latina (CEPAL), como centros acadêmicos e de pesquisa aplicada, levando adiante Programas de Desenvolvimento para serem aplicados nos países “subdesenvolvidos”. Para modelar o subdesenvolvimento como uma condição empiricamente verificável destas nações, foi necessário caracterizá-las através de conceitos como “subdesenvolvimento”, “pobreza”, “desnutrição” “atraso”, “sobre população”, entre outros (ESCOBAR, 2014). Em decorrência, consolidou-se uma imagem do Terceiro Mundo, das nações da América Latina, Ásia e África, como sociedades em que primava uma população não-branca, com modos de vida camponeses, com grande componente de populações indígenas ou *aborígene*, necessidades alimentares, escassa infraestrutura pública, pessoas analfabetas, elevados índices de violência, não democráticas e detentoras de conhecimentos *arcaicos*, tornando-se essencial a aplicação da Doutrina Truman para a sua inserção no Primeiro mundo (ESCOBAR, 2014).

Segundo a Doutrina Truman, para que os países do Terceiro Mundo se inserissem no Primeiro Mundo, era preciso eliminar os “obstáculos⁴⁵” para atingir o Desenvolvimento. De acordo com os líderes da O.N.U., se requereria de grandes e dolorosas transformações dentro destas sociedades, consideradas “atrasadas” e

⁴⁵ *Há um sentido em que o progresso económico acelerado é impossível sem ajustamentos dolorosos. As filosofias ancestrais têm de ser erradicadas; as velhas instituições sociais têm de se desintegrar; os laços de casta, credo e raça têm de ser quebrados; e as grandes massas de pessoas incapazes de acompanhar o ritmo do progresso têm de ver frustradas as suas expectativas de uma vida confortável (United Nations [1951], em (ESCOBAR, 2007), p. 1)*

carentes do conhecimento científico e técnico ocidental. Portanto, as populações deveriam ser “educadas” para se inserir nos novos modos de produção, tendo como obstáculos superar os conhecimentos tradicionais e seus modos de relacionamento com os recursos naturais, que não permitiam criar os excedentes econômicos para atingir níveis satisfatórios de vida. Segundo a Doutrina Truman, tais populações, com seus costumes e “economias de subsistência” não conseguiriam sair por si só do subdesenvolvimento, sendo necessária à sua modernização, mediante a mudança dos regimes de propriedade da terra, a aplicação de inovações tecnológicas e da reorientação da produção para comercializar produtos primários nos mercados nacionais e internacionais. Contudo, as populações tradicionais, indígenas e camponesas passaram a ser consideradas pela política externa dos Estados Unidos como o problema central do seu atraso, assim como o fundamento das políticas de desenvolvimento para as nações do Terceiro Mundo.

A partir da década de 1950, os Programas de Desenvolvimento foram aplicados em maior ou menor medida em muitos países da América Latina, da África e da Ásia, com importante participação das elites locais, interessadas em manter relações comerciais com as economias centrais. No entanto, surgem como resposta movimentos revolucionários que reivindicavam os direitos à terra, confrontando-se com as elites e seus projetos desenvolvimentistas, livrando muitas das vezes enfrentamentos entre dois projetos de sociedade irreconciliáveis, tal como aconteceu no caso chileno. Como apresentarei a continuação, os Programas de Desenvolvimento promoveram diversos modos de expulsão da população camponesa e indígena, baseados em diferentes formas de conceber reformas que pareciam ser necessárias, como são foram os distintos projetos de Reformas Agrárias. Desse modo, as expulsões visavam tornar as propriedades e terras de uso comum em propriedades privadas, em prol do desenvolvimento de populações arcaicas e suas economias de subsistência.

3.2.1 Reforma Agrária e as disputas pelo Desenvolvimento no Chile

Até meados do século XX as lutas camponesas dominaram o panorama internacional nas regiões identificadas como Terceiro Mundo, conforme realidade retratada pelo antropólogo norte americano Eric Wolf (1982), na sua análise histórica sobre os conflitos pela terra em países como México, Cuba, Rússia, Argélia e Vietnã. A principal causa dos conflitos era a concentração da terra, decorrentes da espoliação sobre as populações tradicionais e indígenas que se reproduziam desde que a colonização iniciou, e se acentuaram com os processos de independência e formação dos Estados nacionais, envolvendo complexas relações de poder entre os interesses de grupos das economias centrais e os das próprias elites locais de características caudilhistas, formadas a partir dos períodos de independência em inícios do século XIX. Em contrapartida, surgiram múltiplos movimentos políticos inspirados nas ideologias socialistas, comunistas ou anarquistas, com forte eco tanto nos operários das cidades quanto nos camponeses, que não iriam aceitar ser parte dos projetos desenvolvimentistas e sim reivindicar os direitos sobre suas terras historicamente ocupadas (WOLF, 1982). Como veremos a continuação, ao longo do século XX as Reformas Agrárias foram uma demanda das classes populares para melhorar as condições críticas dos camponeses, após séculos de expulsão e exploração por meio do modelo fazendeiro e dar solução ao problema da concentração da terra.

3.2.1.1 Os distintos projetos de Reformas Agrárias no Chile

Em uma sociedade predominantemente agrícola como era a chilena até meado do século XX, a disputa pelos modos de produção da terra eram cruciais para qualquer Projeto Desenvolvimentista. A partir da segunda metade do século, as estruturas do latifúndio chileno e a grande concentração da terra começaram a entrar em crise, com grupos de camponeses cada vez mais mobilizados e organizados. Ao mesmo tempo, são cada vez mais os partidos políticos e grupos de intelectuais dos centros urbanos que vão iniciar um processo de reflexão sobre as possibilidades de implementar uma Reforma Agrária. Diversos relatórios com grandes fontes de dados estatísticos produzidos pelas agências nacionais e internacionais legitimaram tal discurso, como o caso CEPAL, agência da ONU criada em 1948 para “promover o desenvolvimento econômico e social da região”. Como explica a historiadora Joana

Salém no seu estudo sobre a Reforma Agrária chilena, no Chile não demorou em ser necessária a implementação de uma Reforma Agrária para dar condução e legitimidade aos governos, em clima de crescente efervescência popular, “*fosse para evitar uma revolução, fosse para começar uma*” (SALÉM, 2020, p. 47).

Em relação aos projetos desenvolvimentistas, as elites e as classes médias chilenas alinharam-se principalmente em duas correntes, que podemos caracterizar de “conservadores” e de “reformistas”. Os conservadores eram grupos da aristocracia colonial, donos de grandes extensões de terra (*haciendas*) que buscavam modernizar o agronegócio por meio de injeção de capital estrangeiro e do fortalecimento dos processos técnicos, com o intuito de sair da estagnação produtiva que atravessava a atividade agrícola. Os conservadores não contemplavam a repartição de terras no seu projeto de desenvolvimento, mas a privatização de terras para empreendimentos privados, até então utilizadas pelos camponeses. Assim, a primeira Reforma Agrária, de orientação conservadora, foi impulsionada em 1962 com apoio dos grupos terratenentes sob o governo do Presidente Jorge Alessandri. A Reforma seguia ao pé da letra o roteiro da ideologia desenvolvimentista estado-unidense, com importante atuação da Fundação Ford e da Fundação Rockefeller, as quais financiaram a partir da década de 1950 diversos programas rurais que visavam a modernização agrária (SALÉM, 2020, p. 48), instalando em Santiago uma sede para tais propósitos. Por sua vez, os grupos reformistas faziam parte das elites comerciais e profissionais vinculados às cidades e eram simpáticos às demandas por “justiça social” dos operários e dos camponeses. A diferença dos conservadores, os reformistas buscavam a implementação de uma Economia Política baseada no controle do Estado sobre os recursos naturais nacionais (principalmente o cobre). Sob o Governo de Eduardo Frei Montalva, em 1964, a implementação da Reforma Agrária de orientação reformista promulga a modernização tecnológica do agro, adquirindo uma nova dimensão de justiça social e de direitos de sindicalização para os camponeses. Ainda, delimitou o tamanho da propriedade privada e incentivou a expropriação de terras ociosas ou não produtivas para exploração camponesa.

Ao fim do seu mandato, em 1968, os avanços da Reforma Agrária de Frei Montalva foram considerados insuficientes pelos movimentos de camponeses e indígenas, ficando expostos os seus vínculos com os grupos conservadores e, por

extensão, com os grandes capitais estrangeiros. Em decorrência, os movimentos de camponeses, que vinham se organizando desde a década de 1950 e os diversos grupos de indígenas *mapuches* do sul do país, estendem as suas demandas pelo controle popular da terra e, no caso indígena, da recuperação de territórios perdidos no processo de “Pacificação da Araucanía⁴⁶”. Em tal contexto, as forças políticas camponesas, indígenas e operárias das cidades chegam ao poder pela via do Socialismo Democrático em novembro de 1970, ao eleger Salvador Allende como presidente da República, através da chamada “Unidad Popular”, que propunha uma alternativa aos projetos desenvolvimentistas que vinham acontecendo ao longo dos últimos dois governos.

3.2.2 A fase socialista da Unidad Popular: Uma alternativa ao Desenvolvimento

Entre 1970 e 1973, o governo socialista da “Unidad Popular” com Salvador Allende como Presidente, impulsionou uma série de políticas em que a centralidade do estado nas decisões estratégicas era fundamental, criando uma via dentro do Socialismo chamada de “via pacífica”, pois planteava um processo de transformação socialista dentro das regras da democracia representativa liberal, respeitando o estado de direito. Como primeiras medidas do governo, foram estatizadas as principais empresas das distintas áreas económicas, como a *Corporación del Cobre* (CODELCO), que fazia do Chile o principal produtor do mundo, constituindo até os dias atuais a principal fonte da riqueza nacional. Para nacionalizar os recursos e dar viabilidade ao governo, foi necessário uma série de fases de expropriação de empresas privadas que foram tensionando a relação com as elites tradicionais. Em paralelo, especialmente para os Estados Unidos, a formação de um governo marxista na América Latina constituía-se como uma ameaça para seus interesses dentro do contexto da Guerra Fria.

A Reforma Agrária foi uma política central do governo de Salvador Allende, materializada através da designação de “terras ociosas” a pequenos camponeses e organizações sociais como os *Consejos y Cooperativas de Campesinos*, assim como

⁴⁶ No século XIX, após a “Guerra de Arauco” grupos de terratenentes usurparam as terras tradicionais dos mapuche e as tornaram propriedade privada para empreendimentos comerciais, expulsando-os para às áreas mais afastadas ao sul do Rio Bío-Bío, fronteira histórica entre o Estado chileno e o povo mapuche.

também às Comunidades indígenas, com a devida assistência das agências produtivas do estado. No total, foram cerca de nove milhões de hectares transferidos às comunidades de camponeses “*sob condições democráticas e dentro da lei*” (SALÉM, 2020, p. 209), um fato histórico inédito no contexto das políticas de expulsão que visavam a conversão dos camponeses em mão de obra assalariada nos projetos de modernização agrária. Segundo Florencia Mallon (2005), no breve período de tempo que foram executadas, as *Comunidades de Producción Popular* tiveram um relativo sucesso enquanto a níveis de produção. Todavia, foram capazes de fortalecer redes comunitárias entre os pequenos produtores, sob um regime misto de exploração de terras comunais e terras particulares.

Ao longo do trabalho de tese corroborei que existe um grande vazio sobre a historiografia do período entre 1970 e 1973 no Arquipélago de Chiloé. Desconheço se existem trabalhos em que se narre de forma mais sistemática a implementação da Unidad Popular na região. No entanto, entre as várias pesquisas que realizei, encontrei um depoimento de um chilote chamado Roberto Santana Ulloa⁴⁷, quem na época era funcionário do “Instituto de Desarrollo Agropecuario” (INDAP). Segundo Ulloa, no breve período de governo socialista, as autoridades designadas eram na sua ampla maioria de Santiago e “desconheciam o terreno”, e que “implementar a Reforma Agraria segundo esquemas *santiaguinos* era um quebra-cabeça” dentro de uma sociedade “de grande homogeneidade social”. Ao não existirem grandes proprietários a quem expropriar as terras, segundo Ulloa o projeto socialista teria encontrado grandes dificuldades em Chiloé, principalmente porque não existiam as bases da acumulação capitalista como em outras regiões do país.

No entanto, os distintos grupos da elite nacional, entre eles os conservadores e os reformistas, vendo ameaçado o princípio de propriedade privada e seus interesses particulares, alinharam-se para derrubar o governo de Salvador Allende. Após várias tentativas de destituição de Allende no parlamento por parte dos partidos políticos de oposição, os militares, que já vinham ensaiando ações insurrecionais, deram um passo definitivo para estabelecer um golpe militar. O apoio norte-americano foi fundamental, que já via com maus olhos a estatização do cobre e a expropriação

⁴⁷ Disponível em: <https://www.robertosantanaulloa.com/products/para-la-historia-de-la-autonomia-regional-de-chiloe/> consultado em: 16 de maio de 2025.

de empresas estrangeiras, além da ameaça de uma “nova Cuba” na região latino-americana. No dia 11 de setembro de 1973 foi executado o golpe de estado, liderado pelo General Augusto Pinochet, dia em que a casa de governo chamada “La Moneda” foi bombardeada durante várias horas, seguido da morte de Salvador Allende. Durante os primeiros dias do governo militar, muitas pessoas foram perseguidas, torturadas e assassinadas, enquanto milhares foram exiliados do país por manter algum tipo de vínculo com o governo anterior. Segundo dados da *Comisión Chilena de Derechos Humanos*, as expulsões do país de pessoas após o golpe militar eram materializadas através de um Decreto Supremo (DS) emitido pelo *Ministerio del Interior*, sendo o número de exilados políticos aproximadamente de 200.000 pessoas⁴⁸. Ao respeito das vítimas, de acordo com o *Programa de Derechos Humanos*, são qualificadas como vítimas da ditadura 40.175 pessoas, entre elas “*ejecutados políticos*”, “*detenidos desaparecidos*” e “*víctimas de prisión y tortura*”. Nesse contexto, rapidamente o governo militar apresentou as bases para a implementação da nova economia política no país, radicalmente contrária às que o governo socialista tentou implementar entre 1970 e 1973.

3.3 A MODERNIZAÇÃO NEOLIBERAL E A PROPRIEDADE INDIVIDUAL DA TERRA

Semanas depois do golpe militar, em outubro de 1973, o Ministro da Fazenda designado por Augusto Pinochet, o Contra-almirante Lorenzo Gotuzzo, apresentava como parte do plano de governo as bases da Fazenda Pública. Este Plano estava fortemente inspirado no ideal de “liberdade económica”, pregado por um grupo de acadêmicos do curso de Economia da Universidade Católica do Chile, que trouxeram da Universidade de Chicago as bases teóricas do projeto de liberalização económica do economista estado-unidense Milton Friedman, considerado um dos principais pensadores do *neoliberalismo*. Alguns anos antes, na década de 1960, o projeto político-econômico de inspiração neoliberal já havia sido apresentado no texto do Programa Económico do candidato para presidente, o conservador Jorge Alessandri,

⁴⁸ Disponível em: www.archivonacional.gob.cl/galeria/exilio-chileno-durante-la-dictadura-civil-militar-archivos-de-la-represion-y-de-la#:~:text=Seg%C3%BAn%20cifras%20entregadas%20por%20organismos,m%C3%A1s%20de%20200%20mil%20personas. Consultado em 16 de maio de 2025.

que, no entanto, viu com receio a sua aplicação devido a radicalidade das suas propostas, principalmente a ampla privatização em indústrias e áreas econômicas de atuação histórica do Estado. Os conservadores, a diferença dos neoliberais, não contemplavam dentro das reformas econômicas o pacote de grandes privatizações de setores em que o Estado tinha tido grande relevância no passado.

No entanto, os militares com Augusto Pinochet como máximo representante do exército e líder do regime ditatorial, apoiaram a aplicação do “*Programa de Desarrollo Económico*”, conhecido corriqueiramente como “*El Ladrillo*”, ao invés de escolher um Modelo de Desenvolvimento tradicional como postulavam os conservadores. A radicalidade que acusava o conservador Jorge Alessandri uma década atrás, devia-se aos fundamentos do Programa, de difícil implementação, pois era muito difícil que todas essas reformas fossem aprovadas dentro de um contexto democrático, em que são necessárias as negociações entre as forças políticas para implementá-las. Assim, o contexto autoritário permitiu levar adiante um Programa com estes fundamentos, que se assentavam em três proposições: a) *A proteção dos direitos de propriedade*; b) *A abertura econômica* e c) *A liberalização do sistema de preços* (CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS, 1992).

O Modelo de Desenvolvimento, comumente chamado pela literatura acadêmica de *neoliberalismo* (GARRETÓN, 2012) ou *new economic model* (THORPE; IBARRA; REID, 2000), era caracterizado por um forte incentivo estatal aos investimentos de capitais nacionais e estrangeiros em negócios primários-exportadores, promovendo todo tipo de indústrias extrativistas (mineradoras, pesqueiras, agrícolas, florestais, entre outras) através da designação de direitos de uso privado de espaços e recursos naturais, e grandes facilidades impositivas para os investimentos privados (MIRANDA; STOTZ, 2021). Entre os pontos do Programa de Desenvolvimento neoliberal estava a “Política Agrária” como eixo fundamental, considerando que na época 30% da população nacional era considerada camponesa. A Política Agrária afirmava que “*O setor agrícola chileno representa uma riqueza natural de grande potencial produtivo*”, porém, lamentava ao mesmo tempo que o Chile teria “*sido incapaz de aproveitar eficientemente o imenso potencial de desenvolvimento econômico e social*” (CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS, 1992, p. 171), similar aos postulados da Doutrina Truman de colocar aos países como Chile

na categoria de países subdesenvolvidos. Assim, o Plano de Desenvolvimento tinha como objetivo a exploração intensiva das matérias primas como forma de superar “o problema agrário”. Segundo o documento de Política Agrária e sem nenhum tipo de evidência científica como respaldo, os camponeses tinham “*uma clara tendência à propriedade privada*”, descartando quaisquer políticas agrárias de tipo comunitários e cooperativistas. O documento concluía afirmando que “*a terra deve ser designada de preferência em domínio individual aos camponeses*” (CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS, 1992, p. 176). Em síntese, a Política Agrária Nacional durante a ditadura militar assumia que o desenvolvimento da nação seria atingido por meio da entrega de direitos privados sobre a terra (e como veremos mais adiante, do mar) para usuários individuais e não para grupos ou coletivos de pessoas.

Com os grupos de camponeses e indígenas contrários ao regime militar abatidos, a alocação de títulos de propriedade privada de terra adquiriu diversas modalidades, desde donos de pequenos empreendimentos até grandes corporações investindo em negócios facilitados por exceções tributárias outorgadas pelo Estado. As terras de propriedade das comunidades passaram a ser individualizadas sob a denominação de “Unidades Agrícolas Familiares” (UAF). Os maiores beneficiários foram as empresas do negócio madeireiro, já que o Ministério da Agricultura mudou os usos de solo das terras expropriadas para o aumento dos bosques, assim como entregou subsídios estatais para as plantações de árvores (ALMONACID, 2017, p. 178-185). Em decorrência, a função principal do novo modelo seria a de garantir os títulos privados de terra para agentes individuais e a de privatizar espaços que ainda se mantinham de uso comum, colocando o lucro individual sobre o interesse coletivo das comunidades camponesas e indígenas⁴⁹.

3.4 A IMPLEMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA NO CHILE EM CONTEXTO AUTORITÁRIO

O percurso das disputas em torno da Reforma Agrária e a derrota do Projeto Socialista são importantes para entender a etapa posterior de consolidação de uma Indústria Pesqueira no Arquipélago de Chiloé. Até 1973, era o Ministério de Agricultura quem regulava os espaços marinhos nacionais e sua relação com as comunidades

⁴⁹ Para aprofundar sobre os impactos da Política Agrária sobre as comunidades indígenas: BENGGOA, J. (1983). *El campesinado chileno después de la reforma agraria*. Santiago: Sur.

locais, marcado por uma orientação tanto produtivista quanto de ordenamento e proteção dos avanços das políticas da Reforma Agrária. A partir da implementação do modelo neoliberal, a regulação e a administração da atividade pesqueira passaram a ser parte do Ministério de Economia, reorientando os modos de produção do mar e as relações sociais nestes espaços, passando a dominar uma orientação individual e comercial sobre os territórios que apresentavam “grandes potencias produtivos”, como era o caso do Arquipélago de Chiloé. Uma clara manifestação de esta reorientação dos interesses do Estado foram as inúmeras mudanças administrativas e jurídicas que aconteceram durante a ditadura, das quais passo a mencionar as mais importantes no que se refere à indústria pesqueira.

3.4.1 Mudanças institucionais para implementar a Indústria Pesqueira

A institucionalidade do Estado teve grandes mudanças entre 1973 e 1978 para criar as condições da implementação da emergente indústria pesqueira. As bases desenvolvimentistas mais tradicionais foram substituídas por marcos jurídicos e instituições públicas e privadas que visavam acelerar o impulso de novos investimentos nas regiões austrais do país. O contexto autoritário permitiu introduzir de maneira acelerada mudanças jurídicas e administrativas que dentro de um contexto democrático não teriam sido possíveis. A *Junta Militar* instituída no regime militar concentrou desde o início os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, desdobrando “*uma intensa atividade legislativa mediante centos de decretos lei*” (MINISTERIO DEL INTERIOR, 2005, p. 161). Entre outras ações, foram dissolvidos o Congresso Nacional, o Tribunal Constitucional e proscritos os partidos políticos da Unidad Popular. Os cargos de eleição popular (como os prefeitos), assim como as reitorias das universidades, foram designadas a militares e civis que apoiavam o regime militar. Segundo as normas chilenas, a definição de Decreto é:

“Mandato escrito, emitido pela autoridade administrativa no exercício das suas competências, com as formalidades estabelecidas pelo ordenamento jurídico. Assume a designação de Decreto Supremo quando é emitido pelo

Presidente da República, através de um Ministério de Estado e assinado pelo respectivo Ministro.⁵⁰

Para não entrar em conflito com a Corte Suprema e a Constituição vigente de 1925, a partir de então os Decretos Lei (D.L.) emitidos por Augusto Pinochet e assinados por seus ministros passaram a ter “rango constitucional”, evitando assim a inconstitucionalidade dos decretos criados pelo regime militar. Dessa forma, o regime militar implementou, via Decretos Supremos (D.S.), mudanças fundamentais que tiveram grandes efeitos sobre as mais diversas modalidades da Indústria pesqueira. Como os decretos tinham “rango constitucional”, as mudanças adquiriram poder jurídico e legitimidade dentro do regime militar.

Para promover a expansão da indústria pesqueira, e de acordo com o objetivo do Programa Agrário de “Apertura Económica”, uma das primeiras iniciativas do regime militar foi permitir operações de barcos estrangeiros em águas chilenas sem nenhum tipo de restrição, através do D.L. 500 do ano 1974 do Ministério da Agricultura. Este Decreto estabelecia como objetivo a necessidade de *“promover o desenvolvimento da indústria pesqueira e a exploração dos recursos pesqueiros existentes no país, em benefício dos interesses gerais da Nação”*. Portanto, *“o governo poderá outorgar permissões especiais a barcos pesqueiros de bandeira estrangeira (...) sem limitações de nenhuma espécie⁵¹”*. Os maiores interessados em explorar águas chilenas eram barcos espanhóis, japoneses e coreanos, que buscavam a extração principalmente do peixe merluza (*Merluccius australis*). A permissão sem restrições para exploração dos recursos pesqueiros seguia os princípios de abertura aos mercados internacionais, estimulando os interesses estrangeiros para que países considerados desenvolvidos optarem pelo Chile como sócio comercial.

Nessa mesma direção, a disposição para atrair investimento estrangeiro foi materializada no D.L. 600 do Ministério da Economia de 1974, quando o Estado chileno assumiu o compromisso de estimular os investimentos de capitais estrangeiros. Para tanto, propunha-se a *“oferecer para o investidor estrangeiro as seguranças correspondentes do Estado do Chile”*. O Decreto promulgava acelerar o

⁵⁰ Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/acerca-de-ley-chile>. Consultado em 12 de junho de 2024.

⁵¹ Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?i=6140> Consultado em 11 de junho de 2024.

investimento em empresas que tivessem por objetivo *“pesquisar, iniciar, impulsionar, ampliar, melhorar ou renovar atividades produtoras de bens e serviços que sejam de especial interesse para o desenvolvimento económico ou social do país”*, além do compromisso do Estado chileno a não mudar regimes tributários. Assegurava para as empresas estrangeiras dedicadas à exploração dos recursos naturais de todo tipo, *“minérios, agrícolas, florestais, pesqueiros ou outros do mar ou subsolo marinho, da água e do ar”* que nos seus contratos *“não serão modificados os regimes tributários”*⁵².

3.4.2 A Política Oceânica e o ordenamento da Economia pesqueira neoliberal

Para dar um ordenamento maior à série de decretos que estavam sendo promulgados, o Ministério do Interior promoveu em 1976, através da “Oficina de Planificación” (ODEPLAN), a formulação de uma Política de Estado para desenvolver um plano estratégico de ocupação do Oceano Pacífico, chamada de “Política Oceânica”. Para formular esta política, foi criada uma Comissão Nacional tripartite, com representantes do Estado, do setor privado e de diversas universidades⁵³ (VICUÑA ORREGO, 1977, p. 13), as quais foram convidadas para entregar uma avaliação científica dos tipos de recursos marítimos e sua disponibilidade sob jurisdição chilena. Um dos diagnósticos realizados pela Comissão Nacional foi que devia ser aproveitada a *“elevada concentração de alguns recursos naturais”* em que atividades como a pesca e a mineração submarina *“devem constituir um ponto importante da política oceânica”*, (VICUÑA ORREGO, 1977, p. 22). A Política Oceânica formulada no contexto do regime militar chamou a atenção para a necessidade de uma reorientação do Estado em relação aos recursos pesqueiros, a favor da iniciativa e acumulação privada:

O Estado terá a responsabilidade pela racionalização da exploração dos recursos pesqueiros, orientando e supervisionando o desenvolvimento do sector. Terá também o papel de planejador da atividade económica da pesca, estimulando a livre iniciativa privada. (VICUÑA ORREGO, 1977, p. 25)

⁵² Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=74454> Consultado em 11 de junho de 2024

⁵³ Na formulação da Política Oceânica, foi encomendado para o biólogo Juan Carlos Castilla, impulsor das AMERB, um capítulo que se intitula *“Fomento de la Investigación y Conocimiento de la Realidad”*, no qual Castilla formula um diagnóstico sobre as *“Ciencias del Mar”* e seu papel para estimular o trânsito do Chile de um país subdesenvolvido para um desenvolvido.

Naquele cenário era preciso a implementação de novas instituições para orientar a liberalização da economia pesqueira nacional. Em decorrência, diversas instituições governamentais e científicas foram criadas nos primeiros anos do regime, com o objetivo primordial de implementar uma indústria pesqueira no país em regiões que até então se encontrava “subdesenvolvida”.

3.4.3 As transformações institucionais para fomentar a indústria pesqueira

Para seguir os delineamentos da Política Oceânica, a partir de 1976 foram criadas diversas instituições para a regulamentação das atividades econômicas nos espaços marinhos. Os assuntos marinhos, anteriormente regulamentados pelo Ministério de Agricultura, passaram a ser parte do Ministério da Economia, que deveria conjugar as políticas econômicas de liberalização comercial com a mercantilização dos recursos marinhos. Em 1976, Através do D.L. 1626 foram criados, simultaneamente, o Ministério de Economia e SUBPESCA, órgãos governamentais que existem até hoje em dia, tendo por objetivo “*Regular e administrar a atividade pesqueira e de aquicultura, através de políticas, normas e medidas de administração*”. A criação conjunta do Ministério de Economia e da SUBPESCA tinha como objetivo estratégico “*racionalizar o setor pesqueiro*” pois “*a pesca constitui um recurso potencial significativo para a economia do país*” Posteriormente em 1978, foi criado o *Servicio Nacional de Pesca* (SERNAPESCA), órgão executivo e fiscalizador da SUBPESCA por meio do DL 2442⁵⁴. Ambas instituições foram cruciais para o desenvolvimento da indústria do salmão e da regulação da extração de peixes, mariscos e algas na pesca artesanal.

No que refere a ciência e o conhecimento, diversas instituições de pesquisa foram criadas para implementar e monitorar as primeiras experiências de cultivos aquícolas de salmão, como a *Fundación Chile* (FCH), além de universidades que começavam a dar cursos de graduação em áreas técnicas de pesca (TORRES, VLADIA; MONTAÑA, 2018). Na formulação da Política Oceânica era dado um lugar primordial para o desenvolvimento de uma ciência nacional em assuntos pesqueiros

⁵⁴ Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/chi1230.pdf> Consultado em 20 de agosto de 2024.

e marinhos, pensada como ferramenta indispensável para a consolidação do projeto de modernização.

O pleno desenvolvimento marinho do nosso país não pode ser alcançado se o esforço para atingir esse desenvolvimento não se basear num conhecimento científico sólido do meio oceânico e nas tecnologias adequadas para a sua correta utilização. A exploração dos recursos marinhos do mar deve basear-se num conhecimento preciso da sua localização, distribuição, abundância, métodos de extração, limites máximos de exploração, bem como das características físicas do oceano onde o ser humano vai desenvolver a sua atividade. (VICUÑA ORREGO, 1977, p. 36)

Foi com a indústria do salmão que estas mudanças administrativas e institucionais foram se consolidando a partir de 1976, um lucrativo negócio que encontrou rapidamente adeptos tanto nacionais quanto internacionais para investir, devido ao manifesto apoio do Estado chileno para promover a atividade privada sobre os interesses das populações locais.

3.4.4 A indústria do salmão como símbolo de modernização da indústria pesqueira

A indústria do salmão no Chile representa a materialização do Projeto neoliberal, resultado da série de mudanças institucionais e legislativas, assim como da implementação de diversas modalidades de expulsão que promoveu desde seu início. Embora o salmão não seja um peixe endêmico, nos inícios do século XX o Estado chileno já havia começado a incentivar pesquisas científicas comandadas pelo biólogo alemão Pedro Golusda, para experimentar processos de adaptação do salmão nas gélidas águas do país, importando ovas da Alemanha. O objetivo era a “*desova artificial dos peixes, seguida da fertilização e da incubação dos ovos*” (GOLUSDA, 1907, p. 3), promovendo a formação de uma nova indústria: a piscicultura. Algumas das espécies introduzidas naquele momento foram *salmo salar*, *salmo fario*, *salmo irileus* e o *salmo gairdneri*. Aproveitavam-se as correntes dos rios das cordilheiras da região central do Chile para formar piscinas de salmões, já que a circulação constante de água é fundamental para o processo de fecundação artificial. Este método se espalhou por diversos rios e lagos ao longo do país, povoando-os de diversas espécies de salmões. Em 1937, trinta anos depois dos trabalhos pioneiros de Golusda, encontravam-se populações de salmão em diversas regiões do país.

De acordo com as orientações desenvolvimentistas, na década de 1950 o Estado chileno estabeleceu alianças de cooperação científica junto com os Estados Unidos para impulsionar empreendimentos que envolviam a produção de salmão, chegando a exportar ovas a países como Peru, Argentina, Colômbia, Equador e Bolívia. Cientistas estadunidenses através da ONG *Peace Corps*, assessoraram as investigações da *División de Pesca y Caza* do *Servicio Agrícola y Ganadero* (SAG), instituição que logo seria substituída por SERNAPESCA (CARRERA, 2020, p. 41). Posteriormente, a criação do *Instituto de Fomento Pesquero* (IFOP) na década de 1960 foi crucial para fomentar as primeiras missões científicas na região que compreende entre o Arquipélago de Chiloé e a Patagônia Austral, quando se começou a investigar a viabilidade da implementação de indústrias aquícolas nos diversos arquipélagos, rios e lagos que existem no sul do Chile.

Contudo, a expansão acelerada da indústria aquícola do salmão começa a tomar forma e se efetivar a partir de 1974, quando a *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO) concedeu um empréstimo de US 100.000⁵⁵ para a Sociedad de Pesquerías Piscicultura Lago Llanquihue, de propriedade de Alfredo Valenzuela e Alfonso Muenia, com fins “exclusivamente comerciais” para consumo tanto nacional quanto internacional, inaugurando as alianças público-privadas no país (CARRERA, 2020, p. 42). Desta forma, promoveu-se o fortalecimento de um conglomerado de empresas privadas produtoras de salmão, que não demoraram muito tempo para criar a *Asociación de Productores de Salmón y Trucha de Chile* (SalmonChile) (TORRES, VLADIA; MONTAÑA, 2018), um poderoso *holding* empresarial que soube aproveitar as concessões aquícolas disponibilizadas pelo Estado (especificamente pela CORFO), para impulsionar a rápida expansão da indústria aquícola.

À diferença de épocas anteriores, a expansão das dinâmicas comerciais da indústria pesqueira sob o regime militar ditatorial provocou intensos processos de expulsão das famílias que habitavam os espaços litorâneos em Chiloé. As primeiras tentativas de criação de salmão aproveitando as águas gélidas dos rios, em inícios do século XX, têm diferenças significativa com o modelo de concessões aquícolas e parcelamento dos espaços marinhos. Nesse modelo, os habitantes históricos foram

⁵⁵ Equivalentes a 620.000 dólares atuais.

deslocados e proibidos de frequentar as áreas que tinham uso comum, como veremos com mais detalhes no próximo Capítulo. A expansão da indústria prometia tirar os chilotes do estado de pobreza, por meio da oferta de emprego e salário que permitiriam desfrutar das bondades da modernidade.

3.4.5 O regime militar entre os chilotes

O intelectual chilote Rodolfo Urbina Burgos tem se dedicado ao longo de sua vida a pesquisar a história e a cultura dos chilotes, desde os primeiros períodos da conquista até os dias atuais. No livro “*Castro, Castreños y Chilotes, 1960-1990*”, publicado em 1996, o autor analisa o período das grandes mudanças do século XX, em que os novos negócios da indústria pesqueira teriam um papel preponderante. Para Urbina (URBINA BURGOS, 1996), a entrada em vigor em 1956 do *Puerto Libre*, um porto localizado na cidade de Castro, teria começado a delinear certas mudanças na estrutura social da sociedade chilota. Por meio do *Puerto Libre*, eram comercializados de forma constante produtos vindos do exterior, especificamente da cidade de Hamburgo na Alemanha, entre os mais chamativos, os carros alemães e os radio receptores, provocando importantes mudanças nas telecomunicações e na “cultura local”. Os fluxos comerciais posicionaram o Puerto Libre como um polo comercial importante no Arquipélago de Chiloé e nas regiões contíguas, enriquecendo a uma parte da sociedade chilota. No entanto, após alguns anos de funcionamento e vitalidade, o Puerto Libre entrou em decadência a princípios dos anos 1970, não produzindo aquele efeito esperado de “modernização” no Arquipélago.

Urbina Burgos menciona os movimentos políticos de esquerda que também tiveram repercussões no Arquipélago na década de 1970, posterior ao *Puerto Libre*. Segundo o autor, no breve período de tempo em que a Unidad Popular governou (1970-1973), houve uma grande escassez dos alimentos básicos dos chilotes, como a batata, além de outros “bens de circulação comercial” como a carne, o peixe e os mariscos. Ainda, como justificativa para o fracasso do governo socialista, Urbina Burgos assinala que os princípios e modos de organização dos chilotes contrariavam aos princípios socialistas, já que para os chilotes o importante seria “*a propriedade privada e o trabalho individual*” (URBINA BURGOS, 1996, p. 125-128), da mesma forma que o Programa Agrário do regime militar sublinhou a tendência para a

propriedade privada dos camponeses. Portanto, o autor especula que um projeto de esquerda não teria dado certo entre os chilotos, pois eles teriam mais afinidade com a implementação do modelo de modernização implementado pelo regime militar.

Durante meu trabalho de campo, várias vezes ouvi falar entre os próprios chilotos que a repressão imposta pelo regime ditatorial militar teria sido de intensidade menor no Arquipélago do que em Santiago ou em regiões do país, onde os movimentos camponeses e indígenas tinham tido uma organização política mais forte. Urbina Burgos respalda essa versão, afirmando que “*foi apenas um golpecito tranquilísimo*” (URBINA BURGOS, 1996, p. 151). Essa “leveza” com que Urbina apresenta os eventos históricos me causou um grande incômodo ao longo da pesquisa, e continuei tentando encontrar algum tipo de informação que me permitisse conhecer com maior precisão o que realmente teria acontecido naquele período. Pensava e continuo pensando ser necessário entender esse período para compreender melhor a formação posterior da indústria pesqueira em Chiloé.

Desse modo, pesquisei e encontrei informações entre diversas fontes. Uma delas foi o “*Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura*”, chamado corriqueiramente como “Informe Valech” (MINISTERIO DEL INTERIOR, 2005). Esta Comissão Nacional foi criada em 2003 pelo Presidente Ricardo Lagos para a reparação das vítimas da ditadura. O primeiro dado que me chamou a atenção, foi que no Arquipélago de Chiloé operaram pelo menos quinze centros de tortura⁵⁶, indicativo de que talvez o golpe militar não tenha sido tão “tranquilo” quanto descrito por Urbina Burgos. Por sua vez, Dante Montiel Vera, historiador chilote, em uma coluna de opinião⁵⁷ publicada em um jornal há alguns anos atrás, fornece uma extensa lista de pessoas presas após o golpe de estado. Segundo seu relato, algumas pessoas tiraram proveito da situação para invadir casas, motivados apenas “por meras vinganças entre vizinhos”. Ademais, Montiel recorda as palavras expressadas pelo Coronel da Força Aérea da época, Jorge Gustavo Leigh, que verificou a inexistência

⁵⁶ Cárcel de Ancud, Cárcel de Castro y de Ten Ten; Casa-habitación en calle Magallanes, sin número, Comisaría N1 Ancud, Comisaría N3 Achao, Comisaría Castro, Cuartel carabineros Quellón, Gobernación marina de Castro, Prefectura carabineros Chiloé, Recinto Raulí, Castro; Retén de carabineros, Chaulinec; Retén de carabineros, Chonchi; Retén de carabineros, Quellón; Retén de carabineros, Quenac; Retén de carabineros, Quemchi

⁵⁷ Disponível em: <https://www.re-vuelta.cl/2018/09/16/chiloe-septiembre-de-1973/> Visitado em 12 de maio de 2021.

de qualquer possibilidade de conflito armado, o que tornaria desproporcionado qualquer tipo de uso da força no Arquipélago: *"apesar da extraordinária paz em Llanquihue e Chiloé, as Forças Armadas estão em alerta...tanta beleza não pode ser verdade, tanta calma nos preocupa"*.

Já instaurado o regime militar, Montiel lembra que em certa ocasião o oficial dos *Carabineros* (Polícia), Claudio Calderón, chegou ao Liceu principal da cidade de Castro:

“Se reunieron a los cursos en el gimnasio en medio de un ambiente de intranquilidad ya que se sabía del encarcelamiento de docentes y ocultamiento de otros. Frente a los estudiantes pronunció un discurso político amenazante, autoritario, instando a no involucrarse en ninguna actividad política, los alumnos no hablaban, observaban desconfiados a las autoridades castrenses. Concluida la alocución los profesores temerosos enviaron a las salas al estudiantado, algunos de ellos meditaban otros no entendían, los rostros reflejaban que algo cambiaría en la vida de todos. Desde esos momentos cambió el Liceo, la sociedad, la comunidad, un quiebre que aún se percibe”.

Embora o número de casos de morte não seja elevado entre os chilotes, o próprio Montiel lembra do “caso emblemático” do camponês Juan Lleucún Lleucún de 56 anos, chilote da Ilha de Meulín, que tinha o cargo de Inspector distrital durante a Unidad Popular. Após ser detido por três policiais na sua residência, foi espancado com armas e punhos, sendo levado até o prédio policial, morrendo pouco tempo depois.

Tenho certeza que a historiografia sobre aquela época seguramente continuará sendo desenvolvida, pois ainda são muitas as interrogações que ainda existem sobre o período ditatorial que possibilitou as grandes transformações no Arquipélago de Chiloé e a expansão da indústria pesqueira. De acordo com as falas das pessoas e da documentação disponível, o regime militar produziu impactos fortes na população local, permitindo que os planos de desenvolvimento liberais tenham sido implementados ao mesmo tempo que impediam as possibilidades de crítica ou contestação. Em uma atmosfera de medo e sem as garantias mínimas das instituições democráticas, as diversas modalidades da indústria pesqueira transformaram de forma radical os modos de vida dos chilotes, trazendo ao mesmo tempo novos conflitos sociais, relacionados à exploração e submissão da natureza à intensidade da exploração mercantil, com forte demanda dos mercados internacionais.

Não é meu interesse me alongar sobre essas questões tão caras para a história política do país. No entanto, os grupos beneficiários das políticas da Reforma Agrária da Unidad Popular foram perseguidos, torturados e muitas vezes assassinados, enquanto as terras foram retornadas para os terratenentes. Em decorrência, a partir de 1973 começou a ser implementado um outro modelo de desenvolvimento, contrário as noções de justiça social e cooperativismo que vinham sendo reforçadas nas sucessivas tentativas de Reforma Agrária, reforçando a propriedade privada sobre espaços e recursos que eram tidos historicamente como comuns pelas populações locais. A partir de então, territórios distantes dos centros de poder passam a ser incorporados através de lucrativos negócios privados, tanto de grupos chilenos como estrangeiros, fortemente apoiados pelos diferentes órgãos do regime militar. Como se apresenta a continuação, o caso do Arquipélago de Chiloé é representativo dessa nova fase de expansão capitalista, em que a indústria pesqueira e as suas diferentes modalidades se tornaram o segundo maior setor econômico do país.

3.5 TERRITÓRIOS COM GRANDE POTENCIAL PRODUTIVO: A INCORPORAÇÃO DE CHILOÉ NA ECONOMIA NACIONAL

São várias as agências e instituições que, em fins dos anos 1960, começam a divulgar a necessidade de desenvolvimento da região do Arquipélago do Chiloé, que passa a ser alvo dos Programas de Desenvolvimento estatais através da agência da Corporação de Fomento da Produção – CORFO, criada em 1938 sob o governo de Pedro Aguirre Cerda. Em 1968, por meio do Decreto N°1175⁵⁸, o governo federal criou o “Instituto de Fomento Produtivo CORFO de Chiloé”, uma agência específica para desenvolver as regiões austrais do país, consideradas mais isoladas e menos inseridas nas dinâmicas das economias políticas nacionais. No Decreto, foram traçados os objetivos de fomento da atividade industrial e da necessidade de

⁵⁸Disponível em:
https://nuevo.leychile.cl/servicios/Consulta/Exportar?radioExportar=Normas&exportar_formato=pdf&nombrearchivo=DTO-1175_26-DIC-1968&exportar_con_notas_bcn=False&exportar_con_notas_originales=False&exportar_con_notas_al_pie=False&hddResultadoExportar=176091.1968-12-26.0.0%23 consultado em 05 de setembro de 2024.

progreso urbano na região que compreendia o Arquipélago de Chiloé e Chiloé continental, consideradas como “áreas rurais subdesenvolvidas”.

Em 1970, em um encontro Nacional que reuniu aos representantes dos Institutos CORFO Chiloé e Aysén e a Corporação de Magallanes, foi tomada a decisão de que “Chiloé devia desenvolver sua economia em base a Indústria do Mar e Ganadeira” (CÁRCAMO, 2019, p. 120). Afirmando que no Arquipélago quase não existiam empreendimentos comerciais de grande escala, apenas pequenas unidades familiares de produção agrícola e de pesca chamadas de *minifundios*, o Relatório do encontro Nacional enfatizou que o Arquipélago de Chiloé possuía abundante fauna marinha que não estava sendo “explorada de forma racional” e, portanto, devia-se começar a operar um plano de desenvolvimento urbano e comercial que explorasse aqueles recursos. Por fim, naquele Encontro também foi definido que Chiloé devia desenvolver uma vocação turística, considerando as belas e prístinas paisagens que possui. Posteriormente, os diagnósticos da CORFO foram constatados pelas instituições científicas e de ensino através de diversas viagens de campo.

No mesmo ano, acadêmicos da Universidade do Chile realizaram uma expedição para estudar as condições socioeconômicas do Arquipélago do Chiloé, cujas conclusões foram publicadas no jornal local “*La Cruz del Sur*” de Ancud. As conclusões dos pesquisadores vindos da capital do país, também reforçaram a descrição do Arquipélago de Chiloé como uma região pobre e “atrasada” cultural e economicamente. O título da matéria publicada ressaltava compassivamente a imagem de uma região empobrecida: “*Um parente pobre do Chile: A Ilha de Chiloé*”⁵⁹. O Arquipélago de Chiloé aparece caracterizado como uma “zona deprimida”, com “ausência de indústrias e de um bom comércio”, onde “apenas” seria possível observar atividades como o cultivo da batata e a extração de mariscos, fontes básicas da sua “subsistência”. Retratos como se fossem historicamente presos a uma miséria material, a reportagem ainda atribui um atraso cultural aos chilotos, que, segundo os acadêmicos, não teriam a mínima capacidade de organização política, pois, compreenderam que “*por falta de um nível cultural mais elevado não tem surgido líderes locais que conheçam os problemas da zona*” (CÁRCAMO, 2019, p. 35-36).

⁵⁹ Título original: “Un pariente pobre de Chile: La Isla de Chiloé”

Deste modo, o Arquipélago de Chiloé passou a ser sucessivamente considerado pelas principais instituições acadêmicas e de fomento econômico (como a CORFO e a Universidad de Chile) como uma região de grande potencial econômico para o país, porém que se encontrava atrasada e sem condições de desenvolvimento se continuar com aqueles modos de vida arcaicos. Como proclamaram os grupos adeptos aos Programas de Desenvolvimento, os “obstáculos” eram as próprias populações locais e suas atividades econômicas rudimentares, ou seja, os próprios chilotes e seus modos de vida. Em decorrência, sucessivos governos passaram a promover programas de Desenvolvimento para o Arquipélago de Chiloé, através de investimentos em infraestrutura física e capital humano forâneo. Isto permitiria, segundo os postulados desenvolvimentistas, a criação de um mercado de trabalho que promoveria salário constante aos chilotes, permitindo assim a superação de sua suposta pobreza e alcance do seu progresso.

3.6 AS PROMESSAS DE SUPERAÇÃO DA “POBREZA”: A CHEGADA DA INDÚSTRIA DO SALMÃO EM CHILOÉ.

3.6.1 A discursividade da superação da pobreza

Em fins dos anos de 1960, o Arquipélago de Chiloé era uma das áreas compreendidas pelas expedições do *Instituto de Fomento Pesquero* (IFOP), instituição que defendia que suas águas calmas e gélidas eram favoráveis para o cultivo de salmão, semelhante às orientações da CORFO para desenvolver uma “Indústria do Mar”. O fato de ser um Arquipélago foi crucial para o desenvolvimento desse tipo de indústria, pois apresenta características excepcionais, com um grande número de baías, enseadas, canais e rios em que as piscinas de cultivo podem ser instaladas, garantindo as condições técnicas para seu desenvolvimento. Entretanto, tais condições técnicas foram acompanhadas pelos discursos do Desenvolvimento, em que os chilotes eram caracterizados de modo geral como um povo de baixo nível cultural e presos de suas economias de subsistência. Por tanto, as condições técnicas requeriam de mudanças nos modos de vida dos chilotes, ou seja, superar os chamados “obstáculos” para o Desenvolvimento.

Os discursos das agências desenvolvimentistas prometiam às comunidades chilotas “sair do subdesenvolvimento” através de promessas de empregos não

sazonais, salários fixos, através da construção de infraestrutura, como portos, estradas, embarcações, necessários para movimentar os fatores de produção da indústria e também as pessoas que passaram a trabalhar nelas, assim como para o escoamento do salmão para os mercados nacionais e internacionais. A promessa era que a indústria iria trazer dinheiro em espécie (que raramente circulava entre os chilotos) para dar conforto material às pessoas e para pagar os estudos superiores aos seus filhos. Deste modo, a Indústria do Mar permitiria que não fosse mais necessário que os chilotos migrassem para trabalhar nos frigoríficos da Patagônia, que era a forma recorrente que tinham os homens para ganhar dinheiro. Além disso, propagava-se a ideia que as mulheres também poderiam trabalhar e ganhar dinheiro, aportando para a possibilidade de que os filhos estudassem uma carreira universitária.

3.7 IMPACTOS DA INDÚSTRIA DO SALMÃO NOS ESPAÇOS E RECURSOS EM COMUM

Apesar da grandiloquência dos discursos desenvolvimentistas, as pessoas lembram das primeiras tentativas de criação de salmão com a instalação de pequenas *jaulas* nas áreas do mar interior, em que os salmões eram alimentados “de forma artesanal”, contrário ao que poder-se-ia denominar de “industrial”. Raúl, um chilote com quem tive a oportunidade de conversar durante várias semanas na residência, onde eu fiquei hospedado no verão de 2022, foi um interlocutor muito importante para eu entender a formação da indústria do salmão em Chiloé. Segundo ele, que trabalhou por longo tempo na indústria como especialista técnico, no começo as jaulas: “*eran unas estructuras de madera que manejaban como 800 salmones, casi nada*”, e que o método de alimentação dos salmões era “*bien artesanal, les daban de comer con palas*”. Além da precariedade da infraestrutura e dos métodos de criação e alimentação, os empregos aos quais podiam optar os chilotos eram igualmente precários, como “dar de comer a los salmones con palas”, reparar as jaulas e estruturas de madeira que serviam como *deck*, assim como diversas tarefas manuais que requeriam de força braçal, como transportar os sacos de alimentos desde os depósitos para as jaulas de salmões. Os *pellets*, que eram elaborados com base na farinha de peixe, eram jogados nas jaulas para os salmões se alimentarem, fornecidos por embarcações industriais que operavam dentro das 200 milhas de soberania nacional. Raúl fez o cálculo que mostrava que mais de um 75% do alimento ia parar

no fundo marinho, produzindo graves transtornos para as espécies bentônicas, devido aos nutrientes e outros compostos que contém os *pellets*.

Os trabalhos eram realizados principalmente por mulheres, as quais muitas das vezes deviam levar às suas crianças para os locais de trabalho, já que não tinham com quem deixá-las em casa. Raúl me comentou que também tinha adolescentes que trabalhavam naqueles primeiros anos da indústria e não só adultos, e que os salários eram baixos. Também os equipamentos para trabalhar eram insuficientes, não considerando as condições climáticas da região, de frio e muita chuva. As pessoas trabalhavam com sua própria roupa, sem condições de segurança. Contrariamente, os trabalhos mais qualificados e melhor remunerados eram realizados por profissionais vindos de fora, os “*afuerinos*” como são chamados pelos chilotes, contratados pelas empresas e assistidos tecnicamente por profissionais da Fundação Chile e do IFOP. Eram eles os encarregados de supervisionar a produção, ganhavam melhores salários e habitavam outros bairros, construídos especialmente para as famílias dos “*salmoneros*”. Outro grupo de mão de obra era composto por estudantes das carreiras técnicas de cidades como Santiago, Concepción, Valdivia, Puerto Montt, os quais realizavam seus estágios em Chiloé, dando seus primeiros passos como profissionais. Acostumaram-se a passar algumas temporadas em Chiloé aprendendo os novos ofícios da aquicultura, para logo retornar às suas cidades de origem e continuar suas carreiras. Tive a oportunidade de falar com uma pessoa que tinha ido como estudante recém-graduado a trabalho para Chiloé, que me contou que era uma atividade “*sin ningún tipo de regulación*”. Segundo ela, a única coisa que importava era “*producir salmónes para ganar plata*”. E não estava enganado, pois a regulamentação da Aquicultura só começou com a sanção da LGPA, em 1991, uma vez retornada a democracia.

Para impulsionar a produção do salmão, foram oferecidas para as empresas concessões de aquicultura⁶⁰ de espaços marinhos através do Ministério de Defesa Nacional e da SUBPESCA, além de empréstimos com juros baixos, fornecidos pela CORFO, redução de impostos e assistência técnica, através da FCH. As concessões

⁶⁰ Concesión de acuicultura: es el acto administrativo mediante el cual el Ministerio de Defensa Nacional otorga a una persona los derechos de uso y goce, por el plazo de 25 años renovables sobre determinados bienes nacionales, para que ésta realice en ellos actividades de acuicultura (LGPA, artículo 2, inciso 12)

aquícolas constituem uma área delimitada e georreferenciada pela SUBPESCA, em que a empresa o indivíduo titular pode realizar a criação de salmão por meio de jaulas que se instalam dentro da área marinha concessionada, assim como galpões e escritórios que ficam na área contígua ao espaço marinho. Os modos de vida dos chilotos foram se desestruturando, por meio de salários baixos que foram captados principalmente por jovens. Segundo Pache:

Los chilotos no tenían manera de generar moneda, metálico, producían papas, animales, gallinas, huevos, pan amasado. Les ofrecieron 200 lucas⁶¹ de entrada a los jóvenes y a las jóvenes para que vayan a trabajar a la salmonera. Jóvenes que eran mano de obra de sus padres y eso empieza a desestructurar el núcleo familiar. No es que fueran esclavos de sus padres, era la economía de autosubsistencia, pero sostenible.

A partir de 1980, a maioria das concessões foram entregues para *afuerinos*, por períodos de 20 a 30 anos. Inclusive, existem ainda concessões que foram entregues a perpetuidade. Como não deve surpreender, os moradores do mar interior de Chiloé não sabiam que o Estado entregava tais concessões, apenas estavam cientes das oportunidades de emprego, sendo expulsados desde um início do processo de formação da indústria do salmão. De acordo com dados da SUBPESCA, em 1979 a região dos Lagos tinha duas concessões aquícolas. Entre 1980 e 1989 foram entregues 159 concessões. Já no período democrático, entre 1990 e 2010, foram entregues 342 para empresas privadas, aprofundando o processo de concessão de espaços às empresas privadas.

Quadro 1 - Número de concessões de aquicultura entregues pelo Estado a particulares na Região dos Lagos (1979-2010)

Período	Quantidade
1979	2
1980-1989	159
1990-1999	149
2000-2010	193
Total	503

Fonte: Elaboração própria a partir de dados SUBPESCA, 2022.

⁶¹ Gíria que significa “pesos” (moeda nacional)

De acordo com dados da SUBPESCA, atualmente existem 242 concessões aquícolas destinadas à produção de salmão. A maior delas, tem uma extensão de mais de 70 hectares de mar, localizada no município de Queilen. A concentração de território marinho em regime privado é expressiva, já que 7 empresas concentram aproximadamente 67% do total de hectares concessionados.

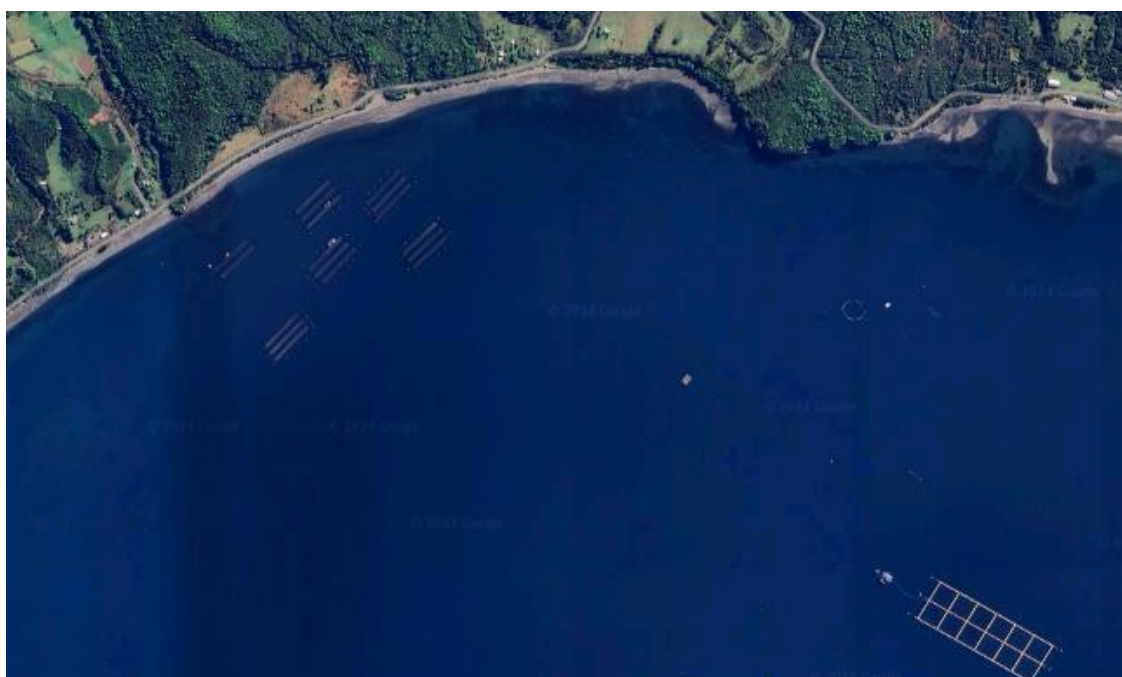
Quadro 2 - Concentração de concessões e hectares de mar por empresa privada.

Nome do Titular	Número de Concessões	Hectares Totais
MOWI CHILE S.A. (Antiga MARINE HARVEST)	42	591,39
CERMAQ CHILE S.A.	34	436,84
SALMOCONCESIONES S.A.	22	243,8
NUEVA CERMAQ CHILE S.A.	16	294,95
SALMONES PACIFIC STAR S.A.	16	140,96
INVERMAR S.A.	15	309,67
SALMONES ANTARTICA S.A.	12	213,29
SALMONES TECMAR S.A.	11	241,67
EMPRESAS AQUACHILE S.A.	11	104,26
TRUSAL S.A.	8	127,37
CULTIVOS YADRAN S.A.	8	53,66
AQUACHILE MAULLIN LIMITADA	7	128,97
PRODUCTOS DEL MAR VENTISQUEROS S.A.	5	91,14
SALMONES MULTIEXPORT S.A.	5	68,31
GRANJA MARINA TORNAGALEONES S.A.	5	46,93
AQUACHILE SPA	5	23,08

DELIFISH FARMING SPA	4	9	146,9
SALMONES HUMBOLDT SPA	4		64,19
AGUAS CLARAS S.A.	3		31,75
PROCESADORA CAILIN SPA	3		22,71
SALMONES CAMANCHACA S.A.	2		65,45
MULTIEXPORT PACIFIC FARMS S.A.	2		7,64
SKYRING SALMON S.A.	1		12,5
PESQUERA YADRAN S.A.	1		3
TOTAL	242	52	3470,

Fonte: Elaborada em base a dados disponíveis em www.subpesca.cl

Figura 10 - Vista por Satélite da maior concessão aquícola em Queilen, Arquipélago de Chiloé.



Fonte: www.subpesca.cl

Atualmente, existe em Ancud apenas uma empresa de processamento de salmão, chamada CERMAQ, da empresa Cultivos Marinos Chiloé S.A. Segundo o

Plano de Desarrollo Comunal (PLADECO) de Ancud, em 2016 existia apenas uma concessão ativa de cultivo de salmão. De acordo com os dados da SUBPESCA, existem atualmente 123 concessões aquícolas na prefeitura, distribuídas do seguinte modo:

Quadro 3 – Concessões aquícolas em Ancud

Tipo de concessão	Quantidade	Porcentagem
Algas	61	49,5%
Mitilídeos (mariscos)	36	29,2%
Salmonídeos	25 ⁶²	20,3%
Outros	1	0,8%
Total	123	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dados SUBPESCA, 2022.

3.7 Os efeitos das Concessões aquícolas: Expulsando pessoas e espécies marinhas.

Figura 11 - Concessão aquícola abandonada em Linao, município de Ancud.



Fonte: Imagem do autor, 2022.

⁶² Das quais 1 encontra-se ativa e 24 inativas, embora ainda sejam espaços privados concessionados.

3.7.1 Expulsão das espécies marinhas

Antes de se tornarem pescadores artesanais ou mão de obra da indústria do salmão, o processo de outorga das concessões aquícolas foi extremamente excludente para os habitantes de Ancud. As pessoas dos núcleos domésticos locais, que tinham seu sustento de vida baseada na conjugação das atividades agrícolas e pesqueiras, não tinham um interesse particular em se tornar produtores de salmão. Sem serem informados do que estava acontecendo, os chilotes assistiram a um processo de expansão econômica impulsionado por agentes exógenos para explorar as áreas marinhas dentro do seu território. O modelo de obtenção de concessões aquícolas expulsou a população local através de complexos processos administrativos e burocráticos em que o Estado, por via das concessões, entregou direitos privados de forma indefinida para grupos privados externos, os quais podiam ser inclusive utilizadas como ativos para operar nos mercados financeiros. Como explicam Ramírez e outros autores:

Para isso [incentivar a aquicultura], foi criada uma figura jurídica que concede aos requerentes de concessões marinhas direitos de uso e gozo para realizar a aquicultura, direitos esses que são indefinidos e que podem ser transferidos por meio do mercado (...) **O processo de atribuição de concessões marinhas envolve um conjunto de etapas administrativas e o pagamento de patentes, o que explica por que, no início, as comunidades locais e os empreendedores da área não conseguiram obter esses direitos.** Informações, apoio jurídico e financeiro foram os elementos que permitiram o acesso às concessões. (RAMÍREZ et al., 2010, p. 8)

No mar interior de Ancud, empresas como MARINE HARVEST (Figura 11) apropriaram-se das áreas costeiras concessionadas⁶³ para iniciar a criação de produção de salmão. MARINE HARVEST (atualmente MOWI CHILE S.A.) é a maior multinacional produtora e exportadora de salmonídeos no mundo, com operações em países como Noruega, Escócia, Irlanda, Chile, Canadá e Austrália (CARRERA, 2020, p. 46) Em Linao, uma pequena localidade que pertence à prefeitura de Ancud e que visitei junto com Claudia e Javier no verão de 2022, pude entender melhor de que maneira tinha acontecido a apropriação privada da zona costeira por parte das

⁶³ As espécies que podem ser produzidas de acordo á SUBPESCA, são: *salmón cereza* (*Oncorhynchus masou*), *salmón del atlántico* (*Salmo salar*), *salmón keta* (*Oncorhynchus keta*), *salmón plateado* (*Oncorhynchus kisutch*), *salmón rey* (*Oncorhynchus tshawytscha*), *salmón rosado* (*Oncorhynchus gorbuscha*), *trucha arco-íris* (*Oncorhynchus mykiss*), *trucha café* (*Salmo trutta fario*), *trucha de arroyo* (*Salvelinus fontinalis*).

empresas do salmão. Linao, a diferença da cidade de Ancud, foi impactada diretamente pela instalação das jaulas de criação de salmão desde inícios dos anos 1980. Como apresentado no Capítulo 2, as áreas litorâneas conectadas pelos *senderos de bajamar* eram usadas pelas famílias locais para construção das suas casas, localizadas em morros alguns metros sobre o nível do mar, protegidas das mudanças das marés. Nestas áreas também cultivavam suas roças, construíam seus *fogones*, criavam animais de pequeno porte como ovelhas e galinhas e mantinham bosques de uso comum, onde coletavam as ervas medicinais e a madeira essencial para passar os invernos. Assim, de acordo com os ciclos da lua, cada quinze dias as famílias “desciam” para a praia para coletar mariscos e algas, assim como para passear e praticar atividades de lazer. Entre as praias existiam trilhas de livre trânsito que contorneavam o litoral e conectavam os distintos povoados, através dos quais as pessoas transitavam constantemente. Se o clima “*estaba bueno*”, aventuravam-se a pescar nas pequenas embarcações chamadas de *pangas* em busca de peixes, mariscos, frutas e ervas que conseguiam em áreas mais afastadas, realizando as vezes viagens de vários dias.

Quando empresas como MARINE HARVEST instalaram seus centros de cultivo em Linao, o trânsito para a praia ficou restringido para os moradores locais, pois a través das concessões aquícolas as empresas adquiriram espaços tanto na praia quanto dentro do mar para produzir os salmões. O *salmón atlántico* (*Salmo salar*) precisa ser cultivado “em terra” pois as primeiras etapas de crescimento dos alevins devem ser feitas em água doce em piscinas instaladas há alguns metros do mar. Semanas depois, quando o salmão atinge um certo tamanho, os operários das empresas introduzem os peixes nas jaulas instaladas dentro do mar para continuar com seu processo de crescimento. Nesse período de tempo, os salmões são alimentados e cuidados mediante antibióticos para não morrerem, por um período que varia entre 3 a 6 meses, até atingir sua etapa adulta. Desta forma, as concessões aquícolas precisaram se apropriar tanto das áreas de praia quanto do mar para realizar suas operações, interferindo com os modos de vida tradicionais dos chilotos.

Por sua vez, outro grande impacto que trouxe o cultivo de salmão através das concessões aquícolas foi a alta poluição do fundo marinho, devido ao método de alimentação dos alevins. Concentrados dentro de uma jaula, os salmões são

alimentados com *pellets* de farinha de peixe, os quais em sua maioria acabam depositados no fundo marinho, do mesmo modo que acontece com as fezes e os antibióticos que lhes são aplicados. Essa acumulação de componentes -farinha de peixe, fezes e antibióticos- foi causando um forte desequilíbrio biológico dentro das águas, acelerando o processo de perda de biodiversidade da qual dependiam os chilotos (causando graves desastres ambientais como o acontecido em maio de 2016 que revisaremos mais adiante). A diversidade de espécies que habitavam o fundo marinho, de grande relevância para os modos de vida tradicionais dos chilotos, foi se tornando cada vez menos diverso. Além da poluição das águas decorrentes dos métodos de criação, os escapes de salmão produzem graves impactos dentro dos ecossistemas marítimos. Ao se tratar de um peixe exógeno sem depredador, os salmões que escapam das jaulas acabam comendo outros peixes e moluscos, debilitando ainda mais as quantidades das outras espécies. Ainda, como se trata de uma mercadoria, os chilotos são proibidos de pescar os salmões que escapam das jaulas, o que seria uma solução segundo a população local. Dessa forma, ao mesmo tempo em que as pessoas foram expulsas das áreas costeiras, uma grande biodiversidade também foi expulsa do seu ambiente, causando uma degradação que tem se intensificado sucessivamente. Os danos no mar foram tão grandes, que as mesmas empresas aquícolas abandonaram as concessões da região, pois já não conseguiam fazer crescer os salmões nos rendimentos que a indústria demanda, conseguindo novas concessões por parte do Estado em áreas da Patagônia que ainda não tinham sido exploradas.

Com Claudia e Javier fomos dois dias a *mariscar* em Linao, em dias em que a maré tinha descido bastante e a praia estava bastante úmida. Segundo eles, antigamente teríamos encontrado uma grande variedade de mariscos na região, como as *navajuelas*, muito apetecidas por eles. No entanto, depois de várias horas de buscar entre as pedras com ajuda de um galho, conseguimos capturar algumas *almejas* e mexilhões, os quais se desprendem das *cuelgas* ou linhas em que são cultivados atualmente. *Mariscar*, atividade que antigamente fazia parte da territorialidade dos chilotos, atualmente passou a ser uma atividade de lazer para a maioria das pessoas, as quais lembram com nostalgia um passado em que existia uma grande variedade de espécies marítimas em Ancud.

3.7.2 Expulsando gente, liberando mão de obra

A instalação das plantas de processamento de salmão cercou os espaços costeiros assim como provocou uma grande poluição das águas em Chiloé, dificultando de grande maneira as atividades marítimas das pessoas. Se no início era necessária a mão de obra dos habitantes locais para alimentar os salmões, rapidamente os avanços tecnológicos automatizaram o processo de alimentação, deixando às pessoas locais sem emprego. Inicialmente, os salmões eram alimentados de forma manual com pás, em que as pessoas jogavam os pellets de farinha de peixe dentro da jaula de salmões. Posteriormente, as empresas compraram máquinas vindas da Europa que substituíram o trabalho braçal. Atualmente, nos locais de criação de salmão são necessárias apenas entre 2 a 3 pessoas.

Em Linao, atualmente a maioria dos jovens atuam como mão de obra na indústria do salmão. Por exemplo, em localidades como Linao (embora aconteça na maioria das localidades em Chiloé), já quase não existe população jovem residente e são maiormente pessoas idosas que trabalham a terra e na pouca pesca que resta. Os jovens residem atualmente nas principais cidades do Arquipélago e trabalham nas plantas de processamento de salmão, que são fábricas em que homens e mulheres se dedicam diariamente a limpar e fatiar os salmões em bifes que são posteriormente comercializados no mundo inteiro. Quando os salmões atingem uma idade adulta nas piscinas de criação, são levados por caminhões para as fábricas de processamento, local em que se produzem os bifes que são comercializados no mundo inteiro. Na grande maioria dos casos, as pessoas trabalham em jornadas de 10 ou mais horas, 7x7 dias ou 15x15 dias⁶⁴ e por um salário mínimo⁶⁵. Em Quellón, cidade onde se concentram a maioria das plantas de processamento de salmão, tive a oportunidade de entrevistar a dois dirigentes sindicais da indústria do salmão, Paula e Gustavo. Eles explicaram para mim que a maioria da mão de obra são mulheres, e que a divisão do trabalho está bem definida. Os homens se dedicam a cortar as cabeças do salmão, processo chamado de “hg”. Por sua vez, as mulheres são as que tiram a espinha dos salmões, processo chamado de “*pinponear*” e também cortam o salmão em bifes. Segundo Paula, as mulheres são as que têm as piores condições de trabalho, pois

⁶⁴ Dias de trabalho X Dias de folga.

⁶⁵ 500.000 pesos chilenos (540 USD).

trabalham em horário noturno e que muitas das mulheres sofrem de tendinites e outras doenças que não são reconhecidas pelas empresas como produto do trabalho repetitivo. Ela e outras mulheres sofrem atualmente de cistite, pois antigamente as mulheres não eram permitidas de ir no banheiro, se não que o supervisor ou supervisora era quem entregava um número que penduravam no pescoço para regular as idas no banheiro. Os números eram entregados do 1 ao 14, pois as fileiras de processamento do salmão são compostas de 14 mulheres e só podia sair da linha de produção uma mulher por vez. Isto provocou graves doenças entre as mulheres até os dias atuais, as quais ainda devem continuar trabalhando em troca de um salário que necessitam para poder criar seus filhos e pagar seus alugueis na cidade.

Ademais, os intensos ritmos de trabalho e as longas jornadas obrigam as mães a deixar sozinhos os seus filhos e filhas em casa. Em decorrência, um dado preocupante que está relacionado com a introdução e expansão da indústria do salmão é o grande aumento dos índices de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual (MARIÑANCO, 2018, p. 326), principalmente nas cidades em que existem maiores plantas de processamento de salmão, como Castro e Quellón. Quando perguntei para Paula sobre sua vida antes de ingressar na indústria do salmão, me contou que sua família morava no “campo⁶⁶” e que se dedicavam a trabalhar a madeira, produzindo tabuas para construção. Ela e sua mãe cultivavam a terra e guardavam os excedentes para enfrentar os invernos. Atualmente, ainda conservam sua casa no campo, porém já não conseguem cultivar porque segundo ela está muito cansada e não tem tempo por causa dos turnos na processadora de salmão.

3.8 A LIBERALIZAÇÃO DA EXTRAÇÃO DOS RECURSOS MARÍTIMOS: “LA FIEBRE DEL LOCO”

Para compreender as expulsões dos direitos sobre o mar sofridas pelos pescadores de Ancud e suas famílias, é fundamental entender outro processo de expansão da fronteira econômica comercial sobre os mares do Arquipélago de Chiloé, relacionado com a extração predatória dos ricos bancos naturais que gozavam os chilotes e que hoje são fonte de fortes disputas e privatizações. Trata-se de

⁶⁶ As pessoas se referem ao “campo” como as áreas que se localizam distantes das principais cidades como Ancud, Castro e Quellón. No geral, as pessoas sobre 50 anos nasceram em alguma localidade no “campo”, e foram migrando paulatinamente para alguma das cidades maiores motivadas pela degradação do mar e pelos empregos vinculados a indústria do salmão ou comércios locais.

concessões diferentes às do salmão, pois são espaços marinhos entregues pelo Estado para que uma parcela dos pescadores constituídos em sindicatos explore de forma privativa os recursos naturais através das AMERBs. Este processo ocorreu de forma paralela às privatizações decorrentes da indústria do salmão, com especial intensidade na cidade de Ancud, demandando uma revisão específica sobre os acontecimentos que passou a sofrer a gente de mar. Ao mesmo tempo em que os chilotes começavam a sentir os impactos da privatização dos espaços marinhos decorrentes da expansão das concessões aquícolas, a abertura do Estado chileno para os mercados asiáticos sob o regime militar causou uma forte pressão⁶⁷ nas áreas marinhas onde os chilotes desenvolviam suas principais atividades de trabalho e sustento. Não obstante a legislação nacional sobre estas áreas as compreendiam como de livre acesso, para os chilotes este livre acesso era, ainda, regulado pelo costume e pelos regimes de manejo dos recursos, os quais eram consensuados pelos núcleos domésticos que habitavam o Arquipélago.

Em inícios de 1980, a ditadura militar aprovou o D.S. N°170 denominado “*Regime para realizar atividades Pesqueras*” através do qual foram simplificados os processos para a solicitude de permissos de pesca artesanal, assim como a omissão de referências explícitas sobre as quantidades permitidas das cotas de captura de pesca (SOTO; PAREDES, 2018). Isto estimulou a migração de pescadores de outras regiões do país que começaram a chegar em Chiloé em busca dos bancos naturais de *loco* (*concholepas concholepas*), o qual era demandado por empresários japoneses devido à sua familiaridade com o abalone (*Haliotis discus*), característico da culinária japonesa e muito valorizado na Ásia de modo geral⁶⁸. Os pescadores de cidades do norte do país, como Coquimbo e Los Vilos, já tinham experiência na captura e comercialização de *locos*, e viram nas costas do Arquipélago de Chiloé uma oportunidade para expandir seus negócios, devido à grande abundância que ali existia

⁶⁷ Como modalidade de expansão econômica, a sobre-exploração de espécies marinhas decorrentes da demanda mundial tem sido amplamente documentada em distintos territórios. Já no século XIX surgiu na Europa uma grande pressão sobre o mar do norte e as costas africanas, produto tanto das mudanças técnicas quanto da formação de um tipo de “trabalhador da pesca” que trabalhava 16 horas por dia em condições paupérrimas, extraindo recursos marinhos para fornecer os mercados mundiais em ascenso (DIEGUES, 1983).

⁶⁸ O *loco* era exportado de duas formas, em forma de conserva e congelado.

e também porque nos mares do norte do país o *loco* já apresentava, em meados da década de 1980, uma importante sobre-exploração.

A voracidade com que chegaram os pescadores em Chiloé surpreendeu aos próprios chilotes. Costumeiramente, os chilotes não consumiam frequentemente o *loco*, devido a que habita o fundo marinho e seu preparo não é tão simples quanto os outros mariscos. Por ser um molusco bentônico (que habita o fundo marinho), o modo de extração é através do mergulho, chegando a estar a 40 metros de profundidade, o que torna difícil sua captura. Os chilotes tampouco extraíam os *locos* sem ter um tamanho suficientemente grande⁶⁹, o que circunscrevia seu consumo aos meses de maio e junho aproximadamente. Assim, um molusco que fazia parte eventual da culinária chilota como outros tantos moluscos, virou um molusco cobiçado entre muitas pessoas forâneas.

Figura 12 - “Loco” (Concholepas Concholepas)



Fonte: www.subpesca.cl

Segundo os relatos de chilotes, como o de Miguel e Hugo, os pescadores “*del norte*” chegaram em Chiloé bem preparados, tinham melhores embarcações e equipamentos para extrair *locos*, além de serem grandes mergulhadores, o que lhes colocava em vantagem em relação aos pescadores locais. Segundo Miguel, os

⁶⁹ O mínimo atual de captura permitido pela lei é de 10 centímetros.

pescadores chegavam em Chiloé com suas próprias embarcações, que traziam acopladas aos seus carros, em uma época em que entre os chilotes não era comum ter carro para se locomover. Entretanto, os chilotes também se engajaram na captura do molusco. A intensidade da demanda e a possibilidade de ganhar dinheiro de forma rápida levou aos chilotes a se dedicarem exclusivamente ao mergulho para extração do *loco*, deixando de lado outras atividades como a pesca de *merluza* (*Merluccius*), da *sierra* (*Thyrsites atun*), a extração de *huepo* (*Ensis macha*) e *navajuela* (*Tagelus dombeii*), tornando-se expertos mergulhadores por meio de um importante troca de saberes com os pescadores do norte do país (CISTERNAS URBINA, 2015). Foi tal a demanda por mão de obra que inclusive os adolescentes trabalhavam ajudando a puxar os *quiñes* (redes que usam os mergulhadores para armazenar os moluscos) cheios de *locos*, chegando a ganhar grandes somas de dinheiro por dia. Várias pessoas me comentaram que os empresários estrangeiros chegaram a pagar 1.000 pesos⁷⁰ por cada unidade de *loco*. Ainda são lembrados os empresários japoneses que se aproximavam com uma mala cheia de dinheiro nas embarcações dos pescadores para comprar os *locos* em sacolas de nylon. Foi tão grande o impacto, que as pessoas conseguiam comprar seus primeiros carros com o dinheiro de um dia de trabalho. Miguel compara a “*fiebre del oro*” com a “*fiebre del loco*”:

acá fue como la fiebre del oro, la fiebre del loco. Tú veías un grupo familiar, el que ganó plata ese tiempo lo aprovechó. Por ejemplo, hicimos la casa, pozo séptico, todo, y todo era “lucas⁷¹”. Había gente, que lo digan allá abajo los chicos, la gente afuera de DIMARSA, que lo digan los chicos que no estoy mintiendo, estaban sentados con tremendo sillón, sentados y borrachos, pero pasándolo bien porque ganaban plata, todos ganamos plata, porque la plata quedaba acá para Chiloé. Miguel

Em outra fala, Paché lembra que era tanto o dinheiro envolvido que os empresários que compravam os *locos* na localidade de Piñihuil tinham seguranças armados, chamados de “*los gatos*”:

Había personas con maletines y “los gatos” armados atrás. Abrían el maletín y empezaban a pagar, al contado. Cinco, quince, veinte millones, en la playa, en fila todos, allá en Puñihuil, el centro de operaciones fue Puñihuil. Ahora es el centro ecológico, marino, turístico”. Paché.

⁷⁰ 6 reais atuais.

⁷¹ Termo utilizado no Chile para se referir ao dinheiro.

A quantidade de dinheiro circulando em Ancud era totalmente desproporcional em relação ao mercado local. As pessoas, ao não terem como gastar tanto dinheiro, compravam geladeiras e televisores apesar de não ter luz elétrica em casa. Muitas anedotas me foram contadas para exemplificar a grande quantidade de dinheiro que adentrou na região. Segundo Paché:

[Los pescadores] Encendían los cigarros con billetes, se mataron, había barcos de prostitutas flotantes, se compraban televisores, refrigeradores y en su casa no tenían electricidad. Ándate al comercio ancuditano, hay una tienda que se llama DIMARSA y otra DIN, se vinieron a instalar de Puerto Montt porque compraban al contado, electrodomésticos y en sus casitas de mar no había electricidad. Las mujeres preguntaban por qué trajeron este refrigerador si no tenemos electricidad. Televisores que no podían ver, no pero había que comprar, tengo plata.

A época é lembrada pelos chilotes como o “*far west*” chileno, devido a que não existia uma lei clara de ordenamento da exploração nem captura de *locos*. As falas dos meus interlocutores indicam que não estavam sendo implementadas em Chiloé políticas de fiscalização das atividades extrativas que eram responsabilidade de instituições como SERNAPESCA e a Marinha. Pelo contrário, a falta de regulação por parte do Estado estava alinhada com a liberalização das atividades pesqueiras que foram estimuladas na época pelo grande arcabouço de reformas administrativas e legais, em que as solicitudes de permissão de pesca e as cotas de extração passaram por um processo de simplificação e liberalização respectivamente. Inclusive, me disseram que na época a Polícia pedia uma propina para os pescadores na estrada que conecta Puñihuil com a cidade de Ancud quando estes voltavam do trabalho para suas casas, acrescentando a sensação de “tudo vale” própria da época da *fiebre del loco*.

3.8.1 As “febres” como modalidade de implementação de uma nova economia política

Como pude observar em Chiloé, os *booms* econômicos impactam de forma significativas às populações locais, produzindo mudanças irreversíveis. Na sua etnografia com os atingidos por barragens na cidade de Minaçu, no norte de Goiás, o antropólogo brasileiro André Dumans Guedes reflete sobre os impactos na vida das pessoas que passaram por vários processos de *booms* econômicos (também chamados metaforicamente de “febres” no Brasil) a partir da década de 1970. Entre

elas, a “febre da cassiterita”, a “febre do ouro”, e a “febre das barragens” (DUMANS GUEDES, 2015, p. 122), produzindo uma *‘cidade movimentada e animada, com suas ruas abarrotadas, o dinheiro correndo, idas e vindas de gente de todo canto, confusão, malandragem, morte e festa se misturando’* (DUMANS GUEDES, 2015, p. 122).

Segundo Guedes, as características principais das “febres” são um predomínio da população masculina envolvida nos processos econômicos, junto com o qual surgem casas de jogo e prostíbulos; toda classe de negócios que visam se apropriar do dinheiro circulante; a transformação material das vivendas e da cidade e a reconfiguração das economias locais e regionais:

Em linhas muito gerais, e sem qualquer pretensão à exaustão, poderíamos evocar assim: a) o predomínio da população masculina, decorrente da chegada de forasteiros atraídos pelas oportunidades abertas pela febre; b) a presença massiva de cabarés, prostíbulos e casas de jogo destinados a atender tal público; c) a rápida multiplicação de toda uma gama de pequenos e médios negócios e serviços, formais e informais, “locais” ou “de fora”, destinados a oferecer bens e serviços à população afluyente, ou a amparar a atividade produtiva deflagradora da febre; d) um peculiar padrão de “urbanização”, no qual construções, acampamentos e alojamentos provisórios se sobrepõem às “provisoriedades” previamente existentes de espaços e modos de vida “populares”; e) uma reorganização dos fluxos econômicos regionais mais amplos como decorrência das bruscas mudanças relativas no conjunto das mercadorias negociadas, nos padrões de oferta e demanda e na estrutura dos preços. (DUMANS GUEDES, 2015, p. 122-123)

A sistematização que faz Guedes ajuda a interpretar estes grandes processos de transformação entre a população de Ancud, pois trata-se de uma completa desorganização local, causando muitas das vezes danos irreparáveis na vida das pessoas. Nesse sentido, depois de alguns anos de extração intensiva, o preço do *loco* teve uma grande queda no mercado devido a que os moluscos comercializados eram cada vez menores. Em decorrência, os compradores deixaram de pagar 1.000 pesos por unidade, chegando a pagar menos de 1/5 do valor que pagavam no início do ciclo econômico. Quando o dinheiro deixou de circular, as consequências ficaram mais visíveis para os chilotes. No geral, muitos homens morreram alcoolizados e as mulheres tiveram que criar seus filhos e filhas solo, causando um grande pesar nas pessoas até hoje em dia. Outro assunto em que as pessoas se lamentam é não ter aproveitado em investir em algum terreno ou uma casa, dilapidando grandes quantidades de dinheiro em itens fúteis. Poucos, como Miguel e Hugo, investiram em uma casa e podem atualmente viver uma aposentadoria tranquila.

Embora a época do *boom* pelo *loco* tenha tido fortes impactos na vida dos chilotes, podemos dar um passo além na interpretação, subsidiando-nos das perspectivas teóricas apresentadas no capítulo 1. As “febres” devem ser entendidas como uma fase, uma etapa inicial, em que o objetivo principal é desestabilizar a ordem vigente para criar as condições necessárias de maneira de implementar uma nova ordem econômica, assim como sua justificação. Seguindo a noção do “cerco das expulsões”, podemos interpretar os processos das concessões aquícolas quanto da liberalização dos espaços e recursos marítimos como a modelação de uma nova economia política que estava ocorrendo em Chiloé. Fundamentalmente, o que estava acontecendo era a transformação das áreas comuns dos chilotes em propriedade privada, expulsando-os dos espaços que utilizaram historicamente. Nesse sentido, a instauração acelerada de mudanças administrativas e jurídicas por parte da ditadura militar, junto com a flexibilização e depredação sobre o mar em Chiloé, foram a antessala da consolidação de uma nova economia política que tinha por objetivo dificultar os modos e as condições dos pescadores da região de viverem de acordo com seus modos de vida e autonomia, para favorecer os processos de privatização e criação de mão de obra para as indústrias, processo que foi consolidado em regime democrático a partir de 1990 mediante a implementação da LGPA.

Ao igual que acontece atualmente no Brasil com os Yanomami, os fortes conflitos que passaram a sofrer os indígenas por causa da invasão de garimpeiros em busca de ouro dentro das suas Terras, são utilizados pela Grande imprensa, assim como por setores políticos e empresariais, como justificativa para a implementação de empreendimentos de extração de ouro que beneficiariam interesses privados. Os indígenas, por sua vez, são retratados como atores incapazes de ser agentes de desenvolvimento, pois não apresentam as motivações necessárias para explorar suas terras em busca de ouro.

3.9 CONCLUSÃO

Neste capítulo foram descritos os antecedentes das disputas pelo Desenvolvimento no Século XX, assim como a consolidação do modelo neoliberal no Chile. Para conseguir implementar tais transformações, foi necessário um governo

autoritário, em que de maneira extraordinariamente rápida foram criados marcos jurídicos e instituições relacionadas a emergente indústria pesqueira que prioriza a propriedade privada sobre os modos de vida tradicionais das populações locais. Finalizo descrevendo o processo chamado corriqueiramente como “*fiebre del loco*” para entender de que maneira os governos autoritários são capazes de promover as condições de depredação de vastos territórios, a través da desorganização dos modos de vida locais, para logo impor novas instituições e dinâmicas econômicas.

No capítulo a seguir, busco aprofundar nos efeitos decorrentes da entrega de concessões marinhas, principalmente as AMERB- entre os sindicatos de pescadores, os conflitos decorrentes das distintas modalidades do cercamento do mar entre os chilotes, para finalizar com uma reflexão sobre as formas de resistência que tem emergido recentemente em torno de novas identidades.

Capítulo 4.

Expulsões, identidades sociais e resistências.

4.1 INTRODUÇÃO

Considero necessária uma breve recapitulação do percurso da tese antes de continuar com a análise das transformações nas territorialidades dos chilotes decorrentes das distintas modalidades da expansão das fronteiras económicas pesqueiras. No Capítulo 1 descrevi o processo que me levou a pensar o objeto de pesquisa, o qual foi mudando à medida que a pesquisa foi sendo realizada, assim como também trabalhei a noção de “cerco das expulsões”, em que coloquei em diálogo autores e autoras que desenvolvem teorias que ajudam a investigar concretamente processos de privatização de espaços e recursos naturais, impulsionados pelos Estados em distintos contextos históricos, nos quais as populações locais são expulsas do seu território das mais diversas maneiras.

Para entender o percurso histórico das expulsões que os chilotes vêm sofrendo desde a época colonial, no Capítulo 2 foram descritas as diversas situações históricas em que diversos atores têm exercido projetos de expansão económica, apropriando-se dos recursos naturais e utilizando os chilotes como mão de obra. Já no capítulo 3 e considerando que as expulsões não são “subterrâneas”, busquei identificar os modos em que foi se implementando a indústria pesqueira no Chile através da criação de instituições governamentais, decretos supremos, leis, políticas públicas, centros de pesquisa, obras públicas, modificações legais na propriedade dos espaços marinhos, enfim, da implementação de uma complexa *malha programada* nos termos de Becker (1992) que permitiu a consolidação de um modelo de exploração de recursos marinhos por meio da sua privatização.

Neste Capítulo tenho como objetivo analisar o processo que estamos denominando de “cercamento do mar” que se passou a ocorrer para os pescadores em Ancud, na região norte do Arquipélago de Chiloé, que não apenas limitou, mas também não impediu o acesso que historicamente tinham ao mar, trazendo graves consequências para as diversas modalidades de expulsão têm trazido na sua territorialidade. Assim, busca mostrar como as suas territorialidades foram fortemente transformadas, dando lugar a uma modalidade territorial em que os espaços, os

recursos e as pessoas são organizados em prol da maximização de acumulação de capital, por meio da expulsão de grupos sociais dos direitos territoriais. Ademais, seguindo a Ioris (2014), busco analisar os distintos momentos em que diferentes identidades sociais têm emergido como consequência de mudanças territoriais. Sobre elas, podemos reconhecer pelo menos quatro momentos-chaves de seus modos de identificação e que estão diretamente relacionados aos seus modos de uso e acesso ao mar: a territorialidade chilota e a “gente de mar”, quando os chilotes mantinham o controle sobre seu território; a identificação como pescadores artesanais e juntamente à implementação das AMERB, em que as políticas do Estado implementam regras para obter uma concessão; quando impedidos, expulsos dos espaços marítimos e passam a ser identificados como “invasores”, “piratas” e, finalmente, a emergência da identidade “chilote” como beligerante perante a implementação da indústria pesqueira.

As observações trazidas de campo referem-se em sua maioria à região de Ancud, porém às vezes apresento algumas a que tive acesso em outros locais, especificamente para descrever certas dinâmicas da expansão da indústria do salmão, a qual atualmente se expandiu com maior força sobre outras regiões do Arquipélago, atingindo os diferentes grupos populacionais.

4.2 O TERREMOTO QUE ANUNCIAVA AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES

Até onde conseguiam chegar as memórias dos meus interlocutores enquanto conversávamos, eles não lembravam de na sua infância e adolescência de eles se considerarem, ou se identificarem, a si mesmos como “pescadores artesanais”. Tampouco tinham a menor lembrança de que o mar apresentasse quaisquer limites ou cercos, como os que existem atualmente. Em geral, quando se remetem ao passado, chama a atenção que a palavra liberdade é constantemente repetida, como quando eles dizem que antigamente “*el mar era libre*”, “*pescar era libre*”, se “*trabajaba de forma libre*”, e assim por diante. Foi a partir dos anos 1970 em que para realizar suas atividades costumeiras os marinhos começaram a solicitar para eles suas carteiras de pescadores artesanais, sofrendo muitas vezes da confiscação dos seus equipamentos; quando começa a deixar de ser *libre*.

Na memória dos mais antigos, as primeiras transformações na sua vida estão associadas ao terremoto e maremoto do dia 22 de maio de 1960, o maior terremoto

que se tem registro na história da humanidade, atingindo os 9,5 graus na escala de Richter. Um dia depois do terremoto, um maremoto atingiu as costas do Arquipélago de Chiloé, destruindo a maioria das cidades e povoados que existiam. Segundo Hugo Almonacid, *“El mar llegó a lugares donde nunca había habido mar, se fueron las casas y la gente empezó a correr hacia los cerros”*. Várias pessoas me comentaram que dias antes do terremoto, várias baleias tinham se aproximado das pessoas “cantando” para avisar do que estava a ocorrer. Estas narrativas faziam referência aos contos mitológicos dos povos do sul do Chile, nos quais as *Trempukahue* são identificadas como umas “*viejas antepasadas*” que se transformaram em baleias para levar as almas dos mortos até o pôr do sol (PLATH, 1983, p. 330). Porém, em Ancud o aviso das baleias não teria sido levado a sério pelas pessoas, que não prestaram atenção aos cantos das baleias, resultando que não se protegeram preventivamente e sofreram grandes perdas materiais e muitos mortos que foram levados pelas *Trempukahue*.

Figura 13 - Terremoto e maremoto em Ancud, 1960.



Fonte: Arquivo pessoal de Miguel

O desastre produzido pelo terremoto e subsequente maremoto foi aproveitado pelo Estado chileno e as agências de cooperação internacional vinculadas aos programas de desenvolvimento para estimular mudanças técnicas entre os chilotes. Sendo adolescente, Hugo lembra que tempo depois do terremoto estava junto com um amigo mergulhando em apneia na Baía de Ancud, em busca de caranguejos para poder se alimentar. Algumas horas mais tarde, para aquecer seus corpos e cozinhar

a pescaria, fizeram uma fogueira na beira do mar, atividade que se encontra atualmente proibida, pois são espaços de propriedade privada da Marinha. Enquanto se aqueciam na fogueira, ele lembra que chegou “*una señora extranjera, con un abrigo beige*”, que lhe pareceu que era de origem norte-americana. A “senhora” como ele disse, se aproximou dos amigos e ofereceu-lhes ajuda para conseguir equipamento de “*buzo rana*” de melhor qualidade, para que pudessem realizar as atividades de mergulho com equipamento profissional e não da forma tradicional. Hugo lembra que na época nenhum destes equipamentos existia em Chiloé, e que foram eles os primeiros mergulhadores a ter estes de níveis profissionais. De acordo com sua fala, estes equipamentos trouxeram mudanças consideráveis nos modos em que os pescadores passaram a mergulhar, pois podiam permanecer por muito mais tempo embaixo da água, e atingir profundidades maiores das que estavam acostumados. Isso permitiu a Hugo e seu amigo capturar do fundo marinho espécies como o ouriço (e posteriormente, o *loco*), entre outras que habitam as águas mais profundas, estimulando uma incipiente economia pesqueira em base ao aumento da oferta de produtos do mar. Principalmente, cresceu a economia de peixes e mariscos entre o Arquipélago de Chiloé e a cidade de Puerto Montt, atual capital regional, que na época ainda estava em fase de crescimento e expansão. Os pescadores chilotes começaram a capturar grandes quantidades de ouriço entre a Baía de Ancud e o *Seno de Reloncaví*, local que faz a divisa entre ambas cidades.

Não tive como saber quem de fato era aquela senhora supostamente norte-americana. Cogitei que mais provavelmente fosse uma agente a serviço do governo dos Estados Unidos, ou do *Peace Corps*, executando algum programa no marco da “Alianza para el Progreso”, como forma de ajuda humanitária e fomento produtivo. Na orla do mar de Ancud ainda é possível observar uma placa datada de 1962, que faz um agradecimento ao papel da “Alianza para el progreso” por meio da “*Cooperación de los Pueblos de Chile y de los Estados Unidos de América*”. Essa história é a antessala de uma grande transformação que começará a ocorrer entre os chilotes, tornando-se décadas depois a região com a maior quantidade de pescadores artesanais e mergulhadores do país.

Estas falas coincidem com as ações do Instituto de Fomento Produtivo CORFO de Chiloé em fins da década de 1960 explicadas no capítulo 3, em que foi

implementado que o Arquipélago de Chiloé deveria desenvolver sua economia em base a Indústria do Mar. Especificamente, a CORFO buscava estimular o consumo interno de peixes e o fomento da denominada “pesca menor” ou pesca artesanal no sul do país (SOTO; PAREDES, 2018, p. 24) Segundo me foi relatado pela maioria dos pescadores que entrevistei, os chilotes começaram a ser fiscalizados pela Marinha enquanto realizavam suas atividades de pesca com os novos equipamentos, pescando principalmente ouriços, *locos* e huepo. Foram obrigados a tirar o “*carnet de pescador artesanal*” nos escritórios da Marinha, se não seu equipamento era confiscado ou destruído pelos próprios marinhos. Muitas pessoas, como o caso de Javier, desistiram de ser pescadores artesanais, tanto pela hostilidade da fiscalização quanto dos perigos que os novos equipamentos trouxeram. Embora a atividade fosse mais lucrativa pelo aumento da extração e da demanda por produtos do mar, a profundidade em que mergulhavam os chilotes trouxe novos perigos e muitas pessoas morreram afogados ou, como dizem os pescadores, “*se los llevó la presión*”⁷².

No entanto, as mudanças no uso de equipamentos para mergulho foram muito menores em comparação às que estavam por vir. Para os pescadores chilotes, o “mar livre” começou a se fechar, de onde foram sendo expulsos para dar lugar a nova territorialidade assentada, não mais nos usos comuns tradicionalmente constituídos, mas nos princípios neoliberais de privatização e mercantilização dos espaços e recursos. A seguir, descrevo como esse processo foi se conformando para as comunidades de pescadores do mar em Ancud, principalmente os significados que as concessões das AMERB promoveram para aquelas famílias que foram excluídas de participar e impedidas de acessá-las. Ao traçar um olhar sobre essa modalidade do cercamento do mar pretendo explicar as consequências para as territorialidades e os modos de vida dos pescadores locais como modos de expulsão, que visam reordenar o território e os grupos sociais em relação as logicas mercantis vigentes atualmente. Neste sentido, busco neste Capítulo descrever a relação que existe entre as expulsões de grande parte da população de Chiloé dos espaços e recursos que eram tidos como comuns e a emergência de diferentes identidades, como as de pescador artesanal, gente de mar e, mais recentemente, chilotes, que se organizam em torno

⁷² A descompressão no mergulho refere-se ao processo de permitir que o corpo elimine gradualmente o excesso de gás acumulado durante um mergulho, principalmente quando o mergulho é profundo. A expressão “*se los llevó la presión*” entre os pescadores refere-se a morte de uma pessoa produzida por um processo de descompressão mal sucedido.

de uma crítica ao modelo econômico neoliberal e da defesa de um território insular que identificam como próprio.

Atualmente – ao contrário do que acontecia no passado recente- é comum ouvir as pessoas em Ancud que ainda se dedicam às atividades no mar, se referirem a si mesmas como pescadores artesanais. Assim, ser pescador artesanal tornou-se nos últimos quarenta anos um modo de identificação e diferenciação difundida entre os chilotes. De um modo geral, a categoria “pescador artesanal” tem se naturalizado e sido usada como sinônimo para aquelas pessoas que habitam os espaços litorâneos e têm a pesca como principal atividade econômica e fonte de seu sustento. No entanto, nem sempre foi assim. Como indicado anteriormente, as pessoas que hoje se identificam e são identificadas como pescadores artesanais referiam-se primeiramente como *gente de mar*. No Arquipélago de Chiloé a construção da categoria de pescador artesanal está diretamente relacionada com o processo de expulsão dos seus territórios sob as duas modalidades, concessões aquícolas e, principalmente, as AMERBs. A continuação descrevo os efeitos das concessões aquícolas no município de Ancud que pude observar durante minha estadia em Chiloé.

4.3 A LEY GENERAL DE PESCA Y ACUICULTURA (LGPA) E O NOVO REGIME DE ORDENAMENTO DA PESCA ARTESANAL

4.3.1 A LGPA e a “categorização” dos pescadores

Como já foi descrito nos capítulos 1 e 3, dentro do regime democrático que se inicia em 1990 e logo de intensos anos de sobre-exploração dos recursos marítimos, a economia pesqueira passou a ser regulada por meio da implementação da LGPA. A LGPA estabeleceu uma série de requisitos e exigências para poder exercer as atividades pesqueiras, introduzindo a noção de “ilegalidade” entre as pessoas. Segundo o antropólogo chilote Ricardo Álvarez:

“Na década de 1990 aparece a *Ley de Pesca y Acuicultura*, que gera um caos absoluto porque se implementou de maneira muito violenta. Os pescadores não sabiam, da noite para o dia eram **pescadores ilegais**. Milhares se tornaram pessoas que podem ser sancionadas pelo fato de praticar o que

sempre tem praticado. Falamos de “siniestro normativo”, as normas se transformam em um siniestro⁷³”.

Por meio da implementação da LGPA as pessoas das comunidades pesqueiras passaram a ser categorizadas pelo Estado segundo atividades produtivas específicas que desenvolviam e não em relação aos seus modos de vida tradicionais. Se antes as pessoas podiam pescar, mergulhar, coletar algas, conduzir embarcações de diversos tipos e transitar livremente pelos distintos espaços costeiros, a partir de 1990 a lei as obriga a se especializar em alguma destas atividades, assim como passam a precisar da documentação comprobatória por parte do Estado para realizar atividades extrativas. Para isto, as pessoas foram exigidas a se cadastrar no “*Registro Pesquero Artesanal* (RPA)” e obter uma carteira como meio de comprovação da categoria, entre as quais: “*pescador artesanal*”, “*recolector de orilla*”, “*buzo*” e “*armador artesanal*”, criando-se distintas categorias entre os pescadores. Concretamente, significa que o Estado entrega às pessoas direitos restritos sobre espaços e atividades específicas, podendo ser multadas em caso de não obedecer a Lei. Quando são autuadas, geralmente trata-se de multas que devem ser pagas com dinheiro em espécie e seus equipamentos são retidos pelos grupos de fiscalização, principalmente da Marinha. Estes procedimentos provocam grandes transtornos na vida das pessoas, pois devem parar de trabalhar por um tempo até resolver o problema na Justiça. Por outro lado, a quantidade de documentação e diferentes tipos de carteiras que as pessoas precisam para poder exercer suas atividades costumeiras devem ser atualizadas constantemente, pois perdem validade muito rapidamente.

O encaminhamento de todas estas providencias exige uma importante quantidade de tempo e recursos económicos entre pessoas que não dispõem dos meios necessários para cumprir com as obrigações da lei. Um dia, pedi para Miguel me mostrar a documentação que ele precisava para ser autorizado a trabalhar no mar. Foram mais de 10 documentos diferentes que ele me apresentou, entre os quais:

1. “Carteira de Pescador Artesanal”
2. “Carteira de Buzo Mariscador”

⁷³ Entrevista a Ricardo Álvarez. 2/06/2020. Disponível: www.youtube.com/watch?v=Gu8nF9QH7Y&ab_channel=Antropolog%C3%ADadelaConservaci%C3%B3n

3. “Registro Pesquero Artesanal” em que constam as espécies que pode extrair do mar
4. “Certificado de Inscripción” do seu barco, o ZeuS I
5. “Certificado de Navegabilidade” do Zeus I
6. “Certificado de Matrícula” do Zeus I
7. “Certificado de Inspección de Equipos de Buceo Profesional”

Figura 14 - Espécies Autorizadas para Miguel pelo SERNAPESCA

<u>Especies Autorizadas para Categoría de MARISCADOR</u>			
Nombre Especie	Fecha Inscripción	Nombre Especie	Fecha Inscripción
ALMEJA	31/01/1992	CARACOL PICUYO	21/11/1995
CARACOL TEGULA	21/11/1995	CAROLA	21/11/1995
CHASCA	21/11/1995	CHOLGA	21/11/1995
CHORITO	21/11/1995	CHORO	21/11/1995
COCHAYUYO	21/11/1995	CONGRIO COLORADO	31/01/1992
CONGRIO NEGRO	31/01/1992	CORVINA	31/01/1992
CULENGUE	31/01/1992	ERIZO	31/01/1992
HUEFO O NAVAJA DE MAR	31/01/1992	HUIRO	21/11/1995
HUIRO PALO	21/11/1995	JAIBA LIMON	31/01/1992
JAIBA MARMOLA	31/01/1992	JAIBA MORA	31/01/1992
JAIBA PANCHOTE O CANGREJO	31/01/1992	JAIBA PATUDA	31/01/1992
JAIBA PELUDA O PACHONA	31/01/1992	JAIBA REINA	31/01/1992
JAIBA REMADORA	31/01/1992	LAPA	31/01/1992
LOCO	31/01/1992	LUGA NEGRA O CRESPA	31/01/1992
LUGA-LUGA	31/01/1992	LUGA-ROJA	31/01/1992
NAVAJUELA	31/01/1992	OSTRA CHILENA	31/01/1992
PELILLO	21/11/1995	PEPINO DE MAR	31/01/1992
PICOROCO	31/01/1992	PIURE	31/01/1992
PULPO	31/01/1992		

Fonte: Autor, 2022.

Surpreendentemente, para um pescador tradicional e conhecido de Ancud como Miguel, ele deve solicitar de quinze em quinze dias um novo documento para poder utilizar a sua embarcação, trâmite que é realizado nos escritórios da Marinha, no centro da cidade, causando um grande desconforto para um homem de quase 60 anos de idade. Segundo Miguel, a quantidade de documentação requerida para poder trabalhar no mar é uma estratégia para desincentivar que as pessoas continuem se dedicando à pesca e poder concessionar a Baía de Ancud para empresas privadas, espaço que ainda é de usufruto dos pescadores artesanais devido a um recurso de amparo:

¿La autoridad ahora te está dando tarjetas de buzo y sabes lo que te colocan de producto? Te colocan el *centellón* que sale en Punta Arenas, y acá no hay. No te colocan almejas, por eso que los que estamos de dirigentes seguimos alegando, no nos colocan ningún producto que hay acá. **Como que quieren exterminar al buzo.** Esto está con un recurso de amparo. Esta cosa hace rato debió haber sido por doctores, gallos que tienen plata, está todo parcelado, todo en cuadritos marcado. Salen con nombre y apellido.

A categorização da pesca artesanal intensificou também as diferenças entre homens e mulheres. Segundo dados da SUBPESCA, na X Região de Los Lagos existem 35.261 pessoas inscritas no R.P.A., das quais 22.418 homens e 12.843 mulheres. Do total de mulheres, 12.772 (99,4%) são *recolectoras de orilla*. A especialização produtiva foi uma das maiores consequências da implementação da LGPA em Chiloé. Como exemplo disso, é notável a alta concentração de mergulhadores na região, computando com um 44,2% do total nacional dos homens, e 50% do total das mulheres. Das dez *caletas* com mais mergulhadores no país, seis estão localizadas na Região dos Lagos e todas elas pertencem ao arquipélago de Chiloé e Chiloé continental (Ancud, Pudeto, Quellón, Carelmapu, Maullín e San Rafael)⁷⁴.

Quadro 4 -Número de pescadores na Região dos Lagos, segundo categoria⁷⁵

Categoria	Quantidade	Categoria	Quantidade
<i>Armadora</i>	89	<i>Armador</i>	2709
<i>Mergulhadora</i>	30	<i>Mergulhador</i>	4749
<i>Pescadora artesanal</i>	1131	<i>Pescador Artesanal</i>	9417
<i>Recolectora de Orilla</i>	12772	<i>Recolector de Orilla</i>	21361

Fonte: Elaboração a partir dos dados de SERNAPESCA, 2022.

Outro efeito da implementação da LGPA entre os pescadores foi o impedimento para acessar os espaços costeiros de uso tradicional, os quais passaram a ser resguardados pela Marinha. Aquela cena que mencionei no início do Capítulo, no qual Hugo junto com um amigo estavam mergulhando na Baía de Ancud e fazendo uma fogueira para se alimentar e aquecer, hoje em dia é uma atividade proibida para os chilotes.

⁷⁴ Quantidade de *buzos* por caleta: Quellón (960), Maullín (386), Carelmapu (357), Ancud (336), San Rafael (302) e Pudeto (301).

⁷⁵ No Chile existem 97.671 pescadores e pescadoras artesanais segundo os registros de pesca da SUBPESCA, dos quais 35.261 habitam a X Região dos Lagos (36,1%). Trata-se de uma alta porcentagem, já que a Região dos Lagos concentra apenas um 4,5% da população nacional.

Figura 15 - Entrada ao Puerto Pesquero Artesanal de Ancud (“El Muelle”)



Fonte: Autor.

Figura 16 - San Pedro, patrono dos pescadores⁷⁶



Fonte: Autor.

⁷⁶ Inclusive San Pedro, patrono dos pescadores, encontra-se cercado, limitado dentro de uma grade.

As áreas onde os pescadores deixam suas embarcações, como “El Muelle”, também foram privatizadas, estando proibido o acesso para pessoas que não contam com os permisos necessários e a documentação em regra. Quem administra o *Puerto Pesquero Artesanal de Ancud* é o *Sindicado de Pescadores Artesanales, Dueños de Embarcaciones, Buzos Muelle Ancud*, entidade de caráter privado que representa uma parcela dos pescadores do município. Inclusive, entre as moradias das pessoas e a praia (antigamente de uso comum), passa o traçado da “Pan-americana”, estrada que conecta todo o Continente Americano desde Canadá até Quellón, no extremo sul da Ilha Grande de Chiloé. Nela, passam diariamente centenas de caminhões e caminhonetes distribuindo salmão ou algum outro produto relacionado com a indústria pesqueira.

4.3.2 Gente de mar “categorizada”: O trabalho como *buzo mariscador* em Ancud.

Um dia de fevereiro de 2022 nos encontramos com Miguel as 6 horas da manhã no *El Muelle*. O objetivo era acompanhá-lo durante um dia de trabalho como mergulhador. Cheguei primeiro e fiquei aguardando alguns minutos, no entanto não passou muito tempo quando chegou Miguel junto a Raquel, quem leva ele antes de começar seu trabalho como “tía del furgón”. A primeira coisa que me chamou a atenção foi que não é qualquer pessoa que está habilitada para ingressar a *El Muelle*, pois há uma portaria com placas que proíbem o acesso para pessoas não autorizadas. Segundo Miguel, ele conseguiu a permissão para meu ingresso com a Marinha, embora eu não tenha entregue para ele nenhum documento de identidade.

Quando chegamos ainda estava escuro e éramos quase as únicas pessoas dentro do recinto. Os pescadores começam a chegar entorno das 6:30 para embarcar e sair em direção de algum ponto da Baía de Ancud para pescar, que são os locais habilitados para os pescadores artesanais (diferentes das AMERBs que são espaços privados). Notei pouca interação entre as pessoas, cada uma com certa pressa para iniciar a jornada, mesmo sendo um dia ensolarado de verão. Antes de partir nos encontramos com Carlos, um familiar de Miguel que trabalha junto com ele como piloto e assistente de mergulhador, embora segundo Miguel algumas vezes revessam as funções. Assim, aproximadamente às 7 horas da manhã embarcamos em direção a

“*las picadas*”⁷⁷ que são locais em que segundo Miguel poderíamos encontrar *jaivas* e *luga*. Depois de meia hora de navegação em direção leste, Carlos parou o motor do barco que fica dentro da borda e Miguel se colocou o Neoprene, o qual impressiona pela espessura, idônea para os aproximadamente 13 graus de temperatura da água no verão.

Figura 17 - Preparativos do mergulho



Fonte: Autor

Passados uns quinze minutos, Carlos voltou a ligar o motor, pois é através da força do motor que os mergulhadores conseguem respirar embaixo da água, por meio de uma mangueira de uns 15 metros de comprimento. Em seguida, Miguel desceu com um *quiñe* amarrado para poder subir com as *jaivas* que ia capturando no fundo marinho.

⁷⁷ No Brasil, *las picadas* são chamadas de *pesqueiros*. Segundo Colaço, quem trabalha junto com os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, no Estado do Rio de Janeiro, “O pescador utiliza-se dos conhecimentos naturalísticos sobre a biologia das espécies em associação com os conhecimentos geográficos do ambiente para identificar um bom lugar. A identificação de um pesqueiro, portanto, estabelece um lugar na Lagoa onde a pesca tem mais chances de tornar-se bem sucedida” (COLAÇO DIAS NETO, 2012, p. 125)

Figura 18 - Miguel entrando no mar da Baía de Ancud.



Fonte: Autor

Figura 19 - Carlos segurando um quiñe.



Fonte: Autor.

Segundo meus cálculos, Miguel ficava entorno de meia hora mergulhando até que conseguia encher o *quiñe*, o qual era enviado para a superfície através da própria mangueira que era puxada por Carlos, sem que Miguel subisse a superfície. Em total, Miguel deve ter enchido uns 10 *quiñes* entre as 8 e as 11 horas da manhã, capturando maiormente *jaivas* e um pouco de *luga*.

Figura 20 - Jaivas (esquerda) e luga roja (direita)



Fonte: Autor.

A última hora de trabalho foi dedicada a encher vários sacos de farinha que eles tinham levado para poder vender as *jaivas* quando voltássemos para *El Muelle*. Carlos encostou a embarcação chamada de Zeus I perto de uma praia e começamos a encher os sacos de farinha, tarefa que deve ter levado aproximadamente uns 45 minutos. Já de regresso no *El Muelle*, por volta do meio-dia, estava nos aguardando uma funcionária do IFOP, quem fiscalizou as quantidades e as espécies capturadas. Como apresentado na Figura 14, Miguel têm os permissão para capturar *Jaiva* e *Luga Roja*. Finalmente, um comprador ou *intermediário*⁷⁸ como são chamados, levou todos os sacos em uma caminhonete 4X4, que, segundo Miguel, distribuiria em distintos pontos do comércio local.

⁷⁸ Ao refletir sobre os *processos de intermediação comercial* na pesca artesanal, Saavedra e Navarro (2020) apontam á relevância histórica e atual dos intermediários na materialização de *assimetrias relacionais* entre eles e os pescadores artesanais, no contexto de sistemas produtivos extrativistas e pressionados pelos mercados.

Figura 21 - Fiscalização de funcionária do IFOP



Fonte: Autor.

Utilizo este relato que descreve uma jornada de trabalho de um pescador artesanal em Ancud para mostrar de que maneira as práticas tradicionais dos chilotes se tornaram atividades produtivas fortemente reguladas pelo Estado. Os espaços marítimos em que a maioria dos pescadores podem atuar são reduzidos, e quando desembarcam com sua pescaria são imediatamente fiscalizados pelas instituições do Estado, como o IFOP. Por sua vez, *El Muelle* não parece ser um lugar de encontro e troca entre os pescadores, sino muito pelo contrário. Com acesso restrito para a maioria da população, quando os pescadores finalizam suas atividades, voltam para suas casas imediatamente, sem maiores interações ou sociabilidade entre as pessoas. Atualmente, o trabalho do pescador artesanal parece ser mais uma tarefa econômica do que uma atividade tradicional que reúne a comunidade. As restrições para ingressar aos espaços costeiros têm afastado a maioria dos habitantes de Ancud do mar, e são somente os pescadores artesanais credenciados os que fazem uso do litoral, em atividades com uma forte orientação econômica. Em decorrência os jovens, antigamente envolvidos desde crianças nas atividades pesqueiras, participam cada vez menos das atividades pesqueiras.

4.4 A “TRAGÉDIA DOS COMUNS” OU AS TRAGÉDIAS PARA OS COMUNS: A IMPLEMENTAÇÃO DAS AMERB

Como mencionado no Capítulo anterior, *boom* do *loco* promoveu fortes impactos para as comunidades de pescadores, quanto ambientais. Depois de um primeiro período de liberalização por parte do Estado e antes da implementação da LGPA, uma das primeiras ações governamentais foi a de declarar *vedas* (restrições) de até 2 anos para sua extração. Como forma de regulação, a Marinha começou a entregar cupões ou *tickets* para cada pescador artesanal extrair cotas controladas de *loco*, não podendo extrair mais do que o permitido por cada cupão. Segundo os relatos dos pescadores em Chiloé, tal solução provisória não conseguiu frear a sobre-exploração, pelo contrário, a intensidade da extração cresceu, assim como a venda de *locos* de forma ilegal. Muitas pessoas que não eram pescadores conseguiram durante a ditadura carteiras de pescador artesanal e vendiam seus cupões para que os verdadeiros pescadores pegassem os *locos*, aceitando em troca a metade do valor das vendas. Portanto, o sistema de cupões, ao invés de controlar a sobre-exploração de *locos*, teve o efeito contrário, promover ainda mais a sua exploração. As *vedas* de dois anos tampouco funcionaram, pois não existia quem fiscalizasse se realmente estavam sendo respeitadas ou não.

Como mencionado no Capítulo 1, a LGPA foi promulgada em 1989 pelo regime militar e sancionada em 1991 pelo regime democrático. A “natureza da Lei” era regulamentar principalmente a Pesca Industrial e a Atividade Aquícola (indústria do salmão), embora também considerasse as atividades de Pesca Artesanal. Dentro das discussões sobre Pesca Artesanal, a economia em volta do *loco* era de especial interesse entre os políticos e os técnicos envolvidos nas discussões, devido a seu grande valor como *commodities*. Entre as discussões, para explicar as dificuldades para regular a pescaria do *loco* no sul do país, o argumento utilizado pelas instituições do Estado e pelos acadêmicos envolvidos foi a de Garrett Hardin sobre a tragédia dos comuns, mencionada no capítulo 1: “os *interesses das pessoas de maximizar os ganhos individuais vão significar em algum momento o colapso dos bens comuns*”. Para entender a trajetória deste argumento, é necessário mencionar a relevância dentro do desenvolvimento da institucionalidade pesqueira do biólogo Juan Carlos Castilla, renomeado por seus trabalhos sobre pesca artesanal e autor, junto com

outros acadêmicos, de centos de artigos em que se descreve a tragédia dos comuns no contexto chileno e a necessidade de um tipo específico de regulação dos recursos hidro biológicos por parte do Estado⁷⁹. Juan Carlos Castilla, quem acompanhou e assessorou desde a década de 1970 as políticas do Estado sobre a implementação da Indústria Pesqueira e o desenvolvimento da ciência, têm exposto e defendido ao longo da sua carreira as razões da implementação das AMERB. Para Castilla, os motivos do colapso das pescarias foram a convergência entre um estado de acesso aberto dos recursos hidro biológicos (*open access*) e os mercados de exportação:

“O estado de acesso aberto da pesca de recursos Bentônicos no Chile e os mercados de exportação recentemente abertos foram suficientes para conduzir a uma “tragédia dos comuns” (MCCLANAHAN; CASTILLA Z., 2007, p. 29)

No contexto da tese, tive a oportunidade de entrevistar quatro funcionários de SUBPESCA de importante trajetória. Suas falas foram de grande importância para compreender a visão que tem tido os formuladores das políticas públicas dentro das instituições do Estado em relação as regulamentações da atividade pesqueira no Chile. Antonio, que tem trabalhado desde os inícios da implementação das AMERB, relatou que desde o começo da implementação das AMERB o modo de ordenamento do acesso aos recursos marinho foi através do “*parcelamiento*” (loteamento) dos setores onde o *loco* tinha sido extraído historicamente. Segundo sua visão, o objetivo de passar dos cupões ou *tickets* individuais para o regimento das AMERB foi o de entregar os direitos dos bancos naturais para uma associação de pescadores em particular, pois a entrega de cupões ou cotas individuais para os pescadores tinham derivado no colapso dos recursos comuns, portanto a solução, seguindo os postulados de Juan Carlos Castilla, era a entrega de direitos privados para pescadores organizados preferentemente em sindicatos. Ele ainda informou sobre procedência dos mergulhadores profissionais que chegaram no Arquipélago de Chiloé em 1980:

una forma de acceder de una manera más ordenada surgió esta idea que podemos llamarle **parcelar** ciertos sectores del borde costero particularmente en **aquellas zonas históricas de extracción del recurso, los bancos naturales del recurso loco.** Esto curiosamente no se inició en la zona de Los Lagos que era donde había mayor producción de locos, sino que partió más hacia el norte, las primeras áreas de manejo se establecieron en Tarapacá si mal no recuerdo, en el área de Chanavayita o Chanavaya, y de ahí le siguió sectores del borde costero de **Coquimbo, sobre todo en Los**

⁷⁹ Em maio de 2025, Juan Carlos Castilla consta como autor de 519 artigos na plataforma Google Acadêmico.

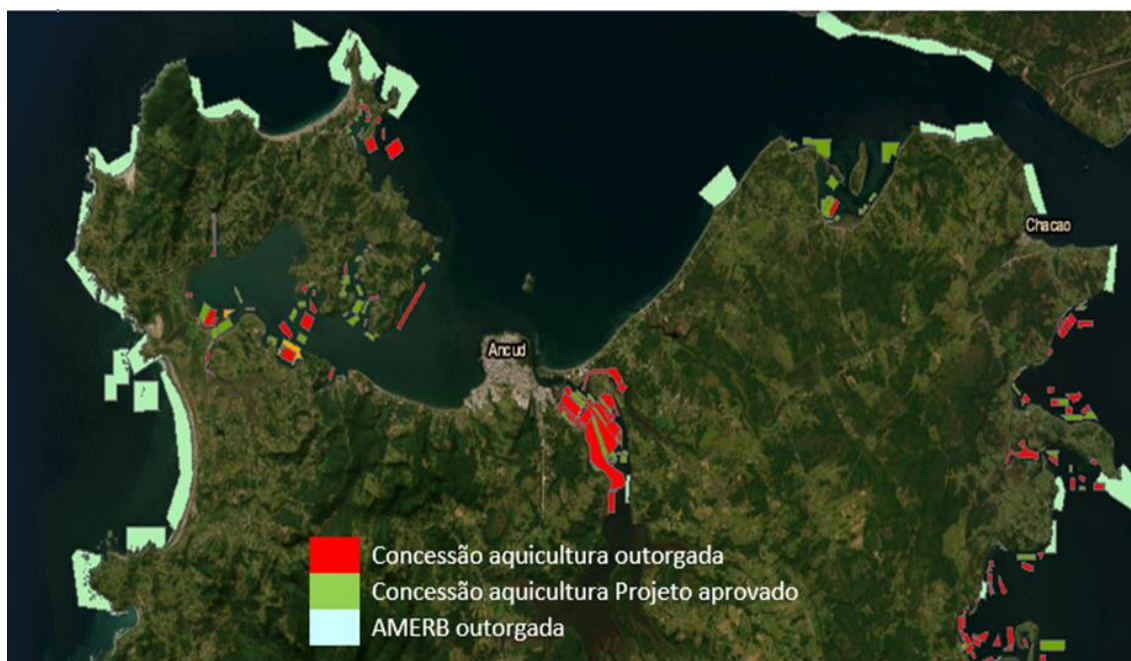
Vilos, en donde los pescadores eran buzos profesionales prácticamente que recorrían todo Chile capturando el loco. (...) La visión nuestra, es que, desde el punto de vista de la autoridad pesquera, fue una apuesta para intentar ordenar la extracción, en particular del recurso loco, de manera que ya no es una cuota global, regional, a gran escala, sino que el sentido era una cuota particular para el banco que se ubicaba en ese polígono, de 100 o 150 hectáreas, y que correspondía a una fracción del stock de esa población. De manera que el control se redujo del nivel regional al banco de esa zona en particular. (Antonio, SUBPESCA)

As AMERB correspondem a implementação de uma nova economia pesqueira no Chile, em que o ordenamento do território é baseado na entrega de direitos privados sob a modalidade de “parcelamento” do mar. O argumento sobre a “tragédia dos comuns” e do cercamento do mar como solução que ordena a extração são funcionais a um modelo que privilegia a entrega de direitos privados a certos grupos, ao mesmo tempo que proíbe o acesso da população local. Assim, a desregulação da atividade pesqueira por meio de mudanças legislativas, a flexibilidade para sobre explorar os recursos marítimos, a falta de fiscalização por parte das instituições competentes, os estímulos para que pescadores vindos de fora explorassem a região, são reduzidos a uma teórica suposição de que as pessoas buscam maximizar seus benefícios pessoais até acabar com os recursos em comum. Em decorrência, a implementação das AMERB provocou diversas modalidades de expulsão e hierarquização entre os chilotes dedicados às atividades marítimas que não foram absorvidos como mão de obra pela indústria do salmão, além das já mencionadas anteriormente, como a categorização das atividades produtivas e a regulamentação do trabalho como “pescadores artesanais”, uma nova categoria que passa a identificar estes pescadores que se associam às AMERBs.

4.4.1 As AMERB como modalidade de expulsão

As áreas de mar que foram cercadas sob a figura jurídica das AMERB são locais que se localizam longe da cidade de Ancud, como se observa no mapa a seguir. São locais caracterizados por sua grande biodiversidade e pela presença dos bancos naturais de *loco*.

Figura 22 - Mapa do município de Ancud, Concessões aquícolas e AMERB outorgadas⁸⁰

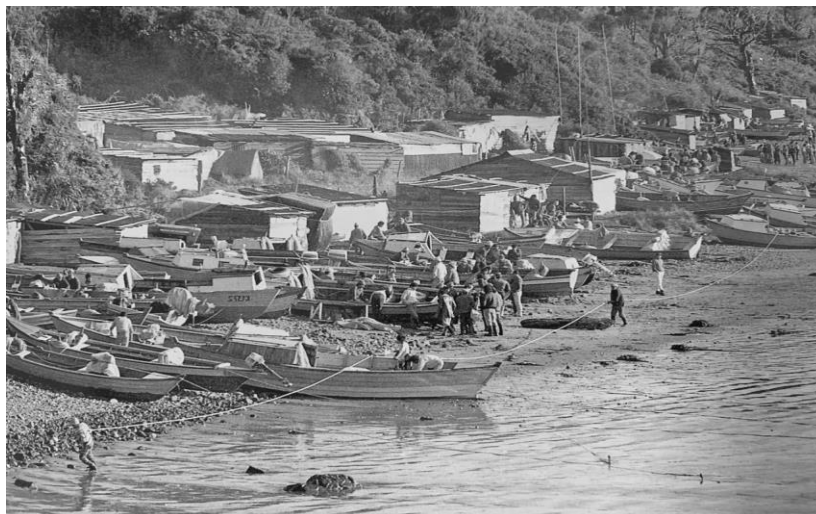


Fonte: Mapas SUBPESCA, 2022

Antes de 1980 quase não existiam caminhos via terrestre que conectassem a cidade de Ancud com as áreas em que estão localizadas atualmente as AMERBs. O percurso era feito tipicamente em embarcação a remo, levando várias horas de viagem. Localidades que hoje em dia se encontram povoadas como Mar Brava, Piñuihuil, Polocué e Guabún, estavam praticamente desabitadas naquela época e eram visitadas de forma esporádica pelos chilotes. Em geral, são áreas que se localizam na região noroeste do Arquipélago de Chiloé, no Oceano Pacífico, onde as praias são mais cumpridas e os ventos batem mais forte. Estas áreas começaram a ser habitadas de forma permanente pelos pescadores do norte em meados de 1980, formando-se inicialmente acampamentos temporais compostos por barracos de material leve.

⁸⁰ As AMERB se localizam na sua maioria no Oceano Pacífico, no lado esquerdo da imagem. A maioria das concessões aquícolas (polígonos vermelhos) se localizam no Rio Pudeto (centro da imagem) e correspondem à privatização de bancos naturais de algas. As concessões de salmões (a maioria em desuso como mencionado anteriormente) se localizam no mar interior, no lado direito da imagem.

Figura 23 - Acampamento em Puñihuil, 1987



Fonte: (MUÑOZ CARREÑO, 2021, p. 129)

Entretanto, para os chilotos essas não eram locais onde construíam suas moradias, mas áreas que frequentavam principalmente para a coleta de mariscos e as algas, em umas pedras chamadas de *Las Negras*, reconhecido como um local de grande biodiversidade. Ao estar expostas ao Oceano Pacífico, onde os ventos são fortes e existem grandes costões de pedra, estas áreas não eram usadas para fixar moradias, em vez disso faziam parte da dinâmica dos usos dos espaços dentro da territorialidade chilota, em que os deslocamentos sazonais e os usos de diversas regiões do Arquipélago eram fundamentais para manter o equilíbrio dos recursos e garantir sua reprodutibilidade. *Las Negras* e as regiões adjacentes eram utilizadas pelos chilotos como áreas de pesca e de passagem em direção sul, por onde eram feitas as grandes travessias e não tinham um “dono”, seja um indivíduo ou uma agrupação reconhecida pela lei. A extração intensiva de *locos* e a criação de acampamentos nos locais de maior riqueza de biodiversidade e bancos naturais ia em direção contrária a territorialidade chilota.

4.4.2 Implementação das AMERBs em Ancud

A implementação das AMERBs foi excludente desde o início, da mesma forma que aconteceu com as concessões aquícolas. Poucas pessoas sabiam que seria necessário estar constituído em um sindicato de pescadores para poder ter a

possibilidade de acessar aos direitos de uma AMERB. Miguel me relatou como foi convidado para ser parte de uma AMERB e porque não aceitou, embora seja um dos mergulhadores mais reconhecidos em Ancud:

Manuel: ¿Pero las Áreas de Manejo a quién se las dieron?

Miguel: A los sindicatos

Manuel: ¿Estaban constituidos anteriormente?

Miguel: No, se formaron en ese momento. Es que ellos supieron que venían las Áreas de Manejo y un vecino me vino a golpear aquí la puerta, que está en Polocué. Me dijo "oye Miguel, ¿quieres entrar a nuestro sindicato?" porque el viejo buscaba gente que cachaba que ya había trabajado en el loco y eran jóvenes, yo en ese tiempo tendría 25 o 28 años años, joven. Yo ya había trabajado hartos años, sabía toda la movida del mar, la técnica.

Manuel: ¿Ellos estaban buscando gente para armar un sindicato y obtener un área de manejo?

Miguel: Sí po, ellos se quedaron buscando la gente, y yo le dije que no.

Segundo vários de meus interlocutores me falaram, muitas das pessoas que se associaram aos distintos sindicatos (pois cada sindicato tem direito a uma AMERB diferente) e adquiriram os direitos das AMERB não eram pescadores e tinham obtido as carteiras de pescador artesanal de forma duvidosa durante o regime militar. Para as pessoas que se dedicavam as atividades no mar, isto causou um grande desconforto, já que o viam como um aproveitamento por parte das pessoas que possuíam terras em localidades próximas de Ancud. Tanto Miguel como sua esposa Gloria ainda lembram com ressentimento o momento em que foram formadas as AMERB:

Miguel: El caballero que te conversé, *Moroco*, vivía en el campo. Con las AMERB compraron acá en Ancud, compraron su casa, unas buenas lanchas de 15 a 20 toneladas, y la pusieron a trabajar en las trampas [de jaiba] y con eso viven, con las trampas, después se van al loco, y así.

Gloria: Fue una injusticia para todos los pescadores, no debió haber sido. Porque además, por ejemplo en Piñihuil, la gente que tiene esa Área de Manejo, ellos tenían campos, muchos campos, no trabajaban en el mar. Y cuando vieron que pasó esa cosa de las "loqueadas", ellos vieron ahí y cómo tenían la plata para poder comprar embarcaciones, poder equiparse para poder trabajar en el mar, lo hicieron.

Quando as AMERB começaram a ser implantadas, muitas das pessoas que entraram nos sindicatos eram justamente as pessoas que tinham vindo do norte do

país. Quando perguntei para Miguel quantas pessoas compõem os sindicatos das AMERB, ele me comentou que estão compostos por aproximadamente vinte pessoas. Posteriormente, perguntei qual era a origem dessas pessoas, e a resposta foi “diez de fuera” e “diez chilotos”⁸¹ Ao enfatizar que metade dos sócios são pessoas de fora, pescadores chilotos ressaltam seu sentimento de terem sido excluídos, expulsos do processo de entrega de direitos de uso dos bancos naturais que passaram a funcionar em regime de AMERB, além de serem privados de continuar a usar esses espaços em base a seus modos tradicionais. Suas fontes de sustento, suas áreas de pesca e coleta de mariscos, de deslocamentos sazonais por onde navegavam, de tudo lhes foi privado para favorecer interesses de pessoas e interesses exógenos.

De modo geral, os pescadores com os quais me relatei têm a clara consciência de que as pessoas que vieram de fora foram muito beneficiadas pelas políticas de regime de acesso aos espaços e recursos marinhos, enquanto eles sistematicamente perdiam o seu acesso. Favorecendo pessoas que habitavam os campos e não exerciam atividades de pesca, junto com os pescadores vindos do norte do país, muitos dos pescadores chilotos foram expulsos dos espaços marinhos mais prezados por eles. Entretanto, os motivos de desgosto não são só pelo fato de não terem participado do processo da constituição e implementação das AMERB, senão pelo Estado ter cercado os espaços que eram de uso comum -onde os bancos naturais de uma grande variedade de espécies marinhas habitam- sem que algum tipo de atividade ou trabalho humano justifique tal apropriação privada. Lembro muito bem quando Diego me falou, em tom irritado:

Se van apropiando de los bancos naturales que son de todos, eso es lo peor. Entonces, donde hay un banco natural de *luga*, resulta que hace una solicitud un sindicato y se lo entregan, después la gente que está sindicalizada o no, y no tiene Área de Manejo, no va a tener acceso a ese banco natural porque ya está concesionado. **A pesar que es natural, que crece por sí solo**, no tienen que implementar ningún tipo de trabajo ahí. Eso es lo que nosotros peleamos.

As outorgas das AMERB iniciaram um processo de cercamento do mar orientado para um uso exclusivamente comercial de certas espécies mais valorizadas pelo mercado, contrariamente ao costume dos chilotos em que eram extraídos uma

⁸¹ Ao longo da pesquisa não consegui informação sobre os sócios dos sindicatos de pescadores artesanais, apenas os nomes destes sindicatos.

grande quantidade de peixes, mariscos, crustáceos e algas, todos fazendo parte de um modo de vida tradicional, visando garantir a alimentação das famílias e a reprodução das espécies e do ambiente, assim como da sua territorialidade. Em Ancud existem atualmente 35 AMERB decretadas, das quais 22 têm o recurso *loco* como espécie explorável. Em 7 destas, exclusivamente se explora *loco*, nenhuma outra espécie. De acordo com a informação pública disponibilizada pela SUBPESCA, a maioria dos sindicatos das AMERB tem renovado suas licenças até 2030. É por isso que os pescadores que não têm direitos em AMERB dizem que elas são “hereditárias”, uma vez que cumprido o prazo elas podem ser renovadas por mais 20 anos, até 2050.

Miguel: [As AMERB] ya no se pierden, quedan para toda la vida. Pongámosle el socio muere, queda su hijo o al nombre a quién se lo dejó. Es como un seguro. Pongámosle yo muero y se lo dejo a mi mujer, a mi mujer tienen que darle su parte. Es hereditario, o un hijo, pero eso nunca va a morir, esa área de manejo va a existir toda la vida, a no ser que el estado de Chile diga "se vayan las áreas de manejo" y queden libres para cualquier pescador que vaya, como era antes.

Em média, a superfície total em regime de AMERB em Ancud é de 3914,79 ha., equivalente a um 3% da superfície nacional total. Segundo pude consultar nas fontes de informação de SUBPESCA, sete sindicatos têm os direitos de mais de uma AMERB, concentrando ainda mais os direitos sobre os espaços e os recursos:

1. “s.t.i. buzos mariscadores, asistentes y pescadores artesanales polocue”
2. “s.t.i. buzos mariscadores, cultivadores y explotadores de algas y ramos conexos los chonos de guabun”
3. “s.t.i. pescadores artesanales buzos mariscadores y ramos similares mar adentro del rio chepu”
4. “s.t.i. pescadores artesanales gente de mar chaular de guapilacuy, comuna de Ancud”
5. “s.t.i. pescadores artesanales viento fuerte de puñihuil”
6. “s.t.i. pescadores y extractores de algas del golfete de quetalmahue”
7. “s.t.i. pescadores artesanales, buzos mariscadores y ayudantes las dunas de aulen sector chepu”.

Quadro 5 - AMERB decretadas em Ancud

Nombre	Número	Superficie (há.)	Vigencia	Organización	Espécies
Mar brava	m	343,89	31-12-2030	s.t.i. buzos mariscadores, asistente de buzo, recolectores de orilla y ramos similares macheros de mar brava	macha
Guapilacui sector a	g	224,85	30-06-2031	s.t.i. pescadores artesanales gente de mar chaular de guapilacuy, comuna de ancud	caracol, picuyo, cochayuyo, erizo, huiro palo, loco, luga negra, luga roja, pulpo del sur
Caleta mala	p	215,8	30-06-2029	s.t.i. pescadores artesanales buzos mariscadores y ramos similares mar adentro del rio chepu	loco
Chepu sector c	c	202,98	31-12-2031	s.t.i. pescadores artesanales buzos mariscadores y ramos similares mar adentro del rio chepu	loco, luga negra, luga roja, macha
Caleta piñihuil sector b	c	198,24	31-12-2029	s.t.i. pescadores artesanales viento fuerte de puñihuil	erizo, loco, luga negra
San Pedro refugio	s	175	31-12-2031	sindicato de trabajadores, armadores, buzos y pescadores artesanales san pedro de fatima	loco
Caleta chilena	p	171,48	31-12-2033	a.g. de pescadores artesanales, buzos mariscadores, acuicultores, armadores artesanales y ramos similares caleta rio hueihue	erizo
Caleta corona	p	168,85	31-12-2031	s.t.i. pescadores artesanales, buzos mariscadores, asistentes de buzos y ramos similares el futuro de yuste	erizo, loco, pulpo del sur
Caleta chauman	c	158,08	30-06-2036	s.t.i. pescadores artesanales, buzos mariscadores y ramos similares caleta chauman	carola, erizo, huiro palo, loco, luga negra, luga roja, pulpo del sur
Caleta hatao	d	146,64	30-06-2030	s.t.i. pescadores artesanales, buzos mariscadores y ayudantes las dunas de aulen sector chepu	macha
Caleta huio	p	143,75	30-06-2031	s.t.i. pescadores y extractores de algas del golfete de quetalmahue	loco
Caleta guabun	c	135,96	31-12-2032	comite productivo algueros caleta guabun	cochayuyo, erizo, lapa bonete, loco, luga negra
Caleta piñihuil	p	129,87	31-12-2030	s.t.i. pescadores artesanales mariscadores y acuicultores azul marino de piñihuil	loco
Caleta piñihuil sector a	c	122,5	30-06-2031	s.t.i. pescadores artesanales viento fuerte de puñihuil	choro, zapato, erizo, loco
Caleta ahia	b	118,78	31-12-2029	comite productivo de pescadores artesanales, buzos	macha

tongoy de ancud			mariscadores, recolectores de orilla y ramas similares (s.m.a.ch. i)	
uhatao sector b	d 1 17,72	3 1-12-2017	s.t.i. dueños de lanchas, buzos y pescadores artesanales fatima	loco
ahia polocue sector b	b 1 16,68	3 0-06-2018	s.t.i. buzos mariscadores, asistentes y pescadores artesanales polocue	loco
uerto elvira	p 9 0,99		s.t.i. pescadores y extractores de algas del golfete de quetalmahue	erizo
slote tromacho	i 8 6,37	s uspendida	s.t.i. pescadores artesanales mariscadores y acuicultores el copihue de nal, ancud	sem informação
unta remolinos-punta soledad	p 8 3,72	3 1-12-2031	s.t.i. pescadores y extractores de algas del golfete de quetalmahue	erizo, loco
uapilacui sector b	g 8 3,17	3 1-12-2029	s.t.i. pescadores artesanales gente de mar chaular de guapilacuy, comuna de ancud	erizo, loco
ahia polocue sector a	b 8 1,31	3 1-12-2033	s.t.i. buzos mariscadores, asistentes y pescadores artesanales polocue	almeja, erizo, loco
upetan	p 8 0,62	3 1-12-2031	s.t.i. buzos mariscadores, cultivadores y explotadores de algas y ramos conexos los chonos de guabun	erizo, lapa, loco
hepu sector a	c 6 6,82	3 1-12-2031	s.t.i. pescadores artesanales buzos mariscadores y ramos similares mar adentro del rio chepu	choro zapato, loco
os chonos de guabun	l 6 2,41	3 1-12-2028	s.t.i. buzos mariscadores, cultivadores y explotadores de algas y ramos conexos los chonos de guabun	cochayuy o, erizo, loco, luga negra, pepino de mar
ahia pulelo	b 5 9,16	3 0-06-2032	s.t.i. cultivadores y explotadores de algas bahia pulelo	erizo, loco, luga negra
nsenada abtao	e 5 6,42	3 1-12-2031	s.t.i. pes. art. buzos maris. armadores artesa. y ramos similares rio lar, ancud	sem informação
uetrequen -elvira	q 4 5,48	3 0-06-2034	s.t.i. pescadores artesanales, buzos mariscadores y ramos similares el bajo de caulin alto	erizo
unta guabun sector b	p 4 4,43	3 1-12-2031	s.t.i. art.dueños de embarcaciones buzos y asistentes de buzo muelle de ancud de ancud	erizo, lapa, loco
unta concura	p 4 4,4	3 1-12-2031	s.t.i. pescadores artesanales, buzos mariscadores, cultivadores y ramos similares rio hueihue	cholga, erizo
hepu sector b	c 3 3,75	3 0-06-2031	s.t.i. pescadores artesanales buzos mariscadores y ramos similares mar adentro del rio chepu	loco
lto lamecura	a 3 0,68	3 0-06-2034	s.t.i., pescadores artesanales y acuicultores de alto lamecura	cholga, erizo
aipulli	c 3 0	d enegada	a.g. mujeres pescadoras artesanales y cultivadoras del mar cultimar de caipulli, comuna ancud, chiloe.	sem informação

aleta goabil	c	2 8,26	3 0-06-2029	s.t.i.pescadores artesanales, buzos mariscadores y ayudantes las dunas de aulen sector chepu	macha
oca	d	1 5,73	3 0-06-2034	s.t.i. pescadores artesanales, armadores artesanales y ramos similares los pesqueros de huelden alto	cholga, erizo

Fonte: Elaboração a partir de dados de SUBPESCA, 2023.

Para saber a quantidade de sócios de AMERB em relação ao total de pescadores em Ancud, é preciso realizar uma estimativa, pois não existe informação pública sobre o número de sócios por sindicato. Quando perguntei pelo número de sócios aproximado para meus interlocutores, eles diziam que cada sindicato tem aproximadamente entre 20 a 30 pessoas, ou seja, realizando uma aproximação, seriam ao redor de entre 700 a 1.000 pessoas, entre os mais de 7.000 pescadores e pescadoras que existem em Ancud. Devido aos benefícios que asseguram os direitos privados de propriedade sobre os bancos naturais de *loco*, tem-se criado diferenças socioeconômicas substanciais entre as pessoas em Ancud, as quais passam a compor distintos segmentos sociais. Em termos da situação histórica atual, as diferenças têm a ver com ser ou não “dono”, “sócio”, “usuário” de alguma modalidade de concessão marinha.

Em que momento você vai discutir, apresentar a relação das AMERBs com a identidade social de “pescador artesanal”? Conforme você anunciou no início do capítulo. Esqueceu? Onde está a exigência de carteirinha de “pescador artesanal” que passará a identificá-los e a distingui-los dos demais pescadores locais?

4.5 ESTADO E “ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL”

4.5.1 “Os donos do mar”

Em Ancud pude observar que existem pelo menos dois grupos de pescadores, que se diferenciam principalmente em função dos seus direitos de propriedade. Em primeiro lugar, estão aqueles que têm direitos exclusivos sobre os espaços mais ricos em biodiversidade, e que são sócios de AMERB. Eles mantêm há mais de trinta anos vínculos estáveis com as instituições do Estado por meio dos sindicatos que foram criados no passado. São sócios dos sindicatos, que são ao mesmo tempo os

representantes dos pescadores artesanais em Ancud. Ao serem sócios das AMERB, em sua maioria, têm acesso a bens de maior valor econômico, como caminhonetes, embarcações com motores de 200 cavalos de força, e outros bens de consumo, que não são acessíveis aos demais núcleos familiares que não estão associados às AMERB. Inclusive, ouvi dizer que seus filhos estudam em escolas privadas. Embora as AMERB tenham sido uma forma dos pescadores artesanais garantirem seus direitos sobre os espaços e recursos marinhos, têm motivado fortes processos de estratificação entre eles.

Infelizmente, no período que estive em Ancud não consegui falar com representantes dos sindicatos e a informação que meus interlocutores me entregavam eram a maioria das vezes evasivas, devido a um longo histórico de complexas relações entre eles, mas, principalmente, pelo crescente distanciamento entre eles decorrente dos direitos de propriedade sobre o mar. Ouvi algumas vezes eles sendo chamados de “empresários do mar”.

4.5.2 “*Los piratas del loco*”

Entre as divisões que se processaram entre os grupos sociais em decorrência das novas regulamentações estão aquelas que resultaram da distinção dos que, não tendo direitos de propriedade sobre áreas marinhas, exploram os espaços restantes de mar de acordo com as cotas que são estabelecidas pela SUBPESCA, como o caso de Hugo e Miguel. E existem também os que não têm Registro Pesqueiro Artesanal (RPA) e são multados e punidos quando exercem atividades no mar. Falaram-me de um caso de um senhor de 73 anos que têm trabalhado desde adolescente no mar. Em 2017 ele foi multado por mais de um milhão de pesos (aproximadamente 6.000 reais) pela Marinha por estar navegando e não ter a sua documentação em regra. Como não tinha dinheiro para pagar a multa, foi preso. O senhor apenas tinha uma “*Pensión Básica Solidária*” entregue pelo Estado de aproximadamente 100.000 pesos (600 reais), pois os anos trabalhados como pescador são considerados pela Lei nacional como um trabalho informal. Trata-se de um caso expressivo em Ancud das consequências da privatização do mar é a conformação dos grupos que não têm direito de propriedade sobre o mar. Quando não são presos, a situação mais comum e que já aconteceu com várias pessoas é que a Marinha confisca os equipamentos

de pesca e mergulho dos pescadores que por algum motivo não apresentam sua documentação em regra. Isto acontece desde antes inclusive da implementação da LGPA em 1990. A estes pescadores que insistem em buscar seu sustento no mar tem sido atribuída a categoria de “ilegais” pelas instituições do Estado, distinguindo-os dos pescadores artesanais “legais”.

Durante o tempo que passei em Ancud, fiquei sabendo de algumas trágicas histórias que retratam os modos em que uma parcela da população de pescadores foi expulsa dos direitos territoriais. A maioria destes núcleos domésticos mora no bairro de Pudeto, um bairro tradicional de pescadores que se localiza na beira do Rio Pudeto, na entrada norte da cidade. Diego, que mora na região também, embora ela tenha todos seus documentos em ordem, tem uma postura crítica sobre os conflitos decorrentes da privatização do mar, principalmente, porque as pessoas que se encontram em situação de ilegalidade vão para pescar para dar um sustento para suas famílias, como o próprio Diego disse, “*ganarse el pan para sus familias*” e porque “*siempre han trabajado aquí*”. Segundo Diego:

Aquí hay sindicatos que tienen *locos*, que trabajan 20 días al año y ganan 15, 20, 25 o 30 *palos*⁸² en esos días, y no tienen necesidad de trabajar todo el año. **También empieza el tema de los robos, porque la gente digamos que está afuera de los sindicatos, igual ellos trabajan por ganarse el pan para alimentar a sus familias.** Ellos dicen, a nosotros nadie nos preguntó que aquí iban a hacer sindicatos, y que nosotros siempre hemos venido a trabajar aquí, entonces vamos a seguir trabajando aquí no más, y van no más, van a los enfrentamientos, se agarran a balazos, se chocan los botes, quedan las medias *cagadas* en altamar. Miguel

O próprio Diego me relatou um caso que aconteceu há alguns anos atrás, decorrente dos enfrentamentos pela captura de *locos* em áreas concessionadas, entre donos de AMERB e as pessoas que reivindicam que o mar é livre. Segundo pude me informar, parte dos lucros das AMERB são utilizados para contratar seguranças privados que protegem as Áreas de Manejo, principalmente na época em que os *locos* estão em fase de captura permitida pela SUBPESCA. Os seguranças iluminam com grandes focos desde o topo do morro os polígonos das Áreas de Manejo, vigiando que nenhuma pessoa capture os *locos* durante a noite. Os seguranças inclusive usam potentes armamentos capazes de atirar desde grandes distâncias, causando mortes, como a de Osvaldo Tiznado Barría ou “Coti”, um pescador do bairro Pudeto,

⁸² milhões de pesos

reconhecido e lembrado pela comunidade como um bom esportista e jogador de futebol. A seguir a fala do Diego sobre aquela trágica história:

Hubo un caso muy especial en el 2015, que fue un muchacho que fue muy conocido en Ancud, era deportista, no tenía ningún vicio, muy de familia, y este *cabro*⁸³ trabajaba en el mar. Y los *cabros* acá van a trabajar en la noche el *loco*, ahí donde tienen las Áreas de Manejo. Ya tenían un buen tiempo que iban a trabajar con enfrentamientos en esos lugares. Resulta que una noche balearon a los chiquillos, fue en la comuna de Maullín, aunque a veces iban hasta Valdivia a trabajar de noche. Navegaban 6 horas para ir a trabajar, iban con botes rápidos. Resulta que balearon a este muchacho, y los sindicatos de Maullín, Estaquilla, específicamente. Ella fue la presidenta de la CONAPACH⁸⁴ hasta el año 2018 me parece. Toda la familia está en diferentes sindicatos, entonces pueden tener la mayor mascada. Entonces, resulta que ahí los balearon a los chiquillos y mataron al "Coti".

A fala do Diego continua, dessa vez, apontando o papel da mídia na elaboração e legitimação de uma forma de nomear os pescadores de Pudeto como “Los Piratas”. Segundo Diego, de certa forma eles mesmos começaram a se denominar como “Los Piratas” porque o Estado chileno os empurra para agir ilegalmente.

Al otro día, la presidenta de la CONAPACH salió a dar una entrevista, decía que le habían ido a robar *locos* y toda la cuestión, ahí apareció en la prensa que eran “Los piratas”. Digamos que el diario “El Llanquihue” fue el que sacó esa publicación de Los Piratas. Entonces cuando lo vimos acá, con todo el dolor que tenía la familia, fue como que, dio mucha rabia eso, que te cataloguen de esa forma. Entonces al final dijimos **“todos somos piratas”**, sacamos unos lienzos y todo eso. En el fondo es así, todos somos piratas, pero es gracias al estado de Chile y sus leyes. Es lamentable, pero es así. Diego.

Outro caso é o de Cristóbal, um jovem de Ancud que após ser demitido de uma empresa de salmão, resolveu junto com um grupo de amigos ir para o mar para conseguir dinheiro e assim poder alimentar suas famílias. Certo dia, foi gravemente espancado dentro de uma AMERB e por um longo período de tempo não conseguiu trabalhar por conta dos ferimentos que sofreu, deixando a sua família em uma situação de extrema vulnerabilidade. Como Christopher, as pessoas que arriscam sua integridade na hora de sair para o mar sem documentação são jovens desempregados, muitos deles do bairro de Pudeto.

⁸³ Um equivalente no Brasil de “los cabros” seria “a rapaziada”.

⁸⁴ Confederación Nacional de Pescadores Artesanales.

Em geral, estes jovens devem navegar bastante tempo até chegar em áreas nas quais podem extrair recursos (principalmente algas) de forma livre, em jornadas de trabalho de mais de 12 horas diárias (de 6 da manhã a 6 da tarde) muitos deles não possuem equipos de mergulho e trabalham em apneia. As algas extraídas são vendidas para ALGASMAR S.A, uma indústria local que as processa para exportação. Eles também vendem os seus produtos nas feiras locais, principalmente para mulheres que elaboram alimentos caseiros e que são comprados por a população local e por turistas no mercado central da cidade.

Entretanto, o dinheiro ganho pela venda das algas não é suficiente para viver em Ancud. Portanto, os casos de “roubo” de *locos* são uma expressão limite da necessidade de pessoas que foram expulsas das dinâmicas económicas em Chiloé. Lembro que certo dia o próprio Diego disse para mim uma frase instigante: “o *próprio sistema te empurra para a ilegalidade*”. Ele mesmo elabora uma reflexão em que coloca em relação de causalidade a implementação da “categorização” dos pescadores com a situação de ilegalidade que experimentam atualmente:

el mismo sistema te va empujando todo el tiempo a la ilegalidad, al irte categorizando. Y al irte categorizando, te va exigiendo cierta documentación y no todos cumplen con los requisitos que te van exigiendo cada vez más. Las especies que van dando también, porque todas las categorías no te dan todas las especies, o sea yo tengo, me dan cierta cantidad de especies, y si yo quiero sacar *locos* y no tengo *locos* en mi registro, me sacan un *parte*⁸⁵, me quitan mis equipos, mis cosas de trabajo, y quedo sin nada. Más encima quedo con antecedentes y voy preso. Entonces, eso es lo que no estamos de acuerdo. Es injusto. Diego.

A companheira de Coti, no juízo contra o segurança privado de nome Eduardo Alberto González González, que foi condenado a “15 anos e um dia” por homicídio, fez uma reflexão sobre a decisão do Coti sair para o mar mesmo não estando permitido pela lei. Embora chame a atividade de “questionável”, era uma forma de sustento familiar:

Yo sé que es muy cuestionable lo que él hacía. A lo que se dedicaba, la labor que él tenía, pero no lo hacía por gusto, no quería que lo mataran. Él no se iba a exponer así porque le gustaba. Es muy difícil poder calmar a una niña de 6 años que aún no comprende las cosas, a la que yo no le puedo explicar que fue realmente lo que le pasó a su papá⁸⁶.

⁸⁵ No Chile, um “parte” é uma multa da Polícia.

⁸⁶Reportagem “La Mafia del Loco” Disponível em: www.youtube.com/watch?v=dpWQSTMepxs&ab_channel=T13

Seguindo a análise de Thompson no livro “*Senhores e Caçadores. A origem da lei negra*”, a implementação de leis que tornam atividades costumeiras em crime são produto da implementação de uma nova economia política em que estão em disputa os direitos e o controle dos espaços e recursos, neste caso, do mar. Em um livro posterior chamado “*Costumes em comum*”, Thompson plantea que existe uma relação entre o costume e os direitos tradicionais reivindicados pelas populações em períodos de implementação de uma nova economia política (THOMPSON, 1998). Neste caso, os atuais “criminosos” em Chiloé são pessoas que se identificam como *gente de mar*, porque têm habitado e usado os mares de Chiloé junto com seus pais e suas mães desde crianças. Antes das AMERB serem decretadas, os chilotes não se organizavam de acordo com os parâmetros das leis do Estado, mas de acordo com as leis de seu costume.

Decorrente dos conflitos, surgem novas relações identitárias. São atribuídas para a *gente de mar* identidades pejorativas como “criminosos”, “invasores” ou “piratas” que, embora sejam reivindicadas de forma momentânea para visibilizar o sentimento de injustiça perante a imposição da lei (como o caso de “Los Piratas”), não correspondem com as lutas pelo território levadas adiante, como a identidade “Chilotes”. Segundo Cordell (CORDELL, 2020), as comunidades litorâneas tem criado ao longo do tempo complexos “Estatutos de propriedade no mar”, em que os direitos de posse no mar são reclamados sob a forma de espaços marinhos em que historicamente os pescadores têm desenvolvido complexos sistemas de saberes que envolvem leituras sofisticadas sobre fatores naturais (como as marés, a relação com a lua, o clima, as correntezas, reprodução das espécies), técnicos (embarcações, ferramentas, equipamentos) e institucionais (arranjos entre famílias e comunidades). Entre os chilotes, as atividades no mar se realizavam em parceria entre grupos familiares que habitavam próximos uns dos outros. No caso dos homens, a pesca era realizada entre 3 a 4 pessoas que podiam ser irmãos, primos, cunhados, amigos ou vizinhos. As mulheres costumavam ir em grupos na praia nos dias de mudança das marés, para mariscar e coletar algas. Todo dentro de uma visão de que o mar é livre, ou seja, sem áreas de uso privado nem cercos que impossibilitem o trânsito das pessoas. Por séculos não foi necessária a intervenção das leis do Estado, existindo regras e significados do mar que iam além da sua função econômica. Atualmente, muitas destas pessoas são consideradas criminosas, da mesma forma que no século

XVIII camponeses na Europa foram considerados criminosos por realizarem atividades costumeiras dentro das florestas que habitavam.

As várias histórias que foram desenvolvidas ao longo do capítulo apresentam alguns padrões que resulta pertinente destacar. Os episódios de violência são mais comuns em épocas de crises econômicas da indústria do salmão, pois afeta diretamente as economias das famílias, principalmente, entre a população mais jovem. Os pescadores mais antigos, como Miguel, ainda garantem seus direitos de pesca, embora estes direitos estejam cada vez mais ameaçados. Para os jovens, já não são mais entregues cotas de pesca e eles, sem alternativa, devem procurar emprego em alguma das modalidades que oferece a indústria do salmão: como operário nas plantas de processamento ou como mergulhador consertando as jaulas nas concessões aquícolas. De qualquer forma, trata-se de empregos temporários e ante qualquer eventualidade são rapidamente demitidos. Pressionados seja pela indústria do salmão, seja pelas AMERB, as populações sem direitos de propriedade sobre o mar acabam recorrendo as suas atividades costumeiras e, muitas vezes, sendo punidos quando não expulsos dos mares que usaram tradicionalmente.

Em seu trabalho no Alaska, Paul Nadasdy descreve as mudanças entre *sociedades* indígenas decorrentes da *interação* com o Estado canadense (NADASDY, 2003, p. 2). Especificamente, o autor analisa as implicações da reclamação de terras por parte do povo indígena, ou *first nation* Kluane, que depois de anos de luta empreenderam um processo de auto-governança local e de co-manejo da terra. Esta conquista política significou ao mesmo tempo um processo de burocratização do povo Kluane, pois a forma de se relacionar com o Estado canadense e as instituições globais demandou dos Kluane, por exemplo, a criação de um corpo burocrático capaz de se relacionar nos termos exigidos por estas instituições, assim como a adoção de linguagens para levar adiante suas reivindicações nos termos exigidos pelo Estado (NADASDY, 2003, p. 5). Na sua análise, Nadasdy destaca como a interação dos Kluane com o Estado canadense promoveu uma “estratificação social” (*social stratification*), pois somente uma parte da população passou a ocupar os espaços burocráticos, enquanto a maioria além de não obter benefícios econômicos foi, de diversas maneiras, expulsa dos processos de decisão. Entre os Kluane, os primeiros

são chamados de “*city indians*”⁸⁷ (índios da cidade) e os segundos de “*bush indians*”⁸⁸ (índios do mato), os quais têm sido muitas vezes críticos do processo de reclamação de terras e das decorrentes divisões internas da comunidade produto da sua burocratização.

A divisão da população entre aqueles que estão envolvidos no processo de reivindicação de terras e se beneficiam monetariamente dele e aqueles que não se beneficiam, levou a uma crescente estratificação social na comunidade⁸⁹. (NADASDY, 2003, p. 258)

Acredito que a leitura que faz Nadasdy sobre os Kluane permite entender a implementação das AMERB entre os chilotes como um processo de interferência dos interesses privados e do Estado, que deriva na hierarquização entre grupos sociais que não existiam antes da expansão dos regimes de direitos de propriedade sobre os espaços e recursos marinhos. Como no caso dos Kluane, o Estado chileno legitima a interação entre as instituições públicas e um pequeno grupo de pescadores, expulsando a maior parte das pessoas do processo, e causando divisão e hierarquização entre eles. Nestes casos, a burocracia ajuda a implementar esse processo de expulsão e hierarquização. Paralelamente, um sentimento de injustiça e de reivindicação de um “mar livre” é possível de ser observado entre os chilotes. No próximo item descrevo algumas modalidades de organização e resistência que pude observar em Chiloé, todas elas consequências dos processos de cercamento do mar.

4.6 RESISTÊNCIAS E LUTAS FRENTE AO CERCO DAS EXPULSÕES

4.6.1 Os pescadores indocumentados e os “*sindicatos de lucha*”

Diversos conflitos têm se intensificado no Arquipélago de Chiloé, decorrentes da privatização dos espaços marinhos em prol das dinâmicas econômicas da indústria pesqueira. Entre os pescadores chilotes, a categorização como pescadores artesanais foi aceita pelos grupos que obtiveram direitos, como no caso das AMERB, e atualmente se reconhecem como pescadores artesanais em uma multiplicidade de espaços, a través da participação em sindicatos de pescadores artesanais que acostumam ser locais, assim como também em Federações e Confederações ao

⁸⁷ “*those who have spent their lives in village, or even urban, settings, and who often have a considerable amount of formal education*” (NADASDY, 2003, p. 19)

⁸⁸ “*those who have spent a significant part of their life on the land*” (NADASDY, 2003, p. 20)

⁸⁹ Tradução própria.

longo do país. Entretanto, os pescadores expulsos das dinâmicas econômicas e dos direitos de pesca, embora tenham se organizado em sindicatos, seu uso tem sido diferente.

Como descrito anteriormente, os sindicatos eram uma instituição estranha para os pescadores antes da formação das AMERBs. À diferença dos grupos que adquiriram direitos privados, muitos pescadores não se organizaram em sindicatos senão posteriormente, quando passaram a adotar tal modalidade para atuar dentro de um contexto de mudança legislativa. No ano de 2013, foi promulgada por parte de Congresso a Lei 20.657, chamada popularmente de “*Ley Longueira*”, devido ao sobrenome do Ministro de Economia da época que a impulsionou, Pablo Longueira. Existia uma conjuntura e era que no dia 31 de dezembro de 2012 venceriam os permisos para a pesca artesanal, os quais foram entregues por dez anos para distintas empresas donas de embarcações de mais de 18 metros de “*eslora*” (comprimento de fora a fora). Isto abria três possibilidades: a entrega de novos permisos por mais de dez anos, a possibilidade de instaurar um modelo de licitações para adquirir permisos de pesca ou, como impulsionado por Longueira (do partido de direita Unión Demócrata Independiente, UDI), a modificação da modalidade de permisos de pesca para um outro modelo, em que os permisos passassem a ser “*Licencias Transables de Pesca*”⁹⁰. Segundo a Lei 20.657, as *Licencias Transables de Pesca* seriam entregues por vinte anos, com possibilidade de renovação por mais de vinte anos, justamente como sucede com as AMERB. Através de intensas e aceleradas discussões dentro do Congresso, no dia 02 de agosto de 2011 Longueira conseguiu aprovar a Lei⁹¹, com o apoio da “Confederación Nacional de Pescadores Artesanales de Chile” (CONAPACH).

Tal situação provocou uma grande indignação entre os pescadores, que começavam a se organizar em sindicatos, mesmo não tendo direitos de propriedade, para tentar frear a promulgação da Lei que consideravam ainda mais prejudicial para eles. Diversos sindicatos ao longo do país se organizaram para criar uma organização nacional para defender os interesses dos pescadores artesanais que não aderiam a

⁹⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PRfbQV3TtmA&ab_channel=CNNChile.

⁹¹ Posteriormente foram descobertos esquemas de corrupção entre as principais empresas de pesca, como CORPESCA, e o próprio Longueira.

CONAPACH, assim como provocar a nulidade da *Ley Longueira*. Assim foi criada a “*Confederación Nacional por la Defensa de la Pesca Artesanal*” (CONDEPA) por diversos sindicatos de todo Chile, presidida por Nelson Estrada, dirigente da região do Bío-Bío, contrários a CONAPACH. Dentro dos sindicatos que participam da CONDEPA, em Ancud os pescadores indocumentados criaram o “Sindicato Mar de Todos Marichiweu⁹²” chamado de um “*sindicato de lucha*”:

Diego: En algún minuto antes que hiciéramos el sindicato, corríamos la misma suerte que el resto de indocumentados. A pesar que nosotros hacemos una actividad que es la del cazador recolector, desde que existía el pescador, antes que existiera el buzo, existían los cazadores recolectores. Entonces apelando a eso, nosotros organizamos el sindicato, porque había hartos chicos que hacían apnea, trabajábamos de esa forma, a pulmón. Como se hacía antiguamente. De ahí nosotros organizamos el sindicato y ahí nació Mar de Todos Marichiweu. Cuando decidimos organizarnos fue básicamente porque nos dimos cuenta que había muchos problemas que eran de legislación, entonces básicamente fue un sindicato de lucha.

Manuel: ¿Ustedes se definen así?

Diego: Sí, nos definimos así, porque nacimos de la lucha, de no tener nada y de ser desplazados con el resto de compañeros también, nos organizamos y decidimos llevar el sindicato por ese lado. Así es que empezamos a tener contacto con otros compañeros que en ese minuto estaban trabajando por el tema de la anulación de la Ley Longueira, ley 20.657 y que también tiene mucho que ver con las áreas de manejo y la privatización del mar.

O sindicato Mar de Todos Marichiweu reúne aproximadamente 60 pessoas, as que trabalham mergulhando em apneia “*como se hacía antiguamente*”. Quando estive em Ancud no verão, era a época de extração de *luga*. Diego e outras pessoas saíam cedo, ao redor das 6 da manhã e retornavam umas 18 horas, com *luga* para vender. Segundo ele, no momento que criaram o sindicato decidiram em assembleia não lutar por uma AMERB e sim por uma mudança legislativa que garantisse que o mar “fosse de todos”. Pretendiam a reformulação das AMERB e dos direitos sobre os recursos e espaços marinhos, principalmente os mais ricos em biodiversidade. O Sindicato Mar de todos Marichiweu também criou uma mídia no Facebook, chamada “Defensa de los Mares al Sur del Mundo⁹³”

Diferente dos sindicatos das AMERB, que estão representados e seus interesses a través de organizações como a CONAPACH, sindicatos como o “Mar de

⁹² Palavra em língua mapuche que significa “Dez vezes iremos vencer”.

⁹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100064591335765>

Todos Marichiweu” defendem os interesses da gente de mar indocumentada, sem se identificar de forma tão clara como pescadores artesanais. O sindicato está construído por pessoas sem direitos sobre os espaços e recursos marinhos, e defendem o livre acesso ao mar para todos os chilotes.

4.6.2 O *mayo chilote* e a emergência de identidades de resistência em Chiloé

Como foi descrito no Capítulo 2, a identidade “chilote” tem variado ao longo do tempo, passando por épocas em que era compreendido como uma forma pejorativa usada para se referir aos habitantes do Arquipélago de Chiloé. Até meados do século XX, os fazendeiros da Patagônia austral empregavam os “chilotes” para desenvolver os trabalhos mais pesados, em troca de baixos salários, quando não a morte. A partir de 1970, o Estado chileno começa a se referir ao Arquipélago de Chiloé e aos seus habitantes como uma região com grande potencial produtivo, porém “atrasada” e “subdesenvolvida” e suas lideranças sem a capacidade cultural de implementar processos de modernização. Isto iria mudar recentemente, em que “ser chilote” toma um novo vigor, principalmente entre os grupos expulsados dos processos de expansão econômica capitalista.

Foi por causa da grande mobilização popular de 2016, como já mencionado, que me interessei em realizar um projeto de doutorado para pesquisar os motivos e as consequências deste “conflito socioambiental”. A razão aparente da ação de mobilização dos pescadores chilotes era a dos efeitos provocados pela mortandade das espécies marinhas decorrentes da *marea roja* (floração de algas nocivas), que os afetou enormemente durante os primeiros meses do ano. Embora as pesquisas científicas realizadas *a posteriori* não foram conclusivas sobre os motivos da *marea roja* (*Comisión Marea Roja*), os pescadores atribuíram a responsabilidade à indústria do salmão pelo derramamento ao mar de mais de 4.600 toneladas de salmões mortos por contaminação, e ao Estado de Chile por ter permitido tal proceder (ARAOS et al., 2019). Segundo a imprensa da época, em maio de 2016 cinco mil pessoas entre mergulhadores e pescadores chilotes estavam impedidos de trabalhar por causa da mortandade das espécies marinhas provocada pela *marea roja*, enquanto três mil operários da indústria do salmão foram demitidos, gerando uma nova crise econômica na região.

Atualmente, os membros das famílias chilotas oscilam entre trabalhar nas distintas modalidades da pesca e os empregos da indústria do salmão. A demissão em série da indústria do salmão significou um severo impacto na economia dos grupos familiares em Ancud. Em decorrência, a conjunção da poluição do mar junto com a perda dos empregos na indústria do salmão, gerou entre os chilotos um sentimento de indignação que os levou a tomar o controle dos acessos para o Arquipélago, junto com a manifestação com barricadas e assembleias, por mais de três semanas. A primeira decisão foi a de interromper o trânsito na entrada norte da Ilha Grande, que conecta o continente com o Arquipélago. Aguardando possíveis ataques da Polícia, os pescadores faziam turnos de 10 horas da noite até as 8 horas da manhã, armados com varas de *mañío*. Estas decisões foram primeiramente estabelecidas pelos dirigentes dos sindicatos de pescadores vinculados às AMERB, os quais, segundo Paché (quem os assessorou na negociação com o governo) “não fizeram caso” e terminaram por aceitar uma bonificação de 150.000 pesos (900 reais aproximadamente) que foi oferecida pelo governo para cada pescador cadastrado no RPA, deixando fora da negociação a grande parcela da população que não tem registro. Para Paché, as possibilidades que se abriram no conflito poderiam ter permitido um “cambio estrutural” e os dirigentes dos sindicatos não deram conta de levá-la a cabo, acabando por aceitar o que o governo ofereceu para eles. Todavia, o governo conseguiu negociar separadamente com os dirigentes, sem consultar a maioria da população que estava se mobilizando em Ancud. Em decorrência, a atuação dos dirigentes da pesca artesanal não foi bem recebida pelas pessoas dedicadas às atividades de pesca que não detém direitos sobre o mar. Em uma conversa que tive uma noite com Diego e Silvia na casa deles, me explicaram o sentimento sobre o movimento que parecia chegar ao seu fim por conta da negociação entre os dirigentes e o governo. Diego me explicava que,

los dirigentes no tenían el peso ni las ganas ni la experiencia para llevar un proceso político de ese tamaño, buscaron rápidamente distintos tipos de acuerdo con el gobierno, que derivaron en el pago de un bono, bonos bajos por lo demás, mientras que otros grupos en Chiloé se movilizaron y buscaron generar cambios reales contra la industria del salmón que beneficiaran a la población. Nos sentíamos desprotegidos y el mar que es nuestra vida, es sagrado, nos veíamos con el acceso restringido e imposibilitados a traer el sustento diario, lo cual asustó mucho a la población, generó un gran pánico y miedo.

O que tinha começado como um confronto em Ancud entre pescadores artesanais e o Estado chileno, rapidamente se espalhou pelo Arquipélago de Chiloé, ressoando entre diversos grupos. Em todas as localidades e cidades do Arquipélago se montaram barricadas e as pessoas começaram a debater em torno a assembleias que eles mesmos criaram. Eduardo Mondaca resgata na sua tese de doutorado a fala de um locutor de rádio que faz uma pergunta instigante: *¿este movimiento de quién es?*.

“En las primeras horas la movilización fue muy focalizada, tenía que ver con los Pescadores, pero **ya a las 4 o 5 de la tarde dejó de ser de los pescadores, ya fue de la comunidad chilota misma** (...), y bueno, recuerdo que dijimos “¿dónde están los pescadores?, nos llamaron a este tema para reportear, queremos hablar con ellos, dónde está el vocero” entonces dijimos **“¿este movimiento de quién es?”**. Se radicalizó en ese momento, y ya fue global, **entonces se unieron todos los sectores, no quedó ninguno fuera**” (MONDACA-MANSILLA, 2019, p. 282)

Deste modo, o que se iniciou como um conflito setorial entre os pescadores e o governo passou a uma rebelião mais ampla de chilotos que defendiam “princípios morais”, muito similar ao apresentado por E.P. Thompson na sua concepção de “Economia Moral” (1971). Não era simplesmente uma resposta espontânea frente aos excessos de uma indústria poluente e excludente, senão também a reafirmação de um senso de justiça social e de direitos territoriais que envolveu uma grande quantidade de grupos que habitam o Arquipélago de Chiloé, que vem sendo expulsados do seu território de forma consistente pelo menos durante os últimos quarenta anos. Mondaca refere-se a esse processo da seguinte maneira:

La profundidad histórica de los sentires involucrados en la protesta, hacen que prontamente la demanda sectorial de los pescadores artesanales transite a una ampliada **protesta territorial**, mezclando una serie temas y tiempos históricos. (MONDACA-MANSILLA, 2019, p. 282)

Embora o mar não fosse mais “livre” como costumam dizer em Chiloé antes do desastre ambiental de 2016, mesmo cercado e cada vez mais poluído, o mar ainda possibilitava alguns acessos para os chilotos desenvolverem seus modos de vida. Todavia, com a morte das espécies marinhas produto da *mareja roja* se alcançou um “ponto limite” de tolerância às sucessivas expulsões, o que fez aos chilotos reagirem, já que sem um mar “vivo” (ou com um mar “morto”) não existe territorialidade chilota e a própria vida humana e não humana se vê fortemente ameaçada. Silvia, quem se reconhece como chilota e mulher de mar, define o mar como um “espaço de saúde”:

El mar es mucho más que un supermercado donde uno va a buscar recursos o productos. Para gente que habita territorios como este, para nosotros, para nosotras, el mar es mucho más complejo que eso y es muy difícil de mirarlo segmentado. Creo que uno de los errores que hace que hoy estemos viviendo estas consecuencias, tiene que ver con esa segmentación. El mar es un espacio de salud. Yo no sólo voy a buscar recursos al mar, voy a sanarme al mar, voy a alimentarme al mar. Y eso muchas veces se rompe cuando intermedia el dinero.

Essas lutas ao longo do ano de 2016 resultaram na aproximação de vários pescadores, trabalhadores da indústria do salmão e grupos de jovens com estudos formais de diferentes locais do Arquipélago, que começaram a estruturar suas demandas reivindicando serem “habitantes históricos” do território, demandando direitos territoriais para ter o controle político da região, com forte crítica contra o modelo de desenvolvimento baseado na depredação do meio ambiente. Esse processo foi relatado pelo movimento “Archipiélago Soberano”, composto por chilotes de várias procedências locais que compartilham em comum ser habitantes do Arquipélago de Chiloé e que se formou justamente durante o mês de maio de 2016. Em um texto fundacional para se referir ao *mayo chilote*:

Lo importante es que la comunidad política insular, el pueblo chilote, vaya generando las capacidades políticas para elegir y definir sus propias líneas de convivencia a nivel político, cultural, económico, espiritual, etc. (...) No solo defendemos una memoria y territorialidad propia, sino que bogamos para que se transformen en política pública. Eso es soberanía en un sentido fuerte y concreto. La capacidad soberana insular para generar disputas institucionales concretas es, justamente, lo que hoy está en juego en Chiloé. Es nuestro gran desafío político. (ARCHIPIÉLAGO SOBERANO, 2020, p. 17)

Na sua tese, Mondaca transcreve uma fala de uma lideresa Mapuche-Williche, quem faz referência sobre a importância de que as identidades locais, como “ser de Ancud”, “ser de Quellón”, “ser de Quemchi”, devem transcender, já que o Arquipélago de Chiloé se trata de “*un gran territorio histórico*”. Para ela, existe uma relação entre as identidades indígenas (Mapuche-Williche) e as identidades tradicionais (habitar o Arquipélago de Chiloé)

entonces no cabría en ninguna parte que uno diga, no yo soy de Ancud nomas, no puedo querer a Quellón, no puedo querer a Quemchi, nopo, somos un solo gran territorio. Cuando yo recorro y ando con mi familia, me llevo mi mate y me acomodo, miro y me siento una mujer libre, con fuerza, en un solo gran territorio histórico” (MONDACA-MANSILLA, 2019, p. 291)

Da convergência de vários grupos expulsos dos direitos do mar, junto com jovens que acederam a educação formal através do trabalho assalariado das suas

mães e de seus pais (como o próprio Eduardo Mondaca, amplamente citado nesta tese) emergiu recentemente uma identificação com ser “chilote”, como habitantes de um território específico conformado por mais de 40 ilhas, em que vem se desenvolvendo formas de habitar comuns há mais de cinco séculos. Neste contexto de resistência e mobilização, a partir de 2016, a identidade chilote toma um novo impulso, através da crítica profunda ao modelo econômico atual, assim como a busca por mudanças territoriais que dialoguem com os modos de vida que os chilotes consideram como tradicionais, com o acesso aos espaços e recursos marítimos negados sistematicamente a partir da década de 1980, e com o cuidado do mar e o fim da sua poluição.

Os fatores para que a identidade chilote tomasse força são vários. Embora no Arquipélago de Chiloé habitem diversos grupos sociais, existe historicamente uma identificação ao território por parte das pessoas, que se reconhecem de modo geral como *chilotes*, os quais se sentem habitantes de um território insular (arquipélago), com modos de vida, costumes e processos de miscigenação que os diferenciam com outros grupos de “fora”. Entretanto, tal identificação tem sido historicamente pejorativa, pois diversos grupos com interesses comerciais na região têm desenvolvido narrativas sobre os chilotes, caracterizando-os como pessoas “preguiçosas”, “violentas”, “subdesenvolvidas”, etc. sempre com o intuito de explorar o território e usar aos chilotes como mão de obra barata. Por que, então, as pessoas que habitam o arquipélago se apropriaram de uma identidade pejorativa e passam a se identificar, com orgulho, como chilotes? A leitura que faz Ioris (2014) sobre os processos de rearticulação sociopolítica e cultural entre povos da Amazonia permite levantar uma resposta. Seguindo a Victor Turner, Ioris presta atenção aos períodos *limiares* ou de transição, que são superados mediante a ativação de uma série de *técnicas* e *ações simbólicas* que ajudam a restaurar a *communita* (Turner, 1974, p. 41 em Ioris, 2014, 251).

De certo, o *mayo chilote* inaugurou um período de grande crise em Chiloé, decorrente do derramamento do salmão morto, provocando o que os chilotes chamam como “*La muerte del mar*”. Foi dentro desse período liminar que os chilotes se reuniram em assembleias nas ruas das cidades, em torno aos *fogões*, para falar dos maus tratos que o território e eles vêm recebendo por parte da Indústria pesqueira e

dos representantes do Estado, emergindo um sentimento generalizado de “abandono”. A morte massiva das espécies do mar, que impossibilitou as atividades pesqueiras durante meses, indignou profundamente ao povo chilote, criando uma fronteira entre “nós” e “eles” que identificou aos distintos grupos que habitam um Arquipélago como um grupo só. A identificação dos “*de afuera*”, sejam empresários, sejam políticos, como os culpáveis da devastação que sofreu o território, foi fundamental para o fortalecimento da identidade “chilote”. Entretanto, o que considero mais importante, é que a identidade “chilota” emerge devido as sucessivas modalidades de expulsão que vem sofrendo os grupos locais, impedidos de exercer seus modos de vida tradicionais. Nesse sentido, acredito que a noção de “terras tradicionalmente ocupadas” (WAGNER BERNO DE ALMEIDA, 2004) e de “povos tradicionais”, elaborados no Brasil com o intuito de entregar direitos territoriais constitucionais uma grande diversidade de povos, pode ser uma ferramenta interessante para repensar as lutas dos chilotes, pois sem se considerar indígenas, reafirmam uma ocupação do território, demonstrando uma relação particular com o Arquipélago de Chiloé, que os define como um grupo diferenciado do resto da sociedade nacional.

Neste capítulo, foram descritas as modalidades de expulsão entre os pescadores em Ancud, as quais tem servido para dividir as populações locais em “donos” e “não donos” do mar, muitos dos quais passaram a ser trabalhadores assalariados, ao mesmo tempo que espaços e recursos tidos como comuns passaram a ser comercializados para fornecer o comercio mundial de mariscos e peixes. Ademais, neste capítulo foi descrito o processo emergente de uma identidade territorial que aglutina pescadores, trabalhadores da indústria do salmão e inclusive estabelece relações com grupos étnicos como os Mapuche-Williche, todos considerados “chilotes” ou habitantes do Arquipélago de Chiloé. Tal identidade emerge como uma resposta aos avanços das distintas modalidades da expansão das dinâmicas econômicas referidas à indústria pesqueira, assim como a privatização dos espaços e recursos marinhos.

4.7 CERCAMENTOS, EXPULSÕES E RESISTÊNCIAS

Esta tese teve por objetivo analisar as transformações entre grupos sociais de pescadores que habitam o sul do Chile, identificados como chilotes, decorrentes da implementação de uma nova economia política que redefiniu os direitos sobre os espaços e recursos sobre o mar que mantiveram como próprios até a década de 1980. Entre os diversos grupos que habitam o Arquipélago de Chiloé, direcionei meu olhar entre aqueles grupos de pescadores da região de Ancud, que têm passado por diversos processos de perda de direitos territoriais durante os últimos quarenta anos, com o intuito de preencher um vácuo que identifiquei entre os trabalhos acadêmicos a respeito destes grupos.

Para abordar os conflitos pelos espaços marítimos, elaborei a noção do “cerco das expulsões”, tendo como ponto de partida as próprias preocupações e dilemas vividos pelos chilotes, que me falaram desde o início das nossas conversações sobre as distintas modalidades de cercamento do mar no Arquipélago e de como tinham perdido grande parte dos direitos sobre os espaços e recursos marinhos. Ouvi muitas histórias de como o mar deixou de ser *libre*, e como seu fechamento foi mudando seus modos de vida, tornando-se mão de obra da indústria do salmão e também “pescadores ilegais”.

Com o intuito de abordar academicamente esses problemas, coloquei-me em diálogo com os trabalhos de E.P. Thompson sobre os cercamentos das terras camponesas na Inglaterra (1987), as reflexões de Saskia Sassen sobre as novas ondas de expulsões no século XXI (2014), e as de Pacheco de Oliveira (1988) sobre situações históricas (1988). Às diversas reflexões destes autores me permitiram elaborar a noção de “cerco das expulsões”, para guiar a análise sobre as mudanças e expulsões nos territórios motivadas por interesses econômicos concretos e visíveis, as mudanças nas esferas do poder do Estado e a legitimação das mudanças por meio de discursos e agências financiadas com parcerias público-privadas. Além disso, o conceito permite entender as resistências dos expulsados e como elas são elaboradas a partir da visão e das ações dos sujeitos. Dessa forma, através da noção do “cerco das expulsões” descrevi a implementação da indústria pesqueira e seus efeitos sobre os chilotes a partir do cercamento dos espaços comuns, as mudanças administrativas e jurídicas no contexto de um regime autoritário para punir atividades costumeiras e

transferir direitos de propriedade á agentes privados, assim como também os discursos sobre o Desenvolvimento que podem ser verificados para Chiloé desde a década de 1960, etiquetando aos chilotes como um povo “subdesenvolvido” e “atrasado culturalmente”.

A minha leitura do processo atravessado pelos chilotes é tributária do trabalho de Pacheco de Oliveira (1988), quando coloca a questão da terra como eixo central para entender as mudanças dentro de grupos sociais em conflito com o Estado. Para o caso de Chiloé, foi fundamental para entender a relação entre as distintas modalidades de espaços territoriais e a conformação de identidades entre as comunidades locais. Especificamente, pautei como guia analítica os trabalhos realizados por Ioris (2014) quando analisa as três décadas de existência da Floresta Nacional do Tapajós, na Amazônia, e os modos em que as pessoas das comunidades locais se relacionaram com diferentes identidades sociais decorrentes da modulação dos espaços territoriais por parte do Estado brasileiro. Segundo Ioris (2014), é possível distinguir distintos momentos de *“(re)construção dos espaços e das organizações sociais”* (2014, p. 269) que orientam o entendimento sobre as transformações dos espaços e das identidades sociais.

Antes de 1980, quando o “mar era livre”, os chilotes identificavam-se muito mais de acordo com as localidades que habitavam, baseadas nos modos tradicionais de ocupar os espaços territoriais. Assim, possuíam várias formas de se identificar, como ser “de Ancud”, “de Castro”, “de Chonchi”, ou também como “chilotes” ou “gente de mar”. De um modo geral, as distintas comunidades de pescadores em Chiloé possuíam territorialidades similares, baseadas no uso comum dos recursos, e sustentadas no trabalho comunitário (mingas), no acesso das famílias às praias e os recursos marítimos, e em práticas e técnicas produto de vários séculos de relação e miscigenação entre grupos sociais nativos e advindos de outras regiões e continentes.

Posteriormente, para o Estado chileno implementar a indústria pesqueira, foi necessário cercar e privatizar os espaços comuns, em contexto autoritário, através de distintas modalidades de concessões, como as AMERBs e as concessões aquícolas de salmão. Nesta tese, focalizei nas consequências da implementação da “Ley General de Pesca y Acuicultura” (LGPA), tanto na “categorização” da gente de mar de

mar quanto na sua “estratificação social” (NADASDY, 2003). Para poder realizar suas atividades no mar (os que não passaram por processos de proletarização), os chilotes tiveram que adotar novas identidades como a de “*pescador artesanal*”, “*buzo mariscador*”, “*recolector de orilla*”, todas elas relacionadas a uma visão funcional da extração de espécies marinhas. Outro efeito do cercamento dos espaços comuns foi a liberação de mão de obra absorvida pela indústria do salmão, necessária para seu desenvolvimento. Por meio da LGPA, uma territorialidade complexa baseada na solidariedade entre as famílias passou a ser orientada por dinâmicas mercantis que visam ao lucro privado através da exportação para o comércio nacional e mundial de produtos muito valorizados, como os *locos*.

Embora alguns grupos tenham adotado a identidade de “pescadores artesanais”, inserindo-se nas dinâmicas econômicas impulsionadas pelo Estado, uma grande parte da população foi expulsa das dinâmicas econômicas implementadas pela LGPA, passando a não ter direitos de uso sobre os espaços e recursos marinhos. Muitas destas pessoas são jovens que têm trabalhado como mão de obra para a indústria do salmão, porém as constantes crises econômicas os deixam constantemente desempregados. Através da punição de atividades costumeiras, grupos classificados como “ladroes” ou “piratas” continuam reivindicando direitos costumeiros sobre um mar que consideram livre, e que era de todos, não apenas de grupo privados.

Recentemente, emerge entre os chilotes a necessidade de contestar o projeto de modernização impulsionado pelo Estado chileno, reivindicando uma identidade como habitantes históricos do Arquipélago de Chiloé, baseado numa territorialidade e memória histórica próprias. São grupos que não se identificam nem como pescadores artesanais, nem como indígenas (os quais já tem impulsionado processos de reivindicação de espaços marítimos, as ECMPO), mas como “chilotes”. Ao finalizar esta tese, penso que poderia resultar útil discutir junto com os chilotes noções como “populações tradicionais” ou “terras tradicionalmente ocupadas”, utilizadas no Brasil para garantir direitos territoriais constitucionais e que “*expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza*” (WAGNER BERNO DE ALMEIDA, 2004, p. 9). Assim, espero no futuro não muito distante poder socializar esta pesquisa junto com os

chilotes e corroborar o poder do trabalho antropológico na construção de direitos para os povos que têm habitado historicamente os territórios insulares do sul do Chile.

REFERÊNCIAS

- ALMONACID, F. The Agrarian Reform in southern Chile during the military dictatorship: Parceleros in the provinces of Valdivia and Osorno, 1973-1989. **Historia Agraria**, n. 71, p. 175–207, 2017.
- ÁLVAREZ, R. et al. Reflexiones sobre el concepto de maritorio y su relevancia para los estudios de Chiloé contemporáneo. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, v. 36, p. 115–126, 2019.
- ALVAREZ, R.; BAHAMONDE, N. Los Corrales de Pesca de San Juan de Coquihuil. **Revista Suelo Americano**, v. 5, p. 96–103, 2003.
- ANTONIO, S. V. et al. La cocina chilota: El genuino lugar de encuentro de una comunidad bordemarina. **Revista INVI**, v. 24, n. 67, p. 155–172, 2009.
- ARAOS, F. et al. Diálogos antropológicos para descifrar la crisis socioambiental en Chiloé. **Cultura-hombre-sociedad**, v. 29, n. 1, p. 407–437, 2019.
- ARCHIPIÉLAGO SOBERANO. **Hilvanando nuestra soberanía insular**Castro, Chiloé, 2020. Disponível em: <<https://www.archipelagosoberano.cl/documentos/>>
- BECKER, B. K. Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da geopolítica. In: LEAL, M. C. (Ed.). **Saúde, ambiente e desenvolvimento: uma análise interdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1992. p. 127–152.
- BENGOA, J. **El campesinado chileno después de la reforma agraria**Colección **Estudios sociales**, 1983.
- BENGOA, J. **La comunidad perdida: ensayos sobre identidad y cultura: los desafíos de la modernización en Chile**. [s.l: s.n.].
- BENGOA, J. **Bengoa, José, Historia de un conflicto: El Estado y los mapuches en el siglo XX**. 2. ed. Santiago: Editorial Planeta, 2002.
- BENGOA, J. **La memoria olvidada. Historia de los Pueblos Indígenas de Chile**. [s.l.] Cuadernos Bicentenario. Presidencia de la República de Chile, 2004. v. 7
- BRAVO, J. M. **La Cultura Chilota Y Su Expresion Territorial En El Contexto De La Globalizacion De La Economia**. [s.l.] Universidad de Chile, 2004.
- BUGUEÑO-FUENTES, Z. Historical-spatial analysis of the use of the coastal border in San Juan, inland sea in Chiloé. **Aus**, n. 23, p. 20–27, 2018.

BUSCHMANN, A. et al. **Informe Final. Comisión Marea Roja**. [s.l: s.n.]. Disponible en: <http://www.subpesca.cl/portal/616/articles-95146_documento.pdf>.

CÁRCAMO, N. **Trabajadoras en la fábrica y en la casa : trayectorias laborales de mujeres chilotas en la industria salmonera 1980-2008**. [s.l: s.n.].

CÁRDENAS, R.; MONTIEL, D.; HALL, C. **Los Chono y los Veliche de Chiloé**. Santiago: OLIMPHO, 1991.

CARRASCO, M. X. U. Interacciones entre españoles de chiloé y chonos en los siglos XVII y XVIII: Pedro y francisco delco, ignacio y cristóbal talcapillán y martín olleta. **Chungara**, v. 48, n. 1, p. 103–114, 2016.

CARRERA, I. Breve historia de la acuicultura y salmonicultura en el sur de Chile. n. 2003, p. 36–49, 2020.

CASTILLA, J.; GELCICH, S. Management of the loco (Concholepas concholepas) as a driver for self-governance of small- scale benthic fisheries in Chile. **FAO Fisheries Technical Paper**, n. 504, p. 441–451, 2008.

CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS. **“El Ladrillo” Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno**. [s.l: s.n.].

CHILE, M. DE. **Anuario Hidrografico de la Marina de Chile**. [s.l: s.n.].

CID, D.; ARAOS, F. Las contribuciones del espacio costero marino para pueblos originarios (ECMPO) al bienestar humano de las comunidades indígenas de Carelmapu, Sur de Chile. **Cuhso • Cultura-Hombre-Sociedad**, p. 1–27, 2021.

CISTERNAS URBINA, C. La Fiebre del Loco en Puñihuil. In: DÍAZ PLA, R. (Ed.). **La pesca artesanal en Chile. puntos de vista y diálogos desde la antropología**. Santiago: [s.n.]. p. 99.

COLAÇO DIAS NETO, J. Segredos, pescadores e etnógrafos. **Vivência 40: Revista de Antropologia**, n. 40, p. 121–129, 2012.

COMUNIDAD DE CATRUMÁN. **Cuaderno de la Historia de Catrumán**. Ancud: Imprenta Obispado de Ancud, 1989.

COMUNIDAD DE CHONCHI. **Cuadernos de la Historia**. Ancud: Imprenta Obispado de Ancud, 1986.

CORDELL, J. **Introdução ao livro: Um mar de pequenos barcos, The sea of small**

boats. John Cordell (ed) **Cultural Survival Report 26, 1989, Inc Cambridge, Mass.** Antonio Diegues, Tradutor, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jnc.2020.125798>> <<https://doi.org/10.1016/j.smr.2020.02.002>> <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/810049>> <<http://doi.wiley.com/10.1002/anie.197505391>> <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780857090409500205>> <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780857090409500205>>

CORTINEZ, V. **“Lo que bota el mar no tiene dueño”: Territorialidades costeras e implicações da privatização do mar entre comunidades originárias do Sul do arquipélago de Chiloé, Chile.** [s.l.] Universidad Federal de Santa Catarina, 2023.

DUMANS GUEDES, A. Andança, agitação, luta, autonomia, evolução - Sentidos do movimento e da mobilidade. **RURIS**, v. 9, n. 1, p. 111–141, 2015.

ESCOBAR, A. **Escobar_La invención del 3er mundo.** [s.l.: s.n.].

ESCOBAR, A. **La invención del desarrollo.** 2. ed. [s.l.: s.n.].

GARCÍA, J. Antecedentes históricos y legales de la radiodifusión comunitaria en Chile (de 1950 a 2000). **Historia Actual Online**, v. 54, n. 1, p. 63–74, 2021.

GARRETÓN, M. **Neoliberalismo corregido y progresismo limitado : los gobiernos de la Concertación en Chile 1990-2010.** Santiago: Editorial Arcis - CLACSO, 2012. v. 7

GELCICH, S.; GODOY, N.; CASTILLA, J. C. Artisanal fishers' perceptions regarding coastal co-management policies in Chile and their potentials to scale-up marine biodiversity conservation. **Ocean and Coastal Management**, v. 52, n. 8, p. 424–432, 2009.

GOLUSDA, P. **La Introducción del Salmón en Chile.** Santiago: [s.n.].

GONGORA, M. **El Estado en el Drecho Indiano. Epoca de Fundación. 1492-1570.** Santiago: Instituto de Investigaciones Histórico - Culturales, Facultad de Filosofía y Educación. Universidad de Chile., 1951.

GUIZA, A. M. Apresentação. El Dorado resignificado durante más de cinco siglos. **Revista de la Asociación Latinoamericana de Antropología**, p. 15–22, 2020.

GUSINDE, M. **Fueguinos. Una crónica sobre los pueblos australes.** [s.l.] Alquimia Ediciones, 2020.

GUTIÉRREZ, R. Las misiones circulares de los jesuitas en Chiloé: apuntes para una

historia singular de la evangelización. **Apuntes: Revista de estudios sobre patrimonio cultural - Journal of Cultural Heritage Studies**, v. 20, n. 1, p. 50–69, 2007.

HARAMBOUR, A. Racialización desde afuera, etnización hacia adentro. Clase y Región en el movimiento obrero de la Patagonia, principios del siglo XX. In: **Historias de racismo y discriminación en Chile**. Santiago: [s.n.].

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons Garrett Hardin. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243–1248, 1968.

IORIS, E. **Uma floresta de disputas: Conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia**. Florianópolis: [s.n.].

LITTLE, P. E. Territorios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da. p. 251–290, 2001.

MALLON, F. **La sangre del copihue. La comunidad mapuche de Nicolás Ailío y el Estado chileno, 1906-2001**. Santiago: LOM, 2005.

MARIÑANCO, A. El Precio Familiar del salmón. In: **Archipiélago de Chiloé: nuevas lecturas de un territorio en movimiento**. [s.l.] Editorial CESCH, 2018. p. 321–338.

MARX, K. **En Defensa de la Libertad. Los Artículos de la Gaceta Renana 1842-1843**. Valencia: [s.n.].

MARX, K. **O Capital. Livro I**. [s.l.] Boitempo, 2011.

MAUSS, M. **SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**. [s.l.] COSAC NAIFY, 2003.

MCCLANAHAN, T. R. .; CASTILLA Z., J. C. **Fisheries management: progress towards sustainability**. [s.l.] Blackwell Pub., 2007.

MINISTERIO DEL INTERIOR. **INFORME DE LA COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA**. [s.l.] La Nación S.A., 2005.

MIRANDA, F. V.; STOTZ, W. B. Why do state interventions in artisanal fisheries often fail in Chile? Misalignment to the way of life of fishers. **Marine Policy**, v. 132, n. June, p. 104693, 2021.

MONDACA-MANSILLA, E. La soberanía política territorial como condición para una izquierda descolonial. 2019.

MORALES, D. El negocio de la madera: comerciantes y “hacheros” de Chiloé, 1850-

1875. **Magallania (Punta Arenas)**, v. 42, n. 2, p. 41–60, 2014.

MUÑOZ CARREÑO, R. **Contra el olvido. Chiloé Siglo XX**. Ancud: La Bauda, 2021.

NADASDY, P. **Hunters and Bureaucrats: Power, Knowledge, and Aboriginal-State Relations in the Southwest Yukon**. Vancouver: UBC Press, 2003.

NUÑEZ, D. Chonos, Payos y Williche del Sur de Chiloé. Pasado y Presente de la Negación de un Pueblo. In: **Archipiélago de Chiloé: nuevas lecturas de un territorio en movimiento**. Santiago: CESCH, 2018.

OLIVEIRA, J. P. DE. **Regime Tutelar E Faccionalismo. Política E Religião Em Uma Reserva Ticuna**, 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **“O Nosso governo”: Os Ticuna e o regime tutelar**. Brasília: Marzo Zero, 1988.

PLATH, O. **Geografía del mito y la leyenda chilenos**. 2. ed. Santiago: [s.n.].

RAMÍREZ, E. et al. Dinámicas territoriales de Chiloé. Del crecimiento económico al desarrollo sostenible. p. 33, 2010.

REYES, A.; BARAHONA, N. **Monitoreo de la pesquería del recurso almeja en la X Región, 1994. Informe Técnico IFOP-Fondo de Investigación Pesquera**. [s.l: s.n.].

ROBLEDO VALLEJOS, P. A.; PEÑA BARRIGA, G. Resignificaciones identitarias en el archipiélago de Chiloé. Discursos e imaginarios sobre el Mayo Chilote. **Territorios**, n. 43, p. 1–26, 2020.

SAAVEDRA, G. Los futuros imaginados de la pesca artesanal y la expansión de la salmonicultura en el sur austral de Chile. **Chungara**, v. 47, n. 3, p. 521–539, 2015.

SAAVEDRA, G. La pesca artesanal en el sur austral de Chile . controversias territoriales en el espacio marino-costero artisanal fishing in the far south of chile . n. June, p. 65–84, 2016.

SAAVEDRA GALLO, G. La pesca artesanal en las encrucijadas de la modernización. usos, apropiaciones y conflictos en el borde costero del sur de Chile. **Revista Andaluza de Antropología**, n. 4, p. 79–102, 2013.

SAAVEDRA GALLO, G.; NAVARRO PACHECO, M. Pesca artesanal, economía e intermediación en litoral del sur austral chileno. Un análisis histórico-etnográfico con perspectiva latinoamericana. **Estudios Atacameños**, n. Dossier Relaciones políticas,

económicas y socioculturales en los espacios haliéuticos iberoamericanos (Parte 2), p. 65–84, 2020.

SALÉM, J. O lapis é mais pesado que a enxada: reforma agraria no Chile e pedagogías camponesas para transformación económica (1955-1973). p. 497, 2020.

SASSEN, S. **Expulsion. Brutality and Complexity in the Global Economy**. [s.l.] HARVARD UNIVERSITY PRESS, 2014.

SEPÚLVEDA, C. **Dimensiones de valor del espacio marino en Chiloé. La visión de tres comunidades en su proceso de reivindicación territorial a través de la Ley Lafkenche (20.249)**. [s.l.] Universidad de Chile, 2017.

SKEWES, J. C.; ÁLVAREZ, R.; NAVARRO, M. Usos consuetudinarios, conflictos actuales y conservación en el borde costero de Chiloé insular. **Magallania**, v. 40, n. 1, p. 109–125, 2012.

SOTO, E.; PAREDES, C. **La Regulación Pesquera a través de la Historia: La Génesis de un Colapso**. [s.l.: s.n.].

TAUSSIG, M. **O Diabo e o Fetichismo da Mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Editoria UNESP, 2010.

THER-RÍOS, F. et al. Complejidad territorial en caletas de pescadores artesanales de Chiloé (Chile): Aportes para el manejo costero. **Estudios Atacameños**, n. Parte 2, p. 105–124, 2020.

THER RÍOS, F.; VALDERRAMA BRAVO, J. Dinámicas territoriales en asentamientos de pescadores artesanales: economías, experiencias y conflictos. El caso de Guabún y Puñihuil en la comuna de Ancud, Chiloé. **Cultura - Hombre - Sociedad CUHSO**, v. 22, n. 1, p. 61–94, 2012.

THOMPSON, E. P. The moral economy of the english crowd in the twenty-first century. **PAst & Present**, v. 50, p. 76–136, 1971.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores. A Origem da Lei Negra** Paz e Terra, , 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 1

THORPE, A.; IBARRA, A. A.; REID, C. The new economic model and marine fisheries development in Latin America. **World Development**, v. 28, n. 9, p. 1689–1702, 2000.

TORRES, VLADIA; MONTAÑA, Á. Acumulación salmonera en Chiloé. Las tensiones territoriales de una relación desigual. In: **Archipiélago de Chiloé: nuevas lecturas de un territorio en movimiento**. 1. ed. [s.l.] Editorial CESCH, 2018.

TORRES, V. **Respuestas locales frente a la dinámica laboral propiciada por la industria salmonera en la localidad rural de pureo, Chiloé**. [s.l.] Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2017.

TORRES, V. **AS TENSÕES TERRITORIAIS DA MITILICULTURA: Acumulação capitalista no arquipélago de Chiloé-Chile**. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA, 2021.

URBINA BURGOS, R. La periferia meridional indiana. Chiloé en el siglo XVIII. 1983.

URBINA BURGOS, R. **Apuntes sobre Encomiendas y Encomenderos de Chiloé**. [s.l: s.n.].

URBINA BURGOS, R. **Castro, Castreños y Chilotes**. [s.l.] Ediciones Universitarias Universidad Católica de Valparaíso, 1996.

URBINA CARRASCO, X. La proyección colonial de Chile a la patagonia insular en el siglo XVIII. **Anuario de Estudios Americanos**, v. 68, n. 2, p. 599–622, 2011.

URBINA CARRASCO, X. La situación de Chiloé durante las guerras de independencia. In: O'PHELAN, S.; LOMMÉ, G. (Eds.). **Abascal y la contra-independencia de América del Sur**. Lima: Institut français d'études andines/PUC del Perú, 2013. p. 187–226.

VICUÑA ORREGO, F. **Política Oceánica**. Santiago: [s.n.].

WAGNER BERNO DE ALMEIDA, A. Terras tradicionalmente ocupadas. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9–32, 2004.

WOLF, E. **Las luchas campesinas del siglo XX**. 7. ed. México D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1982.